

Outubro 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 O Estado só se deve endividar para promover o crescimento	8
1.2 Economia angolana vive uma desaceleração estrutural do seu crescimento económico	12
1.3 “Não se justifica o elevado índice de pobreza das nossas populações”	13
1.4 A Economia está em plena recessão	15
1.5 Estudo aponta para redução da pobreza em Angola	16
1.6 Redução da pobreza regista abrandamento	16
1.7 Três milhões de angolanos devem sair da pobreza extrema	17
1.8 Economia afundou 6% no primeiro semestre	18
1.9 Existem políticas definitivas para combater a pobreza?	19
1.10 Os angolanos estão cada vez mais pobres, diz economista Alves da Rocha	20
1.11 Setembro teve maior aumento mensal dos preços em 15 anos	21
1.12 Trabalhadores "receberão" menos dinheiro a partir de Dezembro	22
1.13 UNITA considera "deplorável" a condição social das populações	23
1.14 Municípios recebem verbas para o combate à pobreza	23
1.15 O engajamento dos cidadãos na busca de soluções para a nossa economia	24
1.16 Salários encolhem e custos das empresas sobem em Janeiro	25
2. MICROFINANÇAS	27
2.1 Kixicrédito quer ser banco de microfinanças	27
2.2 “Concedemos uma média mensal de 2mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano”	27
2.3 Metade dos bancos comerciais oferece o programa "Banquita Crescer"	29
2.4 Metade dos bancos comerciais oferecem o programe “Banquita Crescer”	29
2.5 Novo “Angola Investe” em Dezembro	30
2.6 Novo “Angola investe” em Dezembro	30
2.7 O que nós fazemos é resolver um dos problemas de exclusão financeira	31
2.8 Banco Sol apoia fomento da agropecuária no Cubal	32
2.9 “Em Angola praticamente não há crédito de campanha”	33
2.10 Vendedoras aconselhadas a ter hábitos de poupança	34
3. MERCADO INFORMAL	36
3.1 Sector informal dobrou em duas décadas	36
3.2 Operação transparência coloca a nu saque de recursos naturais em solo angolano	36
3.3 Mercado do Km 30 (Luanda) na pauta do consumidor	37
3.4 Garimpo incentiva a imigração ilegal	38
3.5 Autoridades ponderam a suspensão de moto-táxi	39
3.6 Governo combate garimpo diamantífero até 2020	39
3.7 O que sobrou dos anos de garimpo de diamantes na Lunda-Norte	40
3.8 Venda de galvanizados tornou-se um «negócio proibido»	41
3.9 Vendedoras comercializam produtos perto do lixo	41
3.10 Lotadores de táxis organizam-se para melhor trabalhar	42
3.11 Nada é definitivo, há sempre negociações	43
3.12 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira	43
3.13 Preço dos moto-táxi no casco urbano afugenta passageiros	44
3.14 Um crime aos olhos das autoridades	45
3.15 Director do Aterro Sanitário atira-se contra jornalistas	46

3.16	Da exploração ilegal e descontrolada de diamantes à pobreza dos nativos	47
3.17	Excesso de burocracia inibe iniciativa privada	48
3.18	Polícia prepara operação "Resgate" para Novembro	48
3.19	231 casas de compra e venda de diamantes já foram encerradas	48
3.20	. Carlos Conceição critica medidas do governo	49
3.21	Fiscais «assaltam» casas de processo	49
3.22	Proprietários devem reclamar os seus bens junto da administração	50
3.23	Vendedor arrenda espaço para escapar aos fiscais	51
3.24	Quando o informal se torna desleal	52
3.25	Comércio no Moxico vai punir operadores que especulam preços	52
3.26	Por favor, roubos de Fiscais, BASTA!	53
3.27	"Operação Resgate" repõe autoridade do Estado no país	53
3.28	Proibida a venda no mercado informal de peças sobressalentes de viaturas e de “cartões sim”.	54

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 56

4.1	O Estado só se deve endividar para promover o crescimento	56
4.2	Executivo anuncia projectos com financiamento garantido	60
4.3	ONG pede ponderação no processo autárquico	61
4.4	O CSJ defende maior atenção na saúde e educação na elaboração do próximo OGE	62
4.5	PR aumenta limites para autorização das despesas públicas	62
4.6	Necessidades de financiamento do Estado obrigaram BNA a aumentar juros	63
4.7	Administradores de Icolo e Bengo desviam dinheiro	64
4.8	Executivo pede contribuições para enriquecer o orçamento	65
4.9	AIA propõe revisão da lei tributária	66
4.10	Receitas financeiras de 2019 avaliada em mais de Kz 1 Trilião	66
4.11	Comissão económica aprecia fundamentação do OGE	67
4.12	Dívida do país orçada em 70 mil milhões USD	68
4.13	Cartoon	68
4.14	Orçamento Geral do Estado de 9,2 biliões Kz com petróleo a 65 USD	69
4.15	Processo de privatizações tem de ser bem gerido	70
4.16	Parlamentares pedem mecanismo não-governamental de monitorização	70
4.17	Dívida pública no país atinge USD 78,57 mil milhões em 2017	71
4.18	A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 está avaliada em 11.206,4 mil milhões AOA	71
4.19	Proposta de OGE para 2019 é entregue ao Parlamento	72

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 73

5.1	Académico acredita no sucesso das autarquias	73
5.2	Corte real apela ao resgate da identidade histórica da cultura Tchockwe	74
5.3	Jornadas parlamentares preparam autarquias	74
5.4	ONG pede ponderação no processo autárquico	75
5.5	A sociedade e as autarquias	75
5.6	MPLA pede unidade para vencer câmara	76
5.7	Autarquias são ferramentas para promover boa governação	77
5.8	Deputados do MPLA apelam aprofundamento da discussão autárquica	77
5.9	“Impacto de municipalização dos serviços de saúde em Angola”	77
5.10	UNITA explica importância das autarquias	78
5.11	CNE tem condições para fazer eleições autárquicas em 2020	78
5.12	Sociedade civil é mobilizada a divulgar autarquias locais	80
5.13	Autarquias em todo país em dez anos	80
5.14	APN insta Executivo a realizar eleições autárquicas em simultâneo	80
5.15	Autarquias vão ampliar a partilha do poder local	81
5.16	Municípios do Cazenga indignados com o novo Administrador	82
5.17	MAT dá início ao processo de desconcentração e descentralização administrativa	82

5.18	E as autarquias, senhores?	83
5.19	Governos provinciais ganham competências	85
5.20	Municípios recebem verbas para o combate à pobreza	85
5.21	População angolana pode aumentar para 33 milhões	86
5.22	MPLA contra o nepotismo nas autarquias	86
5.23	MPLA desencoraja nepotismo na selecção dos futuros autarcas	88
5.24	A desconcentração administrativa	89
5.25	MAT abre hoje processo de descentralização administrativa	90
5.26	A Participação dos munícipes	91
5.27	Executivo quer reduzir tempo de resposta da Administração	91
5.28	Governadores satisfeitos com processo de transferência	92
5.29	Isaías Samakuva: “transferência do poder indica fraude nas eleições autárquicas”	93
5.30	MPLA considera histórico processo de descentralização administrativa	94
5.31	Os governos provinciais e a desconcentração	95

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 97

6.1	Candidatos do ano passado começam a receber as casas	97
6.2	Falta de pagamento pode dar despejos de moradores	97
6.3	Processo confuso na entrega de casas sem portas, nem janelas	98
6.4	Coordenadora de moradores diz estar a ser acusada de vender casas	98
6.5	Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares “Queremos as nossas casas”	99
6.6	Centralidade do Cuito está habitada em 96 por cento	103
6.7	BNA de Valter Felipe ilegalmente gastou 68,3 milhões de dólares com compra de casas	104
6.8	Cofre beneficia 170 associados com casa própria no Zango	104
6.9	Qualidade da habitação em debate em Luanda	106
6.10	“Semana Outubro Urbano” prossegue com palestras no CCBA	106
6.11	Benguela é a primeira província com planos directores aprovados	107

7. TERRA 108

7.1	PR retira gestão de fazendas da antiga direcção	108
7.2	Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares “Queremos as nossas casas”	108
7.3	Lei de terra explica em línguas nacionais	112
7.4	Administrador desmente expropriação de terras agrícolas na Quibala	113
7.5	Documentos do ano de 1800 deixam várias famílias ao relento	114
7.6	Secretário-geral do MPLA acusado de esbulhar terreno	116
7.7	Casal que recebeu duas casas vai perder uma	117
7.8	O negócio da china de João Lourenço	117
7.9	Acusado de usar património do Estado a seu favor	119
7.10	Envolvido em escândalo de terreno	120
7.11	Funcionários da administração vendem terrenos de forma ilegal	120
7.12	PGR investiga venda dos terrenos dos CFL	121
7.13	Cidadãos deploram atraso na cedência de terrenos pagos há três anos	122
7.14	Venda ilegal de terrenos	123
7.15	Dificuldades no acesso à terra domina encontro das comunidades	123
7.16	Ministra é pela classificação dos solos	124

8. SERVIÇOS BÁSICOS 126

8.1	Angola presente na convenção internacional sobre saneamento	126
8.2	As chuvas e as valas	126
8.3	Paga só e não te queixes	126
8.4	Novos sistemas de água encerrados para testes	127
8.5	Administração Distrital incapaz de resolver o fraco saneamento	127

8.6	Mais de três mil angolanos morreram devido à malária	128
8.7	Cidadãos obrigados a viver com aterro sanitário “improvisado” em Benguela	129
8.8	11,7% dos habitantes tem acesso à electricidade	130
8.9	Abastecimento de água potável pode aumentar	131
8.10	Município da Cahama aumenta níveis de abastecimento de água	131
8.11	PRODEL com dívida de mais KZ 70 triliões	132
8.12	Dívida mantém casas de banho públicas fora de uso	133
8.13	Engenheiros debatem problemática do saneamento básico	134
8.14	Dez milhões de dólares jogados no lixo	134
8.15	Luanda produz quantidade de lixo capaz de gerar energia	135
8.16	Removidas mais de 160 toneladas de lixo em Caxito e Panguila	136
8.17	Falta de Saneamento básico: Águas cheirosas preocupam munícipes de Cacuaco	136
8.18	Mais de três mil angolanos morreram devido à malária	137
8.19	Conduta de água potável vandalizada no Cunene	137
8.20	Meios comprados para fazer furos de água devolvidos 4 anos depois	138
8.21	Falta água potável em Ngana Muango	138
8.22	Reunião no Palácio Presidencial da Cidade Alta analisou a situação económica do país e os desafios do Executivo	139
8.23	Investimentos na água	140
8.24	Sumbe ganha estação de tratamento de águas	140
8.25	Melhoria na distribuição de água	141
8.26	Água no Bengo tem nova tarifa	141
8.27	Habitantes do Bentiaba com mais água potável	142

9. GÉNERO E VIOLENCIA

144

9.1	Jovens mortos por cidadãos estranhos	144
9.2	Crimes que chocaram Luanda, e os atores continuam impunes	144
9.3	Assassinos misteriosos também atingiram polícias	145
9.4	Sequele está às escuras devido à acção de vândalos	146
9.5	Cerca de 170 marginais atrás das grades	146
9.6	Criminosos “instalam” medo no bairro Catinton	147
9.7	Armas em posse da população alimentam a criminalidade	148
9.8	Primeira-dama insta Executivo a investir no desenvolvimento da mulher rural	148
9.9	Polícia Nacional procura parceria com a imprensa 'no combate a criminalidade	149

10. AMBIENTE

151

10.1	Chuva causa destruição no Lubango	151
10.2	As chuvas e as valas	151
10.3	Forte chuvas no Lubango causam inúmeros danos	151
10.4	Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares “Queremos as nossas casas”	152
10.5	Cidadãos obrigados a viver com aterro sanitário “improvisado” em Benguela	156
10.6	Chuva mata criança e desaloja famílias	157
10.7	Entrepasto de madeira criou 800 empregos	157
10.8	Regiões afectadas pela seca recebem 65 milhões de euros	157
10.9	Entrepasto de Caxito já está em operações	158
10.10	Ravinas na cidade do Dundo estão com os dias contados	159
10.11	Marés altas afligem Protecção Civil e Bombeiros	160
10.12	Chuva acima do normal em oito províncias	160
10.13	Destruídas mais de 21 mil residências por fenómenos naturais	161
10.14	Mais de vinte mil casas destruídas pelas chuvas	161
10.15	Vala “mortífera” tira sossego aos moradores	162
10.16	Chuvas ameaçam desalojar famílias	163
10.17	Chuva causa desabamento do tecto da Administração	163
10.18	Ravinas ameaçam "engolir" a sede do Cuito Cuanavale	164

10.19	Entidades de direito da província estão a criar as condições para o realojamento das centenas de populares deslocados	164
10.20	Chuvas fazem estragos no Cazenga	165
10.21	Fortes chuvas causam estragos em Benguela	166
10.22	IDF apreende 200 toneladas de carvão vegetal	167
10.23	Florestas do país correm o risco de serem consumidas pelo fogo	167
10.24	Protecção do ambiente recebeu ajuda financeira do Fundo Global	168

11. MIGRAÇÃO 169

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 169

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 170

13.1	Acordo de facilitação de vistos entre Angola e China entra em vigor	170
13.2	Comércio com a China atinge 15,82 mil milhões	170
13.3	Empresa de pontes comprada por consórcio sino-angolano	171
13.4	João Lourenço regressa este mês à China para visita oficial de dois dias	171
13.5	As relações sino-angolanas e a República	172
13.6	Chefe de Estado volta à China por dois dias	173
13.7	João Lourenço visita China a partir do dia 9 de Outubro	173
13.8	Angola e China definem hoje um novo quadro económico	174
13.9	Fim da dupla tributação com a China vai aumentar exportações	175
13.10	João Lourenço inicia hoje visita à China	176
13.11	Angola / China: Nova abordagem na relação precisa-se	176
13.12	China disponibiliza mais USD 2 mil milhões de financiamento a Angola	178
13.13	As relações Angola-China	179
13.14	China condiciona, empréstimos a Angola	179
13.15	China "dá" 2 mil milhões e Angola reduz dívida	180
13.16	China mais cautelosa nos financiamentos só cede um quinto do valor pretendido	181
13.17	"Mão-amiga" chinesa também cria empregos	181
13.18	Pedidos ao PR sobre a cooperação com a China	182
13.19	PR JLô arranca mais um "kilapi" de 2 mil milhões de usd aos herdeiros de Mao	183
13.20	Tribunal condena empresa chinesa	184
13.21	Cerca de USD 100 mil milhões em obras públicas em 15 anos	184
13.22	Negociações com empresa chinesa terminam sem acordo de parceria	185
13.23	Luanda e Pequim reforçam cooperação	186
13.24	Empresas Nacionais participam na feira Internacional de importação da China	186

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 O Estado só se deve endividar para promover o crescimento

Jornal de Angola

1 de Outubro de 2018

Texto: Faustino Henrique

Como encara o estado da economia e finanças públicas angolanas?

Não é boa. A opinião não é bem minha. O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) tem vindo a alertar para a eventualidade da situação de crise acontecer, desde 2014. Já no Relatório de 2014, produzido pelo CEIC, alertava-se para a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios económicos e financeiros relevantes.

Naquela fase, o CEIC era ouvido, era consultado ou levado a sério?

Nunca estivemos preocupados com isso. Nós fazemos as nossas pesquisas, os nossos relatórios, com a intenção única de difundirmos as nossas opiniões e os resultados das nossas pesquisas. Não temos nenhuma intenção de ser parceiros do Governo. Se o Governo, perante as nossas análises, nos chamar para participar das discussões, emitirmos recomendações, pareceres; estaremos perfeitamente disponíveis. Mas essa não é a nossa preocupação, não é o nosso objectivo sermos aqui uma espécie de "Think Tank" (grupo de reflexão ou centro de estudos) de colaboração com o Governo. A nossa intenção não é necessária - mente nos constituirmos em parceiros do Governo.

Já alguma vez chegou a sentir que as suas análises económicas eram, do ponto de vista político, encaradas como um incómodo para o poder político?

Não! Eu nunca fui proibido ou condicionado de escrever ou de apresentar as minhas análises económicas e financeiras. Agora, por vezes, havia reacções, da parte de políticos, no sentido de se dar a ideia de que Alves da Rocha está sempre contra as políticas do Governo. Lembro que tive um episódio no então Ministério do Planeamento devido a uma entrevista que dei ao Jornal Folha de São Paulo, creio que em 2011, em que, em resposta a algumas perguntas do jornalista brasileiro, denunciei a corrupção que existia no Estado e fui demitido. Mas na altura foi um mal que veio para bem, porque

passsei a estar mais disponível para academia, a tempo inteiro para o CEIC.

Nunca receberam da parte do Governo qualquer sinal no sentido de um melhor aproveitamento das vossas análises e pesquisas?

Da anterior governação, não, se bem que também tenhamos que distinguir entre aquilo que podemos chamar de "middle management" (NR: gestor intermédio) e os ministros ou quem faz a política económica. E sentimos que ao nível da estrutura intermédia da administração pública, os relatórios e os estudos que o CEIC faz tinham alguma repercussão. Agora, pode acontecer que, com a nova governação, as coisas possam ser diferentes. Não notamos até agora diferenças significativas, muito embora tenhamos indicação de que algumas instituições públicas possam vir a recorrer aos trabalhos do CEIC em determinadas áreas e da própria universidade. Mas o nosso principal objectivo é continuarmos a ser uma instituição independente, com pesquisas objectivas e independentes, dependendo apenas da ciência económica para fazermos as nossas análises.

Na obra "As perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020", defende que, se o continente africano pretender eliminar a pobreza em 50 por cento, devera crescer com taxas sustentadas de entre sete e oito por cento ao ano. É realista essa visão, nesta fase?

Quando fiz esta afirmação e também retirei alguns elementos do relatório da economia da África subsariana, naturalmente, que o contexto era outro. Nesta altura, eu creio que, apesar de serem taxas elevadas e, sobretudo, quando se fala em sustentabilidade, crescer a taxas anuais de sete a oito por cento é desafiante. Angola, entre 2002 e 2008, devido ao "boom" do petróleo, apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de 11 por cento. De qualquer maneira, não houve possibilidade, eventualmente por defeito da política económica, de transformar esse crescimento económico em desenvolvimento económico.

É possível voltarmos a crescer a dois dígitos?

Na minha opinião, não é possível.

A sustentabilidade da dívida pública na fasquia dos 60 por cento do PIB continua a ser uma opção, um desenvolvimento normal?

Depende. Nós, aqui, entre 90 a 95 por cento da dívida de Angola, seja dívida interna, seja dívida externa, é do Estado, o que traduz também um excesso da intervenção do Estado na economia.

Admito que deve haver uma dívida privada à banca, é verdade, mas o essencial é do Estado. Ora quando analisamos a sustentabilidade da dívida de um país, onde esteja inserida a dívida pública, o peso no PIB é um dos indicadores e a análise depois depende da conjugação de três outros indicadores. Deste ponto de vista, 60 por cento é o que está na lei, é o que está no plano indicativo da SADC (porque a SADC tem critério de indicação nominal dos países) e um deles é precisamente não exceder a dívida pública além dos 60 por cento do PIB. Mas a sustentabilidade de uma dívida também deve ser analisada em termos do seu serviço, do serviço da dívida, ou seja, da amortização dos juros e deste ponto de vista Angola não está bem colocada.

Porquê?

Porque as taxas de juro que Angola tem conseguido obter, embora se diga que "as taxas de juro que China cobra são relativamente acessíveis, mas nós temos aqui também o peso do serviço da dívida e esse serviço da dívida actualmente já consome muitas receitas fiscais do Estado. Se o PIB de Angola cresce a taxas reduzidas, naturalmente que essa capacidade de pagar a dívida é menor ou, pelo menos, estende-se por mais tempo e com consequências para as gerações futuras. Portanto, para eu analisar a sustentabilidade da dívida, tenho de ter três indicadores: o peso da dívida no PIB, o peso da dívida (tratando-se de dívida pública) no OGE e a taxa de crescimento económico. Por isso é que os empréstimos têm de ser contraídos de uma forma não só racional, mas de uma maneira eficiente a Estado só se deve endividar para criar condições para promover o crescimento económico. Não se deve endividar para fazer obras de fachada.

O processo de formulação de decisão política envolvendo questões económicas e financeiras mudou de paradigma com o Presidente João Lourenço ou continua o mesmo na sua opinião?

Continuamos com o mesmo paradigma. O processo de escolha das políticas económicas, a definição dos planos económicos, entre outros, continuam muito centralizados. Nós temos um processo de escolha das políticas económicas de cima para baixo e não um processo, diria, não muito de baixo para cima, mas em que houvesse um encontro a meio. Mas creio que já há indícios e sinais de que esse paradigma vai sofrer alterações e é necessário que ocorra, porque a concertação, a discussão é sempre benéfica. De qualquer maneira, já é positivo o facto do Governo ter apresentado, em vários locais e circunstâncias, o Plano de Desenvolvimento Nacional. Não fiz parte destas apresentações' nem tenho informações que essas apresentações tenham sido feitas também a

partir das universidades, que são os centros de criação e divulgação do conhecimento. Não quero, com isto, dizer que não tenham sido feitas. Mas, de qualquer forma, é um indicador positivo o facto de se ter optado pela apresentação, quando comparado com práticas anteriores. Em todo o caso, prevalece o excesso de centralismo e veremos com o processo da autarcização dos municípios do país se a mentalidade vai ser diferente.

A estabilidade macro económica foi mais um jargão político-económico; uma verdadeira conquista da equipa económica do Executivo ou ainda uma meta por alcançar?

É tudo isso o que dizes. A estabilização macroeconómica, em qualquer país, é sempre um processo que tem custos, sobretudo custos. Pode ter vantagens em termos de sinais positivos para o sector privado, mas passa muito pelo regime de reajuste das actividades do Estado em termos de número de funcionários, salários praticados; passa também pela materialização de uma política monetária mais restritiva.

E é tudo na avaliação da estabilidade macroeconómica para dizer-se que está a ser controlada?

A estabilidade macroeconómica não pode ser vista apenas do ponto de vista estritamente económico. Eu não posso obter a todo o custo a estabilização macroeconómica sem pensar nos efeitos sociais. Não devo sequer e é por isso que os gestores da política macroeconómica têm de ser pessoas competentes e que dominem a ciência económica e que possam concatenar a estabilização macroeconómica que pode ser lida em termos de taxas de inflação comportável socialmente e que não afasta o investimento. Uma estabilidade dentro do mercado cambial, a questão das taxas de juro, a questão do emprego. A variável emprego faz parte dos indicadores mais largos da estabilização macroeconómica e nesse sentido a economia angolana tem taxas elevadas de desemprego. Quando há declarações de que a estabilização macroeconómica está a ser conseguida, lida por esses indicadores, a taxa de inflação mensal está a diminuir em variação homóloga, que há uma perspectiva de um abaixamento das taxas de juro.

Não nos podemos esquecer que existem outros indicadores que, numa visão mais alargada, devem fazer parte da análise da estabilização macroeconómica. Estou-lhe a citar a taxa de desemprego, a taxa de crescimento económico. Não podemos concluir que estamos num processo de estabilização macroeconómica quando a taxa de desemprego, segundo inclusive o próprio Instituto

Nacional de Estatística (INE), estará ainda cima de 20 por cento. A nossa estimativa, ao nível do CEIC, para 2017, cujo relatório vai ser lançado a oito de Outubro, quando ela poderá estar entre 20 e 25 por cento, que é uma taxa que representa um enorme desperdício de força de trabalho e quando temos um crescimento económico que foi negativo em 2016 e em 2017. Em 2016, o crescimento económico foi de 2,6 por cento em menos e em 2017 foi de menos de 2,5 por cento, segundo dados avançados pelo INE, portanto, não estamos propriamente ainda num processo de estabilização macroeconómico, muito menos numa fase consolidada. Por isso é que o Governo tem sido cauteloso ao apresentar uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de três por cento, o que não é suficiente, mas, provavelmente, é a taxa que somos capazes de produzir.

“Eu não sou adepto das parcerias publico-privadas”

O sector privado tem sabido aproveitar os incentivos e oportunidades criadas pelo Estado ou, ao contrário, aquele inviabiliza a consolidação do primeiro?

Vamos ver agora se o sector privado realmente nasce.

Não existe ainda um sector privado ou é ainda embrionário?

Eu não sei se é embrionário. Nós tivemos aqui um pretense sector privado baseado, na verdade, nas facilidades, que no âmbito do regime anterior, foram dadas. Havia aqui empresários que, no meio de dificuldades, dirigiam-se aí a alguns órgãos do poder e tinham um envelope com dois, três milhões de dólares, facilitados. É isso tem de acabar.,

Num contexto em que o objectivo era criar uma burguesia nacional, havia alternativas, na sua opinião?

Ah! Isso já tem de perguntar ao MPLA. É verdade que a criação de uma burguesia nacional é uma pretensão, um objectivo que todos os países têm, porque, na análise sociológica, as burguesias têm um papel importante na criação do desenvolvimento económico, na sua sustentabilidade. Mas a criação de uma burguesia deve ser feita através de outras vias e não de maneira a disponibilizar aos pretensos empresários todas as facilidades que, de resto, apenas eram concedidas a um grupo muito restrito de empresários ligados ao poder político e não de uma forma genérica. Agora é que os desafios vão acontecer, agora é que aqueles que se julgam empresários vão ter que trabalhar neste sentido, vão ter de fazer prova. Vão ter de ir à busca de meios financeiros, que têm o seu custo, ir à busca de capital humano, que tem o seu custo, criar o capital

empresarial, porque são eles que têm de criar e não tem de ser o Estado. Terão de desenvolver o capital empresarial no sentido da mentalidade, da cultura, porque nós não temos aqui cultura empresarial, tal como outros países já têm.

Não temos nem de forma residual empresários que demonstram essa mentalidade ou cultura empresarial?

Acho que não temos. Pode haver alguns empresários que têm mostrado trabalho, que têm mostrado valor, homens que realmente vão à luta. Mas são poucos, muito poucos.

Num contexto em que o objectivo era criar uma burguesia nacional, havia alternativas, na sua opinião?

Ah! Isso já tem de perguntar ao MPLA. É verdade que a criação de uma burguesia nacional é uma pretensão, um objectivo que todos os países têm, porque, na análise sociológica, as burguesias têm um papel importante na criação do desenvolvimento económico, na sua sustentabilidade. Mas a criação de uma burguesia deve ser feita através de outras vias e não de maneira a disponibilizar aos pretensos empresários todas as facilidades que, de resto, apenas eram concedidas a um grupo muito restrito de empresários ligados ao poder político e não de uma forma genérica. Agora é que os desafios vão acontecer, agora é que aqueles que se julgam empresários vão ter que trabalhar neste sentido, vão ter de fazer prova. Vão ter de ir à busca de meios financeiros, que têm o seu custo, ir à busca de capital humano, que tem o seu custo, criar o capital - empresarial, porque são eles que têm de criar e não tem de ser o Estado. Terão de desenvolver o capital empresarial no sentido da mentalidade, da cultura, porque nós não temos aqui cultura empresarial, tal como outros países já têm.

Não temos nem de forma residual empresários que demonstram essa mentalidade ou cultura empresarial?

Acho que não temos. Pode haver alguns empresários que têm mostrado trabalho, que têm mostrado valor, homens que realmente vão à luta. Mas são poucos, muito poucos.

Há em curso um programa, por materializar, de privatização de empresas públicas. Como encara a intenção do Estado angolano?

De uma forma muito positiva. De uma forma muito agradável, para mim, porque o Estado não tem que manter em funcionamento empresas públicas que manifestamente não tenham capacidade de sobrevivência à custa do erário público e não dêem amostra de viabilidade. Portanto, essas empresas

devem ser privatizadas. Agora, a minha questão é se, realmente, vai haver interesse da parte do sector privado em comprar empresas públicas manifestamente falidas. Essa é a grande questão.

As parcerias público-privada podiam servir como uma das opções?

Eu não sou um adepto das parcerias público-privadas, porque os exemplos que eu conheço da experiência das PPPs são de prejuízo para o Estado e de benefício para o sector privado. E o caso mais perto, não em termos geográficos, é o caso português em que tais experiências no domínio das estradas e da energia têm provocado perdas avultadas ao ponto do Estado ter acordado rendas que paga ao sector privado e que pesam no orçamento geral do Estado português. Portanto, eu nunca fui muito adepto das parcerias público-privadas.

Até que ponto o preocupa o endividamento dos países africanos em geral e de Angola em particular, para com a China?

A China tem disponibilidade de financiar o desenvolvimento africano, tem interesse em financiar determinados países africanos, não tenho que estar necessariamente contra o endividamento face à China. O que tenho de estar preocupado, no meu país, é com o excesso de endividamento do Estado, seja perante a China, França, Reino Unido ou Alemanha. O excesso é que me preocupa.

A China até se tem revelado um parceiro relativamente acessível. Isso tem ajudado alguns países africanos a melhorar a sua rede de infra-estruturas. Nós, aqui, tivemos uma falha tremenda nessa matéria e hoje estamos a contrair empréstimos junto da China, para reconstruir rodovias que já deviam estar a dar o retorno económico e lucro social.

A missão do FMI, coordenada pelo economista francês Mario de Zamaroczy, concluiu, em tempos, que "continuam adequadas" às políticas e às reformas de estabilização macroeconómica que estão a ser aplicadas pelo Governo, com vista à promoção do crescimento económico e à diversificação da actividade económica. É da mesma opinião?

Se assim é, a pergunta óbvia será: "o que é que o FMI vem aqui fazer?" Porque se ele considera que o programa do Governo está em consonância com essas intenções de promover o crescimento económico, garantir a diversificação da economia, então o que é que o FMI vem cá fazer?

Essa é uma pergunta para o FMI e para o Governo. Então, se nós temos um plano de desenvolvimento

nacional que, segundo o FMI, está bem feito, bem doseado, então o que é que o FMI vem cá fazer?

Em tempos, Alves da Rocha dizia que "Controlar a inflação, salvar Bancos e assegurar o crescimento económico é uma equação de três incógnitas, que deverá ser resolvida pelo BNA". Continua com a mesma opinião?

Sim, continuo e depende do número de equações que o sistema tem. Porque pode tratar-se de um sistema matematicamente resolúvel, se o número de equações for igual ao número de incógnitas; ou pode tratar-se de um sistema de equações irresolúvel, se o número de incógnitas for superior ao número de equações.

Assim, o problema complica-se.

A Zona Económica Especial (ZEE) tem cumprido o papel que dela se espera ou teremos uma reedição das Unidade Económica Estatal (UEE)?

Eu creio que as empresas que se encontram na Zona Económica Especial (ZEE) estão agora integradas no Pólo Industrial Luanda e Bengo. Toda a concepção da Zona Económica Especial, feita no âmbito do anterior Governo, foi errada, porque foi uma concessão na base em que o Estado é que definiu os lotes, definiu as actividades económicas que deviam fazer parte, em muitos casos comprou os equipamentos, e depois pretendia ver aquilo à iniciativa privada. Portanto, toda a concessão foi errada, desde o início, porque, nestas coisas, o Estado deve fornecer terrenos infra-estruturados, com saneamento, água, energia; deve criar oportunidades de se instalar a prestação de serviços, por via do Gabinete Unicode Empresas, para facilitar a criação de empresas, vender os terrenos ou praticar o arrendamento, durante o tempo que venha a cobrir determinados custos da parte do Estado. Assim é que se criam ou se fomentam as zonas económicas especiais ou pólos industriais e não com o Estado entender que, por exemplo, se instale aqui uma fábrica de agulhas, quando o empresário privado alegar que seria do seu interesse instalar uma fábrica de corta-unhas.

A implementação do IVA chega numa boa altura, a partir de 2019, começando com as grandes empresas até chegar à base tributária?

Eu não sei, porque não me debrucei atentamente sobre a questão do IVA. Aquilo que eu sei é que se trata de um imposto indirecto, que, em termos de justiça tributária, os impostos indirectos são mais capazes de realizar a justiça tributária, uma redistribuição equitativamente dos sacrifícios fiscais do que os impostos directos. Eu não tenho estado

em cima desta matéria, mas recordo-me que um semanário económico publicou uma matéria sobre o IVA, onde comparava tudo isso, sobre o que seria eliminado, o que é que seria criado e acho que foi um bom trabalho. Não sei em que medida é que AGT terá ou não aproveitado para os efeitos tido como conveniente. O IVA é um imposto moderno e se nós queremos participar dessa modernização mundial dos sistemas fiscais, temos de adoptar IVA. Temos condições de adoptar IVA, já em 2019? Não lhe sei dizer exactamente, porque não tenho estado a estudar. AAGT diz que sim! Há muitos empresários que dizem que não, alegando estes últimos que as empresas não estão ainda preparadas para isso. Mas creio que estaremos perante um facto que se vai consumir em 2019.

O adiamento da adesão à Zona de Livre Comércio tem sido uma estratégia que joga a favor de Angola. Ou retarda aquilo que seriam os benefícios da aprendizagem e de adaptação?

Angola já adiou por três vezes a subscrição do acordo de livre comércio da SADC e nem por isso nós verificamos a alteração das condições. O país continua a enfermar dos mesmos problemas, dos mesmos defeitos de competitividade, de produtividade, de gestão macroeconómica. Mas creio que este problema deixará de existir, a julgar pelas palavras do Presidente João Lourenço, segundo as quais, Angola vai mesmo passar fazer parte da Zona de Livre Comércio. E portanto, Angola vai ter de aprender fazendo.

Como é que vê o funcionamento da bolsa de valores, nesta fase apenas com a comercialização de títulos?

Essa é a primeira fase. É a maneira mais fácil de colocar o mercado de capitais a funcionar, muito embora também o Estado tenha de ter limitações nisto, porque estar sistematicamente a emitir dívida pública e a alimentar o mercado de capitais deve ter limites, por causa da capacidade de endividamento do Estado. Mas a ideia que há é depois alargar-se. Para isso, é preciso que tenhamos aqui um sector empresarial forte, que entenda que se deve financiar também por via do mercado de capitais. Eu creio que o processo está ainda em aplicação.

1.2 Economia angolana vive uma desaceleração estrutural do seu crescimento económico

Jornal: O PAÍS

9 De Outubro de 2018

Texto: Borges Figueira

A economia angolana vive actualmente um processo de desaceleração estrutural do seu crescimento económico, numa altura que regista em média um aumento de USD 166 por ano, valor insuficiente para fazer face ao crescimento vertiginoso da população, segundo informou nesta Segunda-feira, em Luanda, o economista Alves da Rocha o economista, que falava durante o acto de lançamento do Relatório Económico de Angola/2017 da Universidade Católica, adiantou que o valor do PIE/habitante entre 2018 e 2022, um instrumento que mede a distribuição do rendimento nacional, registará em média um aumento de USD 166/ano, um valor insuficiente para fazer face ao crescimento vertiginoso da população, disse.

Para Alves da Rocha, o actual quadro económico do país prevê uma taxa média de crescimento de 2,8 por cento, mas no primeiro trimestre do ano em curso (2018) o PIE angolano contabilizou uma dinâmica de crescimento negativo, quando a média de crescimento demográfico de Angola anda à volta de 3,1 por cento ao ano, afirmou.

"Esse aumento da população não está a ser acompanhado pelo crescimento da economia, devido à crise e aos poucos investimentos na produção petrolífera, principal produto de exportação. Contrastando com dados oficiais que indicam uma taxa de pobreza de 36 por cento, o relatório da Universidade Católica avança uma taxa de incidência de 52,1 por cento, pelo facto de o crescimento do PIE não ter acompanhado o crescimento demográfico", disse.

Segundo o director do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, a previsão económica deve ser feita em termos reais, e o que se verifica actualmente é uma redução da produção petrolífera, e sendo a principal fonte de arrecadação de receita do Estado constitui um sinal negativo para a economia nacional.

Segundo ainda Alves da Rocha, é importante que o Governo angolano crie condições, regulamente o mercado e dê apoios necessários ao sector privado, para dar o verdadeiro significado à economia de mercado e à propriedade privada no país, além de dinamizar o sector petrolífero, de forma a enquadrar a actividade, com o desenvolvimento tecnológico, poupar cada vez mais o petróleo e a substituição por outras fontes energéticas renováveis.

"Não basta pensar na redução ou aumento do preço do barril de petróleo, mas o essencial é a capacidade de produção petrolífera, uso de tecnologias nesta actividade e a substituição pela energia renovável, fora do sector extractivo, uma vez que a responsabilidade do sector privado é fazer funcionar a economia, disse.

Para Heitor de Carvalho, investigador económico que também participou na elaboração do estudo, a despesa total sem juros de 2014 a 2017 decresceu 64 por cento, com as reduções de 92 por cento de subsídios, 73 por cento nas compras do Estado, 48 por cento nas prestações sociais e 41 por cento nas renumerações. Heitor de Carvalho informou, com base no estudo, que o país atingiu um nível de despesa corrente sem juros de 15 por cento em 2016 e 14, 5 por cento em 2017.

1.3 “Não se justifica o elevado índice de pobreza das nossas populações”

Jornal Visão

12 De Setembro de 2018

Texto: Diniz Kapapelo

Aliás, a tradição orienta que com a morte do Rei, o adjunto imediato assume o posto, caso contrário, procura-se um parente próximo, com laços sanguíneos para a sua substituição.

Quando foi fundado Reino do Bailundo?

O Reino do Bailundo foi fundado no século XV Mas antes disso, já existiam, embora ainda não era na dimensão nem na categoria de ser reino. Naquela altura existiam dois mais velhos chamados Mboló e Xingala que conservavam as suas tradições' mas não chamavam de Ombalas, nem de reinos. Para essas comunidades fazerem essa distinção, foi mesmo no século XV

Quantos reis já passaram por aqui e quem é o actual Diniz Kapapelo rei?

No Reino do Bailundo já passaram cerca de 35 reis. Eu sou o 36º Rei do Bailundo e chamo-me Armindo Francisco Kalupeteka, Rei Ekuikui V

Nesse caso, eu sou o quinto rei na linhagem dos Ekuikuis. É importante dizer que num reino não governa só uma linhagem. A título de exemplo, nesse reino temos também a linhagem dos 'Otondosse' Mas a linhagem que figura neste momento é mesmo a linhagem dos Ekuikuis, dos quais eu que vos falo, sou o quinto desta linhagem.

O reino do Bailundo, para o conhecimento de todos, não foi fundado pela linhagem dos Ekuikuis. O reino foi fundado pelo Rei Katiavala, uma figura que veio da Kibala, no Kuanza-Sul. Este vinha com uma comissão de, cinco membros de uma família, nomeadamente, Ngombe Chitumbo, que era o pai, Sacasange, Ndjokila, Caluelue e Katyavala. O objectivo que lhes trouxe ao Bailundo não era governar, mas sim, vinham com o objetivo de caçar. Tendo naquela altura se instalado na fazenda Bonga e hospedados no monte Belo, durante muito tempo, na aldeia do Bié, actual província do Bié. Entretanto, as suas quotas pagavam ao rei do Bailundo.

Como é que está dividido este reino? Tem sobas e seculos também?

Estamos divididos em reis, soba grande, adjunto do soba e seculos. Aqui considera-se rei aquele que vem de uma linhagem sanguínea, que tem uma cultura, um povo e terras. É soba grande, aquele que vem também de uma linhagem sanguínea e quando estiver a dirigir de cinco, a 20 aldeias, uma província, um município ou uma comuna.

É seculo aquele que estiver a dirigir uma aldeia. Este, por sua vez, não precisa de uma linhagem. É um mais velho organizado, considerado pela comunidade e seja o elo entre a Administração e o povo e vice-versa.

A nível geográfico, qual é a extensão territorial do reino e quantos habitantes tem?

O Reino do Bailundo, geograficamente, são quatro províncias, nomeadamente, Bié, Benguela, Huambo e Kuanza-Sul.

É importante dizer que os reinos consagrados na história são: Reinos do Congo, Ndongo, Kuanhamas e o reino do Bailundo. Estes são os reinos reconhecidos pelo Estado e deixados pelo colono português.

Importa referir que nós não fomos organizados pelo Estado. Este só reconheceu os reinos, porque somos um governo dentro do Estado. Aqueles reinos que o colono português não deixou são oportunistas e servem apenas para atrapalhar e perturbar a ordem reinante nos verdadeiros reinos deixados pelo colono

Naquela altura o poder, por exemplo, regia-se da seguinte forma: quando um homem ferir o outro é amarrado e torturado. De seguida, pegava-se numa fita métrica e media-se a profundidade da ferida e de seguida o infractor também era ferido com o tamanho da mesma ferida.

Se alguém tirasse o olho do outro pegava-se na faca e fazia-se o mesmo. Ou seja, era dente por dente, olho por olho. Tal como dizia a bíblia, no antigo testamento. Por isso, temos dito que o rei Katyavala é um rei antigo porque procedia desta forma. O rei Ekuikui, por sua vez, é o rei da reconciliação porque quando apareceu, já não queria isso e optou mesmo pelo diálogo

Quais são as principais preocupações que afligem o Reino?

As preocupações aqui no Bailundo são várias. Embora já estejamos há alguns em paz, com o fim dos conflitos, mas infelizmente, ainda temos uma população muito pobre. Temos muitas preocupações que levamos as instâncias superiores para poderem resolver. A título de exemplo, não temos energia eléctrica e água potável. Somos um povo que trabalha com a terra, temos problemas no campo, não temos charruas para facilitar o trabalho dos camponeses e não temos empresários que podem acudir a situação na região. Temos a terra, mas para o espanto de todos, fomos Estado porque o Estado apareceu apenas em 1975 e o reino apareceu muito antes de Cristo. Essa questão assola também as nossas comunidades. Temos problemas de fertilizantes, não conseguimos trabalhar em condições no campo, e repara que a população angolana é predominantemente camponesa.

Entretanto, quanto aos conflitos na região conseguimos resolver porque a nossa população prefere a justiça tradicional. A título de exemplo, se alguém for roubado uma cabeça de gado ou um cabrito, este não quer ver o infractor na cadeia, porque à partida, sabe que vai perder. Ele quer que se pague imediatamente e ponto final. Coisa que os órgãos de justiça não fazem. Em caso de prostituição, se o homem, por exemplo, for à Luanda, a procura de melhores condições de vida e a sua mulher envolver-se com outro homem e forem apanhados, o infractor paga uma multa a ser estipulada pela vítima, no caso, o marido. E se a vítima mostrar vontade em

continuar com a esposa então não se paga mais o dinheiro.

Entretanto, tivemos recentemente um caso em que um homem amarrou o porco do outro ao lado de urna cacimba e o animal acabou por cair na cacimba e afogou-se. Fomos ao local averiguar o caso e o homem teve que pagar o porco. Até as crias foram avaliadas ao preço do mercado porque na altura o porco estava prenha.

Qual é a relação existente entre o Reino e o Estado?

É de parceria, somos parceiros direitos do Estado. Estamos debaixo da mulembê- ra a ouvir o cantar do Estado e eles estão no gabinete, nas quatro paredes. Os representantes do Estado são, sobretudo, passageiros. Porque a qualquer momento podem ser exonerados. É uma questão de mandatos que depois de cessar vão embora. Mas o Rei fica com o seu povo. Mas temos boas relações com o Estado, tanto é que a governadora provincial passou por aqui manteve contacto com o rei, para os informar dos possíveis problemas que ocorrem aí onde eles não chegam com facilidade.

E as preocupações que levam ao governo têm tido sucesso?

Sim, felizmente temos sido bem sucedidos. Em relação as nossas preocupações, quando há condições financeiras eles nos atendem satisfatoriamente, mas quando não há, garantem que depois vão resolver, até chegarem as verbas e nós respeitamos a decisão.

Sabemos que muito recentemente houve uma partilha de experiência ou intercâmbio com outros reinos, numa promoção do CACAT. É comum essa partilha de experiência entre os reinos?

Há boas relações mas não é o CACAT. O CACAT é uma associação e estes são oportunistas, vêm em nome de reinos tradicionais para retirar dividendos. Nós é que devemos unir os povos, porque de Cabinda ao Kunene somos um só povo e uma só nação. Pensamos em unir os povos para trocarmos experiências com os outros porque para nós, a diferença são só as línguas e a intenção é as pessoas saberem que o povo do Bailundo é o mesmo com o Ovimbundo. Quando há resolução de conflitos é tudo igual não há diferença do povo Bailundo.

Enquanto autoridades tradicionais acompanham o desenvolvimento da região. Como é que caracteriza o surgimento do projecto Camela, aqui no Bailundo?

O reino do Bailundo está de parabéns porque os outros reinos não tiveram essa oportunidade. Não é que estes não tenham empresários, os que tinham

sonham corno empresários europeus e nós temos um empresário que sonha para o desenvolvimento da sua terra natal. É urna iniciativa de louvar porque vai ajudar os menos equipados. Estamos todos de parabéns e eu também faço parte deste projecto. Já visitei várias vezes, é um projecto social de construção de casas T3 e T4, hospitais, escolas, energia em condições, não há barulho de geradores, água potável e aquela população goza de boa saúde. Esperamos que iniciativas do género deveriam ser reproduzidas em todo país. O nosso empresário Segunda Amões já começou, então os outros copiem, porque eu, como Rei do Bailundo, na verdade sinto-me bastante regozijado.

Qual é o conselho que deixa aqueles empresários que ao invés de investirem no seu país, preferem os países estrangeiros?

A mensagem que deixo aos nossos empresários é que tenham boa fé e se comprometam com o desenvolvimento do nosso próprio país. Acredito que pessoas como Segunda Amões existem por todo território nacional, então não se justifica o elevado índice de pobreza das nossas populações. Por exemplo, agora o nosso Presidente está andar por países estrangeiros em busca de apoios, se eventualmente os nossos empresários se prontificarem em ajudar o presidente todos nós vamos ganhar com isso.

Angola é um país muito pobre e precisa dos empresários co-penetrados com a causa de Angola. Reparem que se um empresário constituir uma empresa muitos desempregados poderão ganhar o seu primeiro emprego, e isto é muito bom. Sigam o exemplo do Presidente da República que está a apelar para trazerem o dinheiro de volta, porque faz muita falta para a nossa população.

1.4 A Economia está em plena recessão

Jornal: O PAÍS

18 De Outubro de 2018

Texto: Luís Faria

A queda de 7,55%, embora o Executivo mantenha uma perspectiva positiva para a evolução da economia este ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já tinha avançado, nas suas previsões de Outono, com nova variação negativa do produto interno nacional. Registe -se que Angola está a negociar com o FMI um programa de ajuda que inclui um envelope financeiro que, na óptica das autoridades nacionais poderá atingir USD 4,5 mil milhões, repartidos por três tranches anuais.

A acentuação da quebra do PIE também se confirma num momento em que o INE divulgou que a inflação, em Setembro, havia invertido a sua trajectória descendente, com os preços a registarem a sua maior variação mensal em quatro anos. A política cambial, a avaliar pela taxa de juro de referência resultante dos últimos leilões de divisas promovidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA), com a participação da banca comercial, parece estabilizar ou de economia angolana' aferida a sua evolução do Produto Interno Bruto (PIB), caiu 7,4% no segundo trimestre deste ano, de acordo com uma nota do Instituto nacional de Estatística (INE). Trata-se de uma comparação (homologa] com a evolução do PIE em igual período de 2017, ano em que a economia .angolana regrediu. A quebra verificada no primeiro trimestre, ainda segundo o I E, foi de 4,6%, pelo que, em termos médios, a economia quebrou 6,05% nos primeiros seis meses deste ano.

Desde o terceiro trimestre de 2017 que o crescimento da economia angolana se encontra em plano inclinado e uma quebra tão acentuada só encontra paralelo, desde 2010, no quarto trimestre de 2015, quando quebrou 11,33%, e no terceiro trimestre de 2016, quando registou uma apreciar menos face às principais moedas, o Euro e o Dólar.

O I E atribui "fundamentalmente" o pior desempenho da actividade económica no segundo trimestre de 2018 em relação a igual trimestre de 2017 "às actividades da pescas (-10,0%), indústria transformador a (-8,8%), extracção e refinação de petróleo (-8,4%), outros serviços (-6,2%), Extracção de Diamantes e outros Minerais (- 6 ,1%), administração pública, defesa e segurança social obrigatória (-5,9%), correios e telecomunicações (-5,3%), comércio (-4,3%), agro-pecuária e silvicultura (-2,2%) e construção (-0,7%), respectivamente".

O crescimento angolano, de acordo com os dados do INE, foi negativo em quase 2,6% em 2016. A economia recuperou entre o terceiro e o quarto trimestre de 2016, abrandando de ritmo, embora mantendo-se em terreno positivo entre o quarto trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2017, para aumentar de ritmo de crescimento no terceiro trimestre do último ano e entrar em plano inclinado desde então. O FMI, nas previsões feitas, há uma semana, no 'World Economie Outlook', aponta para uma contracção de 2,5% no ano passado e de 0,1% este ano.

1.5 Estudo aponta para redução da pobreza em Angola

Jornal: O PAÍS

18 De Outubro de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

Um estudo apresentado em Luanda pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em alusão ao Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza, aponta para uma redução da taxa de pobreza multidimensional em Angola, que é de 51,2% em 2018, contra os 77,4 por cento em 2011

Os dados apresentados contradizem os indicadores do Governo angolano que aponta para um nível de 36% para o corrente ano. O relatório indica que os dados mais recentes mostram que um em cada três angolanos (36,6 por cento) vive em pobreza extrema, abaixo da linha da pobreza nacional.

Entretanto, o período em análise, indica que 30,1% da população vive de USD 1,90/dia, 55,7% de USD 3,20/dia e 36,6% na linha de pobreza nacional, segundo o relatório do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018/2022, o Governo angolano prevê reduzir a taxa de pobreza de 36% para 25% até ao fim do quinquénio.

O Programa de combate à fome e à pobreza prevê ainda, até 2022, retirar 3 milhões de pessoas da situação extrema de pobreza, segundo o secretário de Estado para a Acção Social, Lúcio do Amaral, que acrescentou que as administrações municipais já recebem verbas mensais para apoiar as famílias mais carenciadas.

De acordo com o director do PNUD em Angola, Henrik Fred borg Larsen, a redução do IPM no país foi impressionante nos últimos anos, fruto das políticas visadas pelo Governo angolano.

O IPM inclui as dimensões essenciais, usando dez indicadores que podem ser identificados ao longo do estudo. Os dez indicadores ilustram diferentes privações que condicionam os seres humanos como o acesso à água, energia eléctrica, educação, saúde, entre outros.

Nos mais de 100 países considerados no estudo, cerca de 1,3 mil milhões de pessoas vivem em pobreza multidimensional, o que representa 23,3% da população total analisada no estudo (5,7 mil milhões).

Apresentado no âmbito do Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza/2018, assinalado ontem, Quarta-feira (17), o estudo indica que 50% dos

pobres globais são crianças, 84% vivem na área rural e 46% em pobreza severa.

ÍPM global 2018

O IPM global 2018 inclui três dimensões de pobreza, nomeadamente a saúde, educação e padrões de vida. Em Angola, a taxa de incidência da pobreza multidimensional, ou seja, a proporção da população total considerada pobre foi estimada em 51,2%, sendo 88,2% na área rural e 29,9% na área urbana, com base no Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015-2016).

A taxa de pobreza multidimensional diminuiu significativamente em comparação com a última estimativa da OPHI de 2011, que apontava uma taxa de pobreza de 77,4%, com base em inquéritos de 2001.

A intensidade média da pobreza, que representa a proporção média das dimensões nas quais os pobres sofrem privações, foi estimada em 55,3%, sendo 59,3% na área rural e 48,5% na área urbana. O produto entre a taxa de incidência e a intensidade média contribuiu para um IPM nacional de 0,283. Existem disparidades significativas entre as províncias, tendo Luanda registado um menor IPM (0,07), comparado com o maior IPM, do Bié (0,48).

1.6 Redução da pobreza regista abrandamento

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2018

Armando Estrela

A previsão de redução da pobreza no presente ano, de 8,6 por cento, sugere que a taxa abrandou para menos de meio ponto percentual ao ano, entre 2015 e 2018, mais lentamente do que o declínio médio de 25 anos, de um ponto percentual anual.

Os cenários actuais mostram que, para que o mundo atinja o objectivo de erradicar a pobreza dentro dos próximos 12 anos, é necessário que os rendimentos dos mais pobres cresçam à volta de 8,00 por cento ou mais ao ano, diz o Banco Mundial, no relatório de 2018 sobre a pobreza.

O vice-presidente para a África do Banco Mundial, Hafez Ghanem, garantiu, ontem, em vídeo-conferência, em Luanda, que o progresso na luta contra a pobreza extrema no continente africano tem sido demasiado lento, embora a taxa tenha baixado de 54 por cento, em 1990, para 41 por cento, em 2015.

"O rápido aumento da população, de 2,6 por cento ao ano, neutralizou estes ganhos, resultando em mais 130 milhões de pobres", sublinhou, durante a apresentação do relatório. Hoje, mais de metade dos 725 milhões de pessoas do mundo que vivem em situação de pobreza extrema está em África e Hafez Ghanema crescentou que "a luta contra a pobreza no continente pode ser ganha ou perdida". Acrescentou estar "convencido de que África está atrasada em relação ao resto do mundo, no que toca à redução da pobreza, porque não se investiu o suficiente no povo".

O Banco Mundial apresentou, recentemente, um novo Índice de capital Humano (ICH), que tem em conta a produtividade e o potencial económico da população de um país. Mas os estudos revelam uma relação muito forte entre os valores deste índice e os resultados de saúde. "Sem uma população saudável, instruída e resilientes, os países não podem competir, de forma eficaz, na economia mundial", mostra o estudo.

Para já, 25 dos 30 países mais pobres estão no continente africano, onde o sistema de educação está também em crise, com cerca de 50 milhões de crianças a não frequentarem o ensino. Hoje, o limiar internacional da pobreza foi fixado em 1,90 dólares por pessoa, por dia, utilizando-se os factores de conversão da "Paridade do Poder de Compra PPC" de 2011.

1.7 Três milhões de angolanos devem sair da pobreza extrema

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2018

Texto: Manuela Gomes

Cerca de três milhões de angolanos poderão ser 'retirados da pobreza extrema, até 2022, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Nacional traçado pelo Executivo, que prevê reduzir os actuais indicadores de 36,6 por cento para 25 da população residente em áreas rurais, periurbanas e urbanas.

Até 2014, o número de pobres em Angola atingia uma população estimada em 9,44 milhões, com uma taxa de incidência de 36 por cento. A Comissão Nacional de Acompanhamento ao Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza procedeu ontem à indicação de técnicos dos sectores para integrarem as equipas de trabalho nas 18 províncias.

Presidido pelo secretário de Estado da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Lúcio Amaral, o

encontro que juntou representantes de vários departamentos governamentais permitiu aferir o grau de execução dos recursos disponibilizados e dos projectos no âmbito do programa.

O encontro passou também em revista as acções relativas à conclusão dos projectos do ano em curso, bem como do programa para o ano de 2019, tendo o secretário de Estado da Acção Social, Família e Promoção da Mulher solicitado maior atenção para as medidas de política dos vários ministérios, cujas acções têm incidência nos municípios.

Para o alcance deste desiderato, está a ser implementado, desde Março do corrente ano, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), que visa o combate ao baixo nível de vida das camadas mais desfavorecidas da população, que vivem em condições de extrema pobreza.

O referido programa presta uma particular atenção ao desenvolvimento da base local, comunas e municípios do país, definido em três eixos de actuação estratégica, para impulsionar o crescimento' desenvolvimento local e reduzir os níveis de pobreza, inclusão rural e urbana, assim como o acesso universal a serviços públicos.

Em termos estratégicos, o programa visa articular os vários projectos de combate à pobreza e desenvolvimento local, promovendo a coordenação e a integração global de todas as iniciativas a nível central, provincial e municipal.

Assume-se como um instrumento dinâmico que será actualizado de acordo com a evolução da situação do país e as necessidades das populações mais vulneráveis, dando origem, anualmente, a um plano executivo. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza tem intervenções nas áreas da agricultura, pecuária, pescas, infra-estruturas rurais, educação, saúde, cidadania, cultura e desporto. Para o desenvolvimento destes programas, cada município deve receber 25 milhões de kwanzas, o que totaliza 544,654.452,00 milhões a nível do país.

Metas

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza tem como metas, até 2022, pelo menos 2.153.900 pessoas a serem integradas em actividades geradoras de rendimento. Além da inclusão de ex-militares, serão inseridas pelo menos 28.300 crianças menores de cinco anos, provenientes de famílias pobres, devendo beneficiar do rendimento social mínimo.

Até 2022, serão elaborados diagnósticos da vulnerabilidade em Angola, nos quais 1.131. 783 beneficiários vão estar cadastrados na base de dados da vulnerabilidade, aprovados nos 164 planos municipais integrados de desenvolvimento local e combate à pobreza.

O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher é a entidade coordenadora do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, apoiando tecnicamente a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza. A execução de várias acções e projectos está consignada aos departamentos ministeriais, governos provinciais e administrações municipais.

1.8 Economia afundou 6% no primeiro semestre

Jornal Expansão

19 De Outubro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A economia angolana afundou 6% nos primeiros seis meses de 2018 face ao mesmo período de 2017, o pior semestre desde que há registos trimestrais do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com cálculos do Expansão a partir das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgadas esta segunda-feira.

No segundo trimestre, o PIB deu um trambolhão de 7,4% face ao período homólogo de 2017, depois de ter caído 4,7% no primeiro trimestre também em termos homólogos. Feitas as contas chegámos a "afundação" de 6% nos primeiros seis meses.

Em cadeia, o PIB recuou 7,7% no primeiro semestre de 2018 face ao anterior e 8,5% no segundo trimestre também face ao anterior.

Na origem do péssimo arranque do ano, está o petróleo. "A taxa de crescimento do PIB real para 2018 tem-se revelado mais moderada do que a esperada, reflectindo uma redução acentuada da produção de petróleo e de gás", admitiu o Ministério das Finanças (MinFin) num comunicado publicado no respectivo site no final de Agosto, aquando do anúncio do pedido de ajuda financeira ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O PIB do sector do Petróleo e Gás, responsável por 22 em cada 100 Kz da riqueza gerada em Angola em 2017, recuou 7,7% no primeiro semestre deste ano. Mas os hidrocarbonetos não estiveram sozinhos. O PIE não petrolífero registou uma contracção homóloga de 5% nos primeiros seis meses do ano. A

contribuir para o recuo da economia não petrolífera estiveram as Pescas, que, no mesmo período, viram o seu PIB baixar 11,4%, a Extracção de Diamantes e de outros Minerais (-6,4%), a Indústria Transformadora (-4,2%), os Outros Serviços (-3,25), o Comércio (-2,5%), a Agropecuária e Silvicultura (1,9%) e os Correios e Comunicações (-1,1%).

O mau arranque do ano, deverá inviabilizar as projecções de crescimento do Governo para 2018 que, na última versão inscrita no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 rondam os 2,3%. Para atingir a meta do PDN, a economia precisava de crescer no segundo semestre uns expressivos 10,6%.

O cenário mais provável é, agora, o de nova contracção económica. Para evitar a terceira recessão em três anos, a economia precisaria de crescer 6% na segunda metade do ano. Nas Perspectivas Económicas Mundiais de Outono, divulgadas na semana passada, o Fundo Monetário Internacional prevê um recuo do PIE de 0,1% em 2018.

Mais pessimista é o gabinete de estudos do Banco de Fomento Angola (BFA), que numa nota informativa datada de 17 de Outubro, afirma que "[em 2018] é de esperar uma recessão, que deverá ser mais intensa do que a verificada em 2016", ano em que PIB deu uma queda de 2,6%.

"A degradação da produção petrolífera está a ser bastante mais rápida do que o esperado. Esse factor é a principal causa para que o PIE esteja a diminuir com esta intensidade [revelada pelas Contas Nacionais do segundo trimestre de 2018]", explicam OS técnicos do BFA que se revelam surpreendidos.

"A pouca correlação entre a quebra da produção e a quebra do PIE petrolífero nos anteriores números em 2017 fazia-nos pensar que, também este ano, a diminuição do PIE petrolífero fosse a uma escala menor do que o decréscimo das exportações em si", justificam.

"Essa hipótese cai agora por terra, antecipando-se uma significativa recessão em 2018", garantem os economistas do banco que também se mostram desiludidos com o desempenho do sector não petrolífero.

"O crescimento da economia não petrolífera no primeiro trimestre (de acordo com os números anteriores do INE) apontava para que o ano de 2018 pudesse observar um crescimento moderado, ou talvez estagnação, devido à depreciação do Kwanza e às bastantes mudanças no entorno económico; porém, é agora claro que o mais provável é a quebra

ou estagnação deste sector, com um eventual início de recuperação no final deste ano", lê-se na nota informativa do BF A.

"Continuamos a achar que, em termos estruturais, estão a criar-se condições para o crescimento da economia; no entanto, a conjuntura será negativa durante este ano, e uma parte do próximo", conclui o gabinete de estudos do banco.

I.9 Existem políticas definitivas para combater a pobreza?

Jornal Expansão

19 De Outubro de 2018

Texto: Alves da Rocha

Comemorou-se, creio que em todo o mundo, no dia 16, o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza Multidimensional. Em Angola, foi organizado um evento alusivo a esta data pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Universidade Católica de Angola, no âmbito de um protocolo de cooperação existente entre as duas instituições.

Talvez nunca como nos tempos que correm (tempos de globalização e de discussões acesas sobre os seus efeitos sobre as desigualdades mundiais, de que a pobreza é a mais expressiva) um fenómeno social tivesse tão grande incidência mundial como a pobreza. A condição de pobreza é capaz de afectar hoje mais de um quarto da população mundial, com particular relevância para os países em desenvolvimento. No entanto, a partir da segunda metade da década de 80 a pobreza deixou de ser um fenómeno exclusivo dos países menos desenvolvidos, registando-se situações catastróficas mesmo nos países desenvolvidos e que afectam, sobretudo, as minorias étnicas e raciais.

A pobreza provoca, de imediato, a exclusão social, uma vez que a ausência de instrução e de rendimento impede o acesso aos direitos materiais e imateriais facultados por uma sociedade. Assim sendo, quanto maior a percentagem de pobres maior será a subtração de recursos humanos ao processo produtivo e, conseqüentemente, menor a capacidade de criação de riqueza nacional.

A pobreza e a exclusão social aparecem relacionadas, em termos da sua génese mundial, com o declínio, no final dos anos 70, do paradigma da Economia Mista de inspiração keynesiana. Este paradigma da política económica estabelecia, como fundamentos da sua intervenção, o reforço da actividade redistributiva do Estado (Welfare State), a gestão da procura agregada

por parte do Estado e o planeamento económico como instrumento de orientação da afectação dos recursos económicos. O paradigma da Economia Mista foi fortemente atingido pela explosão do ultraliberalismo económico, que deu origem à crescente globalização da economia. Deixou de ser possível regular uma economia, cada vez mais internacionalizada, através de um aparelho político nacional, fraco e fragmentado. Defende-se, mesmo que, com o ultraliberalismo - de que a globalização é a sua expressão mundializada - se assiste à destruição da capacidade de as sociedades agirem por si e sobre si próprias, ou seja, assiste-se à própria destruição da democracia. Aliás, a pobreza é, por si só, um atentado à democracia, não apenas porque representa uma violação dos direitos humanos, mas, também, no sentido do não respeito de direitos económicos e sociais elementares.

Têm sido apontadas diversas causas para a pobreza em Angola. O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano em Angola (PNUD, 1997) refere que a pobreza é o resultado de uma "combinação de factores históricos, políticos, guerra, ecológicos, demográficos, administrativos e socioeconómicos", ou seja, tudo neste País é uma causa da pobreza das suas populações. Com uma visão tão geral - porventura correcta porque no fundo tudo condiciona tudo em economia - a probabilidade de se encontrarem as políticas de erradicação mais eficazes é menor.

A guerra é evidentemente uma disfuncionalidade política e social que justifica bastante da - pobreza, particularmente em termos das suas conseqüências sobre os modos de produção mais tradicionais e sobre sistemas sociais frágeis.

Há uma abordagem da génese da pobreza que não é vulgar ser considerada, mas que entendo ter alguma verosimilhança para o País. A pobreza no mundo tem sido o produto de um movimento dialéctico de integração e de exclusão económica num contexto de globalização das economias. Integração no sentido de uma crescente participação na dinâmica de crescimento mundial. Exclusão numa perspectiva de marginalização nos fluxos mundiais de trocas, investimento e financiamentos. Angola tem sido "vítima" deste movimento contraditório. A sua economia petrolífera tem participado do movimento integrador, com uma dinâmica de crescimento e uma performance económica comparáveis às das economias -locomotoras do processo de globalização. Na outra economia, o fenómeno dominante é o da exclusão e marginalização da economia mundial. Esta outra economia é não apenas periférica da economia petrolífera - esta sempre se colocou numa posição de sobrançeria

económica face ao resto da economia nacional, atitude justificada pela sua lógica de funcionamento assente no dólar e facilitada pelas condições contratuais concedidas pelo Estado -, como, e num sentido mais profundo, da economia mundial. Uma periferização facilitada e agravada pelas consequências da guerra - deve sublinhar-se que a economia não-petrolífera foi a única vítima do conflito militar interno - pela persistência de especializações produtivas herdadas do período colonial e pouco adaptadas à procura mundial e por um modelo de gestão macroeconómica pouco ajustado às grandes mutações iniciadas em meados da década de 80. A falta de capacidade de funcionamento e de adaptação da economia não-petrolífera provocou situações graves de depauperação da população e de decomposição social da família e de outras instituições nucleares da sociedade. Foi por aqui que começaram os fenómenos de exclusão social, como a falta de cidadania, o insucesso escolar, o desemprego, a prostituição, as crianças de rua e a economia paralela. O sector informal é, talvez, o resultado mais evidente da contradição entre integração e exclusão da economia nacional à escala mundial, facilitada e potenciada pelo seu sector petrolífero.

Em contextos desta natureza - ou seja, de economias nacionais desarticuladas, em que algumas das suas componentes são periféricas dos sectores mais estruturados e competitivos e integrados na economia mundial - a abertura das economias pode, ainda mais, agravar a desintegração social interna. O mecanismo concorrencial constitui, regra geral, um jogo de soma nula, traduzido por uma redistribuição de partes do mercado. A integração de novos países na dinâmica capitalista mundial pela via da concorrência pode suscitar fenómenos de exclusão maciça em regiões de industrialização antiga com dificuldades de reconversão.

Assim sendo, pode-se, em certa medida, considerar que a economia petrolífera nacional é uma das partes do problema da pobreza no País: pela forma como se estabeleceu no País depois da independência, com uma série de condições vantajosas para os investimentos das concessionárias e um modelo completamente virado para o exterior; pelos efeitos de atrofiamento que exerceu sobre a economia não-petrolífera, traduzidos na política do dinheiro fácil, que possibilitou taxas de câmbio sobrevalorizadas, importações em excesso, aumento desmesurado do sector público administrativo e do sector público empresarial, financiamento de uma guerra eterna, desperdício na utilização de recursos e destruição do tecido produtivo interno. Curiosamente o "dinheiro fácil" não foi aplicado na reconstrução/construção de

infra-estruturas, salvo algumas de balanço custo/benefício discutível.

A dimensão da pobreza no País pode ser avaliada, numa abordagem simples, pelo montante de investimentos a realizar para o seu alívio a longo prazo. O PNUD (1997) calculou o esforço financeiro em 3,2 mil milhões USD para que em 10 anos se pudessem apresentar reduções aceitáveis nos índices de privação da população: 1,6 mil milhões USD para se tornarem acessíveis serviços sociais básicos a toda a população e 1,6 mil milhões USD para se reduzir o hiato entre o rendimento anual dos pobres e o rendimento mínimo a partir do qual deixariam de o ser. Outros analistas e investigadores vão mais longe ao estimarem volumes anuais de investimento da ordem dos 500 milhões USD só para a constituição do capital humano.

Continuo a não acreditar que a taxa de pobreza no País, pela vertente do rendimento, seja de 36,6% estimada no IBEP 2008-2009. A não concordância do CEIC, publicamente expressa, valeu uma chamada ao Ministério do Planeamento e uma reprimenda no sentido de que não se podia contradizer o Governo. Isto foi em 2010.

Desde 2009, que se assiste a uma tendência de diminuição anual do rendimento médio por pessoa, que se vai manter até 2022. Tão preocupante é a redução do incremento anual desta grandeza. A conclusão é apenas uma: a cada ano os angolanos estão mais pobres e a porção de rendimento para distribuir vai sendo cada vez mais pequena.

I.10 Os angolanos estão cada vez mais pobres, diz economista Alves da Rocha

Jornal A República

19 De Outubro de 2018

Texto: Arão Ndipa

Angola com crescimento económico negativo, diz relatório da Universidade Católica

O relatório económico de Angola referente ao ano de 2017 apresentado pela Universidade Católica de Angola constata uma dinâmica de crescimento negativo no primeiro trimestre do corrente ano.

Para falar sobre o assunto, ouvimos o economista Alves da Rocha, a docente universitária Alexandra Simeão e o investigador Sérgio Calundungo.

Os dados divulgados pelo relatório Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade

Católica de Angola, com base no desempenho da economia angolana durante o ano de 2017, constata que o aumento da população não está ser acompanhado pelo crescimento da economia, devido à crise, aos poucos investimentos na produção petrolífera, principal produto de exportação.

Para o período em referência, segundo o relatório, a economia angolana prevê uma taxa média de crescimento de 2,8 por cento, mas no primeiro trimestre do ano em curso o Produto Interno Bruto angolano contabilizou uma dinâmica de crescimento negativo, quando a média de crescimento demográfico de Angola anda à volta de 3,1 por cento ao ano. Os dados do valor do Produto Interno Bruto por habitante, apresentados pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, estão muito abaixo dos 240 dólares americanos, projectados no relatório de 2016.

Para o referido estudo, a previsão económica deve ser feita em termos reais, e o que se verifica actualmente é uma redução da produção petrolífera e sendo a principal fonte de arrecadação de receita do Estado constitui um sinal negativo para economia nacional.

Por outro lado, os responsáveis pela elaboração do relatório não vêem com bons olhos o Estado a investir em projectos ou actividades que seria da esfera do sector privado.

Consideram ser importante que o Estado crie condições, regulamente o mercado e dê apoios necessários ao sector privado, para dar o verdadeiro significado à economia de mercado e a propriedade privada no país.

O décimo quinto relatório, de periodicidade anual, aborda vários assuntos relacionados à diversificação económica, distribuição de rendimento, Produto Interno Bruto, pobreza, política fiscal e monetária, entre outros assuntos importantes da economia nacional.

Para Alves da Rocha, director do centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, a influência da taxa de câmbio sobre a capacidade de crescimento da economia, não tem sido positiva quanto se esperava.

I.11 Setembro teve maior aumento mensal dos preços em 15 anos

Jornal Expansão

19 De Outubro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O aumento das tarifas da água fez disparar a inflação mensal em Setembro face a Agosto, com o custo de vida em Luanda a subir 4,98%, tratando-se do maior aumento em 15 anos, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Setembro, publicado na semana passada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

É preciso recuar a Agosto de 2003, quando a inflação mensal foi de 5,04%, para encontrar um valor superior. Segundo o INE, o principal sector a influenciar esta subida dos preços em Setembro na capital do País foi o da classe "Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis", com a água a registar um aumento de 46,4%. Destacaram-se ainda os aumentos dos preços verificados nas classes "Vestuário e Calçado" com quase 1,9%, "Hotéis, Cafés e Restaurantes" 1,7% e "Saúde" com 1,5%.

De acordo com os cálculos do Expansão, se a taxa de inflação mensal, entre Setembro e Dezembro for igual a dos primeiros nove meses do ano, ou seja 1,7%, a taxa homóloga encerrará o ano nos 21,6%. Se a variação média mensal for igual à do ano passado cerca de 2,1%, a inflação homóloga fecha o quarto trimestre nos 23%. Qualquer uma destas médias fará a inflação no final do ano ficar acima da previsão do Governo que aponta a 19%.

O ritmo do crescimento dos preços em Luanda aumentou no mês passado, qualquer que seja o critério utilizado, fazendo diminuir o poder de compra dos angolanos. No mês passado, a inflação homologa, que estava a baixar há dez meses, inverteu a tendência registando um aumento para 21,8%, ainda assim 5,7 pontos percentuais (Pp) face aos 27,5% mês de Setembro de 2017. A taxa que compara os preços do mesmo mês de anos consecutivos está em máximos de sete meses, sendo necessário recuar a Março deste ano, mês em que o aumento anual dos preços foi de 22,3% para encontrar um valor superior.

A taxa de inflação acumulada em Setembro, que mede os preços nos primeiros nove meses do ano, fixou-se nos 15,8%, 4,2 pontos percentuais abaixo dos 20,0% registados no mesmo mês de 2017. Já a taxa de inflação média, que mede o aumento médio dos preços nos últimos 12 meses e que serve de referência para as negociações salariais, manteve-se estável nos 22,8% em Setembro.

A inflação mensal nacional foi de quase 5%, ou seja, um valor igual da cidade capital. As províncias que registaram maiores aumentos mensais foram: Luanda, com quase 5%, Cunene com 2,8%, Bengo com 2,6% e Namibe com 2,2%. No extremo oposto ficaram Cabinda com 1,3%, Huambo e Bié com quase 1,2%, e Cuando-Cubango com 0,9%.

Novo índice de preços

O INE lançou, pela primeira vez, o relatório sobre os preços das exportações e importações. Na publicação de estreia, com referência ao mês de Março deste ano, os dados indicam que os preços dos bens importados aumentaram 2,1%, face ao mesmo mês de 2017. No período homólogo, os preços de importação que mais aumentaram foram nos produtos químicos (25,9%) no vestuário (17,3%), nas Máquinas, equipamentos e aparelhos (13,3%). O calçado (-57,5%), matérias têxteis (-29,7%) produtos minerais, mineiros (-20,1%) e alimentares (-20,7%) foram os que sofreram a maior redução de preços na importação.

Quanto à exportação, face ao período homólogo, as matérias têxteis, com um aumento de 22% nos preços, seguido de produtos agrícolas (11,7%) e combustíveis e minerais (11,3%) foram os bens exportados que viram os preços aumentar mais. Houve uma descida de preços substancial nos produtos químicos (-34,3%), nos produtos celulósicos e papel (-20,4%) e alimentares (-19,8%).

I.12 Trabalhadores "receberão" menos dinheiro a partir de Dezembro

Jornal O PAÍS

19 De Outubro de 2018

Texto: Stela Cambamba

Os funcionários de empresas públicas e privadas inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) passarão a ser descontados a partir do "grosso" salarial, no qual fazem parte também os subsídios, a partir do dia 19 de Dezembro.

A chefe de departamento de segurança social, Conceição de Sousa, anunciou, ontem, em Luanda, que esta medida será implementada com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 227/18, de 27 de Setembro, que estabelece o regime de vinculação e de contribuição da protecção social obrigatória, revogando o Decreto 38/08, de 19 de Junho.

"No salário de Dezembro, os funcionários serão já descontados", afirmou.

Deste dia em diante, as empresas serão obrigadas a efectuar as contribuições de forma electrónica, evitando ter que se deslocar ao INSS, como acontece actualmente, para cumprirem a obrigação legal.

Conceição de Sousa explicou que contrariamente ao anterior Decreto Presidencial, o novo traz uma base contributiva mais alargada, em que os maiores beneficiados serão os trabalhadores. "O novo decreto vai pesar para as empresas, mas quem sai beneficiado é o funcionário", garantiu.

Segundo conta, como no anterior as quotas eram direccionadas apenas ao salário base, há empresas que definiam ordenados muito baixos e implementavam subsídios que elevavam os salários.

Para dissipar quaisquer dúvidas, exemplificou que "há empresas que pagam 500 a 600 mil Kwanzas, mas o salário base é de 100 mil Kwanzas. As contribuições são feitas com base no ordenado principal e não em subsídios".

Face à essa situação, na altura da solicitação de algum benefício, principalmente a reforma, os candidatos acham que estão a ser injustiçados, tendo em conta o salário que auferiam. Para evitar estes dissabores, as empresas não terão como definir ordenados magros e elevar com os subsídios.

Conceição de Sousa acredita que a política das empresas deveu-se ao facto de que o pagamento dos 8% ficaria baixo.

A partir do dia 19 de Dezembro, as empresas serão obrigadas a efectuar as contribuições de forma electrónica, mas, por agora, todas as instituições que se dirigem ao INSS a apresentar o comprovativo do pagamento, os técnicos, no mesmo instante vão inserir no sistema, se o pagamento não for efectuado, o programa rejeita.

Depois da data limite do pagamento no INSS, o sistema emitirá uma guia de juros de mora. No entanto, a instituição vai levar a cabo uma campanha com a finalidade de sensibilizar as empresas para cumprirem o estabelecido na lei.

As empresas que desrespeitarem a lei terão sanções duras e poderão ver os seus bens penhorados e contas bloqueadas.

1.13 UNITA considera "deplorável" a condição social das populações

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2018

Texto: Norberto Sateco

O presidente a UNITA, Isaiás Samakuva, considerou ontem, em Luanda, que no novo ciclo político de Governança a situação social das populações degradou-se.

O líder do maior partido na Oposição que fez este pronunciamento quando reagia ontem ao discurso sobre o Estado da Nação, proferido pelo Presidente João Lourenço na abertura do ano legislativo no Parlamento no passado dia 15 de Outubro referiu que há alegados estudos que indicam que mais de 50 por cento dos angolanos não têm acesso às três refeições recomendadas ao dia.

O líder do "galo negro", diante dos membros do seu partido e representantes da Comunidade Internacional apesar de tecer críticas à governação do Presidente Lourenço, reconhece que o país está a viver um momento político "inédito" da sua história, marcado pela correcção daquilo que está mal.

Em relação ao epicentro do discurso, Samakuva lamenta ter sido confundido com a apresentação de contas públicas, sem que no entanto esclarecesse o nível de implementação de algumas das promessas eleitorais com destaque para a criação dos 500 mil empregos e postos de trabalho.

"O Estado da Nação não pode ser confundido com a apresentação de números sobre as contas públicas mas, ao estado espiritual e as aspirações das populações", referiu o dirigente partidário.

Noutro campo de desenvolvimento, Isaiás Ngola Samakuva, insistiu na despartidarização das instituições de forma a normalizar o país.

Para tal, Samakuva defende que seja revista a Constituição, visando aperfeiçoar os mecanismos que assegurem os direitos, garantias e liberdades fundamentais, bem como a descentralização do poder.

Sobre o desempenho do Parlamento, Samakuva diz esperar por melhorias na perspectiva da assumpção das suas reais funções de fiscalização do Executivo.

1.14 Municípios recebem verbas para o combate à pobreza

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2018

Texto: Victor Pedro

O Executivo está a disponibilizar, mensalmente, de forma directa, a todos os municípios, dinheiro para a implementação de acções de combate à pobreza, no âmbito do novo regime financeiro local, informou terça-feira, no Sumbe, o secretário de Estado para a Acção Social, Lúcio do Amaral.

As referidas acções estão enquadradas no Programa. Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), uma das prioridades do Executivo no quinquénio 2018/2022.

O secretário de Estado da Acção Social não revelou o valor, mas um técnico do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher indicou que o Executivo disponibiliza, anualmente, 544 milhões de kwanzas (por município) para as administrações municipais garantirem o cumprimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Num encontro com administradores adjuntos para o sector Político, Social e Económico dos 12 municípios do Cuanza-Sul, Lúcio do Amaral alertou os gestores locais a terem rigor na execução do programa integrado, que tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza e à promoção do desenvolvimento local. O encontro, disse, enquadra-se nas acções do Ministério da Família, Acção Social e Promoção da Mulher (Masfamu) para monitorizar o cumprimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza (PIDLCP), a ser implementado pelas administrações municipais, à luz do novo contexto de governação.

Lúcio do Amaral adiantou que a monitorização do programa integrado visa avaliar, junto dos administradores municipais, como estão a ser utilizados os recursos disponíveis para os projectos de redução das dificuldades sociais que afectam as populações mais vulneráveis.

Avaliar a operacionalização das acções desenvolvidas e prestar apoio técnico e meto do lógico às administrações municipais, através de medidas e políticas cujas acções têm incidência nos municípios, tendo em atenção as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento, que prevê retirar da extrema pobreza mais de 3 milhões de angolanos até 2022, são objectivos do programa.

As acções estão viradas para as classes dos ex-militares, famílias em situação de vulnerabilidade, capacitação e empoderamento da mulher, reforço da oferta dos serviços sociais básicos e comércio rural, entre outras, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações, sobretudo nas zonas mais recônditas.

O programa está dividido em subprogramas dos sectores da Agricultura, Pecuária, Pescas, Construção, Obras Públicas, Comércio rural, Ordenamento do Território e Habitação, Indústria e transformação local, Saúde, Educação, Ambiente, Energia e Aguas, e outros.

Uma situação que provocou acesos debates, levantada pelo governador do Cuanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, tem a ver com a situação de bairros e aldeias que possuem um reduzido número de habitantes, mas exigem a criação de todos os serviços básicos.

Sobre o assunto, o secretário de Estado da Acção Social, Lúcio do Amaral, considerou que o Estado vai começar a impor a sua autoridade para acabar com esta desordem que, disse, em muitos casos é fomentada pelas autoridades tradicionais.

1.15 O engajamento dos cidadãos na busca de soluções para a nossa economia

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Num momento em que as desigualdades entre angolanos ricos e pobres tende a manter-se ou inclusive aumentar, considero de certa gravidade o facto de que continuamos a desperdiçar muitos dos nossos preciosos recursos naturais, humanos, económicos e financeiros.

Ainda que o país possua recursos, meios, conhecimentos e potencial suficiente para enfrentar e solucionar muitos dos problemas sociais e económicos com que se depara na actualidade, e o Chefe de Estado demonstre coragem e vontade política necessárias para enfrentá-los, nota-se, entretanto, que parte significativa da classe política e dirigente ainda não percebeu que, mais do que soluções técnicas, o problema da crise económica requer respostas morais e éticas para que possamos enfrentar de maneira adequada as causas e os efeitos que a mesma provoca na vida das pessoas.

Não poderemos esperar grandes resultados enquanto algumas instituições do Estado continuarem a fugir às suas responsabilidades na hora de enfrentar os problemas com que nos deparamos, em parte, devido às suas debilidades institucionais e a própria conveniência dos poderosos interesses políticos, corporativos e partidários surgidos e consolidados nos últimos anos. A dinâmica de poder concentrado ao nível central provoca danos que acabam por afectar sempre o desenvolvimento do nosso país com largos prejuízos à sua economia.

As terríveis alterações climáticas que afectam de forma devastadora algumas regiões do país de modo recorrente, o incremento dos níveis de inflação, a volatilidade dos preços dos alimentos e o acesso desigual aos recursos naturais como a terra, água e outros bens e serviços estão a aumentar as desigualdades e a causar grande sofrimento nas comunidades mais vulneráveis. Contudo, até ao momento, não se tomaram as medidas que se imponham para lidar com estes problemas, e muito menos foram realizadas acções significativas na busca de soluções ao nível local ou nacional. Alguém sabe da existência de iniciativas relevantes de consulta pública junto destes colectivos mais afectados pelos problemas mencionados por parte dos responsáveis pela formulação de políticas a eles destinadas? Mas nem tudo vai mal. Há também sinais de esperança, e de entre estes destaco os seguintes: o sentimento de indignação ante a falta de patriotismo e os abusos perpetrados por uma certa elite composta por altos dirigentes e empresários contra o erário público, ao ponto de afectar seriamente a credibilidade do nosso sistema financeiro, assim como os actos de irresponsabilidade e corrupção que fizeram com que o Estado tivesse hoje menos capacidade para proteger vulneráveis e promover a justiça, tende felizmente a aumentar; os desperdícios financeiros e a afectação de verbas públicas para despesas supérfluas, os investimentos improdutos, ou ainda a alocação imprudente de recursos para projectos sem impacto social ou económico relevante para esta populações são hoje, mais do que ontem, difíceis de justificar aos olhos de uma cidadania mais exigente. Num momento em que os cidadãos sentem existir uma diminuição, em termos quantitativos e qualitativos, da capacidade do Estado para prover bens e serviços essenciais, a reivindicação por mudanças é generalizada em todo país, e tais reivindicações têm como principais entusiastas jovens cada vez mais preocupados com o futuro do país. A negação do modelo de governação a que estivemos sujeitos durante a época doirada do crescimento económico abre portas à nova oportunidade de diálogo entre os cidadãos e as instituições, e se for frutífero, deste diálogo poderão surgir novas ideias e soluções para

os velhos problemas de que enferma a nossa economia. Acabar com os escandalosos níveis de pobreza extrema e desigualdades sociais está ao alcance desta geração de angolanos e angolanas. Só que para tal, precisamos de instituições do Estado mais responsáveis e eficazes, políticos e dirigentes mais comprometidos, empresas privadas socialmente mais responsáveis e, sobretudo, cidadãos dotados de capacidade para reivindicar os seus direitos de participar na busca de soluções políticas, económicas e sociais para inverter a situação que se abate sobre todos nós.

1.16 Salários encolhem e custos das empresas sobem em Janeiro

Jornal Expansão

12 De Outubro de 2018

Texto: Joaquim José Reis

o alargamento da base de incidência contributiva para a Segurança Social, que passa a incluir pagamentos em espécie, vai 'encolher' salários e aumentar os custos das entidades empregadoras a partir de Janeiro.

Uma das principais alterações que vão resultar da entrada em vigor, a 26 de Dezembro, do Decreto Presidencial n.0227/18, de 27 de Setembro, que decreta o novo Regime Jurídico da Vinculação e de Contribuição da Protecção Social Obrigatória, prende-se com o alargamento da base de incidência aos trabalhadores que auferem parte da sua remuneração em espécie, como viatura ou habitação, que agora "deve ser referenciada em dinheiro, para efeito de incidência contributiva".

De fora continuam as contribuições para a segurança social ao abrigo do regime da Protecção Social Obrigatória suportadas pela entidade empregadora e as contribuições para a segurança social ao abrigo de outras modalidades de protecção social complementares suportadas pelo trabalhador e pela entidade empregadora. Estas excepções já constavam no Decreto n. o 38/08, de 19 de Junho, agora substituído.

De acordo com Inês Cunha, responsável pela área de impostos da consultora PwC, "com o aumento da base de incidência para o total das remunerações ilíquidas, pecuniárias ou em espécie, os trabalhadores poderão ver o seu vencimento líquido diminuir". A responsável acrescenta que retribuições como subsídio de Natal, subsídio de almoço, subsídio de transporte, entre outros estão sujeitos a contribuições para a Segurança Social, sendo que o trabalhador terá

que suportar 3% desse valor e a entidade empregadora 8%.

"Estas alterações vão-se reflectir necessariamente num aumento dos custos das entidades empregadoras e no aumento dos encargos suportados pelos trabalhadores", sublinha.

No entanto, a nova legislação é omissa quanto à forma como deverão as empresas calcular o valor dessas remunerações em espécie. "A lei não especifica o método para aferir o valor da remuneração em espécie, pelo que a entidade empregadora deverá procurar suportar devidamente esse mesmo valor numa base casuística", refere Inês Cunha.

No caso de disponibilização de um apartamento "poderá ser considerado como benefício em espécie o valor eventualmente suportado pela entidade empregadora com a renda desse imóvel ou, no caso de ser um imóvel próprio, o valor mercado da renda de um imóvel de idêntica natureza e condições". Quanto a outras remunerações em espécie como cabazes oferta, viagens, refeições em cantina "poderá ser utilizado como indicador o custo suportado pela empresa".

Para Gustavo Amaral, consultor da KPMG, definir a equivalência em dinheiro dos pagamentos em espécie trará "dificuldades" uma vez que "ainda não foram aprovadas regras que permitam entender o modo como tais equivalências devem ser realizadas."

Em declarações ao Expansão, consultor acrescenta que esta alteração é uma "tentativa de tornar o sistema de Protecção Social Obrigatória mais eficaz e sustentável, permitindo uma melhor interpretação, aplicação e cumprimento das regras de acesso às prestações sociais". Além do aumento da base de incidência, o decreto traz outras alterações como os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento das contribuições serem reduzidos de 2,5% para 1 % por mês e a definição de um prazo de prescrição das dívidas à Segurança Social, que passa a cinco anos. Na legislação anterior, as contravenções das quais resultassem dívidas à Segurança Social não prescreviam, mas agora será aumentada a lista de situações que resultam na suspensão temporária da contagem deste prazo.

Por outro lado, a retenção de contribuições para a Segurança Social aos trabalhadores sem posterior entrega à entidade gestora, além de constituir uma contra-ordenação, passa também a constituir um crime de abuso de confiança. Outra das alterações passa pelo facto de os ascendentes passarem a estar excluídos da definição de dependentes dos

trabalhadores para efeitos da Protecção Social Obrigatória.

O Expansão apurou que o Governo está a preparar uma revisão ao Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) com objectivo de alargar a base tributável a moldes semelhantes às efectuadas agora nas contribuições à Segurança Social.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Kixicrédito quer ser banco de microfinanças

Jornal Valor Económico

1 De Outubro de 2018

Texto: José Zangui

A primeira instituição de microcrédito no país, a Kixicrédito, solicitou ao Banco Nacional de Angola permissão para se tornar uma instituição de microfinanças, mas terá de esperar pela regulamentação, segundo resposta que recebeu do banco central.

Ao VALOR, o director executivo da instituição, Joaquim Catinda, explicou que a solicitação foi motivada pela "necessidade e intenção" de fornecerem mais serviços, além do microcrédito. O micro-seguro, a micropoupança e a micro-remessa fazem parte do leque de serviços que a instituição perspectiva. "O crédito é um produto facultativo, o que não é tanto o caso da poupança. Os estudos dizem que, por cada um crédito solicitado, existem, pelo menos, cinco poupanças e nós gostaríamos de explorar as várias potencialidades do mercado", explicou.

A lei das instituições financeiras, de 2015;prevê o surgimento de instituições de microfinanças, no entanto falta o regulamento que, entre outros, define o capital social destas instituições. "Segundo o BNA, temos de esperar pela regulamentação e, na verdade, a nossa solicitação foi também no sentido de pressionar para a regulamentação."

A lei define as instituições de microfinanças como "financeiras bancárias, cujo objectivo principal é a captação de pequenos depósitos e concessão de microcrédito, conforme regulado em diploma específico".

Joaquim Catinda garante que o Kixicrédito, com a experiência que tem de 11 anos em microcrédito, "tem capacidade financeira" para evoluir para um banco. "Estamos preparados. Há um 'gap' no sistema financeiro entre os grandes operadores e as pessoas com menos recursos que deve ser assegurado pelas instituições de microfinanças e nós queremos fazer parte desse nicho", insiste.

BALANÇO POSITIVO

Ó director da Kixicrédito faz um balanço positivo do último ano, cujo resultado líquido foi de 200 milhões

de kwanzas. Em média, a instituição concedeu diariamente 40 financiamentos, que totalizaram 20 milhões de kwanzas por dia. O valor máximo por cliente é de um milhão de kwanzas, com taxas de reembolso que variam entre os 4% e 4,95% consoante o montante recebido, sendo que o reembolso é feito de forma parcelar, semanal, quinzenal ou mensal.

O gestor manifesta-se preocupado com o nível alto da taxa de incumprimento que saiu dos 5% em 2014 para os 12%, quando o recomendável é inferior ou igual a 5%. Segundo o próprio, a alta de incumprimento é justificada com a incapacidade financeira e com a falta de vontade de alguns clientes. Mas garante que a instituição tem "mecanismos eficazes" para localizar os clientes. Neste momento, a instituição tem 25 mil clientes activos, ou seja, com crédito em curso.

UM MILHÃO É DESAJUSTADO

Até 2015, foram licenciadas mais de 30 instituições de microcrédito, mas, depois de alguns meses, o BNA retirou licenças de algumas instituições que não operavam/"Houve facilidade na atribuição de licenças, mas os accionistas não tinham capacidade para iniciar a actividade", explicou Joaquim Catinda. Por outro lado, o gestor defende a revisão da regulamentação sobre os valores máximos a conceder, actualmente estipulados em um milhão de kwanzas, por serem "desajustados",

O valor foi estipulado numa altura em que 100 dólares correspondiam a 10 mil kwanzas, contexto diferente da actual conjuntura. Por essa razão, as partes já trabalham para a revisão do tecto máximo.

A Kixicrédito está presente em 17 províncias, com um total de 22 agências, sete das quais em Luanda, deixando de parte a do Cunene. A instituição justifica-se com o facto de a província ser uma região de trânsito de Angola para Namíbia "e não tanto de um comércio intenso".

2.2 “Concedemos uma média mensal de 2mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano”

Jornal: Mercado

05 De Setembro de 2018

A nossa média de financiamento é de cerca de 4 mil milhões Kz por ano e a média mensal ronda os 400 milhões Kz. Contudo, à medida que os anos vão evoluindo, tende a subir e chega ao fim do ano com

4,5 ou 4,8 mil milhões Kz. Se quisermos converter em USD, estou tranquilo em dizer que já passámos os 500 milhões USD no total. Hoje se falarmos em 4 mil milhões de Kz e converter isso em USD, dá pouco mais 13 ou 14 milhões USD, mas em 2014 isso era 40 ou 45 milhões USD, só para ver como ficou desafiante falar em números globais.

Olhando para o relatório e contas de 2017, qual foi o resultado líquido da Kixi Crédito? Antes de impostos, tivemos um resultado líquido de cerca de 300 milhões Kz, e depois de impostos declaramos um lucro de 240 milhões Kz. É pouco, se comparado com o resultado dos bancos, mas para o nosso nível de intervenção, em plena crise, é um resultado robusto.

No princípio, a Kixi Crédito tinha como grande objectivo o empoderamento da mulher, mantém essa matriz? Não necessariamente. Nunca tivemos um objectivo específico com o empoderamento da mulher. A Kixi Crédito surgiu num contexto de conflito, e um dos grandes focos no início da nossa actividade foram os campos de deslocados, numa altura em que as pessoas recebiam tudo de graça, mas não gostavam dessa condição, daí que começaram a procurar soluções de inserção no mercado por via de algum tipo de comércio para obter rendimentos.

Naquela altura, a pesquisa determinou que um dos principais obstáculos que as pessoas encaravam para se inserirem nas grandes cidades era o acesso ao financiamento, portanto foi nesta perspectiva que o programa foi lançado, como uma alternativa de financiamento às pessoas que se refugiaram nas grandes cidades devido ao conflito armado. De facto, as mulheres eram a maioria nestes centros de deslocados porque os homens estavam em combate.

Até ao momento esse quadro se mantém? Sim. Cerca de 60% dos nossos clientes são mulheres. Temos aproximadamente 25 mil clientes e pouco mais de 14 mil são mulheres. Isto quer dizer então que o sector do comércio continua a ser aquele que tem maior exposição na vossa carteira de crédito? Claro. É o sector com mais visibilidade, e é um dos que mais cresce, porque os outros sectores, como o produtivo e de prestação de serviços, estão ainda em escala inferior.

Qual é o valor que o sector do comércio consome na vossa carteira, e qual é valor para os outros sectores? Neste momento, estamos com uma média de desembolso de crédito de 400 a 500 milhões de Kz por mês. Deste valor, cerca de 60% a 70% é para o comércio, sendo o restante destinado à prestação de serviços e ao sector produtivo.

Nós contabilizamos mais de 400 mil financiamentos durante o nosso tempo de existência. Obviamente que nem todos os financiamentos terão produzido os mesmos resultados, alguns excelentes e outros nem por isso, mas já financiámos mais de 500 milhões USD.

Olhando para o sector produtivo, quais são as áreas económicas que mais se destacam? É o sector da transformação. Temos clientes que transformam e pedem financiamento apenas para arcar com os custos de transporte para a comercialização. Neste momento, quantos processos deram entrada na Kixi Crédito e aguardam por financiamento?

Temos uma média mensal superior a 2 mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano. Isto é dinâmico, os nossos clientes são cíclicos e essa é a nossa média. A estimativa mensal é de 250 a 400 milhões Kz, a média diária é de 20 milhões Kz por desembolso. O crédito médio por cliente, isto é, todo o crédito concedido pelo número de clientes na altura em que concedemos, ronda os 150 mil kwanzas. Muitas vezes questionam-nos, como é que mesmo em crise continuamos a conceder financiamentos, isso porque a banca, em geral, parou de dar crédito. A nossa única actividade é conceder crédito, por isso continuamos.

Qual é o valor mínimo e máximo que a Kixi Crédito concede a cada cliente? O valor máximo é tabelado por Lei e corresponde a 1 milhão Kz por pessoa. Não existem mínimos, mas tentamos não ceder financiamento abaixo de 10 mil Kz. 1 milhão Kz foi determinado numa conjuntura em que era equivalente a 10 mil USD. Estamos a falar de 2011, quando saíram os regulamentos actuais, e, obviamente, 1 milhão de Kz actualmente é muito dinheiro, mas estão longe de ser 10 mil USD.

Defende que a legislação carece de actualização? A legislação está actualizada, temos um novo instrumento legal que é a Lei 12/15, a Lei das Instituições Financeiras que substituiu a Lei 13/05. O que não temos actualizado, são os regulamentos. A legislação é da responsabilidade da Assembleia Nacional, sendo os regulamentos uma responsabilidade do regulador, que é o banco central. No capítulo dos montantes, principalmente para aquele valor que está definido como máximo, deveria ser actualizado.

Qual é o tratamento que a Kixi Crédito dá aos processos de solicitação de crédito cujo valor vai além do estipulado por lei? É difícil. Há pouco tempo, uma cliente veio ter connosco porque

precisava de 2 milhões Kz para reabilitar um salão de festas. Informamos que não concedemos crédito acima de 1 milhão Kz e sugerimos que fosse a um banco novo que diz oferecer micro-crédito. Dias depois a cliente ligou a dizer que a quantidade de documentos que o banco exigiu, entre os quais estudo de viabilidade e projecto de construção, fez-lhe desistir. Ou seja, só para tratar os documentos, provavelmente, nem os 2 milhões Kz de que precisava para o investimento seriam suficientes.

Pensa que com estes procedimentos a banca tem, de alguma forma, contribuído para o atraso no desenvolvimento ou implementação de alguns projectos empresariais? Não culpo só a banca. Fôr um lado, os bancos utilizam um sistema de raking para uma realidade descontextualizada. Por outro lado, as instituições credoras em Angola estão muito desprotegidas.

2.3 Metade dos bancos comerciais oferece o programa "Banquita Crescer"

Jornal O PAÍS

5 De Outubro de 2018

Texto: Patrícia de Oliveira

O Banco Nacional de Angola (BNA) promove a educação pra a poupança, através do projecto "Banquita", no âmbito do programa de educação financeira para estimular a adesão do público à banca. O serviço "Banquita Crescer" pode ser adquirido com valor mínimo de kz 1000 mil, já o máximo está na ordem de KZ 250 mil e a taxa de remuneração é de 7 %.

Poupança pode ser entendida como a parte do salário ou rendimento que não é gasta no presente e é guardada para utilização futura. O hábito de poupança é um indicador que demonstra que o indivíduo tem responsabilidade em relação ao seu futuro, para acudir em situações de emergência ou investir de modo a alcançar independência financeira.

"Não nos tornamos ricos com o que ganhamos, mas com o que não gastamos". Foi com esta frase que Abel Canivete começou a palestra sobre a "Importância da Poupança", na mediateca de Luanda.

De acordo com o responsável do Departamento de Educação Financeira do BNA, Abel Canivete, para poupar não é preciso ter salários elevados, mas a capacidade de equilíbrio entre a receita e as despesas. "Poupar é um acto de disciplina financeira", avançou.

Segundo ele, com actos de poupança pode-se ter resultados a longo prazo e, caso haja alguma eventualidade, o indivíduo está em condições de resolver a situação, deste modo evitando as dívidas.

No que toca ao procedimento de poupança, o palestrante referiu que numa primeira fase é necessário saber quanto se possui, a proveniência das receitas e como é aplicado o dinheiro, para melhor disciplinar a situação financeira.

"Quando nos referimos às despesas devemos ter em conta todos os elementos que são incluídos, para ajustar o estilo de vida às receitas. Para não gastar mais que a renda", explica.

O responsável defende uma abertura de uma conta bancária para emergências e efectuar um orçamento. "O orçamento serve para cortar as despesas desnecessárias e ajudar a poupar", explica.

Abel Canivete referiu que investir é aplicar o dinheiro para obter lucros. Existe o investimento de Renda Fixa (IRF) que apresenta menor riscos ao investidor, permitindo saber o valor futuro de investimento, enquanto o investimento de Renda Variável (IRV) oferece maior retorno com lucros variáveis, mas representa maior risco para o investidor

A Feira do Investidor, que encerra hoje, tem como objectivo destacar a importância da educação financeira e da protecção do investidor.

2.4 Metade dos bancos comerciais oferecem o programe "Banquita Crescer"

Jornal O País

5 De Outubro de 2018

Texto: Patrícia de Oliveira

O Banco Nacional de Angola (BNA) promove a educação pra a poupança, através do projecto "Banquita", no âmbito do programa de educação financeira para estimular a adesão do público à banca. O serviço "Banquita Crescer" pode ser adquirido com valor mínimo de kz 1000 mil, já o máximo está na ordem de KZ 250 mil e a taxa de remuneração é de 7 %.

Poupança pode ser entendida como a parte do salário ou rendimento que não é gasta no presente e é guardada para utilização futura. O hábito de poupança é um indicador que demonstra que o indivíduo tem responsabilidade em relação ao seu futuro, para acudir em situações de emergência ou investir de modo a alcançar independência financeira.

"Não nos tornamos ricos com o que ganhamos, mas com o que não gastamos". Foi com esta frase que Abel Canivete começou a palestra sobre "a Importância da Poupança", na mediateca de Luanda.

De acordo com o responsável do Departamento de Educação Financeira do BNA, Abel Canivete, para poupar não é preciso ter salários elevados, mas a capacidade de equilíbrio entre a receita e as despesas. "Poupar é um acto de disciplina financeira", avançou.

Segundo ele, com actos de poupança pode-se ter resultados a longo prazo e, caso haja alguma eventualidade, o indivíduo está em condições de resolver a situação, deste modo evitando as dívidas.

No que toca ao procedimento de poupança, o palestrante referiu que numa primeira fase é necessário saber quanto se possui, a proveniência das receitas e como é aplicado o dinheiro, para melhor disciplinar a situação financeira.

"Quando nos referimos às despesas devemos ter em conta todos os elementos que são incluídos, para ajustar o estilo de vida às receitas. Para não gastar mais que a renda", explica.

O responsável defende uma abertura de uma conta bancária para emergências e efectuar um orçamento. "O orçamento serve para cortar as despesas desnecessárias e ajudar a poupar", explica.

Abel Canivete referiu que investir é aplicar o dinheiro para obter lucros. Existe o investimento de Renda Fixa (IRF) que apresenta menor riscos ao investidor, permitindo saber o valor futuro de investimento, enquanto o investimento de Renda Variável (IRV) oferece maior retorno com lucros variáveis, mas representa maior risco para o investidor

A Feira do Investidor, que encerra hoje, tem como objectivo destacar a importância da educação financeira e da protecção do investidor.

2.5 Novo "Angola Investe" em Dezembro

Jornal O PAÍS

5 De Outubro de 2018

O secretário de Estado da Economia, Sérgio Santos, disse, no final da reunião, em Luanda, que o funcionamento do novo programa, nomeadamente montantes e valor da bonificação das taxas de juro, será conhecido entre Dezembro de 2018 e Janeiro de 2019.

Sérgio Santos recordou que o programa Angola Investe concedeu ao longo dos últimos quatro anos, através da banca comercial, 120 mil milhões de kwanzas (420 milhões de dólares) para financiar 515 projectos.

Disse ainda que o Estado apoiou a concessão de créditos num total de 55 mil milhões de kwanzas (193 milhões de dólares), que serviram para bonificar os juros, capitalizar os fundos de garantia e de capital de risco e para a criação de "ambiente satisfatório à concessão de crédito."

O programa Angola Investe foi criado pelo Governo para apoio e financiamento de projectos de investimento às micro, pequenas e médias empresas, sendo operado por bancos comerciais nacionais coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, em parceria com o Fundo de Garantia de Crédito. Em Junho deste ano, à margem do I Congresso da Produção Nacional, realizado pela Confederação Empresarial de Angola, Sérgio Santos considerou "satisfatórios" os resultados do programa Angola Investe, que conta com um acompanhamento trimestral do Governo.

Aos micro-empresários o crédito concedido foi até 200 mil dólares, aos pequenos empresários 1,5 milhões de dólares e aos médios empresários cinco milhões de dólares, sendo prioritários no acesso ao empréstimo projectos nos sectores da agricultura, pecuária e pescas, seguindo-se materiais de construção, indústria transformadora, geologia e minas e serviços de apoio ao sector produtivo.

2.6 Novo "Angola investe" em Dezembro

Jornal O País

5 De Outubro de 2018

O secretário de Estado da Economia, Sérgio Santos, disse, no final da reunião, em Luanda, que o funcionamento do novo programa, nomeadamente montantes e valor da bonificação das taxas de juro, será conhecido entre Dezembro de 2018 e Janeiro de 2019.

Sérgio Santos recordou que o programa Angola Investe concedeu ao longo dos últimos quatro anos, através da banca comercial, 120 mil milhões de kwanzas (420 milhões de dólares) para financiar 515 projectos.

Disse ainda que o Estado apoiou a concessão de créditos num total de 55 mil milhões de kwanzas (193 milhões de dólares), que serviram para bonificar os juros, capitalizar os fundos de garantia e de capital de risco e para a criação de "ambiente satisfatório à concessão de crédito."

O programa Angola Investe foi criado pelo Governo para apoio e financiamento de projectos de investimento às micro, pequenas e médias empresas, sendo operado por bancos comerciais nacionais e coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, em parceria com o Fundo de Garantia de Crédito. Em Junho deste ano, à margem do I Congresso da Produção Nacional, realizado pela Confederação Empresarial de Angola, Sérgio Santos considerou "satisfatórios" os resultados do programa Angola Investe, que conta com um acompanhamento trimestral do Governo.

Aos micro-empresários, o crédito concedido foi até 200 mil dólares, aos pequenos empresários 1,5 milhões de dólares e aos médios empresários cinco milhões de dólares, sendo prioritários no acesso ao empréstimo projectos nos sectores da agricultura, pecuária e pescas, seguindo-se materiais de construção, indústria transformadora, geologia e minas e serviços de apoio ao sector produtivo.

2.7 O que nós fazemos é resolver um dos problemas de exclusão financeira

05 De Setembro De 2018

Jornal Mercado

Texto: Quingila Hebo

A Kixi Crédito completou recentemente 13 anos de existência. Ao longo deste período, presumimos, nem tudo correu bem. Qual é a taxa de incumprimento da Kixi Crédito? Sim, de facto, há dificultades. A nossa taxa média de incumprimento subiu ligeiramente com a crise, mas mantivemos uma taxa bastante sólida, abaixo de 5%. Neste momento, registamos uma taxa de incumprimento ponderada entre 11% a 12%, que é muito baixa se comparada aos bancos, que, segundo o governador do BNA, a taxa de crédito malparado é de 26%.

Esta taxa de incumprimento é devido à vossa exposição ao sector do comércio? Toda gente sabe que o comércio transfronteiriço reduziu bastante com a crise, devido à pouca disponibilidade de divisas. Acredito que teremos tido uma exposição no comércio transfronteiriço entre 11% a 15%, e é a camada que mais sofreu com a falta de divisas. Mas,

somado a isso, com toda a problemática cá dentro, o que aconteceu é que os rendimentos permaneceram quase estáveis e os preços não. Quem ganhava 100 mil Kz em 2014 praticamente ainda ganha o mesmo valor, nalguns casos passaram a ganhar 105 mil ou 120 mil Kz, mas os preços registaram um incremento muito acentuado. Isto significa que o rendimento disponível das famílias começou a ser canalizado para as necessidades básicas, deixando de fora o serviço da dívida com credores. Algumas famílias deixaram de comprar vestuário ou deixaram de construir, e isso levou a que a nossa carteira de crédito se depreciasse ligeiramente.

Ao longo da existência da Kixi Crédito, quantos processos por incumprimento sentiu necessidade de levar a tribunal? É uma discussão que temos tido internamente. O gerente defende que alguns clientes deveriam ser levados à justiça, mas temos que pensar primeiro quanto custa levar um processo a tribunal. Às vezes, o cliente deve-nos 500 mil Kz, note-se que um tribunal para dirimir um caso de incumprimento tem que fazê-lo na Câmara Cível, e os emolumentos para dar entrada a um processo na Câmara Cível são muito altos. Além de que é preciso contratar um advogado e esperar pelo veredicto durante quatro ou cinco anos. No fim do processo, os custos podem chegar a 1 milhão ou dois 2 milhões Kz, muito acima do que o cliente deve. Portanto, a análise custo/benefício determinou que não levássemos processo algum ao tribunal.

Qual seria o prazo ideal para a execução de uma garantia de crédito? Vamos seguir o exemplo das economias mais maduras, como da América ou da Europa. Nessas economias, o tempo de execução de uma garantia é o tempo sumário. Por exemplo, tenho um amigo que se casou nos Estados Unidos e estava à espera que o dinheiro para as despesas saísse de Angola, isto foi no início da crise, o dinheiro demorou a chegar, tinha o compromisso de pagar, nem sequer era um crédito, mas a empresa cobrou durante três dias e depois transferiu a responsabilidade à uma empresa de cobranças. A partir daí, à dívida, que era de 100 USD, acrescentou-se uma taxa. A empresa de cobranças cobrou a dívida durante uma ou duas semanas e depois transferiu-a ao tribunal, que em tempo sumário decidiu tomar algum activo que o devedor tinha para cobrir a dívida. Com essas medidas, a responsabilidade de contrair um empréstimo é maior e os credores sentem-se, de alguma forma, protegidos. Portanto, a reforma judicial que foi prometida pelo actual Presidente da República, é necessária, principalmente para dinamizar a economia, porque as instituições credoras, nomeadamente os bancos, precisam de uma

alavanca legal forte, que dê protecção suficiente para se exporem mais.

Acredita que se houvesse essa protecção legal os bancos comerciais financiarão mais a economia?

Acredito que as instituições financeiras têm dinheiro, e o dinheiro serve para fazer mais dinheiro. Hoje os bancos vivem emprestando dinheiro ao Estado por via dos Títulos de Tesouro, é aí que têm cerca de 70% de exposição bancária, mas o papel fundamental dos bancos é emprestar dinheiro à economia por via do financiamento de vários projectos e, obviamente, quando o nível de protecção aos credores aumentar e o sistema judicial for mais célere na solução de problemas de incumprimento, a sociedade estará bastante moralizada e haverá mais confiança para conceder mais crédito. Como é que olha para o sector financeiro angolano, principalmente para a concessão de crédito? Como já referi, os bancos têm pouca apetência pelo crédito, contudo já devem também ter notado que estamos em crise, mas as instituições financeiras bancárias são as que mais lucros têm declarado. Só este ano, em seis meses, fizeram o dobro dos lucros que fizeram no ano passado, muito por conta das operações cambiais e dos Títulos de Tesouro. Mas temos as casas de câmbio a chorarem por falta do seu principal produto de comercialização, que são as divisas. Isto ajuda a recuperar a economia? Claramente que não, mas os Títulos de Tesouro estão a remunerar muito bem e são o refúgio das instituições bancárias, que fazem o papel de intermediários. Os bancos vão à busca de 1 milhão Kz aos clientes, pagam 10% de juros ao cliente e emprestam o dinheiro a 25% ao Estado e no final o banco remunera o dinheiro a 15%, ou seja, é uma festa! Este tem sido o refúgio dos bancos e que lhes permite lucros fabulosos.

Como é que deveria ser? O que tenho observado, ou pelo menos, o que observei quando da crise financeira de 2008, o primeiro esforço que as autoridades das economias maduras fizeram, foi reduzir a taxa de juros para incrementar o consumo, que por sua vez contribui para o aumento da produção e do emprego. Isso gera externalidades positivas na economia, porque com as taxas de juro baixas, as pessoas vão à banca buscar financiamento para consumirem mais e com mais consumo também se produz mais. Este processo todo é que vai alavancar a economia, e foi assim que boa parte das economias do primeiro mundo se recuperou da crise de 2008. Ainda hoje, na Europa ou na América, buscar financiamento é relativamente barato, as taxas de juro reais andam à volta de 1,5% ou 2% ao ano. O que observei cá, é que com a crise as taxas de juro aumentaram. E isso fez com que o crédito praticamente desaparecesse para os particulares e

para as empresas, tendo ficado disponível só para o Estado. Como consequência, reduziram também o consumo, a produção e o emprego.

Qual seria a taxa de juro ideal para o actual contexto? Penso que deve haver muitas fórmulas para os bancos determinarem as taxas que praticam. Mas sei, por exemplo, que actualmente as taxas de juro dos bancos comerciais começam em 19%. O BNA quando aumentou a taxa básica de referência para 16,6%, justificou-se que era para baixar a inflação. Não sei como é que se calcularam os 16,5%, mas acredito que foi estipulado por pessoas com melhor entendimento. Mas, se antes da crise a taxa de juro era de 8% a 10%, não se justifica que com a crise estejamos a negociar financiamentos a 20% ou 23%. As taxas de juro subiram mas com o país em crise. No primeiro mundo, quando houve crise, as taxas de juro

2.8 Banco Sol apoia fomento da agropecuária no Cubal

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2018

Texto: Maximiano Filipe

A cooperativa agropecuária do município do Cubal, a 150 quilómetros de Benguela, beneficiou de um montante de três milhões 867 mil e 400 kwanzas, na base de um programa de micro-crédito desenvolvido pelo Banco Sol, em todo o território nacional auto de consignação do referido contrato foi assinado pelo responsável da cooperativa, Francisco Mila Daniel, e pela administradora do Banco Sol, Carla Van-Dúnem.

De acordo com o coordenador geral da cooperativa, o valor recebido vai ser investido na compra de cabeças de gado bovino, charruas, motobomba, adubo, mangueiras para irrigação dos cultivos, entre outros bens, para o fomento da actividade agrícola na região, âmbito do programa de combate à fome e redução da pobreza. Segundo Francisco Daniel, a cooperativa já produzia diversas culturas, como milho, feijão, mandioca, abóbora, cana-de-açúcar, tomate, cebola e hortícolas, mas, por falta de condições, nomeadamente sistema de irrigação, adubos e pesticidas, para combater as larvas, toda a produção ficou destruída.

Com o apoio recebido, acrescentou, será possível redefinir prioridades e aumentar a produção. A directora provincial de Benguela da acção de Desenvolvimento Rural e ambiental, Célia Wuandi Sampaio, considera que o crédito bancário que o Banco Sol põe à disposição dos clientes tem vindo a

minimizar a carência de muitas famílias nas localidades onde são desenvolvidos diversos projectos de impacto social.

Avançou que nas comunidades do Dombe Grande, Ganda e Cuba existem diversas cooperativas agropecuárias, que também precisam de apoio financeiro, para aumentarem a produção, tendo em conta a formação que receberam da ADRA, no domínio da gestão financeira o quadro do programa de empreendedorismo nas comunidades, a ADRA tem

realizado diversas acções junto das cooperativas, nomeadamente de capacitação, mediação, orientação e supervisão durante o andamento dos projectos, mecanismos de produção, escoamento de bens, venda, técnicas de poupança e reembolso sem riscos do capital recebido aos bancos.

Este processo tem ajudado a evitar falência dos negócios e manter as relações entre associados e os bancos, sobretudo nas cooperativas das zonas rurais, acrescentou Cecília Sampaio. O presidente provincial da Associação dos Industriais de Angola, Carlos Leiria, considera que a acção do Banco Sol chega em momento certo, tendo em conta a actual realidade económica de muitos pequenos e médios empreendedores, que pretendem dinamizar os seus negócios.

O responsável sugeriu que acções similares sejam extensivas em todo o território nacional, de modo a garantir o surgimento de novos empregos. O administrador municipal da Ganda, Francisco Prata, sublinhou que o município oferece condições favoráveis para a implementação de diversos projectos sociais, que podem gerar riqueza, mais empregos para a juventude, bem como promover a qualidade de vida das famílias.

O presidente do Banco Sol, Coutinho obre Miguel, anunciou que para o presente ano e tão disponíveis cerca de 852 milhões de dólares, para a concessão de créditos aos empreendedores. Fez saber que o processo de concessão de créditos por parte do Banco Sol depende muito da fidelidade dos clientes. O Banco 01, garantiu, continua firme como parceiro do Governo e, entre outras acções, disponibilizou já 100 milhões de dólares, para financiar empresas, na base do Programa do Executivo denominado "Angola Investe".

O âmbito da extensão das acções do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel explicou que já foram instalados em todo o país 210 balcões, que fazem um atendimento de acima de 11.700 clientes, com 1.750 trabalhadores, entre operadores, contabilistas,

gestores, pessoal administrativo, auxiliar de higiene, entre outros.

2.9 “Em Angola praticamente não há crédito de campanha”

Jornal Economia & Finanças

12 De Outubro de 2018

Texto: Adérito Veloso

O engenheiro agrônomo mostrou-se pouco optimista com os resultados que o projecto governamental "Crédito de Campanha" tem a apresentar para aumentar a produtividade, mas ainda assim destaca que se deve começar a trabalhar de modo integrado e coordenado, atacando os factores limitantes de modo equilibrado e progressivo.

Para Fernando Pacheco, o reforço das capacidades institucionais e empresariais, capacitação dos técnicos e dos agricultores a todos os níveis, assistência técnica, investigação e infra-estruturas, podem garantir a tão almejada auto-suficiência alimentar.

Inicia a época agrícola 2018/2019. Qual é a visão do engenheiro sobre a actual política do Governo no apoio aos produtores/agricultores nacionais? Se olharmos para o plano teórico, as nossas políticas agrícolas nunca foram, de modo genérico, erradas. Possivelmente num ou noutro aspecto concreto poderíamos encontrar pontos de discordância. O que se constata é que os programas do partido no poder e do Governo diziam urna coisa e na prática fazia-se quase o oposto, principalmente em termos do Orçamento Geral do Estado e das opções de investimento público. Um exemplo concreto foi o escandaloso desperdício com os chamados projectos públicos de larga e média escala que, não estando previstos em nenhum dos tais programas, consumiram nos anos de reconstrução nacional mais de 1,5 mil milhões de dólares com resultados práticos miseráveis e hoje estão na sua maioria falidos e com as infra-estruturas muito degradadas. Em contrapartida, durante o mesmo período, os agricultores familiares beneficiaram, se tanto, de cerca de 200 milhões de dólares, mas são eles que produzem mais de 80 por cento da produção agrícola nacional. Há anos que tenho vindo a alertar para esta questão, incluindo junto de deputados da respectiva Comissão da Assembleia Nacional quando sou convidado, mas ninguém ouviu. Nos últimos tempos, a comunicação social pública tem vindo a revelar coisas que muitos de nós, considerados "críticos" vínhamos denunciando.

A quem atribuir a responsabilidade por este desastre?

No último ano, a situação começou a ser alterada no sentido de se implementar o que está previsto, e vemos finalmente uma certa preocupação com projectos estruturantes e outros que vão ao encontro de soluções que vinham sendo permanentemente adiadas. Ainda é cedo para tirarmos conclusões.

O que se deve fazer para que os indicadores que o Governo se propõe atingir em cada início do ano agrícola possam ser alcançados?

Primeiro que tudo, é preciso que o país em geral, e o Executivo em particular, olhem para a agricultura (englobando a pecuária e a floresta) com o respeito que ela merece. Isso seria mais fácil se nós não continuássemos a ter uma alternativa chamada petróleo para importar mais de três mil milhões de dólares de alimentos por ano. O que é um verdadeiro escândalo. O Executivo tem de analisar esta situação com toda a urgência e tomar medidas correctoras. Não vejo os Ministérios das Finanças e do Planeamento e Economia, nem os bancos públicos, verdadeiramente preocupados com o assunto, até porque não o conhecem. Claro que em última instância a responsabilidade é do Titular do Poder Executivo e da sua equipa de colaboradores.

As estradas nacionais continuam com grandes problemas, o que não facilita o escoamento da produção por parte dos agricultores. Que solução defende para se ultrapassar esta problemática? Se houvesse mais coordenação e integração na actividade do Executivo, o problema das estradas poderia estar melhor tratado. Não me canso de denunciar mas isto é uma das muitas aberrações em termos da definição de prioridades pelo Executivo. No quadro da reabilitação das estradas do tempo colonial, aquela que era talvez a mais importante do ponto de vista agrícola em termos alimentares, entre Caconda e a Caála, foi a última a ser iniciada. E, até hoje, quando outras já vão na segunda volta, ainda não está concluída. Numa palavra, a solução está na definição das prioridades.

Que incentivos devem ser alocados pelo Governo para que a produção agrícola nacional possa competir com os produtos importados?

Reforço das capacidades institucionais e empresariais, capacitação dos técnicos e dos agricultores a todos os níveis, assistência técnica, investigação e infra-estruturas (estradas, água, energia). Depois podemos falar dos outros, como os financeiros. Falar dos financeiros antes dos outros é desonesto.

Na visão do engenheiro, o crédito agrícola de campanha está a cumprir a sua missão? O que é que defende para que se obtenha bons resultados?

Em Angola praticamente não há crédito de campanha. Fora do sector quase não se sabe o que isso significa. As experiências de 2011-2012 foram decepcionantes. Enquanto se pensar que para um agricultor ter um crédito para resolver um problema concreto, como, por exemplo, pagar salários ou comprar uma motobomba, precisa de um projecto, não vamos lá. Para agir é preciso conhecer. Voltámos ao mesmo.

Quando é que poderemos alcançar a auto-suficiência?

Quando começarmos a trabalhar de modo integrado e coordenado, atacando os factores limitantes de modo equilibrado e progressivo poderei responder a esta pergunta. Até lá só pode haver especulação barata. Um ex-ministro da Agricultura, já depois de terminada a guerra, prometeu a auto-suficiência alimentar para 2006. Em 2018 continuamos a gastar quase um milhão de dólares por dia na importação de alimentos.

2.10 Vendedoras aconselhadas a ter hábitos de poupança

Jornal De Angola

14 De Outubro de 2018

Texto: Victor Pedro

Vendedoras do mercado do Chingo, na cidade do Sumbe, província do Cuanza -Sul, foram aconselhadas ontem, durante uma palestra, a fazer poupanças, através dos lucros das vendas diárias, para poderem aumentar o volume de negócio, ao invés de trabalhar apenas para o sustento das famílias.

o prelector da palestra sobre Educação Financeira, Mateus Santana, disse que as vendedoras devem ter conhecimentos teóricos sobre a gestão financeira. "Devem ter hábitos de poupança, através de uma conta bancária, para terem facilidades de acesso ao crédito bancário.

Portanto, para isso, têm de deixar de guardar o dinheiro do negócio em casa, até porque é Um risco, pois em caso de incêndio ou outro tipo de tragédia, perde-se todo o montante e consequentemente a vendedor, vai à falência", disse.

As vendedoras foram informadas sobre importância do pagamento dos serviços de Segurança Social, como o garante da protecção da sobrevivência financeira. " As vendedoras devem também investir na formação técnico-profissional, com vista a criar outros negócios", sublinhou.

A palestra que foi promovida pela Repartição dos Assuntos Sociais da Administração Municipal do Sumbe, contou com participação de técnicos da Administração Geral Tributária (AGT) e funcionários da Administração Municipal local.

Victor Pedro

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Sector informal dobrou em duas décadas

Jornal Valor Económico
1 De Outubro de 2018
Texto: Antunes Zongo

Pelo menos 94% da força de trabalho no país está ligada ao sector informal. Do global, 40,5% operam no sector retalhista, 53% em serviços e 6,3% trabalha com artesanato.

Os dados constam de um relatório tornado público pelos economistas Alexandre Ernesto e Gorete Capilo, na Universidade Católica, no dia 27 de Setembro. O estudo teve a chancela do Centro de Estudos Africanos e da Open Society Initiative for Southern África.

Na década de 1990, uma pesquisa apontava que a economia informal empregava, em média, 58% da força de trabalho, o que, se comparado ao registo actual, representa um aumento de quase o dobro.

Para Alexandre Ernesto, a "fraca capacidade de geração de emprego, a inexistência de subsídio de desemprego, o processo de formalização extremamente oneroso, os emolumentos de licenciamento elevados, as barreiras à entrada de novas micro, pequenas e médias empresas e a pobreza", são as principais causas da informalidade. E apela a "proactividade governativa" para alterar o quadro, dado que a evasão fiscal enfraquece as contas públicas. "Espero que se faça maior reflexão para se determinar o perfil do trabalhador informal, avaliar as causas que levam ao incremento da informalidade, e os seus efeitos económicos e sociais, sublinhou o economista.

Embora sem avançar quanto tempo levou a pesquisa, Alexandre Ernesto, co-autor do estudo, fez saber que 62% dos comerciantes entrevistados têm o ensino primário concluído. De acordo com o levantamento dos dois economistas, 60% dos comerciantes ouvidos exercem a actividade há mais de cinco anos.

3.2 Operação transparência coloca a nu saque de recursos naturais em solo angolano

Jornal de Angola
11 De Outubro de 2018
Texto: André Massamo

Os congolese democráticos constituem o maior número de estrangeiros envolvidos em negócios ilegais no país. Até ao início desta semana, a operação "Transparência" tinha interpelado e repatriado um total de 7 mil e 435, sendo 4 mil 399 do sexo masculino e 808 crianças em situação migratória ilegal.

A este lote juntam-se os 180 mil 802 cidadãos daquele país que "decidiram regressar voluntariamente à terra de origem" através dos postos fronteiriços do Txumo, Chissanda, Furi, Nachír, Itanda e Fortuna e dos marcos 25 e 28. No meio desta mais de uma centena de milhares, 11 mil são crianças. Além dos congolese democráticos, outras 15 nacionalidades estavam presentes preferencialmente no negócio do "garimpo" de diamantes no Leste do país.

Africanos provenientes da Guiné Conacri fazem o segundo maior lote de emigrantes ilegais detectados pela operação em curso. São até agora 35 cidadãos daquele país oeste africano. Seguem-se os mauritanianos (14) e os ivorienses (13). Para lá destes, estavam na mesma situação eritreus, serra-leoneses, gambianos, tchadianos, malíanos, liberianos, sudaneses, ruandeses, congolese (Brazzaville), somalis e zambianos. Qualquer coisa como quase um terço das restantes 53 diferentes nacionalidades do Continente.

Mas, quanto a nacionalidades não são apenas as de África que andam a delapidar os recursos angolanos através do "garimpo" ilegal de diamantes. A operação Autêntica frota automóvel em posse dos ilegais foram apreendidas um total de 102 viaturas ligeiras e pesadas de diversas marcas, 177 motorizadas e 13 bicicletas. Em "cash" foram apreendidos mais de USD 800 mil e mais de Kz 5 milhões, o que indicia que chegaram a transaccionar avultadas somas monetárias, porque só assim se justifica a existência de 3 máquinas de contagem de dinheiro e 124 máquinas calculadoras. Um arsenal à parte uma caixa

com 178 chips de uma das operadoras de telefonia móvel é uma das apreensões "surpreendentes" desta operação, a par de 8 armas de fogo do tipo AKM, 24 dragas e 21 cofres.

Do lote do "património material" apreendido no âmbito da operação "transparência" saltam à vista 20 mil litros de combustível, 21 moto-bombas, 11 contentores recheados de diversos meios, 19 fatos de mergulhadores e 53 litros de ácido para lavagem de diamantes. Nem só de garimpo vivem os garimpeiros. A apreensão de 23 plasmas (TV), computadores portáteis, 87 colunas de som e 10 leitores de) evidenciam que o garimpo permitia igualmente alguma vida de "luxo". Para compensar a falta de electricidade, as placas solares e geradores eram a alternativa. Para garantir algum conforto e segurança, os ilegais chegaram a usar videovigilância.

Duas pessoas perderam a vida no decurso da operação "transparência", sendo uma em consequência de tumultos étnicos registados entre comunidades de emigrantes e nacionais prontamente travados pelas forças da ordem.

A outra vítima mortal resultou de um acidente de viação de uma viatura em missão particular e que fazia o transporte de cidadãos congolese democráticos de regresso à terra de origem. Consta no balanço o registo de 20 feridos, sendo dois graves, em consequência de tumultos e acidentes de viação.

A operação "Transparência" decorre há duas semanas em sete das 18 províncias do país e visa combater a imigração e a exploração ilegal de recursos naturais do país. O seu porta voz, comissário António Bernardo, garantiu à imprensa que a operação vai prolongar-se pelos próximos 2 anos e não visa a expulsão de imigrantes do país, mas colocar ordem na anarquia que se regista de quase semi-invasão do território angolano por parte de estrangeiros desonestos que se aproveitam das fragilidades para extorquir dinheiro e riquezas que tanta falta fazem ao país. Outro servidor público, desta vez afecto aos Serviços da Polícia de Guarda Fronteira (Malanje) está a ser acusado pelo crime de "auxílio de entrada ilegal" por ter sido flagrado a transportar 5 cidadãos da RDC a troco de valores monetários.

Vidas perdidas

Duas pessoas perderam a vida no decurso da operação "transparência", sendo uma em consequência de tumultos étnicos registados entre comunidades de emigrantes e nacionais prontamente travados pelas forças da ordem. A outra vítima mortal resultou de um acidente de viação de uma viatura em missão particular e que fazia o transporte

de cidadãos congolese democráticos de regresso à terra de origem.

3.3 Mercado do Km 30 (Luanda) na pauta do consumidor

Jornal Economia & Finanças

12 De Outubro de 2018

Texto: Carlos Cardoso

As estratégias do Executivo tendentes ao relançamento da actividade agrícola, associada aos investimentos realizados pelo sector empresarial privado, parecem estar a ser os efeitos desejados.

O facto pode ser aferido diariamente nas várias superfícies comerciais e mercados informais em todo o território nacional.

Numa altura em que o país se apurama para o lançamento de mais uma campanha agrícola, a reportagem do JE deslocou-se ao mercado do quilómetro 30 para in-loco constatar os níveis de oferta.

A azáfama é percebida logo ao abandonar o asfalto e seguir a estrada de terra batida que nos leva então ao destino traçado.

Num cenário dominado pelo cheiro de produtos da terra (sinónimo de que existe produção), guiados pelo nosso cicerone Lopes Manuel de 19 anos de idade e proveniente da província de Benguela, a nossa equipa desbravou os meandros do local.

No mercado que quase não dorme, a oferta é variada e os preços condizentes com a qualidade do produto eleito. O espaço rebenta pelas costuras dada a quantidade de pessoas colocadas nos dois lados do negócio (vendedores e compradores), e a satisfação é visível a cada vez que mais uma compra/venda é consumada.

Experimentando um modelo de organização que está ainda longe do perfeito, o mercado apresenta-se compartimentado por secções de produtos, facto que facilita a tarefa de quem vai comprar, mas são mesmo as verduras que ocupam maior percentual do espaço.

As galinhas e outros animais, expostos quase que a entrada do mercado, pareciam dar-nos as boas vindas. A oferta de produtos regista uma grande variedade. Enormes quantidades chegam todos os dias ao mercado.

A viagem para Luanda independente da origem é tortuosa em função do estado de degradação das estradas. Isso foi confirmado por Jordão António,

motorista de camião, que nos confessou que chega a fazer dois dias do Huambo a Luanda.

"É preciso pouparmos o carro porque as peças de reposição custam os olhos da cara", avançou.

O desabafo de Jordão coincide com o de milhares de produtores e transportadores que são unânimes em afirmar que com melhoramento das estradas, escoamento da produção seria mais célere e eficaz e baixaria os preços de mercado.

Nos arruamentos, camiões e carrinhas carregadas de mercadoria embarçam a circulação. O processo de comercialização do produto transportado chega a durar dias. A tarefa não é fácil, mas o resultado chega a ser compensador.

Todos buscam vender o máximo para levar para casa "o pão nosso de cada dia". Por esta altura, é possível perceber que alguns produtos como a cenoura, pimento e melancia, começam a registar alguma escassez, contrastando com o tomate, batata-rena e abacate que vão aumentando os níveis de oferta. "Tio aproveita comprar tomate. A caixa baixou para quatro mil", aconselhou-nos o jovem Lopes.

O pimento vermelho e amarelo regista um considerável aumento da procura, não só pelas suas propriedades nutritivas, mas pelo aspecto agradável e colorido que oferece ao prato e à mesa. Afinal, mesa bonita aumenta o apetite e vontade de comer. Dona Rosa Neto mostra-se alegre pela queda no preço da batata rena. " Os agricultores estão mesmo a trabalhar. No mês passado, comprei por sete mil e quinhentos e hoje custa disse com um sorriso rasgado.

A secção das frutas agrada pela multiplicidade de cores e aromas. A variedade convida ao desembolso de mais alguns kwanzas para melhorar a dieta no lar. O loengo perfila entre os frutos em abundância com o quilograma a ser comercializado por Kz 200,00. Já a melancia começa a escassear, tendo como consequência o aumento do custo de aquisição com a unidade de quase dois quilos a atingir os dois mil e quinhentos kwanzas.

De regresso à redacção, uma certeza não nos sai da cabeça. " Afinal o campo cria emprego na cidade".

3.4 Garimpo incentiva a imigração ilegal

Jornal De Angola

13 De Outubro de 2018

Texto: José Chaves

o garimpo de diamantes é o principal chamariz da imigração ilegal no Bié, considerou ontem, no Cuito, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação Provincial do Interior.

José Capingãla Daniel sublinhou a necessidade de as autoridades combaterem o garimpo ilegal de diamantes, "para que os estrangeiros percam o interesse de violar a fronteira".

No âmbito da operação transparência, realizada em sete províncias do país, no Bié foram expulsos vários cidadãos estrangeiros, que se dedicavam ao garimpo ilegal de diamantes, nos municípios da Nharêa, Andulo, Camacupa e Chitembo.

A operação transparência, sem prazo determinado de execução, tem como finalidade impedir actos de violação das fronteiras do país e de exploração ilegal de diamantes, que se têm registado nos últimos tempos no país. o delegado do Ministério do Interior no Bié, comissário António Gimbe, prometeu fortalecer o policiamento de proximidade e combater a exploração ilegal de diamantes na região.

António Gimbe garantiu que os efectivos têm realizado operações constantes para deter os garimpeiros e apreender os respectivos materiais de exploração.

Para estancar o fenómeno, o comissário defendeu a elaboração de novas técnicas de combate à imigração ilegal.

António Gimbe indicou que a maior concentração de estrangeiros na província se verifica nos municípios do Cuemba, Chitembo, Andulo e Nharêa, nos quais os garimpeiros conseguem lucros fáceis, com a exploração e comercialização ilícita de diamantes.

3.5 Autoridades ponderam a suspensão de moto-táxi

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2018

Luísa Victorino

O Comando Provincial da Policia Nacional, em Malanje, vai suspender, nos próximos dias, a circulação dos moto-taxistas no casco urbano da cidade de Malanje, devido ao elevado número de acidentes de viação causados pelos mesmos.

A informação foi revelada pelo comandante provincial da Policia Nacional, comissário António Bernardo, durante um encontro mantido como os membros da associação de moto-taxistas.

O comissário António Bernardo disse que a medida se deve igualmente ao elevado número de acidentes registados nas estradas de Malanje, o que tem causado ferimentos graves, mortes de muitos cidadãos e danos materiais avultados.

Disse ainda que se pretende, com a decisão, pôr cobro à desobediência no cumprimento das normas do código de estrada, à falta de uso de capacete e à condução ilegal e desordenada, que causam muitos constrangimentos ao trânsito local.

"O número de acidentes continua a crescer em Malanje e as desgraças estão a assolar a sociedade devido à persistência do cometimento do erro por parte dos taxistas", sustentou.

António Bernardo explicou que o código de estrada não permite na actividade de táxi o transporte de mercadorias em motocicletas e motorizadas. O responsável lembrou que o artigo 90º diz que os motociclos e ciclomotores são proibidos de transportar passageiros com idade inferior a sete anos, salvo os veículos destinados ao transporte de carga.

Estão também proibidos ao transporte de passageiros os velocípedes até 50 centímetros cúbicos. Acrescentou ainda que no artigo 91, o transporte de carga em motociclos, ciclomotores ou velocípedes só pode fazer-se em atrelado ou caixa de carga.

Apelou aos responsáveis das associações de taxistas para colaborarem com os órgãos de segurança e a organizarem-se para reporem a ordem e para a consciencialização dos cidadãos e dos seus associados por forma a cumprir com as regras do código de estrada e melhorar o exercício da actividade de táxi.

Solicitou a criação de mecanismos para ajudar os seus associados para que possam adquirir caixas rígidas ou de cargas para serem atreladas às motos para que o cidadão possa transportar as suas mercadorias e evitar os acidentes e incidentes que têm vindo a registar-se, em vários pontos da cidade de Malanje.

Admitiu que a Policia Nacional tem registado um abuso deliberado de vários concidadãos, que constitui uma afronta às autoridades,

O comissário garantiu que a Policia Nacional vai utilizar a sua autoridade, punindo todos os cidadãos que não cumprirem com as normas do código de estrada, muitos dos quais sem estarem licenciados e não cumprem com as obrigações fiscais,

O administrador municipal de Malanje, João de Assunção, disse que o encontro vai ajudar a reorganizar o ordenamento do trânsito no município de Malanje.

Disse que o quadro actual da sinistralidade preocupa as autoridades máximas da província de Malanje e a população em geral, tendo recordado que a administração municipal continua a emitir licenças para a legalização dos jovens que pretendem utilizar motorizadas para a sua mobilidade.

O vice-presidente da Associação dos Taxistas, Manuel Francisco, reconheceu os erros cometidos pelos seus associados na província de Malanje e informou que a sua agremiação tem um programa de sensibilização e formação dos moto-taxistas, que visa mudar a consciência e melhorar o exercício de actividade naquela cidade.

3.6 Governo combate garimpo diamantífero até 2020

Jornal O País

15 De Outubro de 2018

Durante uma conferência de imprensa de balanço preliminar da operação iniciada a 25 de Setembro do corrente ano, precisou que se vai encerrar as casas de venda de diamantes e prender os seus mentores, assim como expulsar imigrantes ilegais endémicos nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Cuando Cubango, Moxico, Malanje, Uíge e Bié.

O governador justificou a realização da operação, que já afectou mais de 200 mil imigrantes estrangeiros ilegais, com a necessidade de se reorganizar a exploração semi-industrial de diamantes no país.

De iniciativa do Presidente da República, a Operação transferência prevê expulsar todo o estrangeiro em situação irregular no país e que financia a exploração ilegal de diamantes, além de punir os cidadãos nacionais que auxiliam a imigração ilegal, pondo em risco a soberania angolana e a economia nacional.

Depois de se reorganizar a exploração semi-industrial, cujos prejuízos são intangíveis até ao momento, o Governo passará o processo aos angolanos, sobretudo jovens, para diminuir o desemprego nesta província, cifras rondam a 50 mil pessoas sem empregos, maioritariamente jovens, segundo ainda o governador.

Até agora, o processo levou ao encerramento de mais de 100 casas de comercialização ilegal de diamantes na Lunda-Norte, nos municípios do Lucapa, Cuango, Cangulo e Xá Muteba, 200 mil imigrantes ilegais deixaram voluntariamente o país, enquanto outros sete mil foram repatriados, maioritariamente para a República Democrática do Congo (RDC), e com menor expressão seguem os do Congo, Mali, Eritreia e Mauritânia.

Os meios apreendidos durante a operação transparência serão penhorados pelo Estado angolano, com excepção daqueles que serão considerados legais, mediante procedimentos administrativos, acrescenta o governador provincial.

Enquanto durar o processo de reposição da ordem no sector da extracção artesanal dos diamantes dominado por congolese democráticos, cujo país partilha com Angola uma fronteira de 770 quilómetros, 120 dos quais fluviais, o Governo provincial cessou a cedência de licenças. Até ao ano passado tinham sido emitidas 100 licenças.

Desde o início da operação Transparência - 25 de Setembro até 4 de Outubro corrente, foram recuperados três mil diamantes de vários quilates, 80 mil dólares norte americanos, dois milhões e meio de Kwanzas, além da apreensão de 150 viaturas de diversas marcas usadas nas áreas de garimpo.

3.7 O que sobrou dos anos de garimpo de diamantes na Lunda-Norte

Jornal O PAÍS

16 De Outubro de 2018

Texto: Milton Manaça

Quando começou a fazer o garimpo em 1982 nos arredores do Nzoji, no município do Cambulo, um dos locais de maior exploração diamantífera da

província, Santos Manuel já havia encontrado rastros de destruição do meio ambiente. Volvidos 36 anos, o ex-garimpeiro diz que nunca imaginou que os diamantes causariam tantos estragos.

Numa extensão de cerca de 8 km desde a localidade do Luxíro até ao Nzoji (sede do município de Cambulo), os níveis de destruição dos saldos, dos rios e da vegetação criou um ambiente desolador em que até a própria natureza parece clamar por socorro. Antes de abandonar o ofício de garimpeiro, em 1998, Santos Manuel conseguiu uma pedra de 25 quilates, o que lhe terá valido milhões em dólares, que usou na compra de viaturas, motorizadas e outros que hoje já não existem.

Em muitas partes de Cambulo as pequenas ravinas prolongam-se nas estradas e o risco do asfalto vir a ceder e cortarem a circulação de um ponto ao outro é cada vez maior. "A entrada dos estrangeiros aumentou os buracos em toda parte e sabemos que esta situação pode nos criar um problema ambiental no futuro", realça o agora funcionário do Governo local.

O administrador municipal do Cambulo, Silvestre Cheleca, mostra -se também preocupado com o impacto ambiental causado pelo garimpo de diamantes e defende ser necessária a criação de uma comissão nacional para avaliar os estragos causados e propor uma solução para os locais afectados.

As três grandes cooperativas que exploram diamantes no Cambulo foram apontadas por Silvestre Cheleca como parte das causadoras da destruição, pois, segundo disse, em muitos casos nem sequer tapam os buracos que abrem no momento da exploração. A prostituição e os níveis acentuados de delinquência, com assaltos com armas de fogo, fazem parte da 'herança' deixada pelo garimpo dominado essencialmente por cidadãos da República democrática do Congo (RDC).

Aliás, as estimativas demográficas deste município indicam que 60% da população é estrangeira, de um total de 120 mil e 128 habitantes que residem maioritariamente nas localidades de Fuca uma, Cassanguide e o Luxíro, onde a companhia colonial de diamantes Diamang formava os seus mineiros. Madeira e animais do Lucapa O município do Lucapa sempre foi conhecido pela exploração de diamantes, onde o garimpo atingiu proporções alarmantes com as suas terras a apresentarem

3.8 Venda de galvanizados tornou-se um «negócio proibido»

Novo Jornal

19 De Outubro de 2018

Na secção de ferros e similares do mercado do Kikolo, em Cacuaco, é visível o ar de intranquilidade no rosto dos comerciantes. Quase que ninguém aceita falar sobre a venda de produtos galvanizados (mais resistentes). Há recentes detenções de comerciantes que forçaram a instalação deste ambiente de suspeições.

"Quem mais vai vender materiais galvanizados, depois de a polícia prender as nossas companheiras injustamente? Ninguém quer ir presa. É injusto o que estão a fazer com as nossas colegas, porque é difícil sabermos se o material que nos vêm vender é roubado ou não", atira, visivelmente agastada, dona Rosa.

A vendedora refere-se à detenção de sete comerciantes feita no último fim-de-semana pelo SIC em Cacuaco.

"As três comerciantes e os quatro vendedores foram encontrados a comercializar no mercado do Kikolo grandes quantidades de cantoneiras galvanizadas, que, acreditamos, foram retiradas dos postos de alta tensão. Hoje mesmo [quarta-feira, 17] foram entregues ao Ministério público", informou uma fonte do SIC.

O mercado do Kikolo é, de resto, um dos pontos que se encontram sob permanente vigilância das autoridades, que vêm nesta praça a céu aberto uma das paragens de muitos materiais de electricidade pilhados.

No início do corrente mês, segundo dados do SIC, foi detido num quintalão do referido mercado um cidadão nacional, flagrado a comercializar 32 rolos de cabos eléctricos de baixa e média tensão e um armário de baixa tensão.

3.9 Vendedoras comercializam produtos perto do lixo

Jornal A República

19 De Outubro de 2018

Texto: Hilária de Castro

A entrada que dá acesso ao mercado Catiton em Luanda, no distrito da Maianga, está cheia de lixo, mas ainda assim não impede as senhoras de montarem suas bancadas.

Logo na primeira entrada do mercado, está a surgir uma lixeira que, segundo os depoimentos de alguns vendedores do mercado, é causada por vendedores e moradores daquela zona.

A situação mais crítica é o facto de muitas vendedoras porem os seus negócios bem ao lado do lixo, sem se importar, nem considerar que tais práticas são um atentado à saúde pública. Quando questionadas por quê que estão exercer sua actividade comercial fora do mercado e por cima do lixo, elas alegam não haver outro espaço para vender, porque as bancadas do mercado estão todas preenchidas.

A exposição de produtos ao lixo constitui um atentado à saúde pública, alimentos são vendidos bem ao lado do lixo, cheios de moscas e vermes.

Para além da contaminação a que estes produtos estão propensos, estas senhoras também correm risco de contrair doenças, uma vez que este ambiente apresenta um potencial de contaminação. As mesmas dizem ter noção do risco que correm, mas a necessidade fala mais alto, por isso sentem-se obrigadas a vender bem perto do lixo.

Já as senhoras que vendem dentro do mercado pedem que as entidades competentes façam alguma coisa, porque há muito que elas aconselham as colegas do mercado a não venderem frente aos portões, porque provoca uma desordem autêntica e muitas vezes impede os clientes de entrarem no mercado, por causa da enchente nos portões e lamentam o facto de os mesmos, além de serem transformados em mercado, também estão a tornar-se em lixeira.

"Eu não sou contra a venda nos portões, porque a vida está difícil para todo o mundo, mas peço que, pelo menos, tenham mais higiene e não sujem a imagem do mercado, porque é o lugar do nosso ganha-pão" referiu a jovem Antónia Fernando, vendedora do mercado.

Dona Madalena diz não entender o porquê do amontoado de lixo, uma vez que cada vendedor é obrigado a pagar uma taxa de cem kwanzas por dia.

A população que frequenta aquele mercado pede às autoridades competentes, a fim de tomarem medidas, porque a situação pode agravar-se, quando começar a chover.

3.10 Lotadores de táxis organizam-se para melhor trabalhar

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2018

Texto: Márcio Ambrósio

Quem passa pelo Benfica, Kilamba Kiaxi (Golfe 1 e Avô Kumbi), entre outras paragens, consegue notar a presença de indivíduos uniformizados com coletes de cor verde, organizando os taxistas e, até mesmo, orientando o trânsito.

O ambiente é tranquilo e os carros, todos ordenados um atrás do outro, evitando, deste modo, congestionamentos naquelas vias.

Segundo Rafael Jorge, responsável da Brigada da paragem do Benfica, junto ao antigo super mercado Dimatekeno, a ideia surgiu na sequência de uma visita realizada pela Nova Aliança dos Taxistas a várias paragens.

Dias depois, conta, manteve um encontro com a Associação dos Taxistas, onde demonstrou a insatisfação e revolta que sentia, pois já foi confundido com marginal e foi levado, em inúmeras ocasiões, à Esquadra do Benfica, só por estar na paragem a ajudar os cobradores a chamar.

"J á me levaram à Esquadra do Benfica só por chamar nesta paragem, para ganhar alguma coisa para o meu sustento", afirmou.

Rafael continua dizendo que, no referido encontro, recebeu orientação da Aliança dos Taxistas para organizar os seus colegas «lotadores», no sentido de contribuírem um valor para compra de coletes, para que a Nova Aliança timbrasse, oficializando, assim, a actividade.

"Todos nós contribuímos, compramos os coletes e hoje estamos organizados. Quando a Polícia chega, encontra a paragem toda organizada, já não nos recolhem mais", disse, com satisfação. •

O responsável daquela brigada ou placa, como prefere chamar, detalhou que o grupo é composto por 40 membros, divididos em dois turnos, os da manhã, que começam a trabalhar das 6 horas às 12 horas, e da tarde, das 12 horas às 19 horas.

Os lotadores ganham 150 kwanzas por cada carro lotado, refere, sendo certo que um lotador pode chegar a levar entre quatro a cinco mil kwanzas no fim do seu período. Porém, no fim de cada turno, todos devem contribuir com 200 kwanzas para o cofre da placa.

Um detalhe que conseguimos notar no local é a proibição de trabalhar que se impõe a um lotador que esteja alcoolizado. O responsável do grupo justifica a medida dizendo que "é complicado lidar com pessoas embriagadas, pois, além de lotar os carros, estamos aí para defender e proteger os passageiros".

"Se o lotador vai trabalhar bêbado, não vai conseguir ajudar aquelas mães que têm sacos pesados nós mesmos não queremos lotadores que bebem na hora do trabalho", teceu.

Como efeito positivo da medida, Rafael refere que, na placa em que é responsável, os passageiros já não se queixam de roubo e não há confusão. "A Aliança dos Taxista deu-nos a possibilidade de colaborar com a Polícia. Qualquer movimento estranho de um marginal ou uma pessoa que tenta fazer confusão, accionamos, de imediato, as autoridades", realçou.

Segundo o que apuramos, para ser um lotador autorizado ao serviço, é preciso procurar uma paragem, conversar com o responsável da mesma, fazendo-se acompanhar de uma cópia do Bilhete de Identidade ou cédula e a contribuição para a compra de um colete. Posteriormente, o responsável leva os documentos e os valores à Nova Aliança para fazer o registo.

Na placa do Dimatekeno, porém, as exigências são maiores, pois se requer que o candidato mostre a sua casa ao responsável, para um melhor controlo do seu pessoal. "Tenho estado a conhecer a casa de todos os meus colegas, para evitar qualquer complicação, porque, antigamente, quando não éramos legalizados, aconteciam muitos roubos e confusões. Hoje, quem fizer confusão ou roubar, vamos apanhá-lo, porque são obrigados a mostrar as suas casas. Actualmente conheço a casa de 15 colegas e vou continuar a visitar as que faltam", garantiu.

De hoteleiro a lotador

Por seu turno, Conde dos Santos Domingos, ex-trabalhador de um hotel e do restaurante Patio Luanda, viu no trabalho de lotação de táxi uma oportunidade para seguir vivendo, pois, como explicou à nossa equipa de reportagem, com o dinheiro que ganha consegue sustentar a sua família.

O trabalho não é fácil, confessa, pois enfrenta dificuldades em razão de alguns taxistas, muitas vezes, não colaborarem ou de não estarem de acordo com a actividade que os mesmos desempenham, justificando que os lotadores não pagam nada ao Estado.

"Por vezes, quando tento lotar um carro, deparo-me com um cobrador que me xinga e grita «vai procurar trabalho» outros ainda pensam que somos gatunos, mas só queremos ajudar, para sustentar as nossas famílias", lamentou.

Pela dedicação e organização no trabalho que desempenha, recentemente foi escolhido para ser responsável adjunto da Brigada, deixando de lotar os carros para fiscalizar e coordenar os seus colegas.

Por outro lado, António José Bumba afirma que o núcleo criado mudou a sua vida, já que, antes de se aliar, esteve preso cinco vezes, pelo que passou a conseguir a ajudar a mãe com o que arrecada diariamente.

António assume que, em outras alturas, já roubou em várias paragens, todavia, garante que deixou o vício e entregou-se a uma igreja. "A palavra do Senhor mudou-me, aprendi que o homem não pode roubar, o trabalho é que o dignifica. Há pessoas que aprendem com erros, e eu estou arrependido pela vida que levava", desabafou.

Hoje, António consegue aconselhar muitos amigos que estão na má vida e diz que o único caminho é buscar a palavra de Deus, citando, assim, o livro de João, capítulo 3, versículo 20 e 21:

"Quem pratica o mal odeia a luz e não se aproxima da luz, temendo que as suas obras sejam manifestas. Mas quem pratica a verdade vem para a luz, para que se veja claramente que as suas obras são realizadas por intermédio de Deus".

No fim da nossa reportagem, António deixou um conselho para aqueles que são lotadores, mas ainda não se legalizaram, pedindo que se organizem e procurem a Nova Aliança dos Taxistas, para evitarem que sejam recolhidos pela Polícia, confundindo-os com bandidos, pois, com juízo, com o dinheiro que se ganha na lotação, podem conseguir alguma organização para a vida.

3.11 Nada é definitivo, há sempre negociações

Jornal O PAÍS

20 De Outubro de 2018

Texto: Domingos Bento

Por seu lado, o presidente da Associação dos Mototaxistas e Transportadores de Angola (AMOTRANG), Bento Rafael, disse que a falta de um instrumento jurídico-legal que oriente o exercício de moto táxi responde por essa situação toda que

envolve os seus operadores e os passageiros. Porém, apesar da falta de um regulamento próprio, o responsável fez saber que a afixação dos preços é uma situação que pode ser discutida entre os operadores e os clientes na hora da viagem.

Segundo o líder associativo, 500 Kwanzas é o preço pré-estabelecido para as zonas urbanas. Mas, caso o cliente não disponha deste valor, o preço pode baixar para até 400 kzs, desde que haja bom senso entre as partes. O mesmo também pode vir a acontecer com os outros valores acima dos 500.

"Na zona periférica o preço mínimo é 150 kzs. E nas áreas urbanas são 500 kzs. Vamos poder chegar a um acordo quando um dia tivermos normas que ditam o exercício da actividade. Mas, por enquanto, as pessoas no terreno podem discutir os valores. Nada é definitivo, tudo depende da negociação entre as partes, passageiro e mototaxista", referiu.

Actualmente, a Associação dos Mototaxistas e Transportadores de Angola conta com cerca de 350 mil associados em todo o país.

3.12 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira

Novo Jornal

20 De Outubro de 2018

Texto: Isabel João

Nem mesmo a mudança de corpo de segurança trava os populares da zona que, desde Setembro do ano passado, fizeram da empresa de Recolha de Lixo (RECOLIX), em Luanda, a fonte de alimentação e de sustento para as suas famílias. Carne seca, chouriço, mosquiteiro, chocolates, feijão, frango, azeite doce, salsichas, mortadela e presunto são alguns dos produtos recolhidos diariamente no aterro sanitário dos Munlenvos. O destino são os mercados do quilómetro 30, Asa Branca, kwanzas e Panguila, onde uma parte é comercializada e outra para alimentar as famílias dos populares.

No mês de Janeiro, a direcção da empresa Recolix e a Polícia Nacional ainda tentaram travar a "apetência" dos moradores, fazendo a troca do corpo de segurança, afectos ao Comando de Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, que era acusado de facilitar a entrada no local dos residentes para recolha dos resíduos, porém, sem o êxito aparente.

Nesta semana, o Novo Jornal esteve no local onde apurou que a recolha de comida estragada continua a ser feita pelos moradores do bairro do Ngomguebo,

no município de Cacucaco. A equipa de reportagem deste semanário embrenhou-se mata adentro, com ajuda de três moradores da zona. Caminhou por 20 minutos e encontrou a entrada por onde passam os moradores. Uma boa parte da rede de cobertura encontrava-se já vandalizada.

Os companheiros da missão revelaram que a rede foi destruída no início do mês de Setembro de 2017, altura em que foram deitados centenas de mosquiteiros no local. Ao longo do percurso, foi possível observar-se alguns produtos deteriorados como feijão, chocolates e pacotes de chouriço. Anabela, de 39 anos, moradora da zona, afirmou que comercializa os produtos há mais de cinco meses. Contou que "antes de entrar no negócio andava de lixeira em lixeira, à procura de latas de gasosa nos contentores".

"A minha vida era difícil. Foi um amigo que me contou que fazia esse negócio, de recolha de comida expira-o da para vender nos mercados. Inicialmente, tinha medo de ser apanhada, mas agora não", confidenciou a mulher, revelando que com dinheiro arrecadado tem conseguido sustentar a si e a sua família.

3.13 Preço dos moto-táxi no casco urbano afugenta passageiros

Jornal O PAÍS

20 De Outubro de 2018

Texto: Domingos Bento

São funcionários administrativos, homens de negócios, estudantes universitários, artistas, viajantes e funcionários em constantes reuniões que, diariamente, se socorrem dos serviços de moto-táxi que operam no centro da cidade de Luanda, de forma a movimentarem -se com maior eficiência e chegam cedo aos seus compromissos.

Nos últimos tempos, a maior parte dos utentes tem vindo a queixar-se dos elevados preços praticados pelos operadores deste serviço de táxi.

Diferente das zonas periféricas, onde o preço da transportação numa motorizada está fixado nos 150 Kwanzas, nas áreas urbanas o valor de uma corrida, numa distância não superior a 500 metros custa, no mínimo, Kz 500. Acima dos 500 metros o preço sobe para 1.000 e pode ascender até aos Kz 3.500, dependendo da zona de destino e do tempo.

No casco urbano, entre as rotas mais utilizadas contam: Aeroporto/Maculusso que custa 1.500 kzs; Aeroporto/Mutamba, mesmo valor; Aeroporto/Ilha

- 2.500 kz; 1º de Maio/Marginal - 1.500; 1º de Maio/Congolenses - 1.000 Kz; Cassenda/Largo da Maianga -1.500 Kz; Mártires/ Vila de Viana - 3.000; Aeroporto/Talatona - 2.500 Kz; Zé Pirão/ Benfica - 3.500 Kz.

Já na corrida do centro da cidade para as zonas tidas como melindrosas, como o Prenda, Samba, Rocha Pinto, Catinton, Catambor, Cassequel e Calemba, os preços não ficam abaixo dos 2.000 Kz, devido ao perigo de assaltos e roubos que os operadores alegam passar.

Em conversa com o OPAÍS, os operadores destes transportes, sem nenhuma base legal de sustentação, já que o serviço de moto-táxi em Angola ainda não dispõe de nenhuma legislação específica que oriente a sua funcionalidade, "penduram-se" nos altos custos que têm com a gasolina e outros encargos para justificar o elevado preço da actividade.

Hélder João, moto-taxista, disse que devido à velocidade, que empolga, e a fuga constante dos engarrafamentos que, a todo o instante, afunilam os principais troços da cidade de Luanda, força o consumo rápido do combustível e aumentam os factores de risco na via. No entanto, de forma a compensar com todo o "sacrifício" aplicado em cada corrida, Hélder atestou que os passageiros são obrigados a pagar os "chorudos" preços amplamente contestados pelos utentes, que apelam por maior sensibilidade por parte dos moto-taxistas.

"As pessoas, quando nos procuram, já sabem que vamos fazer com que elas não se atrasem nos seus compromissos. Para isso, somos obrigados a desviar o engarrafamento, passar em locais apertados e muitas vezes em cima de buracos, para garantir que o cliente chega cedo. Se estamos a fazer todo esse sacrifício, é porque temos que ter o nosso dinheiro de volta, cobrando mais", explicou.

Actualmente, face ao menor poder financeiro da maior parte dos cidadãos, muitos clientes estão a desistir de procurar o serviço de moto-táxi, deixando a actividade às moscas. É o caso de Celso Vieira, que, aos poucos, está a perder o interesse pelo serviço devido aos elevados custos.

Segundo o funcionário público, o recurso aos moto-taxistas deve-se às frequentes reuniões que são realizadas na baixa da cidade. De forma a chegar mais cedo, prefere sempre socorrer -se da rapidez das motorizadas, apesar de estar consciente que os valores que é obrigado a pagar é bastante elevado.

"Anteriormente, já foi bom usar estes serviços. Mas agora anda cada vez mais caro. Eles (os moto-

taxistas) não facilitam a vida. Distâncias curtas são taxadas com preços exorbitantes, tornando as nossas vidas mais complicadas. Agora, apenas uso o serviço de moto-táxi quando estou mesmo muito atrasado. Caso contrário, prefiro sair mais cedo de casa ou andar com a minha própria viatura", frisou.

Empresas viciaram o negócio

Dados não confirmados apontam para um número acima dos 1800 operadores de moto-táxi no casco urbano de Luanda. Entre eles, conforme apurou o OPAÍS, há uma coordenação prévia na concordância dos preços, pelo que ninguém pode estabelecer valores abaixo do cobrado pela maioria.

Jaime Pedro, moto-taxista, disse que para além de levarem pessoas singulares, os operadores de moto-táxis são constantemente chamados por várias empresas para transportarem documentos e outros artigos administrativos de um lado para o outro. Por estes serviços, afirmou, as empresas sempre optaram por pagar valores altos, situação que acabou por viciar o negócio, tornando assim a actividade num verdadeiro exercício para quem pode pagar mais.

"Existem dias que as empresas ocupam-nos a todos. E quando isso acontece as pessoas ficam com muitas dificuldades para conseguirem um moto-táxi. Os poucos clientes que aparecem são obrigados a pagar mais pelos serviços. Uma viagem que podia ficar por 1.000 kz pode sair a 1.500 ou mais", notou.

Número de clientes não é preocupação

Apesar de estarem a perder a clientela, os moto-taxistas são unânimes em afirmar que o número de passageiros de que ainda dispõem satisfaz e chega para pagar as contas.

Pedro Barbosa, moto-taxista há 5 cinco anos, referiu que a maior parte dos operadores já dispõe de clientes personalizados e que todos os dias socorrem-se dos seus serviços por confiarem na actividade. Estes é que, segundo o jovem, ajudam na manutenção do negócio.

"Diariamente, cada um de nós pode levar entre seis a 10 passageiros. Muitos dos clientes têm até viaturas próprias, mas preferem rodar a cidade conosco porque somos mais rápidos: fugimos dos constantes engarrafamentos que há na cidade, conhecemos os furos e ruas e isso ajuda as pessoas a chegarem mais cedo ao serviço. É que, se fosse para dependermos apenas dos clientes que aparecem a calhar, não conseguiríamos sustentar as nossas famílias", afirmou.

Cidade lucra mais

Tal como Pedro Barbosa, a grande maioria dos moto-táxis exerciam inicialmente a actividade nos bairros periféricos de Luanda, como Viana, Cazenga, Belas, Benfica, Cacuaco, entre outras zonas tidas como o epicentro deste importante serviço. A escolha pela cidade teve, segundo os operadores, como objectivo o maior lucro, já que os preços são completamente diferenciados dos das zonas periféricas.

Apesar de lucrarem mais no casco urbano, os moto-taxistas reconhecem que a exigência nesses pontos é maior, porque na cidade é rigoroso o uso de capacetes, o respeito pelas regras de trânsito, carta de condução e a organização de outros documentos da motorizada.

"Existem clientes que não aceitam subir na motorizada suja ou que o motorista esteja mal vestido. A Polícia está sempre atrás de nós e qualquer falha é motivo para pedir algum dinheiro. Então, todas essas exigências contribuem para a subida do preço.

E, infelizmente, as pessoas não compreendem estes aspectos", frisou Hélder João.

Recentemente, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), por via do seu presidente, Diógenes de Oliveira, defendeu a criação de regulamentos para a actividade. O responsável advogou a posição justificando que este e outros serviços de transporte de pessoas e bens são factores de desenvolvimento de qualquer sociedade.

No seu entender, o serviço é importante, por responder à insuficiência de transporte público no país, mas aponta para a necessidade de a actividade ser exercida com todos os cuidados e segurança, para não pôr em risco a vida humana.

3.14 Um crime aos olhos das autoridades

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2018

Texto: Floriano André

A venda ilegal de medicamentos continua nos mercados informais de Luanda, com maior proeminência nos do Kikolo e Kwanzas, municípios de Cacuaco e Cazenga, respectivamente.

Jovens e adultos, desde os 17 aos 50 anos de idade, exercem essa actividade a céu aberto, sem qualquer intervenção das autoridades ante o atentado à saúde pública.

Recentemente, o Ministério da Saúde, por via da Inspeção Geral da Saúde (IGA), suspendeu, desde quinta-feira, 4 de Outubro, a importação, distribuição e consumo, em todo o território nacional do medicamento 'RELIEF', por suspeitas de falsificação.

A nota de imprensa do Ministério exorta à população a não usar o medicamento até devida apreciação dos factos.

Porém, a nossa equipa foi ao terreno alguns dias depois, e notou que a venda do Relief continua, com um grande número de procura, em função do seu baixo preço e por falta de receitas médicas para adquirir os medicamentos nas farmácias.

Em Cacucaco, na comuna do Kikolo, a nossa equipa visitou algumas farmácias e descobriu, através de alguns trabalhadores, que não quiseram ser identificados, que, de facto, têm adquirido os medicamentos no mercado dos Kwanzas e em outras distribuidoras ilegais. "Eu tenho acompanhado a compra de medicamentos... são feitas em vários armazéns no Hoji-ya-Henda e no mercado dos Kwanzas", revelaram.

Por outro lado, muitos vendedores no mercado do Kikolo afirmam, de boca cheia, não ter frequentado nenhum curso de Farmácia, mas que conhecem, a fundo, os medicamentos, devido à experiência adquirida com os anos, por isso julgam-se capazes de receitar remédios para qualquer tipo de doença, desde uma simples febre ou dor de cabeça às doenças mais graves.

Logo à entrada do mercado do Kikolo, um homem em pé, de 29 anos, de nome Samuel Domingos, comprou o medicamento Relief, a AKZ 200, 00 (duzentos Kwanzas), sob conselho do vendedor. "O Relief é um bom analgésico, diminui a febre, dor de cabeça e as dores nos dentes".

Mercado dos Kwanzas lidera ilegalidade

Entre os produtos comercializados aí, destacam-se anticoncepcionais, diuréticos, anti-inflamatórios, analgésicos, antipiréticos, materiais cirúrgicos, em forma de ampolas, soros, xaropes, pomadas, comprimidos, supositórios, cápsulas e outros.

Os produtos ficam à mostra, mas os vendedores não. A multiplicidade de produtos é grande e quase todos têm proveniência duvidosa.

Muito desse material fica exposto ao sol, perde as propriedades químicas e os efeitos curativos podem constituir perigo para os compradores.

Dezenas de clientes apresentam-se com receitas à mão, prescritas por técnicos de centros de saúde, hospitais públicos e privados, que nem sempre são seguidas à risca pelos comerciantes ilegais de medicamentos.

Para quem não possua uma receita médica, mas tenha sintomas, os vendedores têm "solução": basta relatar o problema, para que estes determinem um possível medicamento para curar a enfermidade.

Nesse espaço, narram, é possível adquirir "todo e qualquer medicamento prescrito pelos médicos" a baixo preço. Que pobre não quer isso? Questionam.

o entanto, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor, na voz do seu representante, Diógenes de Oliveira, o comércio em lugares impróprios só acontece por falta de maior fiscalidade por parte das autoridades competentes, nomeadamente, o Ministério da Saúde, junto do seu Departamento de Inspeção Geral da Saúde.

"Nós não podemos deixar que as coisas aconteçam para depois prevenir. Em vez disso, devíamos prevenir primeiro ... não sabemos, de concreto, quantas pessoas consumiram esses produtos e ficaram prejudicadas", terminou.

3.15 Director do Aterro Sanitário atira-se contra jornalistas

Novo Jornal

21 De Outubro de 2018

A equipa de reportagem do Novo Jornal deslocou-se por voltas das 7h30 às instalações do aterro sanitário, onde procurou contactar a direcção da empresa para informar-se da actual situação da empresa, no que concerne à problemática de recolha de alimentos estragados por parte dos populares.

Ali, fomos informados que nenhum membro da direcção se encontrava na altura no local. Na busca de factos, a nossa reportagem circulou pelas cercanias da empresa onde, em conversas com moradores, descobriu o local onde são recolhidos os produtos perecíveis pelos residentes que invadem aquela empresa.

Minutos depois, surgiu um grupo de funcionários da Elisal, que questionou a nossa permanência no local, tendo depois solicitado que os acompanhássemos até à direcção da empresa para possíveis justificações. À

medida em que éramos levados compulsivamente, surgiu um grupo de moradores que apelava pela

nossa soltura. "Deixem eles fazer o seu trabalho. Estão a esconder o quê? O que é que vocês não querem que seja revelado à imprensa", gritavam alguns munícipes.

Os trabalhadores encaminharam-nos ao posto policial local, onde fomos recebidos por três oficiais superiores, que nos interrogaram por cerca de uma hora. Questionaram-nos sobre o porquê da nossa presença no local e se fazíamos acompanhar de autorização para o efeito. Durante o "interrogatório", uma funcionária do aterro sanitário exigiu aos responsáveis da polícia para que fossem apagadas as imagens captadas pela nossa reportagem no local, exigência que foi cumprida pelos agentes.

Cerca de duas horas depois, chegou ao posto policial, o director da empresa Reclix, que sem se apresentar começou a proferir ameaças contra os jornalistas. "Se dependesse de mim, abria um processo-crime contra os senhores por invadirem o meu espaço. Mas, como tudo não depende de mim, vou seguir a orientação do meu chefe que é o PCA da Elisal.

Vamos tirar cópias dos vossos passes de serviço para procedimentos posteriores. Os responsáveis máximos da polícia de Luanda e o co-mandante de Viana também são da mesma opinião", finalizou. Saliente-se que durante o interrogatório, o comandante da esquadra local chamou atenção à nossa equipa reportagem para os riscos que corremos ao entrar no bairro sem o acompanhamento dos efectivos da Polícia Nacional, por considerar o bairro como uma zona "altamente perigosa", face aos alto índice de criminalidade.

3.16 Da exploração ilegal e descontrolada de diamantes à pobreza dos nativos

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2018

Texto: José Bule

Sacholavam a terra sem receio de ninguém. Os garimpeiros, maioritariamente clandestinos provenientes da República Democrática do Congo (RDC), destruíam campos agrícolas e desviavam o curso das águas dos rios e lagoas. Exploravam de forma ilegal, à vontade, uma das principais riquezas de Angola, o diamante.

Efectivos dos diversos órgãos de defesa e segurança do país nada faziam para impedir a entrada de

milhares de estrangeiros ilegais, que pilhavam de forma abusiva e descontrolada os recursos naturais. Eram cúmplices de um negócio que tinham à testa os ditos "bosses", maioritariamente libaneses e mauritanos, que geriam as casas de compra e venda de diamantes e faziam de tudo para atrair milhares de pessoas vindas de todas as partes de Angola e de vários pontos do mundo.

Ninguém podia entrar nas "computarias", nem mesmo os administradores municipais. As ordens safam de Luanda. Marcos, Clement, Wissam, Prince Arik, Miguel, Malek, Salifu e Leo, este último conhecido como o irmão dos garimpeiros, eram os "bosses" que comandavam as operações ilícitas de exploração de diamantes na Lunda-Norte.

Eles eram facilmente identificados através das viaturas que utilizavam para publicitar o negócio de diamantes, onde as imagens dos seus rostos e contactos telefónicos eram estampados.

Da província, que conta neste momento com mais de 50 mil desempregados, safam e entravam milhões de dólares que deviam ser investidos em vários projectos sociais destinados à população local, que, por ironia do destino, vive abaixo da pobreza. A maioria habita em casebres construídos com material rudimentar. Falta água potável e energia eléctrica em muitas localidades da província. Por falta de escolas, milhares de crianças estão fora do sistema normal de ensino. Depois de Luanda, a província registava o maior número de estrangeiros ilegais da RDC.

A Lunda - Norte parecia ser terra de ninguém. Todos estavam metidos na exploração ilícita de diamantes. Desde o início da "Operação Transparência", no dia 25 de Setembro, mais de 230 casas de compra e venda de diamantes e 90 cooperativas foram encerradas, e mais de 380 mil cidadãos da RDC abandonaram livremente o território angolano.

Até 20 de Outubro foram apreendidas 71 dragas, 47 lavarias, 14 jangadas, 59 armas de fogo, mais de um milhão de dólares americanos e cerca de 17 mil quilates de diamantes.

A operação permitiu, também, a apreensão de vários instrumentos utilizados no garimpo, como motobombas detectores de diamantes, compressores de ar, máquinas de teste e balanças de diamantes, lupas, cofres, viaturas, de diversas marcas e capacidades, e equipamentos como retroescavadoras, pás cavadoras, niveladoras, cavadoras, bulldozers e tractores.

Neste momento, toda actividade legal ou ilegal, realizada por cooperativas de exploração de diamantes e semi-industriais, está suspensa. A decisão

foi tomada pelo Executivo para reduzir o risco de dispersão dos diamantes, garantir maior fiscalização de receitas sobre as vendas e reorganizar o mercado artesanal.

A Empresa Nacional de Prospecção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes (ENDIAMA) está orientada a não voltar a reemitir licenças para o exercício da actividade.

3.17 Excesso de burocracia inibe iniciativa privada

Jornal de Angola
24 De Outubro de 2018
Texto: Ana Paulo

Dificuldades na aquisição de documentos para a constituição de uma empresa e de acesso a créditos bancários estão entre os principais constrangimentos que os jovens, interessados em criar negócios próprios, enfrentam, disse ao Jornal de Angola o coordenador da área de comunicação, marketing e relações públicas do Conselho Empresarial Juvenil de Angola (CEJA), Gerson dos Santos.

O responsável informou que o principal impasse reside no tratamento de documentos no Guiché Único e na banca. "Somos a força motriz do desenvolvimento do país e queremos mostrar o que somos capazes' apresentando contribuições para melhorar as políticas socioeconómicas internas." Com a melhoria do ambiente de negócios no país, disse, o CEJA vai ajudar os jovens empreendedores a desenvolverem os seus negócios Gerson dos Santos garantiu que muitos dos jovens associados ao CEJA têm projectos viáveis, aprovados pela organização e que aguardam financiamento bancário.

Fundado em Junho deste ano, os membros do conselho directivo do CEJA tomaram posse segunda-feira, em Luanda, com Adilson Neto, de 30 anos de idade, nas funções de presidente do Conselho Empresarial Juvenil de Angola, e Alexandre Pedro como vice-presidente. A Associação já controla cerca de 100 membros.

3.18 Polícia prepara operação "Resgate" para Novembro

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2018
Texto: André da Costa

A Polícia Nacional vai realizar, em todo o país, no início de Novembro, uma operação com o nome

"Resgate", que visa reforçar a ordem e a tranquilidade públicas, ordenar a venda ambulante, travar o comércio ilegal de acessórios de viaturas e outros males que afectam a segurança pública.

O anúncio foi feito ontem pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Geral da Polícia Nacional, que explicou ser também objectivo da operação "Resgate" repor valores que se foram pendendo nos últimos anos.

O comissário Orlando Bernardo avançou que a operação policial vai contar com a participação de outros órgãos operativos do Ministério Interior, como o Serviço de Migração e Estrangeiros, os governos provinciais e as administrações municipais, comunais e distritais.

O envolvimento de outros órgãos da Administração do Estado deve-se à necessidade de articulação, por exemplo, no combate à vandalização dos bens públicos e ao garimpo de água potável, crimes que "prejudicam muitos cidadãos", acentuou Orlando Bernardo.

O comissário avisou que a operação "Resgate" foi criada para também repor a postura e ética dos cidadãos, por ser "fundamental haver ordem nas cidades, bairros e municípios."

Orlando Bernardo apelou aos cidadãos para venderem nos mercados oficiais e não em locais não autorizados e garantiu que, na operação, não vão ser cometidos excessos na actuação dos efectivos dos órgãos operativos do Ministério do Interior e dos da Administração local do Estado.

O comissário encorajou os cidadãos que venham a ser vítimas de excesso policial a apresentarem reclamações à área de Inspeção dos comandos municipais da Polícia Nacional.

Durante a operação, vão trabalhar equipas de inspeção com o objectivo de fiscalizar a actuação dos efectivos que vão estar envolvidos na actividade

3.19 231 casas de compra e venda de diamantes já foram encerradas

Jornal Economia e Finanças
26 De Outubro de 2018

O último balanço feito indica que foram encerradas 231 casas de compra e venda de diamantes, 90 cooperativas e 71 dragas de diversos tamanhos.

Também, foram recuperadas 47 lavarias, 14 jangadas e 59 armas de fogo que estavam em posse de

elementos de segurança, que protegiam os negócios ilícitos.

A operação permitiu ainda a recuperação de mais de um milhão de dólares americanos e mais de 17 mil quilates de diamante bruto.

Até o momento, mais de 800 mil cidadãos estrangeiros, que viviam ilegalmente nas regiões diamantíferas, regressaram voluntariamente para os países de origem, por deixarem de existir as condições que os mantinha em território angolano.

Objectivos

Além de defender os interesses económicos e de segurança nacional, a "Operação Transparência" visa também libertar as pessoas que estavam submetidas à trabalhos de risco eminente de vida, por força do garimpo.

Igualmente, está entre os objectivos da "Operação Transparência" a normalização e o controlo da circulação de pessoas e bens em todo o território nacional, particularmente nas províncias das Lunda Norte e Sul, Moxico, Malanje, Bié, Cuanza-Sul e Cuando Cubango.

Esta medida visa desencorajar os mentores e patrocinadores da actividade ilícita em território angolano, apesar de reconhecer também, que vários sectores da sociedade do país ajudaram a formatar este "chorudo" negócio.

A Lunda-Norte tem uma área de 103.760 quilómetros quadrados e a sua população aproximada é de 862.566 habitantes. É constituída por 10 municípios, nomeadamente Cambulo, Capenda Camulemba, Caungula, Chitato, Cuango, Cuílo, Lóvuá, Lubalo, Lucapa e Xâ-Muteba.

3.20 . Carlos Conceição crítica medidas do governo

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Texto: António Paulo

O sociólogo Carlos Conceição olha com cepticismo para as medidas de combate à venda ambulante e desordenado que o governo tem realizado ao longo dos anos. Para o académico, o processo carece de estudo e de envolvimento de especialistas das áreas sociais, como os sociólogos.

Comentando sobre o projecto do governo que visa a regulamentação da actividade ambulante até ao final do ano, prevendo-se a atribuição de cartões e

definição de locais específicos para o exercício da actividade comercial à luz das normas, o sociólogo entende que o Executivo "está a dar um tiro nos próprios pés", por não ter ainda criado as condições para a efectivação do desse processo.

"Este plano deveria começar com uma tarefa de sensibilização de forma gradual, porque mesmo dando cartões aos vendedores e definindo-se pontos de venda não se vai resolver o problema. Já vimos como é que faliu o processo de construção de mercados a nível de Luanda. As pessoas não querem ir lá vender", observou e continuou:

"Junto dos supermercados, vemos pessoas que revendem os produtos comprados nas mesmas lojas, o que não deveria ser autorizado. Por isso, penso que deveria ensaiar-se modelos. Se a ideia é tirar as pessoas das estradas, então definirmos pontos que sejam acessíveis para todos venderem e comprarem os produtos".

Por isso, o interlocutor entende que "o governo, ao implementar tais medidas, deveria chamar sociólogos, para ajudarmos a resolver a situação".

3.21 Fiscais «assaltam» casas de processo

Novo Jornal

26 De Outubro

Texto: António Paulo

Há uma semana que a Comissão Administrativa de Luanda decretou uma operação de combate à venda desordenada na sua jurisdição, com enfoque para o distrito do Rangel onde as ruas se apresentam agora com menos vendedores ambulantes. A operação está a deixar agitados os comerciantes, que se queixam de perdas de dinheiro. Fiscais e polícias são acusados por vendedores de invadirem quintais (casas de processos onde se guardam negócios) e apropriarem-se dos produtos das comerciantes, que pedem uma moratória até Dezembro.

Vendedores ambulantes queixam-se de ter sido apanhados de surpresa na operação, que já leva quase oito dias. A zona dos Congolenses virou um «campo de batalha». De um lado, estão os fiscais e polícias, que procuram manter a ordem na circunscrição e do outro, vendedores ambulantes que insistem em vender os seus produtos na via pública, alegadamente por falta de espaço, ignorando assim o transtorno que criam aos transeuntes e ao trânsito rodoviário.

Contudo, a reportagem do NJ apurou que a operação está ser marcada por actos de agressão física, roubos

e pilhagem dos produtos de vendedores ambulantes, que acusam agentes da autoridade de estarem a apropriar-se dos seus bens.

Os negociantes contam que alguns fiscais estão a invadir as casas onde guardam os seus produtos, conhecidas por casas de processo, desviando-os e dando-lhes destino incerto. Quem deseja reaver o negócio confiscado é-lhe cobrada uma quantia monetária que oscila entre os 500 e os 20 mil kwanzas, dependendo do negócio. Há quem mesmo reclame ter sido agredido por fiscais na tentativa vã de reaver os seus produtos.

Maria Francisco, vendedora de chouriço na via pública, contou à nossa reportagem que já não vende desde terça-feira passada, altura em que a "corrida começou, sem termos sido avisadas". "Já perdemos muito dinheiro empatado no negócio. Levaram os produtos que estavam no processo. Estão-nos a dar porrada. Alguns cães já morderam senhoras aqui. Estamos aflitas porque não temos onde ir. Queremos ajuda do governo. Temos famílias e os nossos maridos não trabalham. Está a chegar a época dos exames e as crianças precisam de livros e dinheiro para pagar as propinas e não temos onde tirar. Estão sempre atrás de nós, os cavalos, cães, a polícia e fiscais", reclamou.

Dona Chiquita, outra negociante, lamenta igualmente a situação que está a deixá-la "atónita". "Estão a cobrar valores para resgatarmos o negócio. Nem todas as senhoras têm dinheiro para pagar aos fiscais. Muitas de nós só vendemos com mil ou dois mil kwanzas. Compramos tomate de 1500 kwanzas e vamos fazendo pela vida", pormenorizou a cidadã, denunciando que muitos dos produtos apreendidos estão a ser repartidos entre os fiscais e polícias envolvidos na operação.

Rita, vendedora de roupa de fardo, revelou que ficou sem os seu balões de fardos pelo facto da casa em que guardava o produto ter sido "invadida" pelos fiscais, que levaram os bens que lá se encontravam. "Guardo o negócio numa casa de processo de um jovem chamado Manucho, que vive junto ao triângulo. Levaram todo o meu negócio. Os fiscais, acompanhados da polícia, entraram e romperam a porta. Levaram todas as roupas. Disseram-nos para ir à Ilha. Quando chegámos lá cobraram-nos 20 mil kwanzas e não temos esse dinheiro porque abrimos o negócio somente agora. Os donos das casas apenas dizem que não podem fazer nada, porque foram os fiscais que romperam. Agora, estamos assim, sem vender", lamentou a cidadã.

Apesar das "corridas" dos fiscais, vários são os cidadãos que resistem à operação disciplinar, como os

vendedores ambulantes que criam transtornos aos transeuntes e ao trânsito rodoviário naquelas paragens. No entanto, vendedores nas zonas das "pedrinhas" e arredores do Mercado dos Congolenses, disseram que optaram por vender na rua pelo facto de não possuírem dinheiro para pagar um espaço no mercado dos Congolenses". "No mercado cobram-nos 150 kwanzas por dias e paga-se para vender. Além disso, cobram-nos 30 mil kwanzas para ter acesso a uma bancada", denunciaram interlocutoras do NJ.

Algumas vendedoras reconhecem o mal que causam à circulação viária, pelo que apoiam a iniciativa do governo, a quem pedem uma moratória, para que continuem com as suas vendas até ao final do ano Dezembro. "Neste momento, não sabemos a quem recorrer. Por isso, estamos a pedir ajuda para que nos deixem vender até Dezembro para que nos organizemos e o governo se organize também. Que nos arranjem lugar para vender. Os mercados não chegam. As praças não estão vazias, é tudo mentira", atiraram.

O Novo Jornal apurou que o trânsito já é feito de forma mais fluida para alegria dos residentes e taxistas que tinham a mobilidade condicionada em consequência da venda desordenada, que, timidamente, ainda se observa nalguns pontos da conhecida zona dos Congolenses.

Os cidadãos pedem maior rigor por parte das autoridades para que o cenário não se volte a repetir como tem sido frequente, apesar das várias operações realizadas. "Aqui, correm sempre com as zungueiras hoje, e, amanhã, já estão elas outra vez a vender à vontade. Mas desta vez, a situação está mais dura para os vendedores teimosos. Esperamos que esta operação continue e que as autoridades sejam rigorosas, como estão agora a mostrar", concluíram.

3.22 Proprietários devem reclamar os seus bens junto da administração

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Texto: António Paulo

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) vai prosseguir a operação que visa acabar com a venda desordenada na zona dos Congolenses. A afirmação é do director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da CACL, Francisco Alexandre, que confirma a apreensão de mercadorias, pelo que apela aos legítimos

proprietários a recorrerem à administração do Rangel ou à 8: Esquadra da Polícia Nacional, a fim de reaverem os produtos confiscados na operação.

"Confirma-se efectivamente que as mercadorias estão a ser apreendidas. Os produtos estão a ser guardados num armazém e os legítimos proprietários podem lá ir e a qualquer instante justificar que as mercadorias lhes pertencem e proceder ao seu levantamento sem qualquer problema. Vão à 8: Esquadra, à Administração do Rangel, e lá saberão onde encontrar as suas mercadorias. A administração não está a pedir nada", explicou o porta-voz da CACL.

Francisco Alexandre esclareceu ainda que as mercadorias são apreendidas pelo facto de haver resistência por parte dos vendedores que teimam em vender de forma desordenada naquelas paragens. "Qualquer dos vendedores que ali está sabe que já não pode vender aí. Acções como estas já foram desenvolvidas noutros momentos, mas sem a consistência actual".

Então, continuou, "as pessoas estão a ser levadas a pensar que esta é mais uma daquelas campanhas para inglês ver. Esta campanha é para ficar mesmo. Ela vai perdurar. Os fiscais e a Polícia vão continuar a apreender os produtos. Nós estamos a combater a venda desordenada. É esta a explicação".

Questionado sobre a legalidade na actuação dos fiscais e polícias ao pôr-se dentro das casas de processo, o porta-voz justificou a acção argumentando que os proprietários das referidas residências praticam igualmente uma actividade ilegal. "As casas de processo estão ilegais. Os proprietários são remunerados. Isto é comércio. E o comércio é feito em estabelecimentos apropriados. Eles ganham dinheiro e assim exercem uma actividade comercial que não está legalizada", aclarou, dizendo mais adiante:

"Se retiramos a possibilidade de haver casas de processo, estas pessoas não terão onde guardar as mercadorias. Portanto, temos de começar a atacar pela raiz", acentuou, esclarecendo que a "operação" visa combater as transgressões administrativas.

"É para isso que estas medidas estão a ser tomadas a peito". Aqui não há segredo nenhum", aflorou.

Reagindo às queixas dos comerciantes sobre alegados actos extorsão e de partilha de bens apreendidos na operação, o responsável pela comunicação do CACL negou a existência de tal prática, admitindo, no entanto, a possibilidade de existirem pessoas oportunistas na empreitada. "Não é verdade que os fiscais estejam a dividir os bens ou a cobrar dinheiros

aos vendedores para reaverem a mercadoria apreendida. Isto é uma campanha bem orientada, as forças estão bem instruídas e até agora não temos informação de que algum fiscal ou polícia tenha infringido as normas no que diz respeito ao cumprimento desta missão. Até aqui está tudo bem encaminhado. Agora, é preciso notar que neste tipo de processo aparecem sempre oportunistas.

3.23 Vendedor arrenda espaço para escapar aos fiscais

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Claúdio Lubola é vendedor ambulante há cerca de seis meses. A conhecida estrada do Triângulo, na zona dos Congolezes, era o seu ponto fixo vendia carne, peixe e coxas de frango no passeio da via. Porém, a corrida diária dos fiscais desde a semana passada obrigou o jovem oriundo do Congo Democrático a arrendar um espaço para prosseguir as suas vendas "tranquilamente".

O vendedor reclama da actuação dos fiscais e agentes da polícia envolvidos na operação, e critica o governo, por, alegadamente, não ter preparado as devidas condições para o "bom" êxito da operação. "O governo deveria primeiro organizar bem as condições e não enxotar as pessoas sem avisar. Esta medida foi uma surpresa para nós o governo nem arranjou um sítio para vendermos. Dentro do mercado já não há espaço para nós, porque está todo cheio. Eu, pelo menos, consegui safar-me. E os demais onde é que vão vender?", questiona.

O vendedor reclama de maus-tratos por parte dos fiscais e lamenta o facto de as pessoas não saberem onde se queixar, por serem os agentes da autoridade a praticar "condutas indecorosas". "Os fiscais recebem-nos as coisas e dividem-se entre si. As roupas que recebem às senhoras, dias depois vemo-los a usá-las. A comida parece que levam para suas casas. O governo não nos deveria dar corrida, nem receber as nossas coisas, muito menos invadir as casas de processo. Agora, não sabemos onde reclamar, porque não nos deram nenhum documento para tal", denunciou.

3.24 Quando o informal se torna desleal

Jornal: O país

28 De Setembro de 2018

Texto: Josiane Kapuko

Nas cartas dos leitores tenho lido muitas coisas interessantes, reflexões importantes e também pequenas ajudas que os governantes deste país deveriam ler com atenção para perceber que o povo está atento e sabe muito bem o que está bem e o que está mal.

Mas o assunto que me traz aqui a escrever é para que seja publicado, no mesmo espaço, um texto sobre o fenómeno das zungueiras. Antigamente eram as quitandeiras e os poetas falavam delas.

Mas agora já não é nada disso e o que me leva a escrever é uma coisa para a qual não encontro explicação, isto é, como é que vivemos tão bem entre a economia formal e a informal?

Basta abrir uma loja, dois dias depois já temos uma pracinha ao lado, mesmo à porta. Não entendo como isso é possível e muito menos como isso é permitido. Muitas vezes têm os produtos que a loja vende, a preço mais baixo, porque não pagam impostos nem têm trabalhadores.

É concorrendo desleal, é um desafio à lógica da organização, além do péssimo aspecto nas fachadas das lojas. Honestamente, não vejo isso noutras países e não entendo como em Angola é permitido e ninguém faça nada, até em Talatona, o tal bairro de classe alta. Gostaria que os nossos governantes pensassem nisso também Sucessos para o jornal.

3.25 Comércio no Moxico vai punir operadores que especulam preços

Jornal O PAÍS

29 De Outubro de 2018

A intenção foi manifestada pelo responsável do sector, Victor Pedro, durante um encontro de auscultação aos operadores comerciais locais, tendo em conta a aproximação da quadra festiva, período em que os membros da classe aplicam os preços de forma arbitrária para obtenção de lucros fáceis.

Advertiu que desta vez, os comerciantes que optarem por infringir a lei, sem o consentimento do órgão regulador, neste caso, o gabinete provincial do

Comércio Indústria e Recursos Minerais serão responsabilizados com multas pesadas.

Antes de actuar de forma coerciva, explicou, numa primeira fase os órgãos competentes do sector do Comércio realizarão, a partir da segunda quinzena de Novembro e até 15 de Dezembro, visitas de inspecção com carácter pedagógico, em que serão aconselhados os comerciantes a seguir as normas e procedimentos estabelecidos pela lei.

Fez saber que a iniciativa visa sensibilizar os comerciantes para acautelarem questões que têm a ver com o saneamento dos seus estabelecimentos, a higiene na conservação das mercadorias comercializadas, evitando a mistura de produtos alimentares com os cosméticos nas mesmas prateleiras o combate à disparidade de preços praticados pelos comerciantes entre as diferentes regiões também consta no programa das actividades a serem promovidas pelo gabinete provincial do Comércio Indústria e Recursos Minerais do Moxico, com vista a evitar a "super facturação" dos agentes económicos.

Apontou, por outro lado, que o sector que dirige pretende, igualmente, acabar com o fenómeno "puxada", usado pelos comerciantes expatriados, que consiste na introdução no país de seus compatriotas para servir de mão-de-obra, sobretudo, nos balcões das suas lojas, em detrimento dos angolanos desempregados.

Por seu turno, o comerciante, Ornar Omahaha, oriundo da Guine Conacri, disse que a disparidade de preços se deve à demora que se regista desde o período de pagamento da mercadoria até à data do seu levantamento e a oscilação do frete de transportação.

"Dos produtos vendidos, 25 por cento são adquiridos na fábrica de plásticos, localizada em Luanda, onde tem que se pagar muitas vezes com antecedência e a mercadoria é disponibilizada depois de 20 dias, com os preços (sacos plásticos) a oscilar entre 900 a 850 kwanzas", desabafou.

Exemplificou que as suas 15 padarias que operam na cidade do Luena correm o risco de encerrar as portas e serem transferidas para a província de Benguela, devido às dificuldades na aquisição de farinha, a partir dos armazéns que comercializam o produto.

O representante da firma "Costa Luzendo", Amândio Marcos, pediu à Administração Geral Tributária (AGT) que pondere o sistema de cobrança dos emolumentos aos comerciantes locais, a julgar pelas

dificuldades na aquisição dos produtos a partir do litoral do país.

Ao corroborar a ideia, o representante da firma "Cazololo", Márcio Alves, relacionou que esta situação está na base da falência da maioria dos empreendedores angolanos que operam nesta parcela do território nacional.

Enquanto isso, o inspector-geral-adjunto do Gabinete do Comércio, Francisco Lopes, manifestou a necessidade de se estreitar as relações de trabalho entre o Estado e os comerciantes, para permitir mitigar a pobreza no seio da população.

Sublinhou que para além de capitalizar os lucros, os comerciantes devem contactar regularmente, o gabinete do Comércio e a direcção da Inspeção para se actualizarem sobre algumas normas que regem a actividade comercial, de forma a dominar melhor os seus dever e direitos.

3.26 Por favor, roubos de Fiscais, BASTA!

Jornal O PAÍS

29 De Outubro de 2018

Texto: Francisco João

Saudações, caro director e equipa de trabalho deste prestigioso jornal.

Tomo a liberdade de escrever para este jornal, com o fito de relatar um facto por mim observado precisamente no dia 15 do corrente, no Bairro 15 de Fevereiro, vulgo Fubu.

Achava-me dentro de uma barbearia quando, através do reflexo do grande espelho, diviso uma carrinha com agentes da Fiscalização e da Polícia Nacional, o que talvez fosse normal.

A minha preocupação subiu rápido quando notei que duas grandes máquinas, daquelas usadas para produzir gelados (no meu tempo era baleizão) estavam em Orna da carrinha também.

Pus-me a reflectir sobre que teriam feito os proprietários das máquinas para lhes serem retiradas a tutela dos referidos meios. Bem vistas as coisas, estas máquinas não poluem, muito menos ocupam grandes áreas em caso de serem instaladas em frente da casa. Também pensei...se calhar não tinha alvará comercial... depois pensei nas senhoras que vendem o famoso gelado de múkua.

De repente, no entanto, dei por mim a pensar em que país nasci e percebi que esses fiscais só vão atrás de

objectos ou utensílios de valor, para depois se apoderarem deles caso o proprietário não seja capaz de pagar o que for pedido pelos fiscais. As perguntas que não querem calar são: numa altura em que foram prometidos meio milhão de empregos e não se vê esforço algum para alcançar este objectivo, será coerente este tipo de atitudes governativas?

Numa altura em que as pessoas sobrevivem de pequenos negócios, faz sentido a Polícia e a Fiscalização terem esse tipo de atitudes?

Pensamos que deveria haver mais sensibilidade da parte do "Quem de Direito" para compreender que este comportamento dos seus subordinados tira a capacidade de sustento a várias famílias. Esse famoso 'Quem' tem mesmo de agir no sentido de se acabar com esta pouca vergonha!

3.27 "Operação Resgate" repõe autoridade do Estado no país

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2018

Texto: André da Costa

A Polícia Nacional deu início oficialmente ontem, em Luanda, à "Operação Resgate", que arranca no dia 6 de Novembro, com vista a repor a autoridade do Estado em todo o país.

Num encontro com os comandantes provinciais da Polícia Nacional e responsáveis das várias especialidades do Ministério do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, disse que é importante repor-se a autoridade do Estado que tem sido ferida, situação que, segundo o governante, tem levado à alteração de condutas e comportamentos que acabam por ter implicações no domínio da segurança pública.

Para o ministro, a segurança pública deixou de ser uma preocupação exclusiva da Polícia Nacional e outros serviços de segurança, assumindo como um direito e responsabilidade de todos.

"As preocupações de segurança não se circunscrevem apenas aos comportamentos criminais previstos na legislação penal, mas a todas as outras condutas que colocam em causa a paz social e a qualidade de vida das populações", frisou.

Ângelo da Veiga Tavares lembrou que, nos últimos tempos, o país se viu confrontado com o surgimento de situações que influenciaram negativamente na organização funcionamento e na autoridade do Estado.

O ministro realça a deficiente urbanização das cidades o comércio desordenado, o defeituoso funcionamento dos transportes públicos e da rede viária, imigração ilegal, destruição de bens públicos devastação da fauna e da flora e a poluição sonora.

Estes problemas identificados, ressaltou, motivaram a Direcção do Ministério do Interior a reunir com os governadores provinciais, onde passou em revista a questão da autoridade do Estado. Disse que a reposição da autoridade do Estado passa, também, pela tomada de medidas por parte das autoridades administrativas.

Afirmou que a operação, que arranca no dia 6 de Novembro, é uma conjugação de esforços das forças do Ministério do Interior, das autoridades administrativas e de toda a população que deverá colaborar para o êxito desta tarefa.

O titular da pasta do Interior enumerou algumas inquietações que vão ser levadas em conta durante a realização da "Operação Resgate". Destes, apontou, por exemplo, os casos de ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, casebres, lanchonetes, instalação de mercados informais e a ocupação de reservas fundiárias.

Alertou que serão tornadas medidas aos mercados, armazéns e oficinas ao longo dos principais eixos viários com influência negativa na circulação viária. Acrescentou que também serão abrangidas na operação os mercados informais nas pedonais e passagens de nível, as infra-estruturas inacabadas ou abandonadas, a venda de produtos roubados e furtados, com realce para peças de viaturas e telemóveis, entre outros artigos.

No domínio da circulação rodoviária, disse que as inquietações estão relacionadas com o uso alternativo ilegal de motociclistas de passageiros e o exercício ilegal de táxis, o que, no seu entender, urge organizar, ordenar e disciplinar.

Destacou como preocupação a venda ambulante nos congestionamentos e pontos de carregamento e descarga de passageiros, assim como a persistência de cidadãos nacionais no auxílio à imigração ilegal e o seu reflexo no tráfico ilegal de diamantes, no contrabando de mercadorias e na fuga ao fisco, no tráfico de drogas.

Outra preocupação tem a ver com o exercício ilegal de medicina, da actividade religiosa, introdução de hábitos e costumes estranhos à cultura nacional, contrafacção discográfica e de mercadorias e medicamentos. A caça furtiva, a exploração ilegal de

recursos florestais, minerais e inertes, entre outros também são males a combater.

3.28 Proibida a venda no mercado informal de peças sobressalentes de viaturas e de “cartões sim”.

Jornal O PAÍS

31 De Outubro de 2018

Texto: Rila Berta

O Ministério do Interior procedeu formalmente ontem, Terça-feira, em Luanda, ao lançamento da "Operação Resgate". De acordo com o ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares, a operação tem como objectivo, o reforço da autoridade do Estado em todos os domínios, com a implementação de medidas que visam a redução de factores que desencadeiam a desordem e a insegurança na sociedade. Entre estas medidas consta a proibição de venda de produtos não autorizados nos mercados informais.

Para tal, Ângelo Veiga Tavares anunciou terem sido exarados dois decretos executivos conjuntos, dos quais um foi assinado pelos ministros do Interior, do Comércio e dos Transportes que proíbe a venda de peças sobressalentes de veículos em mercados informais e outros locais não autorizados.

E outro, decreto, pelos ministros do Interior, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e do Comércio que proíbe, igualmente, a venda de telemóveis e similares em locais não autorizados, com destaque para o mercado informal.

Segundo o ministro do Interior, com o instrumento, as operadoras estão também autorizadas a desativar, tão logo sejam notificadas pelos órgãos de Polícia, todos equipamentos que tenham sido furtados e só reporem quando, igualmente, forem notificadas pela Polícia.

As operadoras estão também obrigadas, de acordo com o ministro do Interior, a deixar comercializar no mercado informal números de telefones, ou seja cartões Sim.

"Não serão permitidos. Há um decreto executivo conjunto a este respeito que não tem sido cumprido com rigor por parte das operadoras e para esse efeito teremos que ter mão pesada a partir de agora", disse. Segundo Ângelo Tavares, a 2ª operação tem como propósito criar condições que permitam aos angolanos viverem em melhores condições de

urbanidade. Referiu não haver objectivo de criar dificuldades às pessoas, mas de contribuir para uma sociedade civilizada, organizada e saudável.

Garantiu ainda o responsável atenção por parte dos órgãos de inspecção, do Ministério do Interior, de modo a que se tomem medidas "rigorosas" contra todos que utilizando o pretexto da operação, procurarem desvirtuar o que está estabelecido nos regulamentos de disciplina daquela instituição.

Durante a apresentação formal, ministro do Interior explicou que principal objectivo da operação é resgatar a autoridade do Estado.

A operação está agora numa fase inicial de sensibilização. Segundo Orlando Bernardo, director do Gabinete de Comunicação da Polícia Nacional, esta fase já dura alguns dias, contudo explicou que a implementação efectiva da operação acontece a partir do dia 6 de Novembro.

Implementação de modo gradual

O ministro do Interior disse que as questões de segurança não se circunscrevem aos comportamentos criminais previstos na legislação penal, mas a todas as condutas que põem em causa a paz social e a qualidade de vida das populações, bem como a autoridade do Estado.

Assim, explicou, questões como a deficiente urbanização das cidades, comércio desordenado, deficiente funcionamento do sistema de transporte público, imigração ilegal, destruição de bens públicos, destruição da fauna e flora, e poluição sonora fez com que o Ministério do Interior e outras estruturas do Estado reunissem e definissem medidas para "resgatar a autoridade do Estado".

Ângelo Veiga Tavares explicou ter-se elaborado a referida operação, em que vários aspectos deverão merecer atenção das autoridades administrativas, policiais e da população, nomeadamente: a ocupação dos espaços públicos para a construção de residências; ocupação ilegal de reservas fundiárias para a construção desordenada de bairros; existências de mercados informais como oficinas e armazéns ao longo dos principais eixos viários; existência de mercados informais nas pedonais e passagens aéreas; venda de produtos de roubo e de furto, como peças de viaturas, telemóveis e similares; exercício ilegal de táxi; venda ambulante no congestionamento.

No domínio da imigração ilegal,

auxílio à imigração ilegal deverá merecer a atenção das autoridades, assim como, a obtenção fraudulenta de documentos nacionais, exercício ilegal de medicina

e de actividades religiosas bem como a introdução de hábitos e costumes estranhos à cultura nacional, entre outros aspectos.

O ministro referiu ser importante que o Estado assumia o seu papel com vista a pôr cobro em todas estas irregularidades, tendo apelado à colaboração da população.

Deste modo, explicou que a operação tem como objectivos, o reforço da autoridade do Estado em todos os domínios, redução dos principais factores desencadeadores da desordem e da insegurança, redução da violência urbana mediante o incremento da acção preventiva, aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos para prevenção e combate à imigração ilegal, redução dos níveis de sinistralidade rodoviária e melhoria da circulação, proibição de vendas de produtos não autorizados.

Polícia garante ter meios e efectivos para concretizar a operação

A "Operação Resgate" poderá abranger todas as províncias do país, mas de modo gradual: Segundo Orlando Bernardo, director do Gabinete de Comunicação da Polícia Nacional este modo de implementação deve-se ao facto de cada província ter características diferentes. "Umas como Luanda têm mais problemas do que as outras, daí que esta operação tenha um tempo indeterminado", disse.

Explicou que todos os órgãos operativos do Ministério do Interior estão preparados para executar a operação, referiu ainda haver todas as condições logísticas e de efectivos para que a operação tenha êxito. "A Polícia Nacional, o Serviço de Investigação Criminal e os Serviços de Migração e Estrangeiro estão preparados para as obrigações e exigências da operação, com os meios necessários e as forças necessárias para fazer face à operação", garantiu.

Explicou que a operação não se restringe ao combate à venda ambulante, tendo mesmo garantido que este tipo de venda continuará desde que seja feita nos locais indicados pelas administrações. Explicou que dentro dos segmentos da operação haverá apenas um combate à venda desordenada.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O Estado só se deve endividar para promover o crescimento

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2018

Texto: Faustino Henrique

Como encara o estado da economia e finanças públicas angolanas?

Não é boa. A opinião não é bem minha. O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) tem vindo a alertar para a eventualidade da situação de crise acontecer, desde 2014. Já no Relatório de 2014, produzido pelo CEIC, alertava-se para a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios económicos e financeiros relevantes.

Naquela fase, o CEIC era ouvido, era consultado ou levado a sério?

Nunca estivemos preocupados com isso. Nós fazemos as nossas pesquisas, os nossos relatórios, com a intenção única de difundirmos as nossas opiniões e os resultados das nossas pesquisas. Não temos nenhuma intenção de ser parceiros do Governo. Se o Governo, perante as nossas análises, nos chamar para participar das discussões, emitirmos recomendações, pareceres; estaremos perfeitamente disponíveis. Mas essa não é a nossa preocupação, não é o nosso objectivo sermos aqui uma espécie de "Think Tank" (grupo de reflexão ou centro de estudos) de colaboração com o Governo. A nossa intenção não é necessária - mente nos constituirmos em parceiros do Governo.

Já alguma vez chegou a sentir que as suas análises económicas eram, do ponto de vista político, encaradas como um incómodo para o poder político?

Não! Eu nunca fui proibido ou condicionado de escrever ou de apresentar as minhas análises económicas e financeiras. Agora, por vezes, havia reacções, da parte de políticos, no sentido de se dar a ideia de que Alves da Rocha está sempre contra as políticas do Governo. Lembro que tive um episódio no então Ministério do Planeamento devido a uma entrevista que dei ao Jornal Folha de São Paulo, creio que em 2011, em que, em resposta a algumas perguntas do jornalista brasileiro, denunciei a corrupção que existia no Estado e fui demitido. Mas

na altura foi um mal que veio para bem, porque passei a estar mais disponível para academia, a tempo inteiro para o CEIC.

Nunca receberam da parte do Governo qualquer sinal no sentido de um melhor aproveitamento das vossas análises e pesquisas?

Da anterior governação, não, se bem que também tenhamos que distinguir entre aquilo que podemos chamar de "middle management" (NR: gestor intermédio) e os ministros ou quem faz a política económica. E sentimos que ao nível da estrutura intermédia da administração pública, os relatórios e os estudos que o CEIC faz tinham alguma repercussão. Agora, pode acontecer que, com a nova governação, as coisas possam ser diferentes. Não notamos até agora diferenças significativas, muito embora tenhamos indicação de que algumas instituições públicas possam vir a recorrer aos trabalhos do CEIC em determinadas áreas e da própria universidade. Mas o nosso principal objectivo é continuarmos a ser uma instituição independente, com pesquisas objectivas e independentes, dependendo apenas da ciência económica para fazermos as nossas análises.

Na obra "As perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020", defende que, se o continente africano pretender eliminar a pobreza em 50 por cento, devera crescer com taxas sustentadas de entre sete e oito por cento ao ano. É realista essa visão, nesta fase?

Quando fiz esta afirmação e também retirei alguns elementos do relatório da economia da África subsariana, naturalmente, que o contexto era outro. Nesta altura, eu creio que, apesar de serem taxas elevadas e, sobretudo, quando se fala em sustentabilidade, crescer a taxas anuais de sete a oito por cento é desafiante. Angola, entre 2002 e 2008, devido ao "boom" do petróleo, apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de 11 por cento. De qualquer maneira, não houve possibilidade, eventualmente por defeito da política económica, de transformar esse crescimento económico em desenvolvimento económico.

É possível voltarmos a crescer a dois dígitos?

Na minha opinião, não é possível.

A sustentabilidade da dívida pública na fasquia dos 60 por cento do PIB continua a ser uma opção, um desenvolvimento normal?

Depende. Nós, aqui, entre 90 a 95 por cento da dívida de Angola, seja dívida interna, seja dívida externa, é do Estado, o que traduz também um

excesso da intervenção do Estado na economia. Admito que deve haver uma dívida privada à banca, é verdade, mas o essencial é do Estado. Ora quando analisamos a sustentabilidade da dívida de um país, onde esteja inserida a dívida pública, o peso no PIB é um dos indicadores e a análise depois depende da conjugação de três outros indicadores. Deste ponto de vista, 60 por cento é o que está na lei, é o que está no plano indicativo da SADC (porque a SADC tem critério de indicação nominal dos países) e um deles é precisamente não exceder a dívida pública além dos 60 por cento do PIB. Mas a sustentabilidade de uma dívida também deve ser analisada em termos do seu serviço, do serviço da dívida, ou seja, da amortização dos juros e deste ponto de vista Angola não está bem colocada.

Porquê?

Porque as taxas de juro que Angola tem conseguido obter, embora se diga que "as taxas de juro que China cobra são relativamente acessíveis, mas nós temos aqui também o peso do serviço da dívida e esse serviço da dívida actualmente já consome muitas receitas fiscais do Estado. Se o PIB de Angola cresce a taxas reduzidas, naturalmente que essa capacidade de pagar a dívida é menor ou, pelo menos, estende-se por mais tempo e com consequências para as gerações futuras. Portanto, para eu analisar a sustentabilidade da dívida, tenho de ter três indicadores: o peso da dívida no PIB, o peso da dívida (tratando-se de dívida pública) no OGE e a taxa de crescimento económico. Por isso é que os empréstimos têm de ser contraídos de uma forma não só racional, mas de uma maneira eficiente a Estado só se deve endividar para criar condições para promover o crescimento económico. Não se deve endividar para fazer obras de fachada.

O processo de formulação de decisão política envolvendo questões económicas e financeiras mudou de paradigma com o Presidente João Lourenço ou continua o mesmo na sua opinião?

Continuamos com o mesmo paradigma. O processo de escolha das políticas económicas, a definição dos planos económicos, entre outros, continuam muito centralizados. Nós temos um processo de escolha das políticas económicas de cima para baixo e não um processo, diria, não muito de baixo para cima, mas em que houvesse um encontro a meio. Mas creio que já há indícios e sinais de que esse paradigma vai sofrer alterações e é necessário que ocorra, porque a concertação, a discussão é sempre benéfica. De qualquer maneira, já é positivo o facto do Governo ter apresentado, em vários locais e circunstâncias, o Plano de Desenvolvimento Nacional. Não fiz parte destas apresentações' nem tenho informações que

essas apresentações tenham sido feitas também a partir das universidades, que são os centros de criação e divulgação do conhecimento. Não quero, com isto, dizer que não tenham sido feitas. Mas, de qualquer forma, é um indicador positivo o facto de se ter optado pela apresentação, quando comparado com práticas anteriores. Em todo o caso, prevalece o excesso de centralismo e veremos com o processo da autarcização dos municípios do país se a mentalidade vai ser diferente.

A estabilidade macro económica foi mais um jargão político-económico; uma verdadeira conquista da equipa económica do Executivo ou ainda uma meta por alcançar?

É tudo isso o que dizes. A estabilização macroeconómica, em qualquer país, é sempre um processo que tem custos, sobretudo custos. Pode ter vantagens em termos de sinais positivos para o sector privado, mas passa muito pelo regime de reajuste das actividades do Estado em termos de número de funcionários, salários praticados; passa também pela materialização de uma política monetária mais restritiva.

E é tudo na avaliação da estabilidade macroeconómica para dizer-se que está a ser controlada?

A estabilidade macroeconómica não pode ser vista apenas do ponto de vista estritamente económico. Eu não posso obter a todo o custo a estabilização macroeconómica sem pensar nos efeitos sociais. Não devo sequer e é por isso que os gestores da política macroeconómica têm de ser pessoas competentes e que dominem a ciência económica e que possam concatenar a estabilização macroeconómica que pode ser lida em termos de taxas de inflação comportável socialmente e que não afasta o investimento. Uma estabilidade dentro do mercado cambial, a questão das taxas de juro, a questão do emprego. A variável emprego faz parte dos indicadores mais largos da estabilização macroeconómica e nesse sentido a economia angolana tem taxas elevadas de desemprego. Quando há declarações de que a estabilização macroeconómica está a ser conseguida, lida por esses indicadores, a taxa de inflação mensal está a diminuir em variação homóloga, que há uma perspectiva de um abaixamento das taxas de juro.

Não nos podemos esquecer que existem outros indicadores que, numa visão mais alargada, devem fazer parte da análise da estabilização macroeconómica. Estou-lhe a citar a taxa de desemprego, a taxa de crescimento económico. Não podemos concluir que estamos num processo de estabilização macroeconómica quando a taxa de

desemprego, segundo inclusive o próprio Instituto Nacional de Estatística (INE), estará ainda cima de 20 por cento. A nossa estimativa, ao nível do CEIC, para 2017, cujo relatório vai ser lançado a oito de Outubro, quando ela poderá estar entre 20 e 25 por cento, que é uma taxa que representa um enorme desperdício de força de trabalho e quando temos um crescimento económico que foi negativo em 2016 e em 2017. Em 2016, o crescimento económico foi de 2,6 por cento em menos e em 2017 foi de menos de 2,5 por cento, segundo dados avançados pelo INE, portanto, não estamos propriamente ainda num processo de estabilização macroeconómico, muito menos numa fase consolidada. Por isso é que o Governo tem sido cauteloso ao apresentar uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de três por cento, o que não é suficiente, mas, provavelmente, é a taxa que somos capazes de produzir.

“Eu não sou adepto das parcerias publico-privadas”

O sector privado tem sabido aproveitar os incentivos e oportunidades criadas pelo Estado ou, ao contrário, aquele inviabiliza a consolidação do primeiro?

Vamos ver agora se o sector privado realmente nasce.

Não existe ainda um sector privado ou é ainda embrionário?

Eu não sei se é embrionário. Nós tivemos aqui um pretense sector privado baseado, na verdade, nas facilidades, que no âmbito do regime anterior, foram dadas. Havia aqui empresários que, no meio de dificuldades, dirigiam-se aí a alguns órgãos do poder e tinham um envelope com dois, três milhões de dólares, facilitados. E isso tem de acabar.,

Num contexto em que o objectivo era criar uma burguesia nacional, havia alternativas, na sua opinião?

Ah! Isso já tem de perguntar ao MPLA. É verdade que a criação de uma burguesia nacional é uma pretensão, um objectivo que todos os países têm, porque, na análise sociológica, as burguesias têm um papel importante na criação do desenvolvimento económico, na sua sustentabilidade. Mas a criação de uma burguesia deve ser feita através de outras vias e não de maneira a disponibilizar aos pretensos empresários todas as facilidades que, de resto, apenas eram concedidas a um grupo muito restrito de empresários ligados ao poder político e não de uma forma genérica. Agora é que os desafios vão acontecer, agora é que aqueles que se julgam empresários vão ter que trabalhar neste sentido, vão ter de fazer prova. Vão ter de ir à busca de meios financeiros, que têm o seu custo, ir à busca de capital

humano, que tem o seu custo, criar o capital empresarial, porque são eles que têm de criar e não tem de ser o Estado. Terão de desenvolver o capital empresarial no sentido da mentalidade, da cultura, porque nós não temos aqui cultura empresarial, tal como outros países já têm.

Não temos nem de forma residual empresários que demonstram essa mentalidade ou cultura empresarial?

Acho que não temos. Pode haver alguns empresários que têm mostrado trabalho, que têm mostrado valor, homens que realmente vão à luta. Mas são poucos, muito poucos.

Num contexto em que o objectivo era criar uma burguesia nacional, havia alternativas, na sua opinião?

Ah! Isso já tem de perguntar ao MPLA. É verdade que a criação de uma burguesia nacional é uma pretensão, um objectivo que todos os países têm, porque, na análise sociológica, as burguesias têm um papel importante na criação do desenvolvimento económico, na sua sustentabilidade. Mas a criação de uma burguesia deve ser feita através de outras vias e não de maneira a disponibilizar aos pretensos empresários todas as facilidades que, de resto, apenas eram concedidas a um grupo muito restrito de empresários ligados ao poder político e não de uma forma genérica. Agora é que os desafios vão acontecer, agora é que aqueles que se julgam empresários vão ter que trabalhar neste sentido, vão ter de fazer prova. Vão ter de ir à busca de meios financeiros, que têm o seu custo, ir à busca de capital humano, que tem o seu custo, criar o capital empresarial, porque são eles que têm de criar e não tem de ser o Estado. Terão de desenvolver o capital empresarial no sentido da mentalidade, da cultura, porque nós não temos aqui cultura empresarial, tal como outros países já têm.

Não temos nem de forma residual empresários que demonstram essa mentalidade ou cultura empresarial?

Acho que não temos. Pode haver alguns empresários que têm mostrado trabalho, que têm mostrado valor, homens que realmente vão à luta. Mas são poucos, muito poucos.

Há em curso um programa, por materializar, de privatização de empresas públicas. Como encara a intenção do Estado angolano?

De uma forma muito positiva. De uma forma muito agradável, para mim, porque o Estado não tem que manter em funcionamento empresas públicas que manifestamente não tenham capacidade de sobrevivência à custa do erário público e não dêem amostra de viabilidade. Portanto, essas empresas

devem ser privatizadas. Agora, a minha questão é se, realmente, vai haver interesse da parte do sector privado em comprar empresas públicas manifestamente falidas. Essa é a grande questão.

As parcerias público-privada podiam servir como uma das opções?

Eu não sou um adepto das parcerias público-privadas, porque os exemplos que eu conheço da experiência das PPPs são de prejuízo para o Estado e de benefício para o sector privado. E o caso mais perto, não em termos geográficos, é o caso português em que tais experiências no domínio das estradas e da energia têm provocado perdas avultadas ao ponto do Estado ter acordado rendas que paga ao sector privado e que pesam no orçamento geral do Estado português. Portanto, eu nunca fui muito adepto das parcerias público-privadas.

Até que ponto o preocupa o endividamento dos países africanos em geral e de Angola em particular, para com a China?

A China tem disponibilidade de financiar o desenvolvimento africano, tem interesse em financiar determinados países africanos, não tenho que estar necessariamente contra o endividamento face à China. O que tenho de estar preocupado, no meu país, é com o excesso de endividamento do Estado, seja perante a China, França, Reino Unido ou Alemanha. O excesso é que me preocupa.

A China até se tem revelado um parceiro relativamente acessível. Isso tem ajudado alguns países africanos a melhorar a sua rede de infra-estruturas. Nós, aqui, tivemos uma falha tremenda nessa matéria e hoje estamos a contrair empréstimos junto da China, para reconstruir rodovias que já deviam estar a dar o retorno económico e lucro social.

A missão do FMI, coordenada pelo economista francês Mario de Zamaroczy, concluiu, em tempos, que "continuam adequadas" às políticas e às reformas de estabilização macroeconómica que estão a ser aplicadas pelo Governo, com vista à promoção do crescimento económico e à diversificação da actividade económica. É da mesma opinião?

Se assim é, a pergunta óbvia será: "o que é que o FMI vem aqui fazer?" Porque se ele considera que o programa do Governo está em consonância com essas intenções de promover o crescimento económico, garantir a diversificação da economia, então o que é que o FMI vem cá fazer?

Essa é uma pergunta para o FMI e para o Governo. Então, se nós temos um plano de desenvolvimento

nacional que, segundo o FMI, está bem feito, bem doseado, então o que é que o FMI vem cá fazer?

Em tempos, Alves da Rocha dizia que "Controlar a inflação, salvar Bancos e assegurar o crescimento económico é uma equação de três incógnitas, que deverá ser resolvida pelo BNA". Continua com a mesma opinião?

Sim, continuo e depende do número de equações que o sistema tem. Porque pode tratar-se de um sistema matematicamente resolúvel, se o número de equações for igual ao número de incógnitas; ou pode tratar-se de um sistema de equações irresolúvel, se o número de incógnitas for superior ao número de equações.

Assim, o problema complica-se.

A Zona Económica Especial (ZEE) tem cumprido o papel que dela se espera ou teremos uma reedição das Unidade Económica Estatal (UEE)?

Eu creio que as empresas que se encontram na Zona Económica Especial (ZEE) estão agora integradas no Pólo Industrial Luanda e Bengo. Toda a concepção da Zona Económica Especial, feita no âmbito do anterior Governo, foi errada, porque foi uma concessão na base em que o Estado é que definiu os lotes, definiu as actividades económicas que deviam fazer parte, em muitos casos comprou os equipamentos, e depois pretendia ver aquilo à iniciativa privada. Portanto, toda a concessão foi errada, desde o início, porque, nestas coisas, o Estado deve fornecer terrenos infra-estruturados, com saneamento, água, energia; deve criar oportunidades de se instalar a prestação de serviços, por via do Gabinete Unicode Empresas, para facilitar a criação de empresas, vender os terrenos ou praticar o arrendamento, durante o tempo que venha a cobrir determinados custos da parte do Estado. Assim é que se criam ou se fomentam as zonas económicas especiais ou pólos industriais e não com o Estado entender que, por exemplo, se instale aqui uma fábrica de agulhas, quando o empresário privado alegar que seria do seu interesse instalar uma fábrica de corta-unhas.

A implementação do IVA chega numa boa altura, a partir de 2019, começando com as grandes empresas até chegar à base tributária?

Eu não sei, porque não me debrucei atentamente sobre a questão do IVA. Aquilo que eu sei é que se trata de um imposto indirecto, que, em termos de justiça tributária, os impostos indirectos são mais capazes de realizar a justiça tributária, uma redistribuição equitativamente dos sacrifícios fiscais do que os impostos directos. Eu não tenho estado

em cima desta matéria, mas recordo-me que um semanário económico publicou uma matéria sobre o IVA, onde comparava tudo isso, sobre o que seria eliminado, o que é que seria criado e acho que foi um bom trabalho. Não sei em que medida é que AGT terá ou não aproveitado para os efeitos tido como conveniente. O IVA é um imposto moderno e se nós queremos participar dessa modernização mundial dos sistemas fiscais, temos de adoptar IVA. Temos condições de adoptar IVA, já em 2019? Não lhe sei dizer exactamente, porque não tenho estado a estudar. AAGT diz que sim! Há muitos empresários que dizem que não, alegando estes últimos que as empresas não estão ainda preparadas para isso. Mas creio que estaremos perante um facto que se vai consumir em 2019.

O adiamento da adesão à Zona de Livre Comércio tem sido uma estratégia que joga a favor de Angola Ou retarda aquilo que seriam os benefícios da aprendizagem e de adaptação?

Angola já adiou por três vezes a subscrição do acordo de livre comércio da SADC e nem por isso nós verificamos a alteração das condições. O país continua a enfermar dos mesmos problemas, dos mesmos defeitos de competitividade, de produtividade, de gestão macroeconómica. Mas creio que este problema deixará de existir, a julgar pelas palavras do Presidente João Lourenço, segundo as quais, Angola vai mesmo passar fazer parte da Zona de Livre Comércio. E portanto, Angola vai ter de aprender fazendo.

Como é que vê o funcionamento da bolsa de valores, nesta fase apenas com a comercialização de títulos?

Essa é a primeira fase. É a maneira mais fácil de colocar o mercado de capitais a funcionar, muito embora também o Estado tenha de ter limitações nisto, porque estar sistematicamente a emitir dívida pública e a alimentar o mercado de capitais deve ter limites, por causa da capacidade de endividamento do Estado. Mas a ideia que há é depois alargar-se. Para isso, é preciso que tenhamos aqui um sector empresarial forte, que entenda que se deve financiar também por via do mercado de capitais. Eu creio que o processo está ainda em aplicação.

4.2 Executivo anuncia projectos com financiamento garantido

Jornal de Angola

2 De Outubro

Texto: João Dias

O Executivo vai implementar, no próximo ano, 2.382 projectos em todas as províncias no quadro do Programa de Investimento Público Sectorial e Provincial.

A execução, de acordo com o comunicado de imprensa da primeira reunião ordinária do Conselho Nacional de Concertação Social, orientada pelo Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, deve priorizar projectos em curso, com níveis de execução consideráveis e com financiamentos garantidos no quadro do Programa de Investimento Público Sectorial e Provincial para o próximo ano.

A reunião apreciou o memorando sobre a elaboração do Programa de Investimento Público Sectorial e Provincial que prevê a implementação dos projectos de continuidade com níveis de execução consideráveis, visando a sua conclusão em 2019 e assegurar a existência de recursos para o programa de construção de escolas primárias em toda a extensão do território nacional.

A primeira reunião do Conselho Nacional de Concertação Social fez uma abordagem territorial das prioridades nacionais, bem como a operacionalização do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, de acordo com o comunicado final.

No domínio das finanças, os membros do conselho pronunciaram-se sobre o quadro macroeconómico para o próximo ano, cujas projecções antecipam um défice de 0,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

O Conselho de Concertação Social apreciou também os pressupostos e os limites para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, os quais, face à nova realidade económica e financeira internacional, baseiam - se essencialmente na reavaliação da estimativa da receita em função do comportamento do preço médio do petróleo, bem como na fixação da despesa a um nível de cobertura mais realística por via da revisão dos créditos orçamentais.

Além disso, os pressupostos devem basear-se no controlo do défice e das necessidades de financiamento por via da revisão das operações de financiamento sem comprometer o pagamento do serviço da dívida projectada, segundo o documento.

Durante a reunião, foi apreciado um memorando que estabelece a forma de operacionalização do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, documento estruturado em seis eixos que apresentam as estratégias e prioridades gerais do Executivo e expressam os objectivos nacionais da Estratégia de Longo Prazo 2025 e contém 25 políticas estratégicas que concretizam as escolhas do Executivo para atingir os objectivos nacionais, nos quais se integra os compromissos de médio e longo prazo assumidos por Angola. Esta estratégia de longo prazo subdivide-se em 83 programas com vários objectivos, metas e indicadores anuais, contribuir para a criação de sinergias e consensos necessários à implementação dos programas do Executivo que visam o alcance do crescimento nacional.

O presidente da Associação dos Direitos do Consumidor (ADIC), Miguel Vieira, disse ser preocupação de parte considerável dos parceiros sociais revelar preocupação quanto à necessidade de se encontrar vias de eficiência na execução do Orçamento Geral do Estado e defendeu ser preciso haver no mercado entidades e instrumentos de regulação do mercado.

Miguel Vieira entende ser fundamental haver um rigoroso controlo sobre a dívida pública e a nível da contratação pública, uma situação que tem preocupado os agentes económicos e, levada em conta, pode conduzir ao crescimento do mercado nacional. Já o presidente da ADRA, Belarmino Jelembé, disse que, face à situação difícil que o país vive, é necessário olhar as prioridades e desafios em relação à eficiência na educação do Orçamento Geral do Estado programado para o próximo ano.

O responsável lembrou que é preciso rigor e eficácia na execução do OGE, essencialmente no que respeita às despesas, não só a nível de sectores como Educação e Saúde, mas também no sector produtivo.

"Acho que temos de olhar para o sector produtivo, que é também vital, para guindar a nossa economia sem esquecer as áreas da educação e saúde", disse.

O secretário-geral da CGSILA, Avelino Miguel, disse à imprensa que, numa altura em que o país está em crise, era necessário apostar, com prioridade, no sector produtivo, para criar riqueza e tirar o país da situação em que se encontra, sem descurar os sectores da Educação e da Saúde.

"Precisamos dinamizar a produção nacional para que nos lancemos no caminho do desenvolvimento sustentável", disse o sindicalista, que pede que o Executivo não perca de vista o poder de compra dos angolanos.

Avelino Miguel disse ter notado abertura por parte do Executivo no que toca à possibilidade de reajustamento e melhoria salarial já com base no novo regime remuneratório, que pode estender-se para toda a função pública e não apenas à Saúde e Educação.

4.3 ONG pede ponderação no processo autárquico

Jornal De Angola

2 De Outubro de 2018

A organização não governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) sugere ponderação na escolha do modelo autárquico a implementar no país, a partir de 2020, para evitar-se erros que possam condicionar o desenvolvimento pretendido.

Em declarações à Angop, a directora da organização na província do Huambo, Cidália Gomes, disse que a escolha do modelo deve basear-se rigorosamente nas especificidades do país.

Segundo a responsável, a ADRA entende que as autarquias têm como principal Objectivo a aproximação dos governantes aos governados, facilitando, deste modo, a resolução imediata dos problemas da população.

Tratando-se de uma realidade nova em Angola, Cidália Gomes é de opinião que se reforcem as acções de esclarecimento para que a população possa vir a participar nas autarquias de forma consciente e responsável. "São necessárias várias acções para a preparação das eleições autárquicas. Enquanto se aguarda pela aprovação do pacote legislativo, é preciso fazer sessões de esclarecimentos sobre as autarquias, para que a população conheça este modelo governativo que se pretende concretizar a partir de 2020," frisou.

Aos decisores políticos, a directora da ADRA na província do Huambo recomendou a busca de consensos na escolha do modelo propício que satisfaça os interesses do povo, avaliando correctamente os critérios de selecção, caso o poder autárquico seja implementado de forma gradual no país. Também propôs que se analise a relação entre o

autarca e as autoridades tradicionais e se comece a preparar os agentes comunitários.

4.4 O CSJ defende maior atenção na saúde e educação na elaboração do próximo OGE

Jornal O PAÍS

3 De Outubro de 2018

Texto: Neusa Filipe

O coordenador do Observatório para a Coesão Social e justiça (OCSJ), Zola Bambi, falando ontem a O PAÍS, apelou à maior atenção para os sectores da saúde e da educação na elaboração do próximo Orçamento Geral de Estado (OGE).

Sendo o OGE instrumento a partir do qual se traçam as linhas mestras para o desenvolvimento económico do país, Zola Bambi defendeu o ponto de vista da organização que dirige dando maior ênfase para a saúde pública, educação e a promoção do emprego.

Para o responsável, nada se conseguirá fazer se não se resolver as questões que actualmente se apresentam em situações endémicas, sobretudo nos sectores acima referenciados. Sobre o emprego, a fonte defendeu o fomento da iniciativa empresarial, com a criação de pequenas empresas, por considerá-las como as que mais empregos criam no seio da população.

"É nesse contexto social que se deve fazer um esforço para aumentar as percentagens, para que sejam superiores às que foram atribuídas nos orçamentos anteriores, a fim de se melhorar as condições devida e, conseqüentemente, podermos resolver outras dificuldades ligadas à harmonia social", disse.

O balanço

Fazendo uma análise dos Orçamentos anteriores, Zola Bambi afirmou que, até ao momento, não se verificaram ainda melhorias nos sectores chaves, observando o cenário actual na educação e na saúde, apesar de haver sempre debates e sugestões por parte das organizações sociais no que ao OGE diz respeito. Sublinhou que dos montantes destinados aos sectores sociais, não se fez sentir a sua repercussão na vida das populações.

"No início do ano lectivo observamos que mais de 200 mil crianças estavam fora do sistema de ensino. Esta é uma situação que para o próximo ano nos levaria a ter mais gastos. Na saúde e no saneamento básico a situação continua a mesma", acrescentou.

Defesa e Segurança

Zola Bambi defendeu, por outro lado, a redução da fásquia destinada ao sector da Defesa e Segurança, alegando que a única guerra no momento é contra a pobreza e as dificuldades que o país vive.

Neste contexto, disse ser necessário encontrar a forma ou o equilíbrio para se resolver os problemas que têm a ver com as Forças Armadas Angolanas (FAA), de forma a não acrescentar mais gastos, mas aumentando a fásquia para a educação, saúde e emprego.

Recomendou ainda a necessidade de se rever no próximo OGE a quantia disponibilizada às políticas sociais de apoio às instituições ligadas à questão de minimizar e acompanhar os problemas das comunidades e das populações.

4.5 PR aumenta limites para autorização das despesas públicas

Jornal O PAÍS

3 De Outubro de 2018

Com a medida, os ministros e governadores provinciais terão poder para autorizar despesas até mil milhões de Kwanzas, contra os anteriores trezentos e vinte milhões.

O Presidente da República, João Lourenço, assinou um decreto a actualizar os limites de competência para autorização de despesas públicas, no âmbito da Lei dos Contratos Públicos, com a finalidade de desconcentrar e desburocratizar o aparelho administrativo do país.

Uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República enviada à redacção de OPAÍS, refere que foram actualizados os valores na ordem de 100% no caso dos ministros e governadores provinciais, cujo limite foi incrementado na ordem de 212%.

Assim sendo, estes dois responsáveis de cargos públicos terão poder para autorizar despesas até mil milhões de Kwanzas, contra os anteriores trezentos e vinte milhões.

No diploma consta os procedimentos, o modo de execução de projectos prioritários, a celebração de acordos-quadro e a maneira como serão supervisionados os actos agora autorizados por João Lourenço. A nota da Casa Civil explica ainda que a medida visa tornar o acto aquisitivo mais simplificado, eficiente e racional. Importa realçar que a actualização dos limites de competência inerentes à autorização de despesas, nos termos da Lei dos

Contratos Públicos, traduz-se num mecanismo que permite a redução da burocracia, permitindo aos órgãos máximos das Entidades Públicas Contratantes praticar mais actos de procedimentos a desencadear que no actual cenário, em que carecem, muitas vezes, da intervenção do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

4.6 Necessidades de financiamento do Estado obrigaram BNA a aumentar juros

Jornal: Expansão

5 De Outubro de 2018

Texto: CEIC/UCAN

Com o início da crise de 2014, o Estado quis manter o nível de consumo da população e o crescimento e, para tal, recorreu ao endividamento interno, limitando o crédito para a economia, esgotando a pouca poupança interna. Complementarmente aumentou o endividamento externo, inclusive através das empresas públicas (com destaque para a Sonangol), enfraquecendo ainda mais a sua situação externa e agravando os problemas orçamentais.

Entre 2013 a 2017, a situação das finanças públicas em Angola foi-se deteriorando, o saldo primário atingiu uma média de valores negativos de cerca de 6,2 mil milhões USD por ano, o Governo perdeu capacidade de suportar até em parte o serviço da dívida, foi recorrendo ao endividamento e o peso do serviço da dívida sobre as receitas tributárias foi crescendo. Se em 2012 o serviço da dívida representava apenas cerca de 17% das receitas tributárias, em 2016 e 2017 elas passaram a representar mais de 80%. No orçamento de 2018, as receitas fiscais deixaram de ser suficientes para pagar o serviço da dívida, cobrindo, apenas, cerca de 77% das amortizações e juros. As necessidades de financiamento do Estado andam acima dos 23 mil milhões USD nos últimos três anos e a dívida rolante (emissão de nova dívida para pagamento de dívida vencida) ronda os 25 mil milhões USD.

A política oficial, em 2017, teve por objectivo a redução da moeda em circulação para combater a inflação: menos dinheiro, menos inflação. Com esse propósito, o BNA aumentou atractivo o crédito e, consequentemente, reduzindo a criação de moeda pelos bancos comerciais. As taxas de juro não resultaram da política do banco central mas sim das necessidades de financiamento interno da política fiscal. Para obter financiamento suficiente, o Estado aumentou o juro para mais de 20%. Então, as taxas de juro do BNA tiveram que subir para desencorajar

os bancos a financiarem-se junto do banco central para emprestar, directa ou indirectamente, ao Estado, convertendo o financiamento do orçamento numa operação interna do Estado para benefício de privados. O resultado final foi um aumento enorme das taxas de juro com a taxa básica do BNA a subir de 9% em 2014 para 18% em 2017 projectado pelo Minfin, foi 14.778 mil milhões Kz.

Usando a inflação indicada no Relatório do Minfin (22,9%) como de factor do PIE, teríamos um PIE, a preços de 2016, 12.024 mil milhões e um crescimento negativo de -11%; usando a inflação apresentada pelo BNA para O final do ano (26,26%), o PIE não petrolífero de 2017, a preços de 2016, seria de 11.704 mil milhões, representando um crescimento negativo de nível geral de actividade. Desde 2009 a economia angolana apresenta registos médios anuais de crescimento modestos e, depois de 2014, entrou numa fase perigosa de recessão do seu comportamento. Para 2017, o PIB nominal não petrolífero, -13,4%. Não existe qualquer justificação aparente para esta falta de coerência entre os números do PIE não petrolífero Nominal, Real e a inflação em 2017.

A economia não petrolífera foi a que maiores impactos negativos e adversos sofreu, representados por uma perda de 10 pontos percentuais na sua capacidade de crescimento entre 2002/2008 e 2012/2017. Percebe-se poder ser esta uma das razões fundamentais para o relativo insucesso da reforma tributária em Angola, cujo principal objectivo era o de aumentar a prestação da fiscalidade para lá do petróleo, tornando-a mais efectiva, mais amiga do crescimento e mais competitiva. Além das debilidades intrínsecas do modelo de reforma tributária, o incremento de receitas fiscais depende do crescimento da economia. Quando sectores e actividades diminuem a sua intensidade de crescimento, a matéria colectável reduz-se, naturalmente.

Durante o ano económico de 2017, três sectores registaram dinâmicas de variação negativas, nomeadamente as actividades de produção de petróleo, de diamantes e de transformação. Mas a Agricultura e a Construção - sectores com incursões importantes na diversificação da economia e das exportações, nomeadamente o primeiro registam, desde 2015, acentuadas tendências de atenuação das suas dinâmicas de crescimento. Ainda que se duvidem dos dados do aumento da produção agrária no capítulo respectivo se dará conta da reflexão do CEIC - o que é facto é a sua diminuição: 8% em 2015, 3,4% em 2016 e 4,4% em 2017. a Relatório de Fundamentação do OGE 2018 não fornece nenhuma explicação para a variação positiva de um ponto

percentual em relação a 2016, nem é dada a este sector a importância que detém na economia nacional, em diferentes áreas: redução da pobreza, redistribuição do rendimento, factor de competitividade e de adensamento das relações intersectoriais.

A Indústria transformadora tem vindo a averbar registos sofríveis depois de 2013, com dinâmicas negativas de crescimento em 2015, 2016 e 2017 a conhecimento geral sobre o número e peso das falências e paralisações indicaria uma queda bem mais profunda, exigindo uma explicação detalhada desta previsão. De qualquer forma, o facto do sector produtivo mais importante para a diversificação da economia ter sido, oficialmente, um dos mais penalizados pela disponibilidade de divisas, diz muito da lógica de gestão na distribuição de divisas, no passado.

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano Qual a dimensão óptima da população em Angola? Isto é, a partir de que limiar a população pode ser um factor importante de crescimento e desenvolvimento? A pergunta é de resposta difícil. Há estudos internacionais, liderados pelas Nações Unidas, que admitem que Angola só entrará na fase de estabilidade demográfica a partir de 2020. Que critérios devem ser considerados, em Angola, para se raciocinar sobre o nível aconselhável para a dimensão da população?

De acordo com as estimativas e projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatística, a população continuará a crescer a um ritmo médio anual em torno de 3%, com um quantitativo total em 2023 de 34.094.077 habitantes. Muita mão-de-obra disponível para a economia (o que pode significar mais crescimento se a sua maior parte tiver a oportunidade de emprego), mas igualmente um naipe importante de problemas a resolver nas componentes sociais do crescimento económico: mais crianças para alimentar, educar e garantir um futuro com qualidade de vida, mais gente a exigir saúde e educação de pergaminhos elevados, mais pessoas reclamando água em casa (e não em chafarizes) e melhor acesso à electricidade, mais cidadãos exigindo saneamento básico (como condição primeira e primária de erradicação de doenças endémicas, como a malária, a cólera e a febre amarela), eventualmente mais indivíduos na pobreza, se as políticas sociais não forem bem concebidas e aplicadas.

Aguardam-se os resultados da actualização do IBEP realizado em 2008/ 2009 para se aquilatar do estado de pobreza em Angola. Mas não custa admitir que deve ter-se deteriorado enormemente, depois de 2009, primeiro com a incidência dos efeitos sociais

nefastos ligados ao primeiro choque petrolífero sobre a economia nacional (2009/2012), depois agravados, ampliados e generalizados pelo segundo choque petrolífero de 2014/2017.

4.7 Administradores de Icolo e Bengo desviam dinheiro

Jornal Liberdade

12 De Outubro de 2018

Texto: Pedro Lenga-Lenga

O político reconheceu que a juventude pretende emprego e uma boa saúde, «e isto não cai do céu ou de mãos beijadas. Tudo na vida depende da obra do próprio homem. São os jovens que devem desenvolver o país, e decidirmos qual é o nosso futuro. Estão satisfeitos com as condições que possuem? As casas de chapa são mesmo boas? E a água que consomem dignifica o ser humano? Todos vocês querem um novo rumo para Catete. O segredo para isto chama-se autarquias», alertou.

Para ele, o melhor sistema para desenvolver as populações de Icolo e Bengo são as autarquias; «há no país uma cultura que foi inculcada pelo MPLA que é o tribalismo. Em alguns anos as pessoas provenientes do interior quando chegavam a Luanda mudavam de naturalidade, conheço muita gente que passou a ser natural do Rangel, só porque eram, do sul. Mas pergunto, quem está na província do Zaire, Luanda é norte? -de certeza que é sul, esta conversa é tão burra e absurda, isto só para aqueles que querem dividir. Isto é uma política baixa para enganar o povo, é para destruí-lo, é para aldrabarem os jovens. E têm como objectivo para não sabermos que país temos, e o que é a política», recorda.

O dirigente, que falava para os jovens da aldeia de Botormona, referiu que eles roubam e enriquecem as suas famílias, e os seus filhos se tornam milionários à custa do nosso sofrimento, nem escolas, nem hospitais, nem empregos e nem casas temos. Vamos abrir os olhos, estão a nos enganar. Um país pobre produz milionários? Como é possível isto? Eles estão a roubar. E para poderem fazer isto, eles usaram a tática igualzinha a do colono, não darem escolas para os autóctones, não ensinarem nada para não terem conhecimento, e quando criam colégios não ensinam mesmo nada, por isso é que temos pessoas na universidade e não sabem escrever e lêem muito mal», disse.

Alcino Jonas Cuvalala justifica dizendo que «é através da escola que podemos construir uma nação feliz, e com a mesma se pode destruir uma nação, é o que o partido no poder fez-nos aos longos dos quarenta e

três anos de poder. O MPLA ao longo deste período não deu escolas, e por não termos isto somos um povo infeliz. Estão a nos roubar, e quando nos dão um saco de arroz estamos agradecer que viva o Governo, não é isto. Mas é um direito do Estado dar estes meios, e não devemos agradecer por isto».

«Vocês devem despertar os outros jovens para não mais acreditarem no MPLA, porque a estrela nunca vai cair nas vossas mãos, só caem nas mãos dos filhos de José Eduardo dos Santos e de outros gatunos do Governo. Agora quando o poder for devolvido ao povo, vamos ter o direito de exigir as promessas que nos fazem. Vocês sabem quanto é que Icolo e Bengo gasta? O Governo dá muito dinheiro a este município e tudo fica entre o MPLA e o administrador municipal», elucidou o político.

Por sua vez, José Fragoso lembrou que na era colonial colocou-se fontenários e Jorrava água tratada em todos os bairros. «Corremos com os portugueses e vieram pessoas pior que eles. Nós tínhamos comerciantes em Catete e as famílias não passavam fome, quer dizer se faltasse fuba ou peixe, iam ter com o comerciante que dava kilape. Hoje passam dias sem comerem. Aqui deveria se fazer uma agricultura mecanizada, porque temos quatro rios que circunda esta circunscrição que são; Kwanza, Kalucala, Bengo e o Chiri. Também já se explorava petróleo no tempo colonial», recordou.

O também autarca de Icolo e Bengo pela UNITA, esclarece que, «em dois anos de produção agrícola a fome em Catete acaba. Estamos a ser governados por lúmpenos que só pensam por eles. Só existe ensino médio na sede do município, o que está na Maria Teresa, Cambombeia, anda muitos quilómetros para ir a escola, e na maior parte das vezes a pé, e isto demonstra que não existe interesse das autoridades em colocar escolas em todos os bairros, e nem transporte público. O povo de Catete só está nas condições sub-humanas, porque quando o MPLA realiza maratonas e as suas actividades políticas vocês vão bater palmas e dançar. Chega destas desgraças. Vocês não nasceram para viver na indigência».

AUTARCAS NOMEADOS

Por outro lado, Isaías Samakuva iniciou na passada sexta-feira (5), uma visita de trabalho à província do Kuando -Kubango com o objectivo de avaliar os níveis de preparação para as autarquias locais, previstas para 2020.

Como esclareceu, a UNITA já tem preparados os possíveis candidatos autarcas para as diferentes localidades e está a organizar-se relativamente ao processo, no sentido de manter tudo sob controlo

quando chegar o dia. «A UNITA está a preparar-se para não ser apanhada desprevenida. Já há candidatos para várias autarquias e conta também com candidatos independentes que queiram ser apoiados pela massa militante e simpatizantes do partido», disse o líder dos maninhos, mas não avançou os nomes dos futuros autarcas que vão apoiar.

O líder do «Galo Negro», vai reiterar no Cuando Cubango a posição do seu partido quanto à realização das autarquias em todo o território nacional, em respeito ao que a Constituição estabelece

4.8 Executivo pede contribuições para enriquecer o orçamento

Jornal De Angola

15 De Outubro de 2018

Executivo pretende colher máximo de contribuições da sociedade civil angolana em relação aos importantes instrumentos de política económica e gestão do país, com realce para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano.

Para o efeito, e como primeiro passo, o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, convidou os parceiros sociais para um encontro de auscultação, para uma análise à proposta do OGE- 2019 e apreciação do Memorando. sobre a Elaboração do Programa de Investimentos Públicos Sectorial e Provincial para 2019.

No encontro, a ter lugar amanhã na Escola Nacional de Administração (ENAD), o Executivo vai apresentar e submeter à discussão pública a Proposta do Orçamento Geral do Estado para 2019, bem como o Memorando sobre a Elaboração do Programa de Investimentos Públicos Sectorial e Provincial para o próximo ano o Executivo vai apresentar também os Pressupostos e Limites para a elaboração do OGE, bem como a apresentação do quadro macroeconómico para 2019

O Executivo vai apresentar ' também os Pressupostos e Limites para a elaboração do OGE2019, bem como a apresentação do Quadro Macroeconómico para 2019.

Os pressupostos e os limites para a elaboração do OGE para o ano de 2019, face à nova realidade económica e financeira internacional, baseiam-se, essencialmente, na reavaliação da estimativa da receita, em função do comportamento do preço médio do petróleo.

Os pressupostos estabelecem ainda a fixação da despesa a um nível de cobertura mais realista, por via da revisão dos créditos orçamentais e no controlo do défice e das necessidades de inanciamento por via da revisão das operações de financiamento' sem comprometer o pagamento do serviço da dívida projectada.

Relativamente ao quadro macroeconómico para 2019, as projecções apontam para um défice de 0,9 do Produto Interno Bruto (PIB). Na reunião de amanhã é feita uma Abordagem Territorial das Prioridades Nacionais e a Operacionalização do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

O Plano de Desenvolvimento Nacional para os próximos cinco anos está estruturado em seis eixos que apresentam as estratégias e prioridades gerais do Governo.

O plano expressa os objectivos nacionais da estratégia de longo prazo até 2025 e contempla 25 políticas estratégicas, subdivididas em 83 programas com acções prioritárias.

A operacionalização do PDN vai ser efectuada por via de orçamentos ou programas que devem assegurar' primeiro, recursos para as acções correntes, que viabilizem a melhoria da prestação de serviços.

O encontro está aberto à participação de representantes das diferentes associações e organizações da sociedade civil angolana e parceiros sociais.

O objectivo é promover urna gestão mais participativa do cidadão na acção governativa e na formulação dos instrumentos de gestão macroeconómica. O OGE deve ser elaborado num momento em que se regista alta do preço do petróleo.

4.9 AIA propõe revisão da lei tributária

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2018

O imposto industrial deve ser aplicado às empresas de acordo com o volume de arrecadação de receitas, garantindo assim maior justiça tributária, defendeu ontem, em Luanda, o presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino. Em declarações ao Jornal de Angola, a propósito do encontro de auscultação dos parceiros sociais sobre a proposta do OGE-2019, a ser orientado hoje pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Económico

e Social, na Escola Nacional de Administração (ENAD) José Severino sugere a alteração da lei tributária em vigor no país.

"Neste encontro vamos propor a revisão da lei tributária que cobra uma taxa de imposto industrial na ordem dos 30 a 35 por cento às pequenas e médias empresas que, na sua maioria, faliram", informou. Para José Severino, a administração Geral Tributária (AGT) deve cobrar impostos nesta ordem de percentagem para as empresas com maior volume de rendimentos, como os casinos, telecomunicações' educação e saúde. "Estas empresas que agregam serviços que atraem um grande número de clientes devem, à partida, pagar mais impostos que pequenas empresas onde as receitas são bastante reduzidas", disse.

O industrial lembrou o discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação, que faz um apelo às autoridades sobre a tributação, para que a cobrança seja realizada sem levar a instituição à falência. "A banca, seguros e telecomunicações são instituições que têm um grande volume de lucros, longe das expectativas das empresas vocacionadas à agricultura", disse.

Na sua opinião, o sector agrícola deve beneficiar de uma isenção de imposto industrial num prazo de cinco anos, para dar a possibilidade de se erguer e prosperar, por ser um sector que depende das estações para produzir. "É para mim imoral ver o Estado a tributar empresas agrícolas com taxa de 30 a 35 por cento, quando deveria cobrar aos donos de milhares de terras aráveis no país", disse.

O responsável da AIA afirmou que o Estado pode usufruir de cerca de 200 milhões de dólares com a cobrança de taxas de impostos aos proprietários que detêm milhares de hectares sem realizar qualquer produção. "Precisamos aumentar para 170 milhões de dólares o volume de investimento para o sector agrícola. Em Portugal estão reservados três mil milhões para a agricultura e Angola deve seguir modelo e só assim veremos desenvolvimento no sector", acentuou.

4.10 Receitas financeiras de 2019 avaliada em mais de Kz I Trilião

Jornal: O País
17 De Outubro de 2018
Texto: Brenda Sambo

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pela secretária de Estado do Orçamento e Investimento

público, Aia-Eza da Silva, durante a apresentação do quadro macroeconómico para o ano 2019.

Segundo a governante, o Orçamento Geral do Estado 2019 (OGE) tem como principal prioridade o pagamento da dívida pública, que ronda actualmente os USD 70 mil milhões. De acordo com o documento, para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) está prevista a execução de dois mil e 382 projectos com financiamento garantido, de acordo com a proposta sobre os limites de despesa para elaboração do OGE 2019.

Avançou ainda que, do valor referido, 85% dos projectos serão financiados com linhas ex-ternas de crédito e 15% com recursos ordinários do Tesouro e financiamentos internos. São projectos prioritários para 2019, além dos sectores da Saúde e Educação, que terão despesas na ordem de 7% (4% 2018) e 6% (4% 2018), serão contempladas as vias rodoviárias e ferroviárias, energia e águas, na sua maioria obras paralisadas por insuficiência de recursos financeiros.

Em 2018, as despesas atinentes ao Programa de Investimentos Públicos inscritas no OGE 2018 estão avaliadas em Kz 934 mil milhões, Kz659 milhões, 526 mil e 523, sendo 75 % da despesa financiada por fontes externas e 15% financiado com o Recursos Ordinários do Tesouro (ROT).

Por sua vez, o ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, informou no acto de abertura do evento que o OGE previsto ' para 2019 vai contemplar despesas e receitas de programas ou projectos que estão inclusos no Plano Desenvolvimento Nacional (PDN). "Nenhuma actividade, nenhuma tarefa ou acção será incluída no OGE se não estiver enquadrada num desses programas", afirmou.

De acordo com o responsável, com essa medida, o Executivo quer tornar a acção governativa focada na disciplina, com vista a tornar o OGE mais eficiente e eficaz. Quanto ao deficitário fiscal, avança que o mesmo poderá situar-se abaixo de 1%, um crescimento considerável em relação ao ano de 2016, que situou-se em 5,65%. Lembrou também que, no seu discurso, o Presidente da República, João Lourenço, anunciou que para os próximos quatro anos o principal instrumento de governação do país será o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Segundo o Chefe de Estado, trata-se de um documento que tem merecido uma ampla divulgação e foi elaborado com base nas grandes opções

estratégicas contidas na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025.

Associações defendem inclusão de projectos sociais

Para diferentes representantes e líderes de associações, o OGE deve dar maior atenção aos programas sociais e ter a agricultura e o turismo como sectores para o desenvolvimento da economia.

Para a directora da Unidade de Advocacia da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), Cecília Kitombe, o facto de se priorizar o pagamento da dívida, pública com maior fatura, constitui uma situação preocupante, por de existirem prioridades muito importantes no país.

"A prioridade do país não passa apenas pelo pagamento da dívida e nem tão pouco pelo pagamento de salários, mas também 'pela criação de serviços", disse. Por sua vez, o presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA), Albano Lussati, defendeu a necessidade de se olhar para o sector agrícola como um sector pilar para o desenvolvimento da economia nacional.

A elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano 2019 tem por objectivo obter a melhoria na gestão do erário público em vários níveis da administração do Estado. Participaram no encontro membros do Executivo, associações nacionais e também empresários.

4.11 Comissão económica aprecia fundamentação do OGE

Jornal OPAÍS

19 De Outubro de 2018

A comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem, Quinta-feira, a Proposta de Lei e o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019

O comunicado de imprensa do secretariado do Conselho de Ministros indica que, com este OGE, o Executivo continuará a prosseguir o desígnio da implementação de uma política fiscal mais equilibrada, rigorosa e sustentável, mantendo a trajectória de diminuição gradual do défice fiscal.

A reunião, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, apreciou ainda um projecto de Decreto Presidencial que aprova o regulamento da Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros, com o objectivo de estabelecer os termos e condições de aplicação dos recursos repatriados, voluntária e

coercivamente. O regulamento da lei de repatriamento de recursos financeiros deve indicar também o regime jurídico da autorização para a emissão de títulos de dívida pública, em moeda estrangeira, nos termos da Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros recentemente aprovada pela Assembleia Nacional.

A 10ª reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o projecto de promoção e captação de investimentos privados em Angola (PROCIP).

De acordo com a nota, o PROCIP visa estimular a transformação e diversificação económica, o desenvolvimento do sector privado, assim como a produtividade e competitividade da economia, em linha com as aspirações do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) até 2022.

A reunião aprovou a proposta de plano de acção do PDN 2018/2022 para Outubro e Novembro do corrente ano.

A Comissão aprovou também plano de acção do Ministério da Energia e Águas, até 2022, que deve garantir a expansão e o acesso à energia eléctrica e ao abastecimento de água às populações urbanas e rurais, de que resultará no aumento do número de clientes em termos energéticos nos próximos quatro anos.

Com isso, o Executivo pretende otimizar a gestão sustentável do sector de energia e águas com o objectivo de garantir o acesso a serviços de qualidade.

O plano de acção no domínio da energia e águas deve ainda assegurar a rentabilização das empresas, para eliminar os subsídios a preços e viabilizar a realização de operações sustentáveis de financiamento das empresas.

4.12 Dívida do país orçada em 70 mil milhões USD

Novo Jornal

19 De Outubro de 2019

Texto: Hortêncio Sebastião

A dívida geral de Angola está cifrada em 70 mil milhões de dólares, revelou esta semana em Luanda a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia Eza Nacília Gomes da Silva.

A governante fez esta revelação durante um encontro de auscultação com representantes da sociedade civil, antes da aprovação pelo Governo do Orçamento

Geral do Estado para 2019, tendo apelado para o estabelecimento de prioridades nos gastos públicos.

"Se não se estabelecerem as prioridades, será uma ânsia de tudo fazer e não temos dinheiro que chegue. E, na verdade, vai ficar no orçamento e nada será executado", acentuou a secretária de Estado.

Sobre a questão do preço do petróleo ter subido nos últimos tempos não significar uma maior disponibilidade dos recursos financeiros para as despesas Aia da Silva explicou que tal acréscimo está longe de cobrir as dívidas acumuladas ao longo dos anos, o que implica uma maior racionalidade nos gastos.

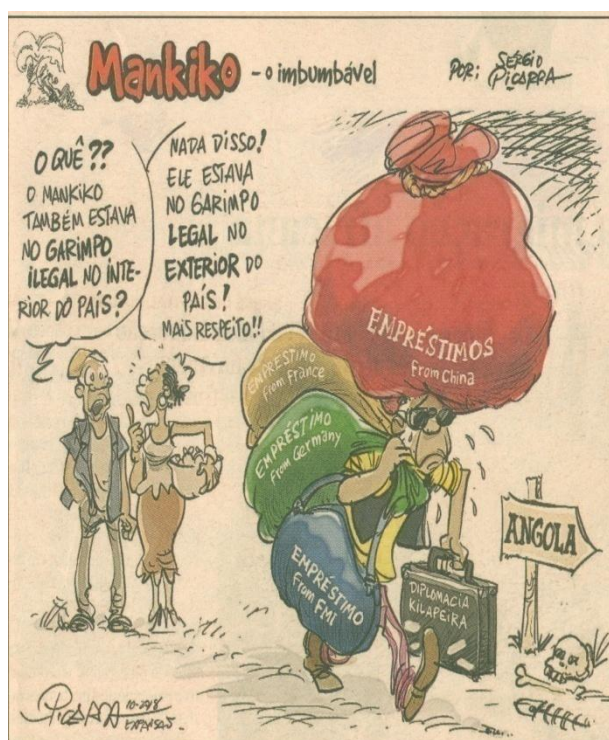
Ao manifestar o desejo do Executivo de fazer um esforço no sentido de reduzir a dívida, Aia da Silva realçou o engajamento do Governo num plano de consolidação fiscal denominado Programa de Estabilização Macroeconómica, como prova, junto dos parceiros internacionais da seriedade do mesmo face a redução da dívida. "E é aí que os parceiros sociais entram. Eles têm que ser os ajudadores [risos], os colaboradores dos órgãos no estabelecimento das prioridades", frisou.

4.13 Cartoon

Novo Jornal

19 De Outubro de 2018

Desenho: Sergio Piçarra



4.14 Orçamento Geral do Estado de 9,2 biliões Kz com petróleo a 65 USD

Jornal Expansão

19 De Outubro de 2018

Texto. Nelson José Reis e Nelson Francisco Sul

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 deverá prever receitas e despesas na ordem dos 9,2 biliões Kz e terá como preço de referência do barril de petróleo 65 USD, 30% acima dos 50 USD projectados no OGE 2018, apurou o *Expansão*.

A traduzir-se este valor, que consta num documento do Governo que servirá de base para a formulação do OGE 2019, o orçamento para o próximo ano sofre uma redução de 4% face ao deste ano.

A equipa económica do Governo participou esta semana num encontro com os parceiros sociais para discussão pública sobre a proposta do OGE.

A secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, anunciou que a receita petrolífera para 2019 está projectada com base numa produção anual de 608,6 milhões de barris, equivalente a 1,65 milhões de barris por dia, números que, de acordo com fontes do sector, dificilmente serão alcançados, tendo em conta o declínio na produção no último ano.

Analistas dizem que este declínio é a factura de anos sem investimento, receando uma quebra acentuada na produção até 2020, uma vez a natural descida de produção nos campos petrolíferos não está a ser compensada com as novas explorações, mesmo com a entrada em produção do campo de Kaombo. "Não vamos ultrapassar os 1,5 milhões de barris diários nos próximos 2 anos", admitiu ao *Expansão* um dos especialistas do sector. Em Março, um relatório da Agencia Internacional da Energia (AIE) alertava para a diminuição de 370 mil barris por dia até 2023. De acordo com dados da Bloomberg, em Setembro, a produção média diária, em Angola, foi de 1,53 milhões de barris.

No encontro com os parceiros sociais, que pela primeira vez acontece antes de a proposta de OGE ser submetida à Assembleia Nacional, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, avançou que Orçamento para 2019 prevê um aumento da participação para Saúde e Educação, que será "a maior de todos os tempos". "Para o sector da Saúde teremos uma participação de 7% do total da despesa. Para o sector da Educação tivemos 4% em 2018 e, para 2019, teremos 6%". Olhando para o OGE 2018,

cuja despesa é de 9,658 biliões Kz, 559,6 mil milhões Kz são para a Educação, e 388,5 mil milhões são para a Saúde. Ou seja, 6% das despesas são para Educação, e 4% para Saúde.

Partindo do princípio que as despesas para 2019 serão de 9,2 biliões Kz (9.198.449.169.287), as percentagens apontadas pelo ministro traduzir-se-iam em 643,9 mil milhões Kz para a Saúde (mais 65,7% que em 2018) e de 551,9 mil milhões Kz para Educação (menos 1,4% que em 2018). Em resposta a questões do *Expansão*, o gabinete de comunicação do MinFin adiantou que "a esta altura o OGE 2019 não está fechado e estas percentagens não devem ser tratadas em números absolutos, pois é sobre o valor global do OGE", acrescentando que "há um compromisso do Executivo em melhorar gradualmente as dotações do sector social".

O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018/2022, que é o documento que serve de base aos orçamentos do Estado, prevê um aumento gradual da dotação orçamental para a Educação e Saúde dentro de 5 anos, representando em conjunto 35% da despesa total dos orçamentos. Até 2022 a despesa com a Educação deverá subir para 20%, e a Saúde para 15%. No entanto, as percentagens avançadas pelo Governo excluem das despesas totais as despesas com as operações com a dívida pública ou serviço da dívida pública, isto é as amortizações e os juros, o que inflaciona o peso dos diferentes sectores. Uma prática que começou a ser adoptada em 2016 e continuou em 2017 e 2018. No OGE 2018, o Governo referiu que as despesas sociais pesam 42,4% do orçamento. Chegou a essa percentagem excluindo os juros e as amortizações das despesas totais.

Os elementos das associações apresentaram defenderam que o Governo deve apostar seriamente no sector empresarial e produtivo, gerador de emprego e da estabilidade e económica, e que deve ser dada especial atenção à agricultura, caso contrário, a diversificação não passará do discurso político. Por último, os parceiros sociais esperam que o encontro não tenha sido um "marketing-político", quando, por detrás, o Governo já terá o OGE elaborado.

A dívida pública de Angola é hoje de 70 mil milhões USD

A dívida pública de Angola situa-se agora em 70 mil milhões USD, de acordo com a secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, em declarações durante a apresentação do Quadro Macroeconómico para 2019 e os Limites da Despesa para Elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019.

Segundo a responsável das Finanças, o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) "vai reduzir o peso da dívida", prevendo já para 2019 um Orçamento que "provavelmente não terá défice". Entretanto, esta informação, é contrariada pela que o Presidente da República, João Lourenço, avançou aquando do seu discurso sobre o Estado da Nação, segundo a qual a economia deverá apresentar um défice de 1% do PIB. O próprio FMI prevê um défice de 0,2% em 2019.

"Não queremos continuar envolvidos em défices fiscais. Se ponho a despesa que o Governo todo pede para o OGE 2019 ficamos com um défice fiscal que é próximo dos 10% do PIB", adiantou.

Durante a apresentação do PEM, Aia Eza da Silva lembrou aos ministros e governadores provinciais que devem estabelecer prioridades em função da limitação dos recursos e, por isso, pediu "ponderação" na gestão dos recursos financeiros.

"Lembram-se que andamos a pedir muitos empréstimos, a nossa dívida governamental hoje está a rondar os 70.000 milhões USO. Não conseguiremos resolver isto se se continuar a fazer a despesa com o dinheiro que estiver a ganhar hoje", disse.

Já o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social de Angola, Manuel Nunes Júnior, que presidiu ao encontro, referiu que, em relação à dívida pública, "só será pagável de maneira sustentada se o País crescer", acrescentando que "se o País não crescer, teremos uma situação bastante difícil do ponto de vista fiscal".

"Há uma regra básica que indica que, se a taxa de juro com que nós pedimos emprestado for superior à taxa de crescimento económico, estaremos numa situação complicada", argumentou.

4.15 Processo de privatizações tem de ser bem gerido

Jornal de Angola
22 De Outubro de 2018

A Economist Intelligence Unit (EIU) defendeu que o processo de privatizações em Angola tem de ser bem gerido e alertou para a "crescente preocupação" sobre as ligações entre os destinatários das vendas das empresas e o poder.

Numa longa análise ao processo de privatizações em curso em Angola, que abrange dezenas de empresas públicas em diferentes estádios de abertura ao sector privado, a unidade de análise económica da revista

britânica 'The Economist' alerta para a necessidade de o processo ser bem gerido, sob pena de afastar os potenciais interessados.

"É importante que quaisquer vendas sejam bem geridas, entregando o melhor valor, e que as transferências sejam transparentes para evitar enriquecimentos ilícitos de uma elite bem relacionada politicamente", escrevem os analistas sobre as privatizações esperadas, totais ou parciais, de empresas como a petrolífera Sonangol, a transportadora aérea TAAG ou a Angola Telecom.

"Vender empresas ou activos nacionais vai ajudar a obter o tão necessário financiamento para o Governo cortar os custos dos salários e reduzir as vulnerabilidades", e deve também "ajudar o mercado, aumentando a concorrência e melhorando os padrões dos serviços, mas coloca um risco de aumento da instabilidade laboral se as reestruturações afectaram empregos e benéficos", alerta-se na análise ao programa de privatizações angolano.

Os analistas da 'Economist' exemplificam que os 300 trabalhadores da Empresa Nacional de Pontes de Angola (ENPA) tinham quatro anos de salários em atraso, e que há críticas sobre as promessas feitas pelos novos donos, mas ainda não cumpridas.

"Gerir as expectativas dos empregados das empresas públicas durante o processo de privatização será fundamental", argumentam os analistas, avisando que se os novos donos não cumprirem "pode haver protestos laborais que se podem estender a outras empresas públicas em condições semelhantes".

A EIU nota que a actividade dos sindicatos, desde que João Lourenço ganhou o poder, "aumentou consideravelmente face ao tempo de José Eduardo dos Santos".

4.16 Parlamentares pedem mecanismo não-governamental de monitorização

Jornal de Angola
23 De Outubro de 2018
Texto: Victorino Joaquim

Representantes da Assembleia Nacional defenderam ontem, em Luanda, a instituição de um mecanismo independente que acompanhe o Ministério das Finanças na elaboração e execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), num seminário consagrado ao "Desenvolvimento dos indicadores orçamentais".

O encontro, dirigido a deputados e quadros seniores da Assembleia Nacional, foi promovido pelo Ministério das Finanças, com apoio da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), tendo o encerramento previsto para sexta-feira.

Em declarações ao Jornal de Angola, a economista e funcionária da Assembleia Nacional, Madalena Ferreira, considerou excessivo que uma mesma instituição, o Ministério das Finanças, absorva as múltiplas responsabilidades da elaboração, controlo, gestão e arrecadação do OGE.

"Acho não ser o mais correcto que o Ministério das Finanças exerça todas essas funções sem nenhuma outra instituição a acompanhar o processo". Declarou a economista, referindo-se à necessidade de haver uma instituição independente a acompanhar as tarefas, particularmente nas fases de elaboração e gestão do OGE, como aconselham as boas práticas internacionais nesse domínio.

O antigo ministro da Indústria e deputado da 5ª Comissão Parlamentar, de Economia e Finanças, Joaquim David, falou da importância da formação para a apreensão da experiência das instituições internacionais que lidam com os indicadores orçamentais, "para melhorarmos o nosso desempenho."

Durante o seminário, os participantes recebem conhecimentos sobre as práticas internacionais em técnicas de assessoria orçamental, bem como procedimentos e mecanismos actualizados para o fortalecimento do controlo e da fiscalização parlamentar do OGE em matérias sobre como utilizar os dados económicos, como fazer pesquisas e previsão do orçamento e, ainda, a implementação e monitorização do orçamento.

4.17 Dívida pública no país atinge USD 78,57 mil milhões em 2017

Jornal O PAÍS
26 De Outubro de 2018

O BNA, no seu Relatório e Contas relativo ao ano passado, informa ainda que a dívida interna situava-se em 31 de Dezembro em 34,83 mil milhões de dólares ou 31,49% do PIB, enquanto a dívida externa ascendia a 43,74 mil milhões de dólares ou 39,55% do PIB.

O relatório refere que a dívida pública total situou-se fora do limite de 60% estabelecido pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

"Esta evolução reflectiu-se, essencialmente, no aumento do endividamento interno para fazer face às necessidades de financiamento do Tesouro para compensar a dificuldade de arrecadação de receitas face à conjuntura", pode ler-se no documento.

Ao analisar a dívida entre 2014 e 2017, nas suas vertentes interna e externa, o Banco Nacional de Angola afirma ser visível o aumento da componente interna em 2017, tendo a externa reduzido a sua representatividade em 3,05 pontos percentuais, ao ter passado de 42,60% do PIB em 2016 para 39,55% no final do ano passado.

O relatório adianta que o aumento do peso da dívida interna no PIB fez com que as taxas de juro tenham sido pressionadas em alta ao longo dos últimos três anos, uma vez que os investidores exigem prémios de risco cada vez mais elevados à medida que o rácio dívida/PIB cresce e a arrecadação quer de cambiais, quer de receita em moeda nacional vai diminuindo.

4.18 A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 está avaliada em 11.206,4 mil milhões AOA

Jornal O PAÍS
28 De Outubro de 2018

A previsão das receitas fiscais e a fixação das despesas públicas representam um aumento de 15,7% face ao OGE de 2018, e poderá reflectir o aumento do preço de referência do barril de petróleo estimado para o próximo ano, cerca de 65 USD/barril, um aumento de 30% em relação ao preço fixado no Orçamento anterior. A consolidação fiscal e o pagamento de atrasados da dívida pública continuam a ser prioridade no novo Orçamento Geral de Estado e poderá se reflectir no crescimento da economia, com efeitos na criação de emprego e no rendimento das famílias.

A actividade da indústria transformadora referente ao segundo trimestre de 2018 contraiu 8,8%, em termos homólogos. A contracção poderá reflectir as dificuldades no acesso às matérias-primas, acessórios, e produtos intermédios necessários para a execução das actividades industriais no país, em virtude da depreciação da moeda e das condições restritivas no acesso ao crédito, que se poderá reflectir na fraca oferta de produtos diversificados e de qualidade para as famílias. Por outro lado, o fraco desempenho do sector poderá condicionar a eficiência da execução do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das

Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).

autarquias locais e deve ser elaborado de modo a que todas as despesas nele estejam previstas.

A actividade de extracção e refinação de petróleo no segundo trimestre contraiu 8,4% face ao período homólogo. O desempenho resulta da redução da produção petrolífera, que durante o período em análise atingiu uma média de 1,4 milhões barris/dia. O sector continua a reflectir os constrangimentos estruturais e os desinvestimentos assistidos nos últimos anos, em virtude da falta de incentivos no sector petrolífero angolano. A redução significativa dos preços nos mercados internacionais em relação aos registos anteriores a 2014, também contribuiu para o desempenho do sector. A evolução impacta significativamente sobre o bem-estar social dada a relevância como principal fonte de obtenção de divisas em moeda estrangeira e receitas fiscais para a execução de projectos públicos.

4.19 Proposta de OGE para 2019 é entregue ao Parlamento

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2018

O ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior procede hoje à tarde a entrega, ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, da proposta de Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2019.

De acordo com uma nota do Ministério das Finanças, ministro de Estado entrega documento ao Parlamento em nome do Titular do Poder Executivo. Manuel Nunes Júnior vai estar acompanhado pelo ministro das Finanças, Archer Manguera, e pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos Parlamentares, Marci Lopes.

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) deve ser discutida e aprovada pelo Parlamento até antes do final do ano, para que o documento definitivo comece a ser executado a partir do primeiro dia do ano a que faz referência.

Nos termos da Constituição da República, o OGE constitui o plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado e deve reflectir os objectivos, as metas e as acções contidas nos instrumentos de planeamento nacional.

O OGE estima o nível de receitas a obter e fixa os limites de despesas autorizadas, em cada ano fiscal, para todos os serviços, institutos públicos, fundos autónomos e segurança social, bem como para as

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Académico acredita no sucesso das autarquias

Jornal De Angola

1 De Outubro de 2018

Texto: Jaquelino Figueiredo

A experiência acumulada pelo país, desde 1992, com a realização das primeiras eleições da sua História, constitui um caminho para a implementação exitosa do processo de autarcização dos municípios em todo o território nacional, considerou ontem, no Soyo, o jurista Carlos Teixeira, coordenador do curso de Governação e Gestão Pública da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

"O nosso país não tem experiência em matéria de implementação do poder autárquico, mas temos alguma experiência eleitoral a nível de eleições gerais.

Naturalmente, as estruturas políticas, nomeadamente o Parlamento e o Executivo estão a preparar - se para este desafio, porque é um desafio constitucional, é uma promessa política e um passo que temos que dar bem", disse o docente universitário, à margem de uma palestra, sobre o tema "Exercício de funções administrativas no direito tradicional no município do Soyo".

Pelo facto de as autarquias serem um passo que tem de ser dado bem, o também docente de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto defendeu que é necessário que todas as forças políticas se ponham de acordo quanto ao modelo de implementação deste modelo organizacional que vai dar lugar, em 2020, à implantação do poder autárquico.

Carlos Teixeira foi ao Soyo para uma jornada de campo que visa absorver elementos para a reformulação do conceito de poder autárquico angolano. "Queremos beber" elementos para a reformulação do nosso conceito de poder autárquico, porque o nosso processo de autarcização tem, necessariamente, de fazer casar o poder autárquico na perspectiva moderna que o conhecemos com o poder local que é anterior à existência do Estado, no Caso o poder tradicional", defendeu.

Implementação gradual

O também docente da disciplina de Direito Administrativo voltou a defender a implementação gradual do processo autárquico em Angola, pelo facto de todos os municípios apresentarem características diferentes, desde a sua densidade populacional à infra-estruturas, capacidade de arrecadação de receitas e não só.

"Embora tenham todos a denominação de municípios, do ponto de vista de pressupostos, são diferentes no que respeita à geografia humana, à questão de infra-estruturas, à capacidade de arrecadação de receitas", disse.

Carlos Teixeira acrescentou que, contrariamente ao que muitos dizem, não é a arrecadação de receitas ou a sua urbanização o principal critério para que um município seja autarquia. O jurista lembrou que o país vai ter dois tipos de autarquias: as urbanas e as rurais. "As (autarquias) rurais, mediante o perfil que for estabelecido, vão ser comparadas entre si e as autarquias urbanas também vão ser comparadas entre si", esclareceu.

De acordo com o académico, também é falso quando se alega que, com o gradualismo, não se quer levar o desenvolvimento a todas as municipalidades do país. A verdade é que, segundo Carlos Teixeira, "não há condições práticas, nomeadamente humanas, infra-estruturas e de arrecadação de receitas para a implementação das autarquias em todos os municípios do país" "Quem alega factos deve fazer provas. Ainda não vi nenhum estudo dos defensores de outra tese (implementação em todo o país) a demonstrar que é possível, para o plano prático e para o plano teórico, levar a que todas as municipalidades nominais do país possam assumir as responsabilidades decorrentes do processo de autarcização, sobretudo se tivermos em conta que este processo autárquico ou essa eleição está prevista para o ano 2020", afirmou.

Carlos Teixeira deu um exemplo: "Quero ver como se explica até lá, sem qualquer desprimor, colocar o município do Cuchi nas mesmas condições, por hipótese, ao município do Soyo o qualquer outro do país que, do ponto de vista de infra-estruturas, capacidade em termos de geografia humana, tenha já andamento relevante".

A palestra sobre "O exercício de funções administrativas no Direito Tradicional no município do Soyo" foi realizada pelo grupo de mestrandos da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho

Neto, no âmbito da pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local.

5.2 Corte real apela ao resgate da identidade histórica da cultura Tchokwe

Jornal O País

01 De Outubro de 2018

A corte Real do Reino Tchokwe de Mwene Mwatxissengue Watembo, solicitou ao governador provincial da Lunda-Sul, Daniel Neto, a implementação de políticas que visem resgatar, promover e preservar a identidade histórica e cultural do povo Tchokwe.

A solicitação foi feita numa mensagem de felicitação em nome do soberano Tchokwe Muene Mwatxissengue Watembo e da população em geral, no acto de apresentação do novo governador da província da Lunda-Sul, Daniel Neto, às autoridades tradicionais, que incluiu a construção de jangos nas comunidades.

Segundo a missiva, a promoção da identidade cultural passa igualmente pela realização de festivais tradicionais, sinalização de locais históricos, bem como o ressurgimento de muquixis (palhaços) e ngoma (batuque) nas comunidades.

A corte solicitou também a construção de uma pousada para os sobas em Saurimo e casa de passagem das autoridades tradicionais nos municípios de Cacolo, Dala e Muconda.

Constam das solicitações feitas ao governador, a colocação de pessoas competentes nos lugares certos, para o êxito da sua governação, tendo sempre em atenção que "as culpas dos erros cometidos por uma equipa, recaí sempre sobre o líder, porque é ele quem escolhe os elementos com quem vai trabalhar".

Rogou que seja urgente a melhoria dos serviços de saúde, bem como a criação de medidas, em cooperação com órgãos de defesa, para combater actividades culturais que promovem e incentivam o consumo de álcool. Reconhece que apesar da dificuldade financeira que se vive, Saurimo regista melhorias no saneamento básico, fornecimento de água e energia eléctrica, dentre outras realizações que alimentam a expectativa de um futuro promissor.

Por este facto, a corte real encoraja o novo governador a prosseguir na mesma senda, e não se deixar influenciar negativamente por nada, muito

menos pelo facto de ser jovem, evitando dar ouvido a conspirações.

"Esperamos que correspondas às expectativas dos cidadãos e não às dos teus amigos, pois estes contam-se pelos dedos, ao passo que a população é uma maioria esmagadora" alertou.

5.3 Jornadas parlamentares preparam autarquias

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2018

Deputados do grupo parlamentar do MPLA analisam desde ontem, em Cabinda, a estratégia do partido para as eleições autárquicas, durante as jornadas parlamentares do partido que governa o país.

As segundas jornadas parlamentares que decorrem até amanhã têm como lema "Por uma governação mais próxima do cidadão rumo às autarquias".

A caracterização das autarquias locais, sua institucionalização em Angola e o princípio da autonomia local serão analisados por especialistas, entre os quais Carlos Feijó, Márcio Daniel, Osvaldo Macaia, Manuel Camati e Alves da Rocha.

Em relação às eleições autárquicas, marcadas para 2020, o MPLA tem defendido o princípio da implementação gradual do processo como sendo a melhor opção.

A par de outros aspectos, destaca-se o facto de as jornadas parlamentares reforçarem as estratégias que irão caracterizar a acção destes parlamentares do MPLA, com rostos novos na sua hierarquia, onde o realce vai para Luísa Damião, vice-presidente do partido, e Américo Kuononoca, líder do grupo parlamentar.

Em conferência de imprensa, o presidente do grupo parlamentar, Américo Kuononoca, disse estarem criadas todas as condições para as jornadas.

O deputado indicou que, nesta governação de proximidade o MPLA pretende conhecer mais de perto as principais dificuldades da população, sobretudo as questões ligadas ao sector social.

O político referiu que a realização das jornadas parlamentares em várias províncias do país visa reforçar a unidade e coesão nacionais, para melhor defesa e atribuição de orçamento para o desenvolvimento das localidades, bem como o conhecimento da realidade socioeconómica do país.

Ontem, os deputados foram divididos em grupos, com missão de manterem contacto com as autoridades locais e comunidades.

5.4 ONG pede ponderação no processo autárquico

Jornal de Angola
2 De Outubro de 2018

A organização não governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) sugere ponderação na escolha do modelo autárquico a implementar no país, a partir de 2020, para evitar -se erros que possam condicionar o desenvolvimento pretendido.

Em declarações à Angop, a directora da organização na província do Huambo, Cidália Gomes, disse que a escolha do modelo deve basear-se rigorosamente nas especificidades do país.

Segundo a responsável, a ADRA entende que as autarquias têm como principal objectivo a aproximação dos governantes aos governados, facilitando, deste modo, a resolução imediata dos problemas da população.

Tratando-se de uma realidade nova em Angola, Cidália Gomes é de opinião que se reforcem as acções de esclarecimento, para que a população possa vir a participar nas autarquias de forma consciente e responsável. "São necessárias várias acções para a preparação das eleições autárquicas. Enquanto se aguarda pela aprovação do pacote legislativo, é preciso fazer sessões de esclarecimentos sobre as autarquias, para que a população conheça este modelo governativo que se pretende concretizar a partir de 2020," frisou.

Aos decisores políticos, a directora da ADRA na província do Huambo recomendou a busca de consensos na escolha do modelo propício que satisfaça os interesses do povo, avaliando correctamente os critérios de selecção, caso o poder autárquico seja implementado de forma gradual no país. Também propôs que se analise a relação entre o autarca e as autoridades tradicionais e se comece a preparar os agentes comunitários.

5.5 A sociedade e as autarquias

Jornal de Angola
3 De Outubro de 2018

O processo de implementação das autarquias em Angola continua a ser motivo de debate da sociedade,

o que se compreende, tendo em conta a importância do processo de descentralização administrativa no nosso país, que pode trazer melhorias substanciais à vida das nossas populações.

Há definitivamente a convicção generalizada nos meios políticos de que os municípios do país têm de conhecer melhores condições de vida e que isso só é possível por via da implementação das autarquias locais.

Um debate aprofundado sobre as autarquias é sempre bem-vindo, até porque Angola não tem experiência em termos de poder local. É bom que os nossos especialistas em autarcização venham a público esclarecer uma série de aspectos relacionados com o poder autárquico, para que os cidadãos possam saber das vantagens que podem proporcionar as autarquias no nosso país, marcado ainda por assimetrias de várias ordens.

A descentralização administrativa constituirá um grande avanço para o país, na medida em que permitirá que os autarcas eleitos sejam autónomos para resolver vários problemas das populações que vivem nas circunscrições que dirigem.

São notáveis os efeitos positivos da descentralização administrativa noutras partes do mundo, com milhões de pessoas a melhorar constantemente a sua qualidade de vida. O nosso legislador constituinte, ao consagrar na nossa Lei Fundamental, o poder autárquico quis naturalmente fazer com que Angola evoluísse para um nível de descentralização administrativa que permitisse a promoção do desenvolvimento económico e social.

O que todos nós queremos é que os nossos municípios sejam prósperos sob diversos aspectos, e a descentralização administrativa é capaz de garantir essa prosperidade.

O poder local, sendo um poder de facto e de direito, é capaz de superar uma série de problemas que afligem as populações, libertando o poder central de múltiplas tarefas complexas. A descentralização administrativa tem a vantagem de com maior celeridade e eficiência, por via do poder local, resolver os muitos problemas das populações.

As populações têm a esperança de que o poder local pode vir a constituir uma importante alavanca do nosso desenvolvimento económico e social. Temos um vasto território com problemas complexos e importa que se faça tudo no sentido de o nosso poder local ser forte em termos de organização e funcionamento, com vista a termos um país em que todos os angolanos possam viver com dignidade.

5.6 MPLA pede unidade para vencer câmara

Jornal De Angola

3 De Outubro de 2018

Texto: Alberto Coelho

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, considerou ontem, em Cabinda, que a unidade e a coesão são variáveis indispensáveis, para que o partido possa alcançar, com êxito, os objectivos almejados no quadro das eleições autárquicas previstas para 2020 no país, Luísa Damião, que falava na cerimónia de abertura das II Jornadas Parlamentares do MPLA, considerou que, "tendo em conta a dimensão, magnitude e complexidade do processo autárquico, as forças vivas do partido devem trabalhar afincadamente para que o MPLA possa vencer, com o maior número possível de câmaras, nas próximas eleições autárquicas."

"A unidade e a coesão são variáveis indispensáveis para o êxito que almejamos, bem como para a estabilidade do MPLA, um partido líder nos principais processos de transformação políticos, económicos, sociais e culturais em Angola", disse.

A vice-presidente, eleita no último congresso extraordinário, em Setembro, que consagrou João Lourenço a presidente do partido, disse que "o processo de realização e implementação das autarquias locais é um tema actual de suma importância que requer uma adequada preparação para o êxito almejado e, para tal, a realização das jornadas parlamentares do MPLA servem para manifestar o compromisso de maior e mais estreita aproximação com os eleitores."

A deputada disse ainda que o encontro em Cabinda também serve para manifestar o reconhecimento do partido em relação à província de Cabinda, que durante a luta de libertação na donase tomou num "laboratório que forjou intrépidos comandantes e quadros políticos que expandiram a guerrilha do MPLA em todo o território nacional. "

Para Luísa Damião, as Jornadas Parlamentares do MPLA, que decorrem habitualmente em diferentes províncias do país, são uma prova evidente da consolidação da unidade e da coesão nacional, permitindo aos deputados do partido um contacto directo com diferentes realidades sobre o desenvolvimento socioeconómico e cultural.

A vice-presidente do MPLA ressaltou que as eleições autárquicas estabelecem um compromisso em que todos se devem engajar, contribuindo para o reforço da democracia participativa, abrangente e indusiva. A

deputada pediu aos colegas de bancada do partido um maior engajamento nos debates dos temas das Jornadas Parlamentares para estarem melhor preparados para disputar e vencer os desafios políticos eleitorais sobretudo em relação ao processo autárquico que terá lugar pela primeira vez no país.

"Por esta razão e acompanhando a dinâmica da sociedade e da pluralidade de ideias próprias de uma sociedade democrática exige-se dos protagonistas desse processo, no caso dos deputados, uma preparação adequada, alicerçada numa base sólida e de potenciação de argumentos convincentes nos debates políticos que nos esperam", disse.

As II Jornadas Parlamentares, que decorrem sob o lema "MPLA, por uma governação mais próxima do cidadão rumo às autarquias locais", têm como objectivos capacitar os deputados sobre o' enquadramento conceitual e doutrinal do processo de preparação e realização de eleições autárquicas.

Engajamento dos deputados

Para o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Kuononoca, o encontro está a abordar com profundidade os principais conceitos relativos ao poder local, em geral, e as autarquias locais, em particular.

O político indicou ainda que o encontro está a analisar os desafios da implementação das autarquias locais no desenvolvimento do país, informar os deputados sobre os procedimentos e critérios para a implementação gradual das autarquias, bem como recolher subsídios e o engajamento dos deputados em todo o processo autárquico.

Ontem, o académico Carlos Feijó abordou no encontro o tema "A caracterização das autarquias locais (as autarquias como forma de organização do Estado; vantagens e benefícios da implementação das autarquias locais em Angola e os desafios da institucionalização das autarquias locais no desenvolvimento do país) ", enquanto o jurista Márcio Daniel dissertou sobre "Institucionalização das autarquias locais em Angola (a descentralização do poder e a transferência de competências) ".

5.7 Autarquias são ferramentas para promover boa governação

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2018

Texto: Domingos Mucuta

As eleições autárquicas devem ser vistas como ferramentas para a tomada de decisões, construção de processos democráticos e promoção da boa governação, afirmou ontem, na cidade do Lubango, a vice-governadora da Huíla para o Sector Político, Social e Económico.

"A implementação das autarquias locais é condição para boa governação e consolidação da democracia", afirmou Maria Chipalavela, na abertura do encontro provincial das comunidades, promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Maria Chipalavela falou da necessidade da criação de processos democráticos que garantam justiça social e melhoria das condições de vida dos cidadãos. A vice-governadora disse que os encontros entre a ADRA e as comunidades são uma oportunidade para o reforço do poder local e das estruturas comunitárias; e para a promoção do desenvolvimento inclusivo.

Maria Chipalavela defendeu a unidade entre todos os actores políticos, sociais e económicos do país, salientando que "todos somos poucos para promover o desenvolvimento sustentável do país". O director da ADRA na Huíla e Cunene, Simione Chiculo, disse que a organização pretende, no quadro do novo paradigma político, social e económico do país promover mais encontros com as comunidades, para discutir programas públicos de incidência local. "Um dos principais desafios para a intervenção e participação da organização na definição de políticas públicas", afirmou.

5.8 Deputados do MPLA apelam aprofundamento da discussão autárquica

Jornal de Angola Democrática

5 De Outubro de 2018

O presidente do Grupo Parlamentar, do MPLA, Américo Cuononoca, defendeu, nesta 4a feira (03), o aprofundamento do debate autárquico. O MPLA encerrou, nesta quarta-feira (03), na cidade de Cabinda, as suas 2as Jornadas Parlamentares, que vinham decorrendo desde domingo (30), sob o lema "por uma governação mais próxima do cidadão, rumo às autarquias"

A discursar na cerimónia de encerramento, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, camarada Américo Cuononoca, defendeu o aprofundamento das discussões em torno do processo autárquico, no sentido de se consolidar a posição do Partido, nesse domínio. Na mesma ocasião, aquele parlamentar destacou o facto de as jornadas contribuírem para a consolidação dos conhecimentos dos deputados sobre as autarquias, tendo valorizado o seu carácter político e pedagógico e a importância dos conhecimentos adquiridos.

Segundo suas palavras, a problemática das autarquias não se esgota nessas jornadas, pois que "existirão outras oportunidades, que servirão para consolidar os argumentos, no sentido de convencer a oposição, com conhecimentos sólidos": As discussões das jornadas foram antecedidas por deslocações aos quatro municípios da província de Cabinda, onde os deputados do MPLA inteiraram-se do desenvolvimento dos distintos projectos públicos, nos domínios económico e social.

Na Assembleia Nacional, o MPLA dispõe de 150 dos 220 assentos parlamentares, fruto da sua vitória, nas Eleições Gerais de 23 de Agosto de 2017, por maioria qualificada de 61,07 por cento, dos seis milhões, 817 mil e 877 votos válidos.

Portal MPLA

5.9 “Impacto de municipalização dos serviços de saúde em Angola”

Jornal Visão

6 De Outubro de 2018

Texto: João Sunga

O estudo consta que o desenvolvimento da saúde em Angola depende da articulação de todos os sectores sociais e económicos do Estado, o que implica uma acção articulada do Executivo, desde que se elaborem programas concretos e específicos atinentes ao emprego. Tais como moradias, saneamento, alimentação, educação, lazer entre outras necessidades, que têm a ver com a prevenção epidemio-patológica que compreendem vacinações massivas.

A referir ainda a protecção sanitária para o controlo do meio, e também da promoção sanitária associada à educação para recuperação à saúde. A Reforma de saúde constitui um dos vectores ou génesis essenciais ao processo da municipalização das acções e serviços de saúde. A municipalização dos serviços sanitários surge no sentido de conferir ao domínio da saúde, responsabilidades acrescidas como sector que

responda, em primeira instância, aos problemas de saúde da população nos diferentes níveis de actuação.

A interpretação do tema presta-se a várias abordagens, uma vez que Angola aposta na reforma e no processo de descentralização das estruturas básicas de saúde, em que os municípios terão que realizar a gestão das verbas de forma directa, a fim de atender, localmente, às diversas patologias que assolam as suas comunidades.

Outra das interpretações que ainda domina a paixão discursiva tem a ver com a aproximação geográfica dos serviços públicos às populações através da desconcentração administrativa traduzida em boa governação de modo a garantir a celeridade e a adequação das decisões às realidades locais.

O debate sobre o tema torna-se ainda mais relevante por estimular aprofundamento de conhecimentos e pelo facto de estar em curso em Angola, desde 1999, a implementação de um programa de desconcentração administrativa com vista à melhoria do acesso da população aos serviços públicos, e compreender também as mudanças transformacionais no quadro da desconcentração administrativa na área sanitária. E ainda pelas evidências dos pontos fortes e fracos do sector da saúde, os quais devem merecer atenção, e mais também, o desempenho económico, social e cultural da Administração Local do Estado.

A pesquisa apresentada destaca que, o processo de municipalização em curso em Angola se mostra como uma oportunidade soberana para que os municípios assumam, progressivamente, mais competências e recebam recursos suficientes para a gestão das questões sociais nas suas áreas de jurisdição. Neste contexto, a criação do Sistema de Saúde a nível municipal no âmbito da Reforma Sanitária conduzirá à municipalização unificada das acções e serviços de saúde em Angola, com a multiplicação de Unidades Básicas da Saúde (UBS) na periferia urbana e região rural.

A municipalização unificada do sistema de saúde, pelas suas especificidades, segundo o estudo é passível de assimetrias regionais que podem resultar em desigualdade na distribuição de recursos, se não tiver em conta que o município é a unidade fundamental onde deve convergir todo o processo de municipalismo em saúde, que implica desde logo acumulação de saberes. Este factor motivacional conduziu à inclusão nesta análise de um caso específico que incide sobre os municípios do Quimbele, Província do Uíge e Kilamba-Kiaxi, em Luanda.

"Mestre em Governação e Gestão Pública- In excerto de dissertação apresentada a Faculdade de Direito-UAN para obtenção do título de mestre.

5.10 UNITA explica importância das autarquias

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2018

A UNITA procedeu, sábado, em Caxito, província do Bengo, ao lançamento do programa "Sentadas da Cidadania", que visa transmitir a mensagem junto das comunidades sobre as autarquias. O acto foi testemunhado por Silvestre Gabriel Samy, membro da direcção da UNITA, que justificou a realização das jornadas pelo facto de a população não saber o suficiente sobre as autarquias.

"Fala-se muito sobre as autarquias, mas o grupo alvo, que é a população, desconhece o que são estas eleições que acontecem em 2020, razão pela qual a UNITA lançou esse programa para aprofundar os temas no sentido de poder ajudar os quadros da província do Bengo a levar esta mensagem a todos os cidadãos comuns", esclareceu.

De uma forma desapaixonada' disse, os quadros da UNITA vão passar de casa em casa para explicar aos cidadãos a importância das autarquias, suas vantagens e desvantagens. Álvaro Chikwamanga Daniel, o palestrante no dia de abertura da campanha no Bengo, defendeu uma maior interpretação sobre as autarquias para que os cidadãos possam perceber melhor o processo.

5.11 CNE tem condições para fazer eleições autárquicas em 2020

Jornal De Angola

14 De Outubro de 2018

Texto: Victor Pedro, António Capitão e Luísa Victoriano

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), André da Silva Neto, revelou sexta-feira, em Luanda, que 'aquele órgão tem condições para preparar e realizar as eleições autárquicas marcadas para 2020 por recomendação do Conselho da República ao Presidente João Lourenço.

O magistrado falava à imprensa no final da cerimónia solene de queima do material das últimas eleições gerais que aconteceu em Luanda e que decorre em todo o país. Em Angola, a CNE é o órgão

independente que organiza, executa, coordena e conduz os processos eleitorais,

As primeiras eleições autárquicas no país foram marcadas para 2020, por recomendação consensual do Conselho da República, reunido em Março do ano em curso. Os conselheiros do Presidente da República recomendam que as autárquicas devem decorrer inicialmente num certo número de municípios, na base do princípio do gradualismo, e ser definidos os critérios da sua selecção,

Sumbe

Os boletins de votos válidos, inutilizados, não utilizados, em branco e nulos das últimas eleições gerais no Sumbe foram destruídos pela Comissão Provincial Eleitoral (CPE) do Cuanza -Sul em cerimónia testemunhada por representantes de partidos políticos com assento parlamentar, magistrados, autoridades religiosas e tradicionais.

O processo, que continua na próxima sexta-feira nos municípios da província, destruiu 730.403 materiais utilizados a nível do Sumbe onde foram incluídos boletins de voto de contingência armazenados, segunda e terceira vias de cadernos eleitorais de reserva

A destruição do material eleitoral, feita como recomenda a Lei Orgânica das Eleições Gerais, abrangeu ainda carimbos, exemplares de actas síntese e das operações eleitorais não utilizados, pauta de contagem de votos, autocolantes das urnas, termos de entrega, envelopes, sacos invioláveis e cabinas em mau estado de conservação, bem como formulários de reclamações ou exercício de voto.

O presidente da CPE do Cuanza -Sul, Morais António, que presidiu à destruição dos materiais eleitorais, disse que o exercício marca o culminar das actividades do processo eleitoral do ano transacto a nível das comissões provinciais e municipais.

Morais António lembrou que no Cuanza-Sul o processo eleitoral decorreu sem sobressaltos por não ter sido registado nenhuma reclamação formal em acta, mas algumas informais de partidos concorrentes o que permitiu às autoridades competentes validarem os resultados.

O presidente daquela CPE reconheceu o papel fundamental que as diferentes estruturas da CNE, do Governo, partidos políticos, comunicação social, forças de segurança e ordem interna, autoridades tradicionais, religiosas e a sociedade civil desempenharam no processo.

Na cerimónia, testemunhada pelo vice-governador para a Área Política, Económica e Social, Joaquim Júnior, em representação do governador Eusébio de Brito Teixeira, os representantes dos partidos políticos foram unânimes em reconhecer que é importante concluir as etapas do processo eleitoral, porque pela frente tem outros grandes desafios eleitorais como a realização das primeiras eleições autárquicas marcadas para 2020.

Uíge

O material eleitoral remanescente do pleito eleitoral, do ano passado, foi destruído igualmente ontem no pátio da base logística do CPE, no bairro Quindenuco, na cidade do Uíge, na presença do governador provincial, Pinda Simão, do presidente da CPE e de várias individualidades políticas, eclesiásticas, tradicionais e da sociedade civil.

O presidente da CPE do Uíge, Avelino Martins, disse que o acto de destruição enquadra - se no estabelecido na lei 36/11 - Lei Orgânica sobre Eleições Gerais, que orienta a destruição de todo material corrente utilizado nas eleições anteriores, sendo, também, uma tarefa do balanço deste processo e a abertura do processo preparatório do próximo pleito.

Em Malanje, a CPE destruiu ontem, na cidade de Malanje, todo o material eleitoral remanescente e obsoleto das eleições gerais de 23 de Agosto de 2017. Do material destruído destaca-se boletins de voto ampliados, cabinas de voto deterioradas, cópias de actas eleitorais, editais, selos de segurança, frascos de tinta indelével, carimbo de certificação, dísticos de assembleias de voto, autocolantes, blocos de notas, almofadas para carimbos, sticks, canetas de filtro, sacos plásticos invioláveis, bem como outros meios obsoletos das eleições de 2012.

O comissário António Inácio Manuel, em representação do presidente da Comissão Provincial Eleitoral, disse que o acto de destruição por incineração do material remanescente e obsoleto das eleições se enquadra na Lei 36/11, de 21 de Dezembro sobre as eleições gerais.

O comissário reafirmou que o processo eleitoral na região de Malanje teve êxito graças à pronta intervenção de todos os órgãos que estiveram envolvidos no referido processo.

5.12 Sociedade civil é mobilizada a divulgar autarquias locais

Jornal De Angola

15 De Outubro de 2018

Dezenas de participantes no seminário de capacitação sobre direitos humanos, cidadania e autarquias locais, realizado em Ndalatando pela Comissão Mista dos Direitos Humanos do Cuanza-Norte, em parceria com o "Mosaiko" - Instituto para a Cidadania, foram incentivados a promover "um diálogo permanente sobre o processo de preparação das autarquias locais marcadas para 2020.

Os participantes concluíram que o estabelecimento de um diálogo permanente entre os cidadãos vai permitir que todos tomem consciência da essência das autarquias locais, segundo a Angop.

O responsável da Comissão Mista dos Direitos Humanos do Cuanza - Norte, António da Costa, sublinhou que "o país precisa de bons cidadãos, que entendam o que acontece ou acontecerá na sua pátria e que seja capaz de participar".

Para António da Costa, as autarquias locais devem constituir motivo de "conversa para todos os angolanos", o que pode levá-los a participar no processo de modo consciente e responsável, influenciando os demais compatriotas a participarem também.

O advogado Hermenegildo Teotónio da Silva, que orientou o seminário de três dias, considerou primordial que os cidadãos partilhem as informações sobre as autarquias.

5.13 Autarquias em todo país em dez anos

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Executivo considera a possibilidade da redução do prazo de institucionalização faseada das autarquias em todo o país, num período não superior a 10 anos desde o seu arranque, anunciou o Presidente da República João Lourenço Titular do Poder Executivo lembrou que a proposta de base submetida à discussão pública pelo Ministério da Administração do território e Reforma do Estado definia um período de implementação faseada que se estenderia por 15 anos sobre o novo regime financeiro local, o Chefe de Estado revelou que estão já a ser mensalmente disponibilizados de forma directa, a

todos os municípios, valores para fazer face aos programas municipais principalmente os relacionamentos com o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Para João Lourenço, com esta acção estão a ser lançadas as bases para que em 2020 se dê início ao processo de descentralização administrativa, criando as autarquias locais. O Presidente da República lembrou que o Executivo está também a realizar importantes reformas no sistema judicial e de investigação criminal, para que se possa combater a corrupção com eficiência, conferir maior celeridade na resolução de litígios que afectam as relações e a dinâmica da economia, e assegurar a eficácia das leis na defesa dos direitos e garantias de todos os cidadãos e agentes económicos.

No seu discurso, João Lourenço não deixou de falar de outros crimes de colarinho branco, dos crimes violentos e de vandalização e sabotagem de bens e património público que está hoje em voga no país. Para o seu combate, o Presidente da República propôs o envolvimento de todos, com realce do Executivo, dos órgãos de investigação criminal, do Ministério Público, da Comunicação Social, da Sociedade Civil e dos tribunais.

5.14 APN insta Executivo a realizar eleições autárquicas em simultâneo

Jornal: O PAÍS

18 De Outubro de 2018

Texto: Irineu Mujoco

Em entrevista concedida a OPAÍS, na véspera da mensagem do Presidente da República, João Lourenço, sobre o Estado da Nação, feito Segunda-feira, 15, no Parlamento, Quintino Moreira sublinhou ser necessário tirar o país da letargia em que se encontra. Argumentou que o posicionamento do partido que dirige, em relação à realização das eleições autárquicas em simultâneo em todo o país, obteve apoio de todos os sectores da sociedade civil (igrejas, organizações sócio-profissionais, filantrópicas e outras).

Segundo o político, "cabe agora ao Executivo e à sua estrutura parlamentar se reposicionarem em função da vontade expressa por quase todos os sectores da vida nacional adequando a sua proposta de lei sobre esta matéria", apelou.

Em conversa com este jornal, o presidente da Aliança Patriótica Nacional (APN), Quintino Moreira, informou que um levantamento sobre o actual

momento político que o seu partido acaba de fazer, concluiu que "o país está doente".

Essa "doença", segundo o entrevistado, resulta da falta de emprego, que tem resultado em graves problemas sociais e económicos. Apontou que a insegurança gerada pelo desemprego leva indivíduos a viverem sob constante pressão que os coloca em situação de vulnerabilidade social e de insatisfação quase permanente.

Na constatação feita pela APN, segundo o seu líder, todos os princípios e valores adquiridos, tais como a " honestidade e honradez, se vão diluindo, e o humilde cidadão não saberá lidar com uma destas virtudes".

Essas virtudes, de acordo com líder da APN, são alguns dos instrumentos necessários para a construção de uma nação pacífica, sadia e socialmente desenvolvida. Consequências do desemprego segundo as constatações desta força extra-parlamentar, na voz do seu presidente, o desemprego está a provocar a desagregação familiar' violência doméstica, aumento da criminalidade, da prostituição, do alcoolismo, do abandono e insucesso escolar.

Para se reverter estes males sociais, a APN diz que isso implica o desafio de reconciliar o Estado e o cidadão, com a aplicação de novas políticas no campo económico e social e a oferta de mais empregos para os cidadãos, sobretudo para os jovens.

Insatisfação

Quintino Moreira disse que o partido que dirige está indignado com as medidas tomadas pelo Governo de encerrar a actividade pesqueira ao longo da orla marítima a Sul de Luanda, sob alegação de estar contaminada.

Tais medidas, segundo a fonte, resultaram no desemprego de milhares de cidadãos que tinham a pesca como o seu ganha-pão. "O Governo alega que a orla marítima está contaminada, mas não tomou medidas para inverter a situação", denunciou.

Já sobre o fecho desta edição, contactado para fazer uma análise ao discurso do Presidente da República à Nação, Quintino Moreira resumiu que o Chefe de Estado disse o essencial, mas defende que o Executivo coloque a máquina a funcionar.

Reconheceu que durante o primeiro ano de governação de João Lourenço notou-se alguns sinais positivos, de uma forma geral, mas adianta "ser ainda muito cedo para fazer uma avaliação completa". Para o sucesso da sua governação, o líder da APN apela ao

Executivo que coloque em primeiro lugar "Angola e os angolanos" depois o resto, concluiu.

5.15 Autarquias vão ampliar a partilha do poder local

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2018

A implementação das autarquias em Angola, a partir de 2020, vai permitir ampliar espaço de partilha do poder local, favorecendo o desenvolvimento nacional, considerou ontem no Huambo a directora local da ADRA, Cidália Gomes. Ao discursar na abertura do 21 encontro das comunidades, promovido pela organização não-governamental que dirige, Cidália Gomes disse ainda que as autarquias vão trazer mais transparência na gestão dos fundos públicos e melhor fiscalização das acções do Governo. Devido à importância das eleições autárquicas, Cidália Gomes defendeu que a população esteja informada, para assegurar a efectiva participação no processo, cujo modelo de implementação ainda não foi definido.

A directora da ADRA no Huambo considerou indispensável sobre a forma como as comunidades vão participar nos espaços de concertação municipal, as opções de desenvolvimento e a natureza dos projectos económicos de incidência municipal.

Para Cidália Gomes, não obstante as dificuldades ainda existentes no país, o meio rural vem dando sinais de progresso, numa conjugação de esforços entre as acções do Governo e dos seus parceiros sociais, dos quais a ADRA é parte integrante. A intervenção da ADRA na província do Huambo tem mais de 20 anos, abrangendo actualmente os municípios da Caála, Longonjo e Bailundo. A ONG apoia directamente 46 associações de camponeses e 12 cooperativas, num total de 2.595 membros, dos quais 1.597 são homens e, indirectamente, 12.205 famílias.

Cidália Gomes informou que a ADRA tem prestado apoio a iniciativas económicas, através das caixas comunitárias de crédito, cujos recursos financeiros permitem a implementação de actividades geradoras de rendimentos familiares e reforçam, cada vez mais, a dinâmica das associações e cooperativas.

5.16 Municípios do Cazenga indignados com o novo Administrador

Jornal A República

19 De Outubro de 2018

Texto: Mafuta Malanda

Os moradores do município do Cazenga mostram-se agastados com o novo administrador. A exoneração do antigo administrador, Victor Nataniel Narciso, e a consequente nomeação de Albino da Conceição José, pelo governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de carvalho, foi aplaudida na altura pelos municípios e considerada medida acertada, pois o município estava adormecido no tempo e no espaço, fazia 11 anos, tudo por incompetência e incapacidade da antiga gestão liderada por Tany Narciso que fez daquele município um "município-negócio", segundo um relatório divulgado pelo activista cívico, Álvaro Nuno Dala. A indicação de Albino da Conceição José, no passado 31 de Julho do corrente ano, fez nascer as esperanças dos municípios. Pois julgavam eles, na altura, que o novo administrador devia dar um rumo diferente ao município.

Verdade é que, volvidos cerca de três meses desde que tomou posse, as coisas não melhoram, os municípios continuam a enfrentar as mesmas dificuldades, problemas de água, energia, saneamento básico, estradas esburacadas, falta de espaços de lazer, a situação da ponte do Malueca, que cortou a ligação do município de Cacuaco e Viana e que até hoje não tem solução, entre outros. O agravante é que não existe uma luz no fundo do túnel, que dê indícios de que a situação venha a ser invertida. Arlindo Jamba, morador do distrito do Kalawenda, disse que o Cazenga parece não ter administrador.

"O município continua estagnado, não há sinais de mudança. Julgávamos que com a nova administração as coisas viessem a mudar, mas na verdade nada mudou e os problemas são os mesmos. O pior é que o administrador é desconhecido pelos municípios, porque Albino da Conceição não anda, ninguém o conhece".

Já Manuel Domingos, morador do distrito do Kimakeza, faz uma comparação com o administrador de Cacuaco.

"A administração municipal de Cacuaco é mais actuante e mais presente na vida do cidadão do que a do Cazenga. O administrador Augusto José é conhecido pelos municípios, acompanhado do seu adjunto, Tomás Bica, está sempre na rua a efectuar

visitas aos seus cidadãos, mas o nosso não faz nada. Parece que o nosso município foi praguejado".

Os municípios apelam ao administrador Albino da Conceição a colocar o município do Cazenga no centro das atenções e nas suas prioridades.

5.17 MAT da inicio ao processo de desconcentração e descentralização administrativa

Jornal O PAÍS

25 De Outubro de 2018

O acto, a ser presidido pelo ministro de Estado e Chefe da asa Civil do Presidente da Republica, para o qual estão convidados todos os governadores provinciais, visa o reforço da desconcentração, criando antecâmara para a descentralização administrativa.

Na primeira cerimónia serão assinados 112 termos de transferência entre vários departamentos ministeriais e os Governos Provinciais.

A iniciativa é resultante de orientações directas do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, transmitidas ao MAT na última reunião do Conselho de Governação Local e busca materializar a "estratégia de implementação do Regime Geral de Delimitação e Desconcentração de Competências e Coordenação da Actuação Territorial da Administração Central e da Administração Local do Estado".

Doravante, e de forma paulatina, os Departamentos Ministeriais perdem, a favor dos Governos Provinciais, um conjunto de atribuições e competências que, posteriormente, e em acto similar a ocorrer em Novembro, na província de Benguela, serão transferidas para as Administrações Municipais, consolidando o compromisso do Executivo de reforçar a Desconcentração, criando uma antecâmara para a Descentralização Administrativa, que tem como fim último a definição e delimitação das competências a transferir às Autarquias locais.

Um dos objectivos da medida é de "reforçar o processo de desconcentração administrativa até 2022", obedecendo a um programa detalhado das tarefas específicas de cada competência, os recursos humanos e financeiros necessários e demais pressupostos e elementos relevantes.

Nesta primeira fase o processo de transferência de competências abrange 16 departamentos ministeriais, com destaque para as Finanças, Educação, Saúde,

Construção e Obras Públicas; Pescas e do Mar, Agricultura e Florestas e Energia e Águas e todas as províncias, com excepção de Luanda e Cabinda.

Segundo um memorando do Ministério da Administração e Reforma do Estado a que OPAÍS teve acesso, os governos provinciais foram "oficiados para identificar competências a serem transferidas para os municípios, diagnosticar o quadro técnico disponível e excedentário para integrar o quadro de pessoal das administrações municipais. De lembrar que a desconcentração e descentralização estão na linha das prioridades do Executivo, como fez questão de destacar o Presidente da República no seu último discurso sobre o Estado da Nação, proferido na abertura do ano parlamentar.

Dizia João Lourenço, na ocasião, que "foram aprovadas medidas com vista a uma maior intervenção dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais na gestão dos problemas das comunidades". A intenção é, aos poucos, reduzir a intervenção da Administração Central do Estado na vida das comunidades, abrindo um maior espaço de intervenção para a Administração Local.

João Lourenço prometeu que a partir de 2019 o Orçamento Geral do Estado começará a acompanhar esta dinâmica, devendo proceder-se "à transferência de mais recursos financeiros para os órgãos da Administração Local, de acordo com as novas competências atribuídas a estas na legislação recentemente aprovada".

O Presidente da República anunciou no seu discurso que "estão já a ser mensalmente disponibilizados, de forma directa, a todos os municípios, valores para fazer face aos programas municipais, principalmente os relacionados com o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

A meta é que em 2020 se dê início ao processo de descentralização administrativa, criando as autarquias locais: não obstante ainda persistirem fortes divergências entre os diferentes actores quanto à forma de implementação, pelo que o Presidente recomendava uma ampla discussão para que finalmente fosse aprovada pela Assembleia Nacional a legislação apropriada.

5.18 E as autarquias, senhores?

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Texto: Ismael Mateus

O tema das autarquias voltou a desaparecer da agenda diária de notícias. O Ministério da Administração do Território (MAT) desenvolveu uma consulta pública, mas até agora não são oficialmente conhecidas as conclusões e as contribuições aceites pelo governo.

Não há membros do governo a falarem sobre isso e muito menos da sociedade civil. Faz confusão a quem acompanha o processo ver uma questão desta importância de quando em quando relegada ao esquecimento, o que é revelador da ausência da parte do governo, dos partidos políticos, da sociedade civil e das imprensas, ou seja, de todos, de uma estratégia para manter esse tema nos cabeçalhos dos jornais.

Resta-nos, pois, avaliar as novidades em função dos discursos do Estado da Nação do Presidente da República e da réplica do líder da oposição. Ambos se dirigiram ao processo autárquico e com novidades. O presidente João Lourenço apresentou como grande novidade a possibilidade de redução de 15 para 10 anos do espaço de implementação gradual das autarquias em todo o país. Em termos concretos, uma redução em cinco anos poderia ser um ponto de base negocial, mas logo de seguida a oposição rapidamente veio desvalorizar. Tanto o Presidente do PRS, Benedito Daniel, na TPA, como o líder da UNITA, Isaías Samakuva, na sua réplica ao Estado da Nação, rejeitaram a oferta negocial do chefe de estado, insistindo no princípio da realização das autarquias simultâneas em todo o país.

O aparente "desaparecimento" das autarquias dos noticiários não tem em princípio sido acompanhado de nenhum esforço político de aproximação de posições e de busca de consensos, o que leva a crer que o braço de ferro se vai estender. O governo pode ter a tentação de arrastar o assunto para uma solução parlamentar, ou seja, mais uma matéria de suma importância para o país que acabará votada e aprovada apenas com os votos do MPLA. Esperemos que o Presidente João Lourenço não caia nessa

tentação e dê instruções para que se encontre sempre uma solução negociada. O mesmo se pede da oposição, que em sede de negociação no parlamento ou, de preferência, antes disso, possa demonstrar abertura e sentido de Estado, sem radicalismos.

Perante esse manifesto braço de ferro, continuamos a acreditar que a solução reside num modelo que temos vindo a defender desde o princípio do ano: Um gradualismo de base maioritária, ou seja, realizar em 2020 eleições em 80% dos municípios do país e a definição dos critérios para a não inclusão dos restantes 20%. O objectivo deste modelo é assegurar que, como diz a Constituição, o modelo de governação local do país deixe de ser centralizado e passe a ser descentralizado. Uma clara e inequívoca opção pelo sistema de governação descentralizado. Os critérios para a não inclusão estão directamente relacionados com as condições sociais e económicas dos municípios muito pobres, que necessitam de uma discriminação positiva no sentido de alcançarem os índices dos restantes para que passem a ser autarquias. Queremos acreditar que esse "give and take" pode permitir uma solução de consenso e oferecer uma saída para o braço de ferro.

Um gradualismo de base maioritária permitiria também desvalorizar o argumento de que a estratégia do MPLA é, como diz Samakuva, "continuar a administrar o território e mantenham os seus secretários nas vestes de administradores municipais, a receber e gerir os recursos públicos, sem mandato directo dos cidadãos eleitores".

Outra questão que se coloca é a definição do modelo de debate nacional sobre estas matérias, antes de serem remetidas ao Parlamento. Embora a votação final vá ocorrer na Assembleia Nacional, há um caminho que deveria ser feito com o envolvimento da sociedade, das igrejas e de outros actores. Entregar o processo exclusivamente à Assembleia Nacional leva à excessiva partidarização das autarquias.

O silêncio e a espera por uma solução parlamentar mata à partida a possibilidade dos cidadãos serem de modo directo os principais actores desse debate. Os deputados aqui são de uma representatividade duvidosa já que se tiverem de optar entre defender os seus cidadãos e as orientações dos seus partidos, vão com toda a naturalidade, optar pela disciplina partidária. Tudo indica por isso que as eleições autárquicas acabem por reproduzir a conflitualidade das legislativas para as autarquias e que na arquitectura das leis, os partidos se "mancomunem" para não deixar brechas para os independentes. Esta é uma forte razão para evitar que a solução seja encontrada unicamente pelos deputados porque os partidos são parte do problema. As condições de

financiamento das campanhas, o modelo eleitoral e até a composição das estruturas fiscalizadoras, são fortemente favoráveis aos partidos políticos e por essa razão também, os partidos, todos eles, procuram, antes mesmo das eleições, definir o seu posicionamento em função do número de câmaras que podem vir a ganhar ou não.

Se as coisas se mantiverem neste pé, as candidaturas independentes, embora estejam previstas, acabarão por ser praticamente inviabilizadas, ou dito de outro modo, não terão possibilidade de sobreviver se não contarem com o apoio de partidos políticos.

Convenhamos que é um enorme handicap para se chegar a ter uma candidatura aos olhos dos eleitores capaz de vencer e de se impor.

A candidatura de um independente, por exemplo, a uma câmara, tem de ser feita por parte de um grupo de cidadãos eleitores e consiste na entrega de declaração de propositura ou lista de proponentes; lista de candidatos; declaração de candidaturas; certidão de inscrição no recenseamento eleitoral dos Candidatos e mandatário. Por outro lado, a candidatura é proposta por determinado grupo de cidadãos, obrigatoriamente recenseados na área da autarquia a cujo órgão apresentam a candidatura.

Os partidos políticos são, à partida, subvencionados pelo Estado, através de uma quantia determinada pelo número de votos que obtiveram nas últimas eleições. Por ausência de apoio institucional às restantes candidaturas, acaba por ser mais um elemento discriminador das candidaturas independentes. Não havendo um tecto que limite os valores a aplicar em cada campanha autárquica, os independentes vão acabar "afogados" na publicidade dos seus adversários, que já possuem máquinas eleitorais poderosas e contam com subvenção do Estado.

Mesmo que em matéria de produção de material publicitário, algum independente resolva fazer em mercados mais favoráveis como a China, os independentes estão sujeitos a custos fiscais ao passo que os partidos, pelo contrário, têm benefícios fiscais. Têm maior penetração nos meios de difusão massiva e muito mais meios para difundir a sua mensagem política ou identidade própria, através de quaisquer suportes, impressos, audiovisuais ou multimédia, etc.

São todas estas matérias que deveríamos discutir agora. Mobilizar-se a sociedade para um debate qualificado e não quantitativo. A consulta popular já foi uma abordagem quantitativa e agora era necessário promover discussões parcelares e de mais

qualidade de opinião do que quantidade. Tudo menos deixar aos deputados decisões sobre eleições que são de sufrágio directo do povo.

Um outro problema, tem a ver com o desgaste da classe política. A realidade da nossa vida pública demonstra que os partidos políticos também não possuem grandes soluções alternativas. As suas caras de destaque mantêm-se as mesmas. A excessiva concentração nas opções partidárias pode conduzir-nos a mais uma oportunidade pedida, em que cidadãos com competência, com saber e experiências em matéria de relacionamento e resolução de assuntos das comunidades não tenham condições para avançar.

5.19 Governos provinciais ganham competências

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2018

Os governos provinciais e diferentes departamentos ministeriais assinam segunda-feira próxima, em Luanda, os "Termos de Transferência de competências e coordenação da actuação territorial entre a Administração Central e a Administração Local do Estado", para o reforço da desconcentração administrativa.

O primeiro acto público, promovido pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, os governos provinciais e departamentos ministeriais vão assinar, no Salão Nobre do Governo Provincial de Luanda, 112 "Termos de Transferência", em cerimónia a ser presidida pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Além dos 18 governadores provinciais, devem estar presentes os titulares dos sectores das Pescas e do Mar, dos Recursos Minerais e Petróleos, da Cultura, da Hotelaria e Turismo, do Ambiente, do Comércio, da Educação, da Indústria e da Saúde.

Com a assinatura dos "Termos de Transferência", os departamentos ministeriais perdem a favor dos governos provinciais um conjunto de atribuições e competências que, posteriormente, em acto similar a decorrer a 20 de Novembro, na província de Benguela, serão transferidas para as administrações municipais' consolidando o compromisso do Executivo de reforçar a desconcentração administrativa, numa antecâmara para a descentralização administrativa, de acordo com um comunicado do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

5.20 Municípios recebem verbas para o combate à pobreza

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2018
Texto: Victor Pedro

O Executivo está a disponibilizar, mensalmente, de forma directa, a todos os municípios, dinheiro para a implementação de acções de combate à pobreza, no âmbito do novo regime financeiro local, informou terça-feira, no Sumbe, o secretário de Estado para a Acção Social, Lúcio do Amaral.

As referidas acções estão enquadradas no Programa. Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), uma das prioridades do Executivo no quinquénio 2018/2022.

O secretário de Estado da Acção Social não revelou o valor, mas um técnico do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher indicou que o Executivo disponibiliza, anualmente, 544 milhões de kwanzas (por município) para as administrações municipais garantirem o cumprimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Num encontro com administradores adjuntos para o sector Político, Social e Económico dos 12 municípios do Cuanza-Sul, Lúcio do Amaral alertou os gestores locais a terem rigor na execução do programa integrado, que tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza e à promoção do desenvolvimento local. O encontro, disse, enquadra-se nas acções do Ministério da Família, Acção Social e Promoção da Mulher (Masfam) para monitorizar o cumprimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), a ser implementado pelas administrações municipais, à luz do novo contexto de governação.

Lúcio do Amaral adiantou que a monitorização do programa integrado visa avaliar, junto dos administradores municipais, como estão a ser utilizados os recursos disponíveis para os projectos de redução das dificuldades sociais que afectam as populações mais vulneráveis.

Avaliar a operacionalização das acções desenvolvidas e prestar apoio técnico e meto do lógico às administrações municipais, através de medidas e políticas cujas acções têm incidência nos municípios, tendo em atenção as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento, que prevê retirar da extrema pobreza mais de 3 milhões de angolanos até 2022, são objectivos do programa.

As acções estão viradas para as classes dos ex-militares, famílias em situação de vulnerabilidade, capacitação e empoderamento da mulher, reforço da oferta dos serviços sociais básicos e comércio rural, entre outras, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações, sobretudo nas zonas mais recônditas.

O programa está dividido em subprogramas dos sectores da Agricultura, Pecuária, Pescas, Construção, Obras Públicas, Comércio rural, Ordenamento do Território e Habitação, Indústria e transformação local, Saúde, Educação, Ambiente, Energia e Aguas, e outros.

Uma situação que provocou acesos debates, levantada pelo governador do Cuanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, tem a ver com a situação de bairros e aldeias que possuem um reduzido número de habitantes, mas exigem a criação de todos os serviços básicos.

Sobre o assunto, o secretário de Estado da Acção Social, Lúcio do Amaral, considerou que o Estado vai começar a impor a sua autoridade para acabar com esta desordem que, disse, em muitos casos é fomentada pelas autoridades tradicionais.

5.21 População angolana pode aumentar para 33 milhões

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2018

Texto: Mazarino da Cunha

As projecções mostram que até 2022 Angola terá 33 milhões de habitantes, informou ontem, em Luanda, o ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca.

Ao falar na cerimónia de apresentação do relatório sobre a Situação da População Mundial e Estudos Temáticos do censo e as tendências de crescimento em Angola, Pedro Luís da Fonseca disse que o crescimento previsto pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) obriga o Executivo e a sociedade em geral a tomar decisões fundamentais no Orçamento Geral do Estado (OGE), para garantir emprego e a melhoria da condição de vida dos habitantes.

De acordo com dados do Censo Geral da População e Habitação realizado em 2014, Angola tem 28.4 milhões de habitantes e a taxa de fecundidade é de 6,2 filhos por mulher. Nas zonas rurais é mais alta, chegando a atingir 8,2 filhos. O ministro da Economia e Planeamento frisou que a crise financeira

e económica registada na segunda metade de 2014 teve efeito negativo sobre a população, provocando o aumento do desemprego.

Pedro Luís da Fonseca lembrou que os países com alta taxa de fecundidade e que não têm um crescimento económico dinâmico deparam-se com dificuldades em providenciar educação, assistência médica e social à população, colocando em risco a estabilidade das famílias e da sociedade.

A intervenção do Estado, mediante a distribuição do rendimento, pela via orçamental, disse o ministro, tem-se reflectido na elevação e melhoria do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), impedindo a degradação registada em 2014.

A representante do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Florbela Fernandes, revelou que, anualmente, se registam em todo o mundo 99 milhões de gravidezes indesejadas e mais de 300 mil mulheres morrem durante a gravidez ou parto "porque não têm escolhas reais em cuidados de saúde materna".

Florbela Fernandes acrescentou que, diariamente dezenas de milhares de meninas são forçadas a casar e a iniciar a maternidade ainda na puberdade. "Não desfrutam do exercício de escolha nas suas vidas e o impacto vai além do nível individual, para as famílias, comunidades e nações".

A representante do Fundo das Nações Unidas para a População referiu que "as famílias reduzidas têm maior oportunidade de inserção com muitos outros direitos, como saúde e educação, rendimento adequado e liberdade de decidir sem discriminação".

5.22 MPLA contra o nepotismo nas autarquias

Jornal O PAÍS

28 De Outubro de 2018

Texto: Rila Berta

O Bureau político do MPLA leito no VI Congresso Extraordinário do partido efectuou, ontem, Sábado, 27, na vila de Catete, o seu primeiro encontro de trabalho com os líderes das diferentes estruturas do partido e militantes a nível de Luanda.

Na ocasião, a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, orientou as estruturas de base e os organismos em todos os escalões a mobilizarem -se em 2019 e unirem sinergias ao esforço do Executivo na implementação das autarquias locais.

Para tal, anunciou estarem a ser preparados pela direcção do partido um conjunto de instrumentos que vão orientar a forma de organização, participação e selecção dos candidatos.

Para vencer a maioria das autarquias, a vice-presidente do MPLA garantiu que a direcção "tudo fará para que sejam escolhidos os melhores candidatos, ou seja, os mais competentes, de referência e aceitação nas comunidades em que se encontram inseridos".

Por este facto, explicou ser importante prestar particular atenção ao perfil das pessoas a eleger neste processo, sublinhando a necessidade de se trabalhar de forma responsável no processo de selecção dos candidatos. "Evitando o nepotismo, o amiguismo, o compadrio e outras práticas que lesam a ética e a conduta partidária", afirmou.

Afirmou que esses factores devem ser corrigidos por terem conduzido a uma desmotivação dos militantes e condicionado o normal funcionamento das estruturas do partido.

Assim sendo, Luísa Damião, citando o presidente João Lourenço, recomendou que sejam escolhidos militantes com idoneidade e capacidade de trabalho comprovada e comprometidos com a causa do partido.

Recomendou que a Organização da Mulher Angolana (OMA) e a organização juvenil do partido, JMPLA, constituam organizações estratégicas e forças impulsionadoras do MPLA no processo de preparação e implementação das autarquias. "As mulheres e os jovens constituem segmentos importantíssimos que devem estar convenientemente representados nos órgãos das autarquias locais", disse.

Recomendou que se direccionem as acções do partido junto dos cidadãos e da sociedade, orientou igualmente a promoção do diálogo, bem como a participação dos cidadãos nos diversos domínios da vida política, económica, social e cultural.

Referiu que a unidade e a coesão interna são factores importantes para o alcance da vitória do partido, bem como para a sua transformação numa organização mais dinâmica e democrática com capacidade para liderar os processos de mudança, visando a construção de um Estado forte, capaz de dar resposta aos problemas que afligem os cidadãos e proporcionar o seu bem-estar.

Redinamização dos comités de acção

A vice-presidente do MPLA admitiu haver limitações para o funcionamento dos comités de acção do partido, enquanto base de organização estrutural e de implantação do partido na sociedade. Por isso, afirmou ser necessário mudar este quadro.

Assim, orientou o reforço do papel dos órgãos e organismos executivos de direcção a todos os níveis de modo a enriquecer o trabalho das organizações de base. Referiu que os militantes do MPLA em todos os escalões, em particular os dirigentes, entre os quais os membros do Comité Central, devem contribuir com saber e competência para a redinamização dos comités de acção do partido. "Cumprindo os seus deveres, nomeadamente a participação partidária e político social, o pagamento de quotas, o estudo dos discursos do Presidente da República e os documentos reitores do MPLA", disse.

Apelou para que os militantes se revelem activos na luta contra a corrupção, o nepotismo, a bajulação e a impunidade, promovendo a cultura de integridade, probidade, transparência, boa governação e responsabilização.

Militantes que não pagarem quotas serão sancionados

Luísa Damião afirmou ser necessário que o partido melhore o sistema de cobrança de quotas. Tendo orientado para o efeito a aplicação de medidas sancionatórias para quem não paga.

"O pagamento de quotas é um dever de cada militante, então, devemos cumprir com este dever para ajudar o nosso partido a termos uma fonte de receitas para resolvermos alguns problemas. Só deste modo estaremos a exercer o nosso papel de militante exemplar do MPLA e apoiar as acções do Executivo", disse.

Assembleia de militantes em Abril próximo

Por outra, a organização partidária prevê realizar em Luanda actividades como: deslocação dos grupos de acompanhamento dos membros do bureau político aos municípios, reunião com os membros do Comité Central residentes na província, continuidade das acções em homenagem ao presidente emérito do MPLA, José Eduardo dos Santos. Adicionalmente, orientou que se garanta a participação activa dos militantes e simpatizantes nas celebrações do Dia da Independência Nacional e do 10 de Dezembro, data da fundação do partido, bem como a promoção do Natal nas comunidades.

Anunciou a realização, entre 1 de Abril e 31 de Maio do próximo ano, de assembleias de militantes a nível dos comités de acção do partido para o balanço e renovação de mandatos. Comunicou, igualmente, que entre Junho e Setembro realizar-se-ão as conferências a nível dos distritos, comunas e municípios para apresentação de balanço e avaliação dos trabalhos desenvolvidos entre 2016 e 2019.

Para o efeito, o Bureau Político, na sua reunião extraordinária realizada na última Sexta-feira, aprovou a metodologia sobre a preparação e realização de todo este processo.

"A problemática da estatística do MPLA, da OMA e da JMPLA associada à questão da quotização são matérias que deverão merecer particular atenção no processo de preparação e realização das assembleias e conferências, pois constituem factores que têm afectado o normal funcionamento e gestão das estruturas do partido", disse.

Recomendou melhoria na estratégia de crescimento do partido, que deve ser assente na lógica do recrutamento de militantes que estejam à altura de praticar os valores e princípios ideológicos do MPLA.

Luanda proibida de falhar

A abertura do encontro de trabalho conjunto entre o Bureau Político do MPLA, membros do Comité Central e líderes das diferentes estruturas do partido foi feita pelo primeiro secretário provincial Adriano Mendes de Carvalho, que, na ocasião, referiu que Luanda está proibida de falhar nos objectivos do partido, por ser a província que "está" com a direcção do partido.

Enalteceu a recente eleição de Mário Pinto de Andrade ao Bureau Político e a de Teodoro Quarta como segundo secretário provincial. Adriano Mendes de Carvalho garantiu o apoio dos militantes do MPLA em Luanda à vice-presidente do partido.

No final, ficaram registadas as intervenções, num encontro de trabalho conjunto que serviu para se passarem orientações, mas que, de acordo com Luísa Damião, serviu também para se aprender lições. "Se estivermos coesos e unidos, poderemos fazer um partido cada vez mais forte", disse.

5.23 MPLA desencoraja nepotismo na selecção dos futuros autarcas

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2018

Texto: Garrido Frago

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, defendeu ontem uma melhor selecção dos representantes do partido às eleições autárquicas, evitando-se o nepotismo, amiguismo, compadrio e outras práticas que lesam a ética e a conduta partidária.

Ao discursar na abertura da reunião do secretariado do Bureau Político com os membros das direcções na província de Luanda, realizada em Catete, Luísa Damião anunciou que a direcção do MPLA está a preparar um conjunto de instrumentos para orientar a forma de organização, participação e selecção dos seus candidatos às eleições autárquicas previstas para 2020.

A vice-presidente do MPLA defendeu, nos órgãos das autarquias locais, maior representatividade da mulher e juventude. "O desafio das eleições autárquicas deve ser encarado com espírito de missão e de elevada responsabilidade", alertou Luísa Damião, que pediu Unidade e coesão entre os militantes para transformar o MPLA num partido dinâmico e cada vez mais democrático.

O encontro serviu para transmitir a nova dinâmica que o MPLA pretende imprimir para vencer os próximos desafios, sobretudo eleitorais.

"Mais do que transmitir orientações, queremos também promover o diálogo com os dirigentes e quadros, prestar especial atenção às suas inquietações, opiniões e contribuições para o fortalecimento da democracia e mobilização dos quadros para os grandes desafios do presente e do futuro", afirmou Luísa Damião.

A vice-presidente do MPLA defendeu o reforço do trabalho partidário em Luanda através de uma maior e melhor inserção dos seus órgãos, organismos, organizações e militantes nas comunidades, para o fortalecimento do partido no cumprimento da sua função política.

Para a vice-presidente do MPLA, encontros com dirigentes e quadros do partido visam, sobretudo, abordar questões nos domínios da organização interna, do trabalho político e ideológico, para o revigoramento das estruturas de base e a efectiva mobilização política e social dos cidadãos em tomo da implementação do projecto de organização política do partido.

Comités de Acção

A vice-presidente do MPLA reconheceu "limitações e insuficiências" no funcionamento dos Comités de Acção do Partido (CAPs), enquanto bases principais de organização, estruturação e implantação do partido na sociedade.

Para Luísa Damião, a situação deve ser corrigida o mais rápido possível. Apelou, por isso, para o reforço do papel dos órgãos e organismos executivos de direcção a todos os níveis, e o enriquecimento do conteúdo do trabalho das organizações de base.

Os militantes do partido, em particular os membros do comité central, devem contribuir com o seu saber e competência na redinamização dos comités de acção, cumprindo com deveres, que vão desde a sua entrega nas actividades partidárias e político-sociais, pagamento de quotas, estudo dos documentos reitores do partido, incluindo discursos do líder do MPLA, referiu Luísa Damião, salientando que "deste modo estaremos a exercer o papel de militante exemplar e a apoiar as acções do Executivo em prol do bem - estar dos cidadãos".

Luísa Damião augura, a nível de Luanda, até ao final deste ano, a deslocação de grupos de acompanhamento do Secretariado do Bureau Político aos municípios, encontro com os membros do comité Central residentes na província, e continuidade das actividades em homenagem ao presidente emérito do MPLA.

De um de Abril a 31 de Maio de 2019 decorrem as assembleias de militantes ao nível dos CAPs, para o balanço e renovação de mandatos, enquanto de Junho a Setembro do mesmo ano realizam-se as conferências ao nível dos distritos, comunas, e municípios para balancear e avaliar o trabalho desenvolvido nos domínios político-partidário, económico e social, informou Luísa Damião.

A responsável no MPLA recordou que todo o processo de preparação e realização das assembleias e conferências deve ser acompanhado pelos Grupos de Acompanhamento aos vários níveis.

5.24 A desconcentração administrativa

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2018

Os governos provinciais terão, no âmbito da desconcentração administrativa, atribuições e competências que antes eram de departamentos ministeriais, um processo que é considerado uma ante-câmara da implementação das autarquias locais.

No quadro da desconcentração administrativa, em que os governos provinciais e as administrações municipais terão um relevante papel a desempenhar, avulta a autonomia financeira, que pode permitir que aquelas entidades possam resolver com celeridade muitos problemas das populações.

A desconcentração administrativa tem a vantagem de libertar o governo central de tarefas que podem ser executadas pelos governos provinciais e pelas administrações municipais, ficando a ganhar os cidadãos que podem ver melhorada a sua qualidade de vida.

Em principio, os governos provinciais e as administrações municipais conhecem bem a realidade das circunscrições sob sua jurisdição, pelo que estarão em condições de atacar os principais problemas que afligem as populações.

Mas não basta apenas que haja desconcentração administrativa, que implicará o uso autónomo de dinheiros públicos, por parte dos governos provinciais ou das administrações municipais. Importa que haja neste processo de desconcentração administrativa quadros capazes de executar o que está estipulado na lei.

Nós temos felizmente muitas boas leis, mas nem sempre temos, infelizmente, bons gestores na administração do Estado. É preciso que se preste atenção à nomeação dos servidores públicos. É necessário que se estabeleçam critérios de nomeação de servidores públicos que garantam o uso racional dos dinheiros do Estado que poderão vir a ser afectados aos governos provinciais e às administrações municipais.

É hora de se começar a valorizar a meritocracia. Só deve ser servidor do Estado com responsabilidade de gerir fundos públicos quem de facto reunir os requisitos constantes de instrumentos legais. É preciso acabar com nomeação de pessoas para cargos públicos sem passarem por concursos públicos. Já não queremos pessoas incompetentes na nossa Administração Pública.

A desconcentração administrativa, na sua vertente financeira, é um processo muito sério. Há municípios do país com inúmeros e graves problemas. As populações têm esperança de que a sua vida vai melhorar, mas querem ver sinais reais de que o Governo está empenhado em resolver os seus problemas

5.25 MAT abre hoje processo de descentralização administrativa

Jornal O PAÍS

29 De Outubro de 2018

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) promove hoje, Segunda-feira (29), o primeiro acto público de transferência de atribuições e competências

O acto será orientado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, e contará com a presença dos 18 governadores provinciais.

Tem por fito o reforço da desconcentração, criando as condições para a descentralização administrativa.

Na primeira cerimónia serão assinados 112 termos de transferência entre vários departamentos ministeriais e os governos provinciais.

A iniciativa é resultante de orientações directas do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, transmitidas ao MAT na última reunião do Conselho de Governança Local e busca materializar a "es estratégia de implementação do Regime Geral de Delimitação e Desconcentração de Competências e Coordenação da Actuação Territorial da Administração Central e da Administração Local do Estado".

Doravante, e de forma paulatina, os departamentos ministeriais perdem, a favor dos governos provinciais, um conjunto de atribuições e competências que, posteriormente, e em acto similar a ocorrer em Novembro na província de Benguela, serão transferidas para as administrações municipais.

A medida vai consolidar o compromisso do Executivo de reforçar a desconcentração, criando uma antecâmara para a descentralização administrativa", que tem como fim último a definição e delimitação das competências a transferir às autarquias locais.

Um dos objectivos da medida é o de "reforçar o processo de desconcentração administrativa até 2022", obedecendo a um programa detalhado das

tarefas específicas de cada competência, os recursos humanos e financeiros necessários e demais pressupostos e elementos relevantes.

Nesta primeira fase, o processo de transferência de competências abrange 16 departamentos ministeriais, com destaque para as Finanças, Educação, Saúde, Construção e Obras Públicas, Pescas e do Mar, Agricultura e Florestas e Energia e Águas e todas as províncias, com excepção de Luanda e Cabinda.

Segundo um memorando do MAT a que OPAÍS teve acesso, os governos provinciais foram "oficiados para identificar competências a serem transferidas para os municípios, diagnosticar o quadro técnico disponível e excedentário para integrar o quadro de pessoal das administrações municipais.

De lembrar que a desconcentração e descentralização estão na linha das prioridades do Executivo, como fez questão de destacar o Presidente da República no seu último discurso sobre o Estado da Nação, proferido na abertura do ano parlamentar.

Na ocasião, o PR João Lourenço dizia que "foram aprovadas medidas com vista a uma maior intervenção dos governos provinciais e das administrações municipais na gestão dos problemas das comunidades".

A intenção é, aos poucos, reduzir a intervenção da Administração Central do Estado na vida das comunidades, abrindo um maior espaço de intervenção para a administração local.

João Lourenço prometeu que a partir de 2019 o Orçamento Geral do Estado começará a acompanhar esta dinâmica, devendo proceder-se "à transferência de mais recursos financeiros para os órgãos da Administração Local, de acordo com as novas competências atribuídas a estes na legislação recentemente aprovada". O Presidente da República anunciou no seu discurso que "estão já a ser mensalmente disponibilizados, de forma directa, a todos os municípios, valores para fazer face aos programas municipais, principalmente os relacionados com o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

A meta é que em 2020 se dê início ao processo de descentralização administrativa, criando as autarquias locais, não obstante ainda persistirem fortes divergências entre os diferentes actores quanto à forma de implementação, pelo que o Presidente recomendava uma ampla discussão para que finalmente fosse aprovada pela Assembleia Nacional a legislação apropriada.

5.26 A Participação dos munícipes

Jornal De Angola

30 De Outubro de 2018

Texto: Belarmino Jelembi (Director-geral da ADRA)

Em 1999 iniciou-se o Encontro das Comunidades (EC), que representa um espaço de participação, diálogo e negociação entre comunidades locais, (associações, cooperativas, grupos, instituições do poder tradicional) administração do Estado e outros actores identificados. O Encontro, que é apoiado desde a sua génese pela ADRA (organização não governamental angolana), ocorre anualmente e a três níveis, nomeadamente municipal, provincial e nacional. Com o presente texto procura-se apresentar a sua razão de ser, numa: altura em que se prevê para os dias 30 e 31 de Outubro, a realização, em Luanda, do Encontro Nacional das Comunidades, como o culminar de uma caminhada iniciada durante o mês de Agosto, em 25 municípios e cinco províncias, envolvendo mais de duas mil pessoas e cerca de 300 organizações de camponeses e agricultores.

Enquanto nos primeiros anos os EC incidia na relação entre as comunidades e a ADRA, que procurava ter a opinião das famílias sobre os projectos em implementação, hoje as lideranças comunitárias ganharam poder e elevaram os níveis de participação, fazendo com que o EC esteja centrado na relação entre as comunidades e as instituições do Estado, enquanto principais responsáveis pelas políticas públicas. O envolvimento das administrações locais, no caso dos encontros municipais, representa um sinal de apropriação do processo, o que é confirmado por um Administrador Municipal, quando diz que "os encontros são muito importantes, permitem concertação e resolução de problemas concretos nas aldeias".

A metodologia de discussão do EC obedece um primeiro momento de partilha de experiências locais, definidas conforme a relevância, e um segundo momento em que há apresentação, por parte de representantes do Estado, de programas públicos em execução. Nos últimos cinco anos as experiências mais destacadas foram relativas às caixas comunitárias de crédito; o diálogo entre as administrações municipais e as comunidades locais e o cooperativismo.

Quanto aos programas públicos, destacam-se o crédito agrícola; a descentralização; a educação e a saúde.

O EC, que pode ser chamado de news democratic spaces, procura simultaneamente ser espaço de

exercício da cidadania e de educação política, como também de monitoria do cumprimento dos compromissos feitos pelos governantes. Neste sentido, complementa algumas das funções do Conselho de Concertação Social CCS nos municípios e, com os devidos ajustamentos, pode concretizar ainda o preceito constitucional relativamente a um dos pilares do poder local, nomeadamente "Outras modalidades específicas de participação dos cidadãos" (CRA/2010, artigo 213.º, n.º 2).

Por fim, a constatação de que os mecanismos formais do Estado têm estado bastante limitados, a democracia formal incapaz de atender às necessidades concretas das populações, para países em situação pós conflito e em desenvolvimento, como é Angola, deve-se conhecer e entender as dinâmicas organizativas locais, promotoras do engajamento de grupos que, de outra forma estariam excluídos, para que sejam adoptadas medidas políticas no sentido de maximizar o seu potencial de contribuição para o desenvolvimento local.

5.27 Executivo quer reduzir tempo de resposta da Administração

Jornal De Angola

30 De Outubro de 2018

Texto: Adelina Inácio

Executivo pretende reduzir o tempo de resposta da administração pública às solicitações dos cidadãos, revelou ontem, em Luanda, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso.

O ministro de Estado, que falava na cerimónia de transferência de competências e atribuições de ministérios para os governos provinciais, disse que o objectivo é tomar mais ágil e eficaz a acção do Governo na resolução dos problemas do povo. Frederico Cardoso adiantou que, com essas transferências de competências e atribuições, o Executivo pretende uma governação de aproximação.

"Apelamos a que continuemos todos engajados na consolidação deste processo, de maneira a melhorarmos a capacidade do Executivo para materializar com eficiência e em tempo útil o seu programa de Governo no sentido de garantir a satisfação das necessidades e das expectativas de todos os angolanos", disse.

Frederico Cardoso pediu o empenho de todos para que os poderes transferidos sejam de facto verificados e que haja melhorias significativas na resolução dos problemas, na satisfação das

necessidades dos cidadãos e das famílias e das empresas, ajustando, para tal, o que for necessário às realidades específicas de cada território", disse.

Mudança de paradigma

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esclareceu que a ideia é mudar o actual paradigma de governação para valorizar cada vez mais os municípios e conferir autonomia local.

Adão de Almeida lembrou que o plano estratégico de implementação das autarquias locais define, para uma primeira fase, o reforço da desconcentração administrativa.

A ideia é que os municípios comecem já a ter mais competências e mais espaços de intervenção. Para o ministro' da Administração do Território, não basta atribuir competências, uma vez que o reforço da desconcentração administrativa necessita de uma particular atenção do homem.

"Reforçar e formar continuamente os quadros ao serviço da administração local, bem como criar condições para a sua atracção para os municípios são uma condição de base para o sucesso do projecto", sublinhou. O ministro reconheceu que nem todos os municípios terão a mesma dinâmica e condições para exercerem as competências transferidas. "A desconcentração e a descentralização são um processo", afirmou.

Adão de Almeida explicou que o processo de reforma na administração local visa "fazer do município o centro principal da prestação dos serviços públicos ao cidadão". O ministro anunciou que outras acções vão estar em Curso, com destaque para a uniformização, simplificação e desburocratização do procedimento da administração local.

Transferências

O primeiro sector a transferir as competências foi o da Saúde. A ministra Sílvia Lutukuta assinou os termos em que transfere para as 18 províncias uma série de competências, entre elas a de elaborar os planos operacionais anuais

provinciais e municipais. A ministra assinou ainda a transferência para os governos provinciais as competências de distribuir medicamentos, vacinas e meios médicos aos municípios e unidades sanitárias recebidos a nível central e I ou adquiridos localmente.

O Ministério da Educação transferiu competências para os governos provinciais dinamizarem a operacionalização de acções desta natureza.

O Ministério da Energia e Águas transferiu, entre outras competências e atribuições, a de construção e gestão de sistemas de abastecimento de água para o consumo humano sempre que não competir aos órgãos centrais e provinciais de acordo com os respectivos programas provinciais e municipais.

Reacções

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, considerou ontem, em Ndalatando, Cuanza - Norte, que o processo de transferência de competências do poder central para os governos provinciais e administrações municipais, iniciado ontem, "não passa de uma estratégia, concebida na linha das tradicionais e habituais fraudes, na busca antecipada de vantagens eleitorais."

O processo, segundo Isaiás Samakuva, é uma "medida de antecipação do partido que governa para colocar no terreno das futuras autarquias os seus candidatos."

Por seu lado, o secretário para a informação do MPLA, Paulo Pombolo, disse que o partido vai fazer o acompanhamento da transferência de competências para os órgãos locais através das suas estruturas intermédias e de base.

5.28 Governadores satisfeitos com processo de transferência

Jornal De Angola

30 De Outubro de 2018

Texto: Manuela Gomes

O governador provincial do Moxico, Gonçalves Muandumba, considerou que a descentralização de competências vai ajudar na resolução dos problemas das populações.

Em declarações à imprensa no final do acto formal de transferência e atribuição de competências aos governos provinciais, Gonçalves Muandumba disse ter ficado satisfeito com a cerimónia, que marca o primeiro passo à existência de mais poderes dos órgãos locais.

O governador da província mais a leste do país apontou as vantagens da transferência de competências dos órgãos centrais para os locais. "Sendo Moxico a maior província do país, esperar que os problemas dos municípios sejam resolvidos a partir de Luanda é complicado, tendo em conta a complexidade dos problemas", disse. Muandumba considerou o acto de ontem "um momento

histórico", no quadro do novo paradigma de governação.

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos, disse que, de agora em diante, tudo vai depender dos programas da província. O governador acredita que, com a desconcentração, Malanje poderá dar um grande avanço, principalmente no domínio do turismo, onde a província é uma grande potência.

"Com a transferência de competências, os angolanos, e não só, poderão investir na indústria turística", frisou Norberto dos Santos, que disse esperar que o Ministério da Agricultura passe também a competência de algumas questões do sector às províncias, para que o cultivo familiar seja melhorado.

O governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, também considerou um acto histórico o realizado ontem. "Pela primeira vez, nos 43 anos de existência do nosso país independente, testemunhamos a transferência das competências do Poder Central para o local", sublinhou. Para o governador Ernesto Muangala, este acto demonstra que o Executivo tem como principal preocupação a resolução dos problemas das populações, bem como demonstra também o novo paradigma de governação que é de maior proximidade. "Acreditamos que os próximos dias serão melhores e já servem de preparação para a implementação, pela primeira vez, do processo autárquico no nosso país", disse.

5.29 Isaiás Samakuva: “ transferência do poder indica fraude nas eleições autárquicas”

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2018

Texto: Norberto Sateco

Senhor presidente, como descreve o actual momento político que se vive em Angola?

Tenho estado a dizer que o momento é interessante e também empolgante. Porque parece que o país está a viver um momento de transição e de mudança. Nós vamos continuar a esperar para ver se as mudanças que parecem estar a acontecer são tendentes a salvar o MPLA ou então o país.

Como encara a luta contra a corrupção?

O combate à corrupção é algo que nós andávamos a reclamar há muito tempo. É bom que agora está a ser posto em prática e esperamos que não seja selectivo, mas que seja unipessoal. Nós estamos a ver pessoas

que, naturalmente, participaram em actos de corrupção que estão ilesas e nunca foram tocadas. Por isso, defendemos que o processo não devia ser selectivo.

Em termos de mudanças ainda persistem muitas dúvidas?

Temos muitas dúvidas sim. Por exemplo, o acto que mereceu uma cerimónia solene de transferência de poderes da administração central para administração local, parece-nos ser a expressão de uma estratégia tendente a adiantar candidatos para as autarquias nos municípios que passarão depois para as autarquias. Porque as competências a serem transferidas fazem parte das competências previstas no processo do gradualismo previsto na Constituição deviam ser passadas para aqueles que foram eleitos como autarcas. O MPLA já tem administradores nomeados aos quais dará estas competências, para além dos meios suficientes para se firmarem no terreno e começarem a fazer a sua campanha eleitoral. Os meios deviam ser entregues aos eleitos para fazer tarefas que os administradores municipais nunca conseguiram fazer por falta de meios.

Parece uma manobra antecipada para as autarquias?

Absolutamente. Querem ganhar vantagens no processo das autarquias antes de este ter começado. Se há possibilidade de fazer a desconcentração e dar os meios a um administrador que não foi eleito, porque então que não fazemos as autarquias agora?

Algumas vozes na Oposição defendem ser positiva a operação "transparência" contra a imigração ilegal. O senhor tem a mesma avaliação?

O momento é interessante e, este é um deles, porque a entrada destes estrangeiros em muitos casos foi denunciada por nós. Em épocas eleitorais, o Estado permitiu, pelo menos na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), que pessoas entrassem livremente pelas fronteiras, transportadas em camiões e receberam cartões de eleitores e bilhetes de identidade. A intenção era para votarem no MPLA e agora estão a ser retirados. Não é a primeira operação. Quando o MPLA quer aumentar o número de eleitores a seu favor traz do estrangeiro e depois no fim devolvem-nos. Entretanto, é bom que o país se liberte de pessoas que entram ilegalmente no país para se dedicarem à exploração ilegal de recursos, mas isso aconteceu sob o olhar indiferente do MPLA.

A par desta problemática, o Estado tem vindo a demonstrar vontade de pôr fim às Igrejas ilegais. Qual é a sua visão sobre esta matéria?

É empolgante. Temos de um lado a nossa Constituição que permite a liberdade de expressão e de religião e, por outro lado, temos efeitos perversos destas liberdades. Mais uma vez o partido no poder facilitou a criação de igrejas ilegais para facilitar o voto. Conheço um pastor que depois de lhe terem legalizado a sua igreja e apoiado com os seus fiéis aquele partido voltou para nós. Enquanto cidadão defendo que os angolanos devem procurar fazer coisas sérias. Têm de procurar ser mais sérios do que têm sido, se quisermos que o país se dignifique.

Que caminhos sugere para esta seriedade que perspectivas?

Temos de agir de forma séria. Mas se pensarem que, por estar no poder, devem usar manobras que ao longo do tempo criam problemas para o país, assim não vamos a lado nenhum.

Qual é o estado actual do "Galo Negro"?

Nós estamos unidos. Estamos a trabalhar para questões importantes. A Comissão Política vai reunir e agora para tratar de inovações no Congresso que, certamente, irá agigantar o nosso partido para termos resultados nas eleições autárquicas em 2020 e gerais em 2022.

Em alguns círculos políticos aventam a hipótese da estratégia da nova governação ter silenciado a UNITA.

As pessoas pensam que fazer oposição é só falar da corrupção. Como o Presidente da República está a falar de corrupção, a Oposição ficou esvaziada? Oposição é muito mais do que isso, existem muitas ideias das situações que o país atravessa e que podem ser bastante úteis para ajudar o próprio Governo a melhorar. A Oposição não está esvaziada pois as escolas continuam em mau estado

O que acha de um reposicionamento estratégico face ao contexto?

Não há reformas. Se o Governo adaptou as reclamações que a UNITA fazia, significa que estávamos num bom caminho. Tínhamos razão. Se afinal a UNITA é aquele que diz as coisas com antecedência e os outros só aceitam passadas décadas, afinal nós é que vemos melhor. Já no passado dizíamos que era preciso adoptar o multipartidarismo e o sistema democrático, foram precisos 16 anos de guerra para virem dizer que este é o melhor sistema. Tenho estado a dizer que devem copiar também na prática.

Expectativas do Congresso que irá decidir a liderança do partido?

Há novas ideias para resgatar o partido. O Congresso normalmente traz eleições e ali tudo acontece. Uns ficam de fora outros passam.

Caso seja vontade dos militantes ainda sonha continuar na liderança do partido?

Eu não perguntei aos militantes e não me interessa perguntar agora.

Espera continuar na liderança?

Eu já falei sobre isso diversas vezes, penso que já não é assunto.

5.30 MPLA considera histórico processo de descentralização administrativa

Jornal O PAÍS

31 De Outubro de 2018

O MPLA partido no poder, considerou ontem histórico o acto de transferência de atribuições e competências do poder central para o local, ocorrido na Segunda-feira, (29), em Luanda.

Em comunicado de imprensa divulgado ontem, o partido no poder sublinha que o mesmo veio concretizar uma das premissas do Executivo angolano, liderado pelo Presidente da República e do partido, João Lourenço, na procura de soluções mais eficazes para resolver os problemas dos cidadãos.

Acrescenta que a transferência de competências e atribuições dos departamentos ministeriais aos governos provinciais e, nos próximos dias, para as administrações municipais visa, fundamentalmente, potenciar os municípios em meios financeiros, materiais e humanos, para o exercício pleno das tarefas e equacionar as inúmeras dificuldades que o cidadão enfrenta.

Deste modo, o MPLA manifesta a sua total disponibilidade de continuar a apoiar as instituições competentes, na implementação de todas as medidas que perspectivam o desenvolvimento e encoraja o Executivo no prosseguimento dos seus objectivos, plasmados no Programa de Desenvolvimento Nacional, para o período 2018/2022.

Refere tratar -se de uma medida para consolidar o espírito de descentralização administrativa, como antecâmara para o surgimento das autarquias locais.

Com isso, o MPLA manifesta a sua convicção de que, nos próximos tempos, Angola vai registar uma mudança radical na forma de aplicação dos meios

financeiros que são atribuídos aos municípios, com a sua utilização em projectos de âmbito social, porquanto os administradores municipais vão ter facilidades na gestão das verbas, que permitam a melhoria das condições de vida das populações.

Executivo pede racionalização de recursos e redução da burocracia

No acto de início do processo, decorrido na sede do Governo da Província de Luanda, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, apelou à racionalização dos recursos disponíveis e à redução da burocracia, visando a realização das necessidades dos cidadãos, das famílias e das empresas.

Frederico Cardoso, que discursava na cerimónia de transferência de algumas competências de dez ministérios para os governos provinciais, declarou ser necessário reduzir o tempo de resposta da administração às solicitações dos cidadãos, encurtar os procedimentos administrativos e dispensar a papelada desnecessária. Valorizou a transferência de competências de ministérios para os governos provinciais, que segundo ele, deverá ser seguida pela transferência de recursos financeiros e materiais, bem como de recursos humanos e pelo contínuo acompanhamento da eficiência e eficácia no exercício das suas competências.

O ministro de Estado considera ser dever geral assegurar que a satisfação das necessidades dos cidadãos, das famílias e das empresas sejam satisfeitas, ajustando as estruturas das organizações.

Frederico Cardoso apelou ao engajamento na consolidação do processo de descentralização a bem dos trabalhadores, de modo a melhorar a eficiência e eficácia e o tempo útil, no sentido de satisfação das expectativas dos angolanos. Por seu turno, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, declarou que a primeira fase do plano estratégico para as autarquias locais define para a primeira etapa o reforço da desconcentração administrativa, de modo a que tenham mais competências locais. Adiantou que se pretende mudar o paradigma, excessivamente centralizado, para valorizar cada vez mais os municípios e construir a autonomia local, reduzindo o papel do governo central.

Falou da necessidade de formação de quadros para suprir as necessidades de desenvolvimento dos municípios, bem como criar condições para a atracção de pessoal para estas localidades.

Adão de Almeida considerou essencial que se continue a monitorar a implementação das responsabilidades passadas para os municípios, a fim de evitar quebras na qualidade de prestação de serviços aos cidadãos.

5.31 Os governos provinciais e a desconcentração

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2018

Está o Governo central a transferir competências para os governos provinciais, no âmbito da desconcentração administrativa, destinada a dotar as províncias de recursos financeiros para resolver, de forma autónoma, muitos problemas das populações, que precisam de ser solucionados com celeridade.

A desconcentração administrativa constitui um avanço no sentido de os governos provinciais e as administrações municipais poderem tomar decisões sobre uma série de assuntos nas suas/circunscrições e definir prioridades em função da realidade destas.

O Governo central, ao transferir competências (poderes) aos governos provinciais, está alinhado com o processo de preparação da implementação das autarquias locais, que, no âmbito da descentralização administrativa, vai permitir que os municípios venham a conhecer um grande desenvolvimento.

Costuma-se dizer que a vida começa no município, pelo que faz sentido que o Executivo esteja a transferir competências aos governos provinciais, libertando-se de tarefas que estes podem realizar com eficiência.

Quando o Executivo decide repartir competências pelos governos provinciais e administrações municipais fá-lo com a intenção de melhorar as condições devida das populações. Estar preocupado com o melhoramento das condições de vida das populações não é nenhuma fraude "na busca antecipada de vantagens eleitorais", como diz o presidente da UNITA, Isaiás Samakuva.

O Governo de Angola, democraticamente eleito, existe para resolver os problemas das pessoas. Um Governo que se preze tem de se preocupar permanentemente com os problemas das populações. Fica mal a um partido da oposição, que diz lutar pelo bem-estar das populações, opor-se à decisão do Executivo de enveredar por um sistema de organização administrativa que pode ajudar a resolver muitos dos nossos problemas.

Devíamos todos trabalhar para que o sistema de desconcentração administrativa tenha êxito, porque é capaz de superar problemas básicos. Trata-se de um sistema que vale a pena implementar no nosso país, tendo em conta que ele pode assegurar um aumento da eficiência dos serviços públicos.

Temos de estar atentos aos eventuais problemas que podem surgir neste processo de desconcentração administrativa, para que, à medida que formos avançando, possamos, se for caso disso, corrigir o que estiver mal. Não devemos é ficar parados a ver os problemas a agravar-se, quando podemos dar-lhes soluções rápidas e sustentáveis.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Candidatos do ano passado começam a receber as casas

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2018

Trabalhadores da função pública e de empresas públicas e privadas que se candidataram no ano passado à aquisição de residência numa das centralidades de Luanda começam a receber as casas 'este mês.

De acordo com uma fonte da Imogestín, este mês vão ser entregues 2.627 habitações na centralidade Zango 8000,336 na Urbanização Zango 0 e 338 na Urbanização do KM 44. Este mês, segundo a Imogestín, não estão previstas novas vendas de habitações na modalidade de venda ao público livre, por via do portal www.imocandidaturas.co.ao.

"A venda livre ao público, de um total de quatro mil habitações através do portal www.imocandidaturas.co.ao será realizada logo que estejam concluídas as infra-estruturas externas que condicionam a sua comercialização, nos diferentes projectos habitacionais localizados em Luanda", indica um comunicado da Imogestín.

A informação vem desmentir rumores postos a circular nas redes sociais, segundo os quais neste mês de Outubro iam ser realizadas novas vendas através do portal www.imocandidaturas.co.ao em diversos projectos habitacionais do Estado, sob gestão da Imogestín, na província de Luanda. A empresa garante anunciar o início da venda ao público livre através da comunicação social e das suas páginas nas redes sociais, com pelo menos 30 dias de antecedência.

A Imogestín já entregou 1.318, sendo 505 na Urbanização do KM 44 e 813 na Urbanização do Capari, todas vendidas no ano passado, através do portal de candidaturas, na modalidade de venda livre ao público.

A Imogestín colocou à disposição dos interessados os telefones 948505076 e 992608525, além do e-mail imocandidaturas@co.ao. Os escritórios localizados nas centralidades também se prestam esclarecimentos.

6.2 Falta de pagamento pode dar despejos de moradores

Jornal de Angola

5 De Setembro de 2018

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, alertou, ontem, em Luanda, os moradores das centralidades para o pagamento das rendas resolúveis, sob pena de serem despejados das moradias.

A ministra, que falava à comunicação social durante a cerimónia que deu início ao processo de distribuição, este mês de Outubro, de moradias a trabalhadores da Função Pública e de empresas públicas e privadas, seleccionados no ano passado, esclareceu que a entrega de casas é resultante das listas já existentes e em posse da Imogestín, a imobiliária faz a gestão dos projectos imobiliários do Estado.

A entrega de moradias vai ser feita no Zango 0, Zango 8000 e no KM44. Ana Paula de Carvalho pediu aos novos moradores das centralidades que conservem bem o património e reconheceu que "a capacidade de oferta é muito menor em relação à procura". "Nós vamos retirar aqueles que não cumprirem com os pagamentos, para dar possibilidade a quem o possa fazer", reiterou a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, que esteve ontem no Zango 0 e Zango 8000.

No Zango 8 000 vão ser entregues em Outubro apenas 2.600 moradias das 7.900 já existentes, a maioria das quais ainda sem condições de ser habitada. Ainda este ano, são concluídas as moradias do Zango 8000, uma condição para a continuidade do processo de comercialização de habitações.

O Zango 0 tem disponíveis cerca de 2.500 casas, mas, nesta primeira fase, vão ser vendidas 336 habitações.

O Zango 8.000, localizado junto a Calumbo, foi concebido para albergar 48 mil habitantes, que vão estar distribuídos por 26 blocos residenciais, com 1.480 moradias unifamiliares, 1300 geminadas e 5220 apartamentos de dois e três pisos.

6.3 Processo confuso na entrega de casas sem portas, nem janelas

Novo Jornal

5 De Setembro de 2018

Texto: António Paulo

Mais de 40 famílias desalojadas, na semana passada, na conhecida Ilha Seca, sita na comuna do Zango 4, estão a dormir ao relento há mais de oito dias por falta de habitação. O processo de transferência para a zona do projecto Kangamba, nos arredores, previa a deslocação de 126 famílias, porém, de acordo com os "excluídos", a Administração Municipal de Viana apenas abrigou 77 famílias.

A coordenadora dos moradores, Catarina João Francisco, fala em mau trabalho prestado pela administração comunal à qual apela a reposição da legalidade. Inseguros, na escuridão e sem água para beber, os antigos moradores da Ilha Seca apelam à boa-fé do Governo no sentido de concluir o processo de realojamento das populações, conferindo-lhes mais dignidade.

Portas, janelas, água, luz e o reassentamento das 40 famílias é o que pedem os antigos proprietários dos casebres de chapas que tinham sido erguidos nos passeios das estradas de algumas ruas do Zango 4, em Luanda.

A coordenadora dos moradores diz estar descontente com o facto de as casas não serem distribuídas a todos que constam da lista de controlo que possuía. São 126 famílias e o Governo apenas deu 77 casas. Ainda tenho 41 famílias sem moradias. Eles [o Governo] não fizeram o trabalho completo. Se eles [o Governo] chamassem todos da minha lista ninguém sobriaria", desabafou à reportagem do NJ a responsável dos moradores.

Oito dias depois do reassentamento, Catarina Francisco diz estar agastada com a exclusão de que os seus vizinhos estão a ser alvos, lamentando o incumprimento do Governo no que toca a distribuição de casas para todos e a melhoria das condições sociais. "Oito dias desde que cá estamos, a situação continua na mesma. Não temos água nem energia. As' casas continuam sem portas, nem janelas. Os que ficaram na rua continuam ali. A administração não está a cumprir o que disse. As casas não chegaram para todos. Agora estão a dar bué de volta", lamentou.

Ziana Ndongo, uma das excluídas, a número 125 da lista da coordenadora, conta que não se encontrava em casa no dia do desalojamento e que, mesmo estando o seu irmão a controlar a casa em que

habitava, a equipa de cadastramento não permitiu o registo da habitação, exigindo a presença da mesma, que teve de comparecer com urgência no dia seguinte, porém sem sucesso até ao momento.

"Estava num óbito na província.

Deixei o meu irmão a controlar a casa. A equipa que estava a trabalhar no terreno, liderada pelo administrador municipal adjunto, Fernando Binge, e o administrador comunal adjunto, o doutor Miguel, disseram que só registariam com a presença da dona da casa. Viram o documento que estava com o meu irmão e confirmaram o nosso grau de parentesco, mas ainda assim não quiseram saber. Disseram que tinha que ser a própria dona para confirmar. No dia seguinte, regresssei a Luanda, fomos à administração e lá disseram que eles é que viriam ter connosco, mas até a gora nada. Continuo na rua", lamentou.

Quem também ficou de fora do processo é o munícipe número 34 da lista, Domingos Baptista Jonaisse, que, na altura do desalojamento, se encontrava na província do Huambo, em tratamento médico. Eu estava No Huambo em tratamento e tive de vir a correr. Sai do Huambo às 19 horas de terça-feira e cheguei aqui em Luanda às 8 horas do dia seguinte. O senhor Binge disse: este é o jovem que estava no Huambo. Eu disse que sim e disseram-me para esperar, e desde quarta-feira não resolvem o meu problema", deplorou.

Outros moradores que também ficaram excluídos do reassentamento disseram que, no momento do cadastramento, a equipa da administração havia garantido que daria sequência do processo no dia seguinte, alegando que já se fazia tarde, porque já eram 18 horas. "Há moradores que foram cadastrados no próprio dia, mas não receberam as casas. A desculpa dada pela equipa foi de que aguardássemos o dia seguinte porque já estava tarde mas até hoje, quinta-feira, ninguém resolve o problema", reclamaram.

6.4 Coordenadora de moradores diz estar a ser acusada de vender casas

Novo Jornal

5 De Setembro de 2018

Texto: António Paulo

A coordenadora dos moradores diz estar a ser "atacada" pelos seus antigos vizinhos pelo facto de não serem beneficiadas com moradias. Catarina João Francisco diz que cooperou com a administração,

cedendo-lhes a lista completa dos beneficiários, porém, para o seu espanto, acusa-a de vender casas.

"Eu sou quero que o senhor Binge e a architecta Lizete me mostrem as 15 casas que eu recebi e que estou a vender. O quarto deles que me deram está aqui. Eu estou a zelar para que as pessoas que não receberam casas recebam as suas moradias. Esta é uma responsabilidade que tenho. Que venham acabar de atender estas pessoas que ficaram na rua. Eu tenho lista das pessoas que faltam e acabam com o processo. Não tenho nada a ver com os intrusos que eles [administração] estão a dizer que estão a vir no bairro", atirou a cidadã, que diz estar a ser vítima de ataques por parte dos seus vizinhos excluídos.

"Estou a ser atacada pelas pessoas lesadas porque a administração diz que eu vendi casas, afinal as pessoas vieram aqui e não constatarem nada disto. O mal está no trabalho da administração que não concluiu a lista dos beneficiários. Pediram -me as fotocópias dos moradores, e a minha lista composta de 126 pessoas. Entreguei à administração para resolver o problema, mas não aconteceu como esperava. Apenas entregaram as 77 casas. Eles devem vir terminar com o processo, porque no dia do realojamento disseram que já estava tarde e que dariam seguimento no dia seguinte e ficaram 41 pessoas sem casas, estas pessoas estão sempre a incomodar-me e, enquanto elas não receberem as suas casas não terei paz", queixou-se.

Outros moradores acusam mesmo a equipa da administração local de ter inserido nomes de pessoas que nunca foram moradores da zona, e suspeitam que isto está na base da não conclusão do processo que visa beneficiar única e exclusivamente os antigos moradores da Ilha Seca, alojados agora na zona do projecto Kangamba, no Zango 4.

6.5 Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares "Queremos as nossas casas"

Jornal à República
5 De Outubro de 2018

Na passada segunda-feira, 25 de Setembro deste ano, o Jornal A REPÚBLICA deslocou-se ao bairro KalaWenda, município do Cazenga, para apurar o estado em que se encontra o referido bairro, tendo constatado que existem muitas casas abandonadas pela população que aí vive, alegando questões que têm a ver com as chuvas que, diversas vezes, inundam muitas residências.

Entretanto, a nossa equipa de reportagem entrevistou Paixão Manuel, secretário do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, para além de outras cidadãos que antepuseram falar no anonimato, porém as mesmas asseveraram ao Jornal A REPÚBLICA que têm passado por imensas dificuldades.

Jornal AR: O que se passa de concreto?

PM: O Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda é um Centro que foi construído.

Por outro lado, os últimos sinistrados saíram do exposto centro em 2013, antes da visita encabeçada pelo actual Presidente da República, João Lourenço, nas vestes de deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, acompanhado pelo ex-administrador Fernando Galinha, orientaram as populações, por causa da enchente e da epidemia de cólera, a que quem tivesse possibilidade, arrendasse uma casa ou então, sair do centro e ficar em redor do mesmo, e, por outra, assim que o Estado tivesse possibilidade, iria ao encontro dessas pessoas, a fim de serem alojadas em locais melhores, porque estamos em risco constante.

Conforme o senhor jornalista pode ver aqui, só no Buraco do Tio Mingo, já morreram 3 crianças. Então, fomos escrevendo a várias entidades do Estado, uma vez que os últimos sinistrados foram retirados daqui em 2010, e no Campo da Poeira foram retirados em 2012, na presença do ex-governador de Luanda, Bento Bento.

Em 2011, nós aqui na base começamos a escrever, pelos órgãos do Estado. Pois, a epidemia da cólera estava a assolar o referido centro, o espaço também era bastante restrito para alojar todas as famílias, então, nós ficamos aqui ao redor (...) e alguns voltaram para as próprias casas, quando as águas se secaram. Mas quando saiu esse veredicto sobre a transferência dos que estavam fora das tendas, o administrador cessante não fez isso! E, até hoje, as casas encontram-se em sua posse.

Temos o documento 070, nós recorremos ao Zango, a pensar que as casas ainda não tinham sido cedidas, não tinham sido construídas, em contrapartida, disseram-nos que as casas já haviam sido construídas, deram-nos uma cópia do documento que é este, o 3012, e tem o despacho que diz: «de família que deu entrada no Programa Provincial de Habitação Social do Zango são 569, no dia 26 de Agosto de 2013». Deram essa indicação, podemos dizer que não é apenas uma escrita.

O programa escreveu também para o administrador, isto é, o Programa Provincial de Habitação Social ao Exmo. Sedo no município do Cazenga, por casualidade do sinistro ocorrido na província de Luanda, a 22 de Janeiro de 2007, este centro albergava populações sinistradas de 3 áreas, nomeadamente, dos bairros Doutor António Agostinho Neto, vulgo «BCA», do KalaWenda constavam as do Buraco da Gamek e do Tio Mingo. Esse Centro havia acolhido 778 famílias, das quais 203 foram realojadas, tendo restado 565 famílias por realojar.

Temos a narrar ao senhor jornalista que ao longo desses anos, fomos fazendo de marche perante as entidades do Estado, para que pudéssemos ver a nossa situação resolvida, porque nós aqui sofremos muito, principalmente em épocas chuvosas, não conseguimos dormir, pois quando chove passamos as noites ao relento, para controlar as enchentes na jurisdição, em cada um desses buracos. Nesse sentido, temos recorrido às entidades do Estado para que nos ajudem a resolver a nossa situação, de modo a que possamos sair daqui, porque a partir da data em que ocorreu o sinistro, nos tinha sido prometido no centro, pelos órgãos do Estado, que poderiam velar pela situação, começando pela administração municipal do Cazenga, o governo provincial e outras entidades do Estado, já apareceram aqui no nosso centro várias entidades, inclusive pessoas ligadas ao MINARS e nos prestavam assistência ajuda aos órgãos do Estado, escrevemos ao governo provincial, ao Comité Provincial do partido (MPLA), ao MINARS, à OMA, ao Ministério do Território, ao Ministério da Construção, a vários órgãos do Estado.

Fomos ouvidos pelo Comité Provincial do partido, que havia mandado uma nota, 368, ao governo provincial de Luanda, na altura, estava a interinar o ex-governador Graciano Domingos que assinou um documento encaminhado ao Programa Provincial da Habitação Social, no Zango, para que fosse observada e resolvida a situação das 565 famílias. Podemos aqui mostrar ao senhor jornalista, este documento foi aceite, tendo sido construídas casas que estiveram a cargo do Programa Provincial de Habitação Social no Zango. No dia 26 de Agosto de 2013, o Zango encaminha o ofício a administração municipal do Cazenga, no sentido de que fossem retirados os sinistrados do KalaWenda Infelizmente, por má-fé e desejo de um usurpador, isso não aconteceu!

O administrador Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso ficou com as 565 casas, mas reza o documento que ele havia recebido 569 casas, mais quatro, não sei para quem seriam essas quatro?! Mas o que reza para os sinistrados são 565 famílias

sobradas das 778 famílias que não foram alojadas, segundo a orientação deixada.

Habitação Social ao Exmo. Senhor administrador do município do Cazenga, Doutor Tany Narciso, com o conhecimento do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, que somos nós aqui, do qual sou o secretário, reza reclamações dos sinistrados: «acusamos a recepção do ofício número 3102, o anterior do gabinete do governador/2011 datado de 6 de Novembro de 2011, conforme o senhor jornalista pode observar este documento aqui». Diz o seguinte: «para o pronunciamento quanto ao tratamento até agora dado a essas famílias!» Se o programa não tivesse dado casa ao ex-administrador Tany Narciso, não lhe teria pedido contas! Como é que tratou essa família?

Como é que resolveu? Talvez o senhor jornalista esteja a duvidar de mim, temos um outro ofício em que o administrador Tany Narciso aproveita-se da inocência da entidade que lhe remete o documento. Ele sempre tentou mostrar-se que era mais inteligente do que outros dirigentes, ele ludibriava muitos dirigentes, enquanto exercia a função de administrador. Temos tantos documentos aqui que atestam o que eu estou a falar, ele usou muitas mentiras que os documentos contradizem, porém o caso já havia sido endereçado ao gabinete jurídico do governo provincial, mas tendo em conta o sistema, pois anteriormente ninguém podia acusar alguém que estivesse em exercício de função, então, até hoje, fomos andando lentamente. Recorremos com o nosso documento ao gabinete jurídico, escreveram para o Programa Provincial da Habitação Social, mas o mesmo programa deu a seguinte resposta: diz aqui «visto que não era do nosso domínio, solicitamos o parecer da administração municipal do Cazenga, órgão que tratou desses sinistrados para melhor esclarecimento», em resposta, a mesma mostrou ter pleno domínio do caso e qualquer dúvida relacionada ao assunto daria mais informações ...

Então, se o Programa Provincial da Habitação Social é que se responsabiliza pela construção de casas... deve esclarecer à administração, porque ele deu casas à administração e esta é que deve dizer a quem deu as casas, a ministrados, vou ler o conteúdo, ele, aproveitando-se de alguns governadores, por exemplo, no programa, numa das ocasiões, quando foi solicitado para dar algum esclarecimento, dizia: «acusamos a recepção do ofício 3102 do gabinete do governador/ 2011 datado de 6 de Novembro de 2011, remetemos à instituição que muito dignamente dirige, para o pronunciamento, quanto ao tratamento até agora dado a essas famílias». Aqui é o fecho do documento.

Contudo, ele aqui responde: «ao governo provincial de Luanda, o Programa Provincial da Habitação Social, vimos pelo presente acusar a recepção do ofício número 072». Uma ludibriação de mestre, já que o ofício aqui é 070, pois não é esse documento, já contradiz, mas indo em frente diz «atinente à reclamação dos sinistrados datado de 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não está caucionada pela administração municipal do Cazenga, e tendo a mesma dado já o devido tratamento a esse e outros casos ligados aos sinistrados das chuvas de 2007». Mentira! Por que é que eu digo que é mentira, tenho o documento aqui da secretária dele, da administração municipal do Cazenga, a Sua Excelência senhor administrador do Cazenga na dizer quem deu as casas, a nós sinistrados do KalaWenda não! O administrador não deu casas! O administrador deu à família dele, isso sim, eu estou a falar na qualidade de secretário, não fomos notificados no sentido de termos o conhecimento que as casas já tinham sido construídas e que poderiam retirar algumas pessoas. A partir de 2010, que foram retiradas as últimas pessoas daqui, de 2013 em diante, ninguém mais foi retirado daqui e não pode alegar que tirou. Desta fonte, as casas até hoje encontram-se em posse do administrador. Vários órgãos, como o gabinete jurídico, os governadores que dirigiram a província de Luanda, nomeadamente, o senhor Graciano, foram escrevendo para ele, assim como outros governadores, mas não dava a resposta, negligenciava a postura de muitos governadores. Tendo ludibriado, posso assim dizer, o ex-governador Higino Carneiro, com uma informação que contradiz toda a realidade, porque ele diz aqui, que não nos reconhecia como situação do administrador do Cazenga, na altura, a data aqui reza 20 de Novembro de 2014, quem é? É o Tany Narciso, munícipes em áreas de risco, Excelência, a administração municipal do Cazenga acusa a recepção da carta subscrita pela administração comunal do Tala-Hady, relacionada ao levantamento dos munícipes que vivem em áreas de risco no KalaWenda.

O senhor jornalista vê a mentira que o senhor Tany Narciso usou, uma vez que aqui data de 18 de Junho de 2014, ele ainda estava em exercício e o administrador comunal do Tala-Hady, onde nós pertencíamos, isto é, o KalaWenda, antes da divisão de distrito, já tinha esse nosso levantamento e se nós divisarmos, o levantamento tinha sido actualizado em 2011 e 2013, como é que ele dizia que não reconhecia esses sinistrados e as casas já se encontravam em sua posse.

Voltando à resposta em que ele ludibriou, passo o termo, mas é a realidade que ele fez com o ex-

governador Higino Carneiro, diz aqui: «quando no ponto 10, quando houver casas ou terrenos disponíveis, sou de opinião que sejam alojadas também as pessoas que constam do dossiê». Com as seguintes prioridades: «alojar as pessoas que viviam em tendas, mas por algum motivo se ausentaram na altura em que se procedeu o realojamento.

2- Realojar as pessoas que arrendaram casas ou foram para as casas de parentes; 3-realojar pessoas que viviam em áreas de risco. Então, se você não reconhece, como é que lhes vai realojar posteriormente?! Mas ele aproveitou mentir ao ex-governador de Luanda, Higino Carneiro, e ele aceitou essa mentira, não sei porquê? Não teve mais um espírito crítico, porque o governador em citação tinha toda a cópia do documento para poder contradizer tudo isso. Se formos ler todo esse conteúdo, mesmo o documento do próprio administrador contradiz-se, na realidade, nós já não estamos no centro nem nas tendas, mas estamos em casas arrendadas, alguns em casas de familiares e outros procuram paradeiros, nós temos tido uma reunião em cada mês, mas, às vezes, tem sido difícil localizar algumas pessoas, algumas vêm, outras não (...) o administrador Tany Narciso ficou com essas casas e nunca pensou nessas pessoas, mas já pensou até em usar ameaças.

Jornal AR: O que ele dizia?

PM: Ele prometia prender o senhor Paixão, numa das reuniões que ocorreu no dia 27 de Novembro de 2014, esteve lá o administrador comunal, o senhor Simão Ferreira Neto "Simone": o presidente do bairro e as famílias dos sinistrados, eu dizia que os documentos não estavam de acordo com o que ele estava aí a dizer, ele usava questões para quando houvesse casas, mas as casas já se encontram em sua posse, uma vez.

Esperamos que os órgãos do Estado trabalhem com as provas documentais que estão aqui e encontrem solução, a fim de que nos sejam cedidas as casas, nós só queremos as casas, que a justiça seja feita pelos órgãos do Estado, mas que o administrador nos dê as nossas casas, o administrador Tany Narciso não pode ficar com as 565 casas.

Jornal AR: Qual tem sido o posicionamento do senhor Tany Narciso, depois da exoneração do cargo de administrador do Cazenga. PM: Actualmente, já não procuramos o senhor Tany Narciso, porque das vezes que mantivemos contacto com ele, sempre nos ameaçava.

Jornal AR: Refere-se a que ameaça?

PM: Certamente, de prisão. Jornal AR: Alguma vez proferiu ameaça de morte? PM: Não, de morte não se falava, mas de prisão prometia sempre, porque ele até tem um ofício, ao invés de pedir para manter o contacto com a população aqui, informar os factos, ele pede que cada munícipe é que deve procurar as instituições do Estado individualmente, para poder dar o esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias.

Jornal AR: O senhor defende que a justiça seja feita?

PM: Sim, defendo que a justiça seja feita, mas o primado da justiça é a restituição das casas a quem é de direito, que seja resolvida essa situação, ainda que seja feita de uma outra forma, mas não dando casas e ele beneficiar-se delas, não é justiça para nós, porque a realidade é albergar as nossas famílias' estamos a viver muito mal e somos angolanos, temos os nossos direitos, que o Estado nos ajude neste sentido. Os netos estudam normalmente, mas na época das chuvas, são levados pelas costas, quando chove, no mesmo dia não conseguem sair, não vão à escola, águas, transportadas pela corrente.

Jornal AR: O que terá levado senhor Tany Narciso a agir desse modo?

PM: Não sabemos os motivos. Jornal AR: Já alguma vez prometeu resolver a situação? PM: Já, mas nunca resolve, nunca vimos nada, nós esperamos que essa situação seja resolvida, porque estamos cansados dessa vida. Nós queremos mesmo as nossas casas, no que estamos a viver mal.

Gostaria de acrescentar, em 2007, no controlo do pessoal dos sinistrados' a administração deu cartões aos sinistrados, mas em 2012, solicitou no Campo da Poeira que todos procedessem a entrega dos cartões dos sinistrados e a maior parte cedeu-os aos seus funcionários (administração), entregamos, pensando que era para a prioridade das casas. Afinal, era uma forma de prende-los para não terem provas de que eram sinistrados. Também temos um extracto do Jornal de Angola de 19 de Março de 2009, onde a administração do Cazenga passa a informação de que estava a construir casas para os sinistrados das chuvas nas comunas do Cazenga, do Hoji-Ya-Henda e Tala-Hady e que eram construídas com o fundo e gestão do município, estimado em 5 milhões de dólares, mas na realidade este dinheiro não foi investido nesta construção, porque aqui no KalaWenda, segundo o que conta aqui o Jornal de Angola, começa aqui atrás do ASA BRANCA até à Casa de Chapa, não há nenhuma área onde a administração, de 2009 até à presente data, tenha construído casas para os sinistrados das chuvas, que custariam esses valores de 5 milhões de dólares, porque não construiu nada.

Com certeza, não estamos a acusar, os documentos atestam isso, por isso é que negamos acusação, mas atestamos por via do documento na tentativa de ouvirmos a individualidade aludida. Quanto à versão dos acontecimentos, o Jornal A REPÚBLICA contactou na tarde de segunda-feira, 1 deste mês, o senhor Tany Narciso, pelo contacto telefónico: 925 06 70 90, porém, este, por sua vez, não atendia às chamadas.

Neste âmbito, optamos por enviar uma mensagem, via telemóvel, questionando-o sobre as acusações que lhe são feitas pelos sinistrados do KalaWenda, município do Cazenga, de ter desviado os cinco milhões de dólares que eram destinados à construção de casas no referido município, em 2009, e de se ter apropriado de mais de 500 casas. Sobre as acusações que pesam sobre si, Tany Narciso respondeu: quem acusa que as mesmas já tinham sido entregues no dia 26 de Agosto de 2013, e aquilo foi em 2014. Mesmo no Zango, os funcionários que trabalham na instituição, orientavam-nos a que fôssemos à administração, porque as casas já estavam em posse da mesma! E, de facto, os documentos certificam que as casas estão com ele, e o caso foi endereçado ao gabinete jurídico que pediu o pronunciamento de Tany Narciso que não conseguiu dar resposta em relação ao caso.

Jornal AR: O que querem que seja feito?

PM: Nós desejamos que os órgãos de justiça trabalhem, que sejam entregues as casas às pessoas de direito, que são os sinistrados, porque estamos a viver mal, em tempos chuvosos é uma calamidade aqui, as pessoas sofrem, não dormem em casa, basta ver o charco aqui ao redor, em todas as áreas em que passamos vê-se que a água atinge mais que 1 metro. Aqui não é um sítio próprio para as pessoas habitarem, pedimos aos órgãos do Estado, que nos ajudem nesse sentido, para resolver a nossa situação, já recorremos algumas entidades do Estado, escrevemos um ofício do qual ainda não obtivemos uma resposta, especificadamente, à Procuradoria-Geral da República, à Provedoria de Justiça e ao Departamento de Acção Penal da Procuradoria-Geral da República.

O esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias, cada uma, não sei como é que isso funciona, seria melhor unir todos eles e esclarecer de uma só vez, em conjunto. Olha, o ofício reza assim, é o anterior que diz aqui: «vimos pelo presente acusar o ofício número 072, da direcção do programa Provincial da Habitação Social GPL 2014, atinente à reclamação dos sinistrados, datados aos 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não caucionada pela administração

municipal do Cazenga, e tendo a mesma já dado o devido tratamento a esse e outros assuntos, casos ligados aos sinistrados da chuva de 2007, aconselhamos que o munícipe se dirija à respectiva administração comunal para ser melhor informado». O munícipe é singular, individualmente vai um a um, para poder ludibriá-lo, normalmente, quando se fosse assim, havia ameaças, por exemplo, há pessoas que estiveram comigo, quando ele proferiu essas ameaças.

Jornal AR: Quando é que isso aconteceu

PM: Isso foi a 27 de Novembro de 2014, numa das reuniões em que estive presente o administrador já antes mencionado, o senhor «Simone», Simão Ferreira Neto, e o Irlandês Pereira de Jesus (...) que é o presidente do bairro, também havia lá funcionários da administração e 13 sinistrados do nosso lado, um deles eu, na condição de secretário.

As vezes, as pessoas acordam, vamos à praça, os miúdos ficarem casa e lá na praça, de repente, começa a chover, o coração fica todo preocupado, com medo de que a parede caia e não vá encontrá-las, vivemos com suspeitas, queremos as casas, porque onde nós estamos, não estamos bem. Por exemplo, no tempo de cacimbo, estamos ainda normais, mas quando chega o tempo das chuvas, pronto! O coração fica intranquilo, a pessoa não consegue procurar o pão de cada dia para alimentar os filhos, uma vez que pensa muito, tudo em função da chuva. Aquela lagoa fica completamente cheia de água, nós é que vimos como é que as crianças morreram!

Os miúdos que vinham passar férias em casa do tio, infelizmente, acabaram por morrer, foram escavados com enxada, toda casa caiu sobre eles, mas mesmo tendo conhecimento disso, o senhor Tany Narciso não se dignou a resolver o nosso problema. Como é que nós vamos ficar? Estamos a viver mal, queremos as casas. Os outros foram e estão a dizer que já nos deram casas, se já nos deram casas vamos ficar em perigo! Não pode! Nós só queremos as casas, é só isso.

6.6 Centralidade do Cuito está habitada em 96 por cento

Jornal de Angola
22 De Outubro de 2018

A centralidade Horizonte do Cuito, na província do Bié, inaugurada há um ano com um total de 2.784 apartamentos, está já habitada em 96 por cento, afirmou ontem o seu administrador, Henrique Arsénio.

Apesar de inaugurada em 2017, os primeiros 172 apartamentos foram entregues ao Governo da província pela ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, em Março deste ano.

Em declarações ontem à imprensa, na cerimónia que marcou o primeiro aniversário da inauguração, Henrique Arsénio afirmou que está prevista a construção de mais seis mil residências. Na centralidade, falta ainda um velório, da esquadra definitiva da Polícia Nacional, acomodação digna da administração, entre outros.

A centralidade foi erguida no âmbito do programa "Meu Sonho, Minha Casa", uma parceria entre a Kora Angola e o Executivo.

O governador provincial do Bié, Pereira Alfredo, que esteve na cerimónia, pediu aos moradores atenção ao saneamento básico, higiene e preservação do ambiente, para tornar a centralidade mais limpa e verde, com reflexos positivos na saúde dos habitantes.

Para Pereira Alfredo, todo o beneficiário de moradia na centralidade deve sentir-se parte da sua gestão. Além de promover o acesso a uma habitação condigna, a centralidade foi projectada com a finalidade de dar corpo ao processo de urbanização da cidade do Andulo.

A centralidade dispõe de jardins-de-infância, centro de saúde com capacidade para 30 camas e uma escola do ensino secundário do I ciclo. O centro de saúde conta com consultórios destinados a consultas prenatais, ginecologia e pediatria, bem como de medicina geral. Possui também duas salas de observação com capacidade para cinco camas cada, uma sala de planeamento familiar e outra de aconselhamento.

À semelhança da centralidade do Cuito, a do Andulo tem também prédios de quatro pisos, bem como moradias de dois e um piso. A centralidade vai beneficiar cerca de mil famílias. Na imponente infraestrutura, que vai colmatar o défice habitacional da população, foi construído um sistema de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais, além dos da energia eléctrica e vias de acesso.

O município do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e mais de 250 mil habitantes.

6.7 BNA de Valter Filipe ilegalmente gastou 68,3 milhões de dólares com compra de casas

Novo Jornal

26 De Outubro de 2018

Texto: Ezequiel Sungo

O Banco Nacional de Angola (BNA) criou um Fundo Habitacional ilegal, em 2017, para a aquisição de residências para administradores e trabalhadores do banco no valor de 11,3 mil milhões de Kwanzas, correspondente a 68,3 milhões de dólares, denunciou o conselho de auditoria do BNA no relatório e parecer às demonstrações financeiras referente ao ano passado, publicadas esta segunda-feira.

A constituição do Fundo Habitacional ilegal do BNA esta referida na acta da 8.^a sessão extraordinária do Conselho de Administração do banco, realizada a 26 de Outubro de 2017, revelou o conselho de auditoria, sendo que, no dia seguinte, Valter Filipe, então governador do BNA, acabava por ser exonerado do cargo pelo Presidente da República, João Lourenço, constatou o Novo Jornal.

"Com esta operação o BNA passou a deter em activos o montante de 11.343.207 milhões de kwanzas [equivalente a 68,3 milhões USD ao câmbio do período] que a lei não lhe permite", descortinou o conselho de auditoria do BNA.

Consta, todavia, nos números 1 e 3 do artigo 82 da lei orgânica do BNA que o banco central pode constituir fundos de previdências ou quaisquer outros para beneficiar os seus trabalhadores, podendo adquirir ou construir imóveis. Contudo, o decreto Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro, define a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) como sendo o órgão que rege os Organismos de investimentos Colectivos (OIC), como, por exemplo, os fundos habitacionais. Sendo assim, o BNA não tem competência para conceber um fundo habitacional sem passar pela CMC, pois a criação do fundo "só poderia ser efectiva após aprovação pela CMC" dos seus documentos constitutivos", pormenorizou o conselho de auditoria.

De acordo com a opinião dos auditores, a tutela do Fundo Habitacional deixaria, assim, de ser do BNA e passaria para a referida CMC, sendo que, só após isso a Comissão gestora do fundo teria poderes para proceder ou não de acordo com os estatutos então aprovados.

Criação de fundo habitacional depende da CMC

O número 2 do artigo 12 do decreto Presidencial n.º 7/13 confirma que a CMC é o órgão que tem "competência para regulamentar todas as matérias relacionadas com a constituição e funcionamento dos Organismos de Investimentos Colectivos (OIC) necessária para a implementação do presente diploma", constatou o Novo Jornal.

Já o número 2 do artigo 22 do mesmo diploma confirma que "a constituição de ore depende de autorização prévia da CMC", mas Valter Filipe, à data dos factos governador do banco e o seu Conselho de Administração preferiram ignorar o que é orientado pelo decreto Presidencial n.º 7/13, disse um funcionário sénior do banco central.

Os auditores desvendam, também, que o fundo foi criado com base numa provisão por afectação de lucros a distribuir'. Uma vez que a distribuição dos resultados tem que ser aprovada pelo accionista Estado, "esta afectação é no mínimo atípica ferindo todas as regras e procedimentos universalmente aceites sobre esta matéria", classificaram.

"Consideramos, assim, que as decisões sobre o Fundo Habitacional tomadas na já mencionada 8.^a reunião extraordinária do conselho de administração, salvo melhor opinião, carecem de base legal, económica e financeira, tal como as comparticipações do Fundo Habitacional no financiamento das casas para as diversas categorias de trabalhadores, nomeadamente 80% para os membros do Conselho de Administração, 50% para os directores e subdirectores, 40% para os chefes de divisão e sector e 25% para os técnicos e outros, cujos critérios não foram divulgados", sentenciaram.

6.8 Cofre beneficia 170 associados com casa própria no Zango

Jornal O PAÍS

26 De Outubro de 2018

Texto: André Mussamo

Com a entrega das referidas residências no projecto Oásis do Zango III, a associação mutualista dos polícias eleva para 731 habitações já atribuídas, das cerca de 1.000 residências construída até ao momento.

O evento, a ser orientado pelo presidente da Mesa da Assembleia-geral, comissário-geral Paulo Gaspar de Almeida, contará com a presença de entidades convidadas, bem como de membros do Conselho Consultivo da Polícia Nacional.

A realização do referido acto insere-se no âmbito da estratégia da direcção do Cofre de Previdência dos polícias, de implementar acções que visem melhorar as condições de habitabilidade dos seus associados e famílias.

O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, ou simplesmente CPPPN, é uma associação mutualista de utilidade pública pertencente ao efectivo da Polícia Nacional criada a 23 de Dezembro de 1933, portanto, ainda no período colonial.

Tem como principal objectivo assegurar a protecção social especial e complementar dos associados e respectivas famílias, proporcionando-lhes os benefícios estatutários. Importa referir que os estatutos do CPPPN prevêem, como benefícios, modalidades para as quais os associados se habilitam como a pensão de reforma por velhice e ou invalidez e o subsídio por morte. Tem acesso a estes serviços todo o associado com as quotizações em dia. Para as demais modalidades, como a pensão de sobrevivência, de maternidade, de saúde e outras que eventualmente venham a ser adaptadas para efeitos de benefícios, todo o associado deve descontar um valor a ser determinado em função do cálculo a ser determinado ou dos custos inerentes.

Todos os benefícios acima referidos são concedidos aos associados (efectivos da Polícia Nacional) e aqui estão incluídos os trabalhadores civis, com as quotas em dia e em pleno gozo dos seus direitos.

Direcção minimiza críticas

À testa da instituição encontra-se há 13 anos, dois dos quais como chefe da comissão de gestão, o comissário Luís Alexandre, que, em entrevista exclusiva a OPAÍS, minimizou as críticas que lhe foram recentemente dirigidas por associados via órgãos de imprensa, considerando a mesmas "um paradoxo".

Interrogado sobre o assunto, o comissário Luís Alexandre defendeu-se dizendo que "é um paradoxo alguém contestado mas a ganhar de forma folgada os escrutínios". Para ele, o seu trabalho só pode ser entendido por aqueles que conhecem a realidade e seriedade do mesmo.

Afirmou que nesta condição só estão os associados, que, em pleitos justos e transparentes, têm preferido a sua continuidade. "Atenção que estamos a falar de órgão pertencente a uma instituição de prestígio e vertical, como é a Polícia Nacional. Os dados sobre o nosso trabalho são públicos, os nossos documentos oficiais fazem referência a isso e podem ser

consultados pelos interessados. Nas assembleias gerais ordinárias, realizadas ao longo desse período de mandatos, recebemos sempre feedback positivo", referiu.

O oficial comissário da Polícia Nacional justifica o crescimento da instituição que dirige como sendo consequência da "visão estratégica adoptada pela direcção, que resultou na redinamização do Cofre, como se impunha, o que permitiu identificar os principais eixos de gestão, como a inventariação do património, a massificação da adesão de associados, a identificação das principais necessidades dos associados e a criação de projectos virados para a sua satisfação".

Segundo explicou, quando assumiu os destinos da instituição a mesma tinha pouco menos de 17 funcionários, cerca de 9 mil associados e 53 pensionistas. Não tinha nenhum terreno, nem um bairro residencial, ou uma casa de passagem. No património imobiliário constavam três edifícios. Não tinham nenhum projecto habitacional realizado.

"Hoje possuímos mais de 100 funcionários, cerca de 120 mil associados, mais de 700 pensionistas, cerca de cinquenta terrenos nas diferentes províncias, cinco bairros residenciais, quatro casas de passagem, doze edifícios, etc."

Resultados financeiros

Luís Alexandre referiu que os activos do Cofre alcançaram a cifra de 77,72 mil milhões de Kwanzas em 2017, distantes dos 3,7 mil milhões de Kwanzas em 2006, quando chegou à gestão da instituição. Na sua óptica, foi a melhoria e a especialização dos serviços de atendimento, desde os cuidados de saúde a obtenção de casas e os empréstimos, que contribuem fortemente na melhoria das condições sociais do efectivo da Polícia Nacional, que fez a diferença.

Disse que os principais eixos estavam consubstanciados na reengenharia em termos de organização interna e massificação da adesão de novos sócios. Isso foi alcançado com o processo de cadastramento desenvolvido nos primeiros quatro anos de gestão. "Focamos as nossas atenções nos associados, olhando para aquilo que são as suas principais inquietações".

6.9 Qualidade da habitação em debate em Luanda

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2018

Texto: João Dias

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação organiza amanhã e quarta-feira, em Luanda, em parceria com a UN - Habitat, o Fórum Urbano Nacional, para colher contributos para a melhoria da qualidade da habitação nas zonas urbanas e rurais. Sob o lema "Nova Agenda e a Reforma do Estado", o evento, enquadrado no "Outubro Urbano", coincide coma comemoração do Dia Mundial das Cidades, que se celebra a 31 de Outubro.

Pretende-se igualmente colher contribuições sobre o que devem ser as cidades angolanas, a melhoria dos níveis de habitabilidade, mobilidade urbana, sustentabilidade, resiliência, bem como a gestão eficiente das centralidades.

Segundo a directora do Gabinete de Intercâmbio do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Pereira, o lema "Nova Agenda Urbana e a Reforma do Estado" foi escolhido tendo em conta o plano de governação, que prevê a descentralização gradual, com a implementação das autarquias. Ana Pereira disse que os temas a serem discutidos enquadram-se na realidade do país e o que precisa em termos de cidades.

O evento deve discutir temas como a "Importância do Planeamento Biofísico na Gestão Territorial", "Habitação Condigna Acessível para Todos", "A Terra como factor de inclusão social e económico no actual contexto político e administrativo de Angola", "Urbanizar para melhorar as condições de habitabilidade", bem como a "Experiência internacional implementando a Nova Agenda Urbana".

No fórum, que decorre no Memorial Agostinho Neto, são igualmente abordados temas como a "Profissionalização do sector imobiliário em Angola", "Gestão das Centralidades: desafios para as autarquias", "Habitações rurais e a auto-construção assistida", "As cidades horizontes como conceito inovador", bem como a "Habitação social nos municípios".

A chefe do Escritório da UN - Habitat em Angola, Ana Bragança, disse que o "Outubro Urbano" surge na sequência do fórum político de alto nível realizado em Nova Iorque, que assentou na revisão dos objectivos sustentáveis, que têm a ver com a construção de cidades resilientes e sustentáveis.

Ana Bragança disse que as cidades, com realce para as de Angola, devem ser construídas com base na equação da resiliência para fazer frente a eventuais situações de calamidade e alterações climáticas.

6.10 “Semana Outubro Urbano” prossegue com palestras no CCBA

Jornal O PAÍS

31 De Outubro de 2018

A oficina terá início às 14 horas e será apresentada pela brasileira Giselle Ferreira, enquanto a segunda palestra será ministrada pelo professor Osvaldo Silva da Universidade Católica de Angola, com arranque previsto para as 17 horas, ambas no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA).

A boneca Abayomi é feita somente com amarrações (nós) e tranças de um tecido de malha e adereços (roupas, turbante e acessórios) são feitos em pano africano. Os participantes aprenderão a confeccionar a boneca e serão orientados sobre as várias possibilidades de criação de peças comerciais a partir da sua feitura.

Já para a segunda conversa sobre "Luanda, cidade e literatura" vai versar sobre os espaços, assim como os indivíduos, sujeitos portadores de identidade, ou seja, daquilo que faz com que se reconheçam e sejam reconhecidos como iguais a si mesmos.

Desde o seu estabelecimento como capital da colónia até aos dias de hoje, com o surgimento das chamadas "novas centralidades", Luanda apresenta traços ambivalentes que dão forma a uma identidade espacial contraditória.

Neste sentido, a palestra procura mostrar, com base no livro Luanda, cidade e literatura (2008), de Tânia Macedo, como a capital angolana vem sendo escrita e reescrita pelo respectivo discurso literário através das múltiplas contradições que a percorrem.

Os moderadores

Giselle Ferreira é brasileira de São Luís do Maranhão, uma das capitais do Nordeste do Brasil. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão, profissão que exerceu por 12 anos, período em que trabalhou no SESC Maranhão coordenando o Sector de Turismo Social. Em 2015, mudou-se para Angola e trouxe a sua marca de produtos artesanais a Chita Mía, hoje conhecida por Banga Artesanato. Por sua vez, Osvaldo Silva é licenciado em Línguas e Literaturas Africanas pela Universidade Agostinho

Neto (UAN). Mestre e Doutorando em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador Auxiliar no Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola (CEA-UCAN).

Desenvolve pesquisa sobre os seguintes grandes temas: literatura e sociedade nos países de língua portuguesa, cultura juvenil, educação e exclusão social, relações de género e reprodução social.

6.11 Benguela é a primeira província com planos directores aprovados

Jornal O PAÍS

31 De Outubro de 2018

Texto: Domingos Bento

A província de Benguela é, até ao momento, a única que dispõe de dez planos directores municipais já aprovados localmente que, posteriormente, serão, no âmbito da Política Nacional de Ordenamento do Território, destinados para fins agrícolas, habitacionais, industriais e de uso misto, revelou ontem, em Luanda, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

Depois de serem aprovados localmente, os referidos planos encontram-se já sob alçada do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, enquanto órgão responsável pela aprovação central para a posterior publicação em Diário da República.

No entender da governante, para que se tenha um território ordenado é necessário, primeiramente, que se classifique os solos nacionais, pois só desta forma é que se consegue aferir e gizar as políticas no domínio agrícola, industrial e habitacional. "Gostaríamos de felicitar o governo provincial de Benguela por nos ter entregue dez planos directores municipais, já aprovados ao nível local, destacando-se, assim, como a primeira entre as 18 províncias", frisou.

A governante, que falava à margem do 5º Fórum Habitacional, fez saber que a reforma do Estado, em curso no país, que passa pelo processo de desconcentração e descentralização do aparelho governativo, só terá efeito se o ordenamento do território ser levado em conta. Tal como explicou, o crescimento demográfico nas cidades, influenciado por vários factores, acarretou problemas graves e específicos que apelam por soluções integradas, o que implica uma planificação e a criação de instrumentos de ordenamento. "É preciso reflectirmos que tipo de cidades pretendemos criar para o nosso país, tendo como linhas orientadoras os objectivos de

desenvolvimento sustentável da nova agenda urbana ao nível nacional e internacional", frisou.

Segundo Ana Paula de Carvalho, dentro da nova agenda urbana, da Política Nacional do Ordenamento do Território e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o Governo está a trabalhar de forma a encontrar os melhores caminhos e estratégias mais adequadas para proporcionar o acesso a urbanização inclusiva e sustentável aos cidadãos. Pretende-se, deste modo, reduzir, de forma significativa, o número de pessoas afectadas por calamidades, melhorar a qualidade e sustentabilidade ambiental e proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros e inclusivo.

Reafirmar modelos de governação

Por seu lado, o coordenador residente da Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola, Paolo Balladelli, disse que o nosso país precisa reafirmar modelos de governação que permitam descentralizar a tomada de decisões ao nível central para níveis locais e que identifiquem e construam, a partir de soluções harmoniosas e inovadoras, mecanismos para combater o crescimento desordenado das cidades.

Para o efeito, Paolo Balladelli sugere a implementação de acções que realizem um bom planeamento sobre o uso da terra que proponham soluções de inclusão social e a erradicação da pobreza, com o enfoque na sustentabilidade e resiliência das comunidades ao nível rural e para construir a rede urbana nacional.

Segundo ainda o coordenador residente das Nações Unidas, a reforma do Estado em Angola deve criar as necessárias autonomias para implementar as políticas económicas nas cidades, criar novas competências urbanísticas e permitir uma participação activa das comunidades na construção conjunta.

"O direito a habitação condigna faz parte da carta dos direitos humanos da ONU e também está incluída na constituição de Angola. Muitas das soluções habitacionais vão depender das oportunidades de investimento privado e da Agenda Urbana que permite o acesso a uma habitação segura, adequada e acessível", notou.

Sobre o fórum

O 5º Fórum Urbano, que decorre durante dois dias em Luanda, está a ser organizado pelo ministério do Ordenamento do Território e Habitação, e decorre sob o lema "A Nova Agenda Urbana e a Reforma do Estado", e servirá de oportunidade para renovar o debate sobre o caos habitacional no país.

7. TERRA

7.1 PR retira gestão de fazendas da antiga direcção

Novo Jornal

5 De Outubro de 2018

O Presidente da República, João Lourenço, alegou esta semana incumprimento do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), liderado até Janeiro do ano em curso por José Filomeno dos Santos, para retirar a concessão atribuída pelo antigo presidente, para a gestão de seis fazendas públicas.

Segundo à Lusa, a informação consta de um decreto assinado pelo residente da República, de 01 de Outubro, que resgata "a favor do Estado", e para posterior privatização em concurso público internacional aquelas fazendas.

A fonte avança que se trata de algumas das maiores fazendas do país, construídas com investimento público. São resgatadas a favor de Estado as fazendas do Longa (província do Kwando Kubango), cuja gestão estava entregue à sociedade Cakanduiwa, a de Camaíanga (Moxico), à Kadianga, a do Cuimba (Zaire), à Cakayama, a do Mangueti (Cunene), à Makunde, a de Camacupa (Bié), à Agri-Gakanguka e a de Sanza Pombo (Uíge).

No despacho, lê-se que foram observados os princípios e as normas estabelecidas no decreto de 2016 como as cláusulas, as obrigações requisitos cumulativos previstos nos contratos para a sua entrada em vigor, nomeadamente da detenção de capital social, de forma directa e indirecta pelo FSDEA, ou ainda o registo de todo o património em nome do Estado.

Saliente-se que as fazendas totalizam cerca de 70.000 hectares e concentram a produção em grãos de oleaginosos e arroz

7.2 Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares “Queremos as nossas casas”

Jornal à República

5 De Outubro de 2018

Na passada segunda-feira, 25 de Setembro deste ano, o Jornal A REPÚBLICA deslocou-se ao bairro KalaWenda, município do Cazenga, para apurar o estado em que se encontra o referido bairro, tendo

constatado que existem muitas casas abandonadas pela população que aí vive, alegando questões que têm a ver com as chuvas que, diversas vezes, inundam muitas residências.

Entretanto, a nossa equipa de reportagem entrevistou Paixão Manuel, secretário do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, para além de outras cidadãos que antepuseram falar no anonimato, porém as mesmas asseveraram ao Jornal A REPÚBLICA que têm passado por imensas dificuldades.

Jornal AR: O que se passa de concreto?

PM: O Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda é um Centro que foi construído.

Por outro lado, os últimos sinistrados saíram do exposto centro em 2013, antes da visita encabeçada pelo actual Presidente da República, João Lourenço, nas vestes de deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, acompanhado pelo ex-administrador Fernando Galinha, orientaram as populações, por causa da enchente e da epidemia de cólera, a que quem tivesse possibilidade, arrendasse uma casa ou então, sair do centro e ficar em redor do mesmo, e, por outra, assim que o Estado tivesse possibilidade, iria ao encontro dessas pessoas, a fim de serem alojadas em locais melhores, porque estamos em risco constante.

Conforme o senhor jornalista pode ver aqui, só no Buraco do Tio Mingo, já morreram 3 crianças. Então, fomos escrevendo a várias entidades do Estado, uma vez que os últimos sinistrados foram retirados daqui em 2010, e no Campo da Poeira foram retirados em 2012, na presença do ex-governador de Luanda, Bento Bento.

Em 2011, nós aqui na base começamos a escrever, pelos órgãos do Estado. Pois, a epidemia da cólera estava a assolar o referido centro, o espaço também era bastante restrito para alojar todas as famílias, então, nós ficamos aqui ao redor (...) e alguns voltaram para as próprias casas, quando as águas se secaram. Mas quando saiu esse veredicto sobre a transferência dos que estavam fora das tendas, o administrador cessante não fez isso! E, até hoje, as casas encontram-se em sua posse.

Temos o documento 070, nós recorremos ao Zango, a pensar que as casas ainda não tinham sido cedidas, não tinham sido construídas, em contrapartida, disseram-nos que as casas já haviam sido construídas, deram-nos uma cópia do documento que é este, o 3012, e tem o despacho que diz: «de família que deu entrada no Programa Provincial de Habitação Social do Zango são 569, no dia 26 de Agosto de 2013».

Deram essa indicação, podemos dizer que não é apenas uma escrita.

O programa escreveu também para o administrador, isto é, o Programa Provincial de Habitação Social ao Exmo. Sedo no município do Cazenga, por casualidade do sinistro ocorrido na província de Luanda, a 22 de Janeiro de 2007, este centro albergava populações sinistradas de 3 áreas, nomeadamente, dos bairros Doutor António Agostinho Neto, vulgo «BCA», do KalaWenda constavam as do Buraco da Gamek e do Tio Mingo. Esse Centro havia acolhido 778 famílias, das quais 203 foram realojadas, tendo restado 565 famílias por realojar.

Temos a narrar ao senhor jornalista que ao longo desses anos, fomos fazendo de marche perante as entidades do Estado, para que pudéssemos ver a nossa situação resolvida, porque nós aqui sofremos muito, principalmente em épocas chuvosas, não conseguimos dormir, pois quando chove passamos as noites ao relento, para controlar as enchentes na jurisdição, em cada um desses buracos. Nesse sentido, temos recorrido às entidades do Estado para que nos ajudem a resolver a nossa situação, de modo a que possamos sair daqui, porque a partir da data em que ocorreu o sinistro, nos tinha sido prometido no centro, pelos órgãos do Estado, que poderiam velar pela situação, começando pela administração municipal do Cazenga, o governo provincial e outras entidades do Estado, já apareceram aqui no nosso centro várias entidades, inclusive pessoas ligadas ao MINARS e nos prestavam assistência ajuda aos órgãos do Estado, escrevemos ao governo provincial, ao Comité Provincial do partido (MPLA), ao MINARS, à OMA, ao Ministério do Território, ao Ministério da Construção, a vários órgãos do Estado.

Fomos ouvidos pelo Comité Provincial do partido, que havia mandado uma nota, 368, ao governo provincial de Luanda, na altura, estava a interinar o ex-governador Graciano Domingos que assinou um documento encaminhado ao Programa Provincial da Habitação Social, no Zango, para que fosse observada e resolvida a situação das 565 famílias. Podemos aqui mostrar ao senhor jornalista, este documento foi aceite, tendo sido construídas casas que estiveram a cargo do Programa Provincial de Habitação Social no Zango. No dia 26 de Agosto de 2013, o Zango encaminha o ofício a administração municipal do Cazenga, no sentido de que fossem retirados os sinistrados do KalaWenda Infelizmente, por má-fé e desejo de um usurpador, isso não aconteceu!

O administrador Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso ficou com as 565 casas, mas reza

o documento que ele havia recebido 569 casas, mais quatro, não sei para quem seriam essas quatro?! Mas o que reza para os sinistrados são 565 famílias sobradas das 778 famílias que não foram alojadas, segundo a orientação deixada.

Habitação Social ao Exmo. Senhor administrador do município do Cazenga, Doutor Tany Narciso, com o conhecimento do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, que somos nós aqui, do qual sou o secretário, reza reclamações dos sinistrados: «acusamos a recepção do ofício número 3102, o anterior do gabinete do governador/2011 datado de 6 de Novembro de 2011, conforme o senhor jornalista pode observar este documento aqui». Diz o seguinte: «para o pronunciamento quanto ao tratamento até agora dado a essas famílias!» Se o programa não tivesse dado casa ao ex-administrador Tany Narciso, não lhe teria pedido contas! Como é que tratou essa família?

Como é que resolveu? Talvez o senhor jornalista esteja a duvidar de mim, temos um outro ofício em que o administrador Tany Narciso aproveita-se da inocência da entidade que lhe remete o documento. Ele sempre tentou mostrar-se que era mais inteligente do que outros dirigentes, ele ludibriava muitos dirigentes, enquanto exercia a função de administrador. Temos tantos documentos aqui que atestam o que eu estou a falar, ele usou muitas mentiras que os documentos contradizem, porém o caso já havia sido endereçado ao gabinete jurídico do governo provincial, mas tendo em conta o sistema, pois anteriormente ninguém podia acusar alguém que estivesse em exercício de função, então, até hoje, fomos andando lentamente. Recorremos com o nosso documento ao gabinete jurídico, escreveram para o Programa Provincial da Habitação Social, mas o mesmo programa deu a seguinte resposta: diz aqui «visto que não era do nosso domínio, solicitamos o parecer da administração municipal do Cazenga, órgão que tratou desses sinistrados para melhor esclarecimento», em resposta, a mesma mostrou ter pleno domínio do caso e qualquer dúvida relacionada ao assunto daria mais informações ...

Então, se o Programa Provincial da Habitação Social é que se responsabiliza pela construção de casas... deve esclarecer à administração, porque ele deu casas à administração e esta é que deve dizer a quem deu as casas, a ministrados, vou ler o conteúdo, ele, aproveitando-se de alguns governadores, por exemplo, no programa, numa das ocasiões, quando foi solicitado para dar algum esclarecimento, dizia: «acusamos a recepção do ofício 3102 do gabinete do governador/ 2011 datado de 6 de Novembro de 2011, remetemos à instituição que muito dignamente dirige, para o pronunciamento, quanto ao tratamento

até agora dado a essas famílias». Aqui é o fecho do documento.

Contudo, ele aqui responde: «ao governo provincial de Luanda, o Programa Provincial da Habitação Social, vimos pelo presente acusar a recepção do ofício número 072». Uma ludibriação de mestre, já que o ofício aqui é 070, pois não é esse documento, já contradiz, mas indo em frente diz «atinente à reclamação dos sinistrados datado de 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não está caucionada pela administração municipal do Cazenga, e tendo a mesma dado já o devido tratamento a esse e outros casos ligados aos sinistrados das chuvas de 2007». Mentira! Por que é que eu digo que é mentira, tenho o documento aqui da secretária dele, da administração municipal do Cazenga, a Sua Excelência senhor administrador do Cazenga na dizer quem deu as casas, a nós sinistrados do KalaWenda não! O administrador não deu casas! O administrador deu à família dele, isso sim, eu estou a falar na qualidade de secretário, não fomos notificados no sentido de termos o conhecimento que as casas já tinham sido construídas e que poderiam retirar algumas pessoas. A partir de 2010, que foram retiradas as últimas pessoas daqui, de 2013 em diante, ninguém mais foi retirado daqui e não pode alegar que tirou. Desta fonte, as casas até hoje encontram-se em posse do administrador. Vários órgãos, como o gabinete jurídico, os governadores que dirigiram a província de Luanda, nomeadamente, o senhor Graciano, foram escrevendo para ele, assim como outros governadores, mas não dava a resposta, negligenciava a postura de muitos governadores. Tendo ludibriado, posso assim dizer, o ex-governador Higino Carneiro, com uma informação que contradiz toda a realidade, porque ele diz aqui, que não nos reconhecia como situação do administrador do Cazenga, na altura, a data aqui reza 20 de Novembro de 2014, quem é? É o Tany Narciso, munícipes em áreas de risco, Excelência, a administração municipal do Cazenga acusa a recepção da carta subscrita pela administração comunal do Tala-Hady, relacionada ao levantamento dos munícipes que vivem em áreas de risco no KalaWenda.

O senhor jornalista vê a mentira que o senhor Tany Narciso usou, uma vez que aqui data de 18 de Junho de 2014, ele ainda estava em exercício e o administrador comunal do Tala-Hady, onde nós pertencíamos, isto é, o KalaWenda, antes da divisão de distrito, já tinha esse nosso levantamento e se nós divisarmos, o levantamento tinha sido actualizado em 2011 e 2013, como é que ele dizia que não reconhecia esses sinistrados e as casas já se encontravam em sua posse.

Voltando à resposta em que ele ludibriou, passo o termo, mas é a realidade que ele fez com o ex-governador Higino Carneiro, diz aqui: «quando no ponto 10, quando houver casas ou terrenos disponíveis, sou de opinião que sejam alojadas também as pessoas que constam do dossiê». Com as seguintes prioridades: «alojar as pessoas que viviam em tendas, mas por algum motivo se ausentaram na altura em que se procedeu o realojamento.

2- Realojar as pessoas que arrendaram casas ou foram para as casas de parentes; 3-realojar pessoas que viviam em áreas de risco. Então, se você não reconhece, como é que lhes vai realojar posteriormente?! Mas ele aproveitou mentir ao ex-governador de Luanda, Higino Carneiro, e ele aceitou essa mentira, não sei porquê? Não teve mais um espírito crítico, porque o governador em citação tinha toda a cópia do documento para poder contradizer tudo isso. Se formos ler todo esse conteúdo, mesmo o documento do próprio administrador contradiz-se, na realidade, nós já não estamos no centro nem nas tendas, mas estamos em casas arrendadas, alguns em casas de familiares e outros procuram paradeiros, nós temos tido uma reunião em cada mês, mas, às vezes, tem sido difícil localizar algumas pessoas, algumas vêm, outras não (...) o administrador Tany Narciso ficou com essas casas e nunca pensou nessas pessoas, mas já pensou até em usar ameaças.

Jornal AR: O que ele dizia?

PM: Ele prometia prender o senhor Paixão, numa das reuniões que ocorreu no dia 27 de Novembro de 2014, esteve lá o administrador comunal, o senhor Simão Ferreira Neto "Simone": o presidente do bairro e as famílias dos sinistrados, eu dizia que os documentos não estavam de acordo com o que ele estava aí a dizer, ele usava questões para quando houvesse casas, mas as casas já se encontram em sua posse, uma vez.

Esperamos que os órgãos do Estado trabalhem com as provas documentais que estão aqui e encontrem solução, a fim de que nos sejam cedidas as casas, nós só queremos as casas, que a justiça seja feita pelos órgãos do Estado, mas que o administrador nos dê as nossas casas, o administrador Tany Narciso não pode ficar com as 565 casas.

Jornal AR: Qual tem sido o posicionamento do senhor Tany Narciso, depois da exoneração do cargo de administrador do Cazenga. PM: Actualmente, já não procuramos o senhor Tany Narciso, porque das vezes que mantivemos contacto com ele, sempre nos ameaçava.

Jornal AR: Refere-se a que ameaça?

PM: Certamente, de prisão. Jornal AR: Alguma vez proferiu ameaça de morte? PM: Não, de morte não se falava, mas de prisão prometia sempre, porque ele até tem um ofício, ao invés de pedir para manter o contacto com a população aqui, informar os factos, ele pede que cada munícipe é que deve procurar as instituições do Estado individualmente, para poder dar o esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias.

Jornal AR: O senhor defende que a justiça seja feita?

PM: Sim, defendo que a justiça seja feita, mas o primado da justiça é a restituição das casas a quem é de direito, que seja resolvida essa situação, ainda que seja feita de uma outra forma, mas não dando casas e ele beneficiar-se delas, não é justiça para nós, porque a realidade é albergar as nossas famílias! estamos a viver muito mal e somos angolanos, temos os nossos direitos, que o Estado nos ajude neste sentido. Os netos estudam normalmente, mas na época das chuvas, são levados pelas costas, quando chove, no mesmo dia não conseguem sair, não vão à escola, águas, transportadas pela corrente.

Jornal AR: O que terá levado senhor Tany Narciso a agir desse modo?

PM: Não sabemos os motivos. Jornal AR: Já alguma vez prometeu resolver a situação? PM: Já, mas nunca resolve, nunca vimos nada, nós esperamos que essa situação seja resolvida, porque estamos cansados dessa vida. Nós queremos mesmo as nossas casas, no que estamos a viver mal.

Gostaria de acrescentar, em 2007, no controlo do pessoal dos sinistrados' a administração deu cartões aos sinistrados, mas em 2012, solicitou no Campo da Poeira que todos procedessem a entrega dos cartões dos sinistrados e a maior parte cedeu-os aos seus funcionários (administração), entregamos, pensando que era para a prioridade das casas. Afinal, era uma forma de prende-los para não terem provas de que eram sinistrados. Também temos um extracto do Jornal de Angola de 19 de Março de 2009, onde a administração do Cazenga passa a informação de que estava a construir casas para os sinistrados das chuvas nas comunas do Cazenga, do Hoji-Ya-Henda e Tala-Hady e que eram construídas com o fundo e gestão do município, estimado em 5 milhões de dólares, mas na realidade este dinheiro não foi investido nesta construção, porque aqui no KalaWenda, segundo o que conta aqui o Jornal de Angola, começa aqui atrás do ASA BRANCA até à Casa de Chapa, não há nenhuma área onde a administração, de 2009 até à presente data, tenha construído casas para os

sinistrados das chuvas, que custariam esses valores de 5 milhões de dólares, porque não construiu nada.

Com certeza, não estamos a acusar, os documentos atestam isso, por isso é que negamos acusação, mas atestamos por via do documento na tentativa de ouvirmos a individualidade aludida. Quanto à versão dos acontecimentos, o Jornal A REPÚBLICA contactou na tarde de segunda-feira, 1 deste mês, o senhor Tany Narciso, pelo contacto telefónico: 925 06 70 90, porém, este, por sua vez, não atendia às chamadas.

Neste âmbito, optamos por enviar uma mensagem, via telemóvel, questionando-o sobre as acusações que lhe são feitas pelos sinistrados do KalaWenda, município do Cazenga, de ter desviado os cinco milhões de dólares que eram destinados à construção de casas no referido município, em 2009, e de se ter apropriado de mais de 500 casas. Sobre as acusações que pesam sobre si, Tany Narciso respondeu: quem acusa que as mesmas já tinham sido entregues no dia 26 de Agosto de 2013, e aquilo foi em 2014. Mesmo no Zango, os funcionários que trabalham na instituição, orientavam-nos a que fôssemos à administração, porque as casas já estavam em posse da mesma! E, de facto, os documentos certificam que as casas estão com ele, e o caso foi endereçado ao gabinete jurídico que pediu o pronunciamento de Tany Narciso que não conseguiu dar resposta em relação ao caso.

Jornal AR: O que querem que seja feito?

PM: Nós desejamos que os órgãos de justiça trabalhem, que sejam entregues as casas às pessoas de direito, que são os sinistrados, porque estamos a viver mal, em tempos chuvosos é uma calamidade aqui, as pessoas sofrem, não dormem em casa, basta ver o charco aqui ao redor, em todas as áreas em que passamos vê-se que a água atinge mais que 1 metro. Aqui não é um sítio próprio para as pessoas habitarem, pedimos aos órgãos do Estado, que nos ajudem nesse sentido, para resolver a nossa situação, já recorremos algumas entidades do Estado, escrevemos um ofício do qual ainda não obtivemos uma resposta, especificadamente, à Procuradoria-Geral da República, à Provedoria de Justiça e ao Departamento de Acção Penal da Procuradoria-Geral da República.

O esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias, cada uma, não sei como é que isso funciona, seria melhor unir todos eles e esclarecer de uma só vez, em conjunto. Olha, o ofício reza assim, é o anterior que diz aqui: «vimos pelo presente acusar o ofício número 072, da direcção do programa Provincial da Habitação Social GPL 2014,

atinentes à reclamação dos sinistrados, datados aos 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não caucionada pela administração municipal do Cazenga, e tendo a mesma já dado o devido tratamento a esse e outros assuntos, casos ligados aos sinistrados da chuva de 2007, aconselhamos que o município se dirija à respectiva administração comunal para ser melhor informado». O município é singular, individualmente vai um a um, para poder ludibriá-lo, normalmente, quando se fosse assim, havia ameaças, por exemplo, há pessoas que estiveram comigo, quando ele proferiu essas ameaças.

Jornal AR: Quando é que isso aconteceu

PM: Isso foi a 27 de Novembro de 2014, numa das reuniões em que estive presente o administrador já antes mencionado, o senhor «Simone», Simão Ferreira Neto, e o Irlandês Pereira de Jesus (...) que é o presidente do bairro, também havia lá funcionários da administração e 13 sinistrados do nosso lado, um deles eu, na condição de secretário.

As vezes, as pessoas acordam, vamos à praça, os miúdos ficam casa e lá na praça, de repente, começa a chover, o coração fica todo preocupado, com medo de que a parede caia e não vá encontrá-las, vivemos com suspeitas, queremos as casas, porque onde nós estamos, não estamos bem. Por exemplo, no tempo de cacimbo, estamos ainda normais, mas quando chega o tempo das chuvas, pronto! O coração fica inquieto, a pessoa não consegue procurar o pão de cada dia para alimentar os filhos, uma vez que pensa muito, tudo em função da chuva. Aquela lagoa fica completamente cheia de água, nós é que vimos como é que as crianças morreram!

Os miúdos que vinham passar férias em casa do tio, infelizmente, acabaram por morrer, foram escavados com enxada, toda casa caiu sobre eles, mas mesmo tendo conhecimento disso, o senhor Tany Narciso não se dignou a resolver o nosso problema. Como é que nós vamos ficar? Estamos a viver mal, queremos as casas. Os outros foram e estão a dizer que já nos deram casas, se já nos deram casas vamos ficar em perigo! Não pode! Nós só queremos as casas, é só isso.

7.3 Lei de terra explica em línguas nacionais

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2018

Texto: Domingos Mucuta

A Lei de Terras tem sido traduzida e explicada em línguas nacionais umbundo e nhaneka-humbe, para

facilitar a compreensão e promover os direitos fundiários dos cidadãos das comunidades rurais da província da Huíla, revelou, ontem, no Lubango, o director da organização não governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), antena Huíla e Cunene.

Simione Chiculo disse ao Jornal de Angola, à margem do XIX encontro provincial das comunidades, que a tradução e a explicação da lei são feitas numa perspectiva informativa e não jurídica, para que os cidadãos das zonas rurais tenham noção da sua existência e possam defender os seus direitos.

Sublinhou a divulgação das legislações de impacto para a vida das comunidades, que abrangem o pacote legislativo autárquico, a Lei do Associativismo e Cooperativismo e o folheto sobre delimitação de terras participativas comunitárias.

Simione Chiculo acrescentou que o trabalho de tradução e explicação nas línguas nacionais umbundo e nhaneka-humbe, que tem como objectivo facilitar a compreensão dos direitos fundiários, acontece em sessões promovidas regularmente pela ADRA nas comunidades

O director da ONG, fundada pelo agrónomo Fernando Pacheco, disse que, apesar de a Lei de 9/04 de 9 de Novembro ter 14 anos de existência, muitos cidadãos, sobretudo das comunidades de zonas rurais, desconhecem os artigos e o espírito da letra.

Simione Chiculo revelou que a organização desenvolve nas províncias da Huíla e do Cunene acções nos domínios da segurança alimentar e nutricional, agricultura, advocacia cívica e promoção do registo de nascimento, entre outras, visando o bem-estar das comunidades.

Na componente agrícola e pecuária, a organização capacita os camponeses para a melhoria das suas actividades' bem como apoia a construção de infra-estruturas de armazenamento de água, nas localidades de Tunda, Ehongo e Ngueia dos Gambos, em benefício de mais de três mil famílias.

A assistência técnica em termos de fitossanidade para combate às pragas nas culturas, acesso às alfaias agrícolas e apoio à legalização da terra, treinamento sobre

o comando da sementeira, a dosagem da adubação e a composição dos fármacos são outras acções em curso. Apoio à comunidade san A organização apoia 147 famílias Khoisan, em comunidades do Derrupa e Mupembati, no município do Quipungo, e Hupa, na Cacula, província da Huíla. A intervenção acontece

em parceria com a Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (Ocadec).

O apoio consiste no acesso, legalização e delimitação de terras, à luz do projecto de segurança alimentar e nutricional, como forma de estimular a produção agrícola e a fixação da comunidade sano

As acções têm o apoio institucional da administração municipal e do Governo da Província da Huíla, organismos do Estado interessados na inserção da comunidade san no processo produtivo e social.

"A comunidade san num passado recente era nómada, vivia da caça e da recollecção de fruto silvestres. Ao ser sedentarizada, precisa de uma acção produtiva que possa sustentar estas famílias", disse o director da ADRA.

Revelou que, no município do Quipungo, mais de 130 crianças tiveram o primeiro registo de nascimento, à luz do projecto integrado. Acrescentou que, no âmbito da iniciativa Kumosi, mais de 100 adultos obtiveram o primeiro Bilhete de Identidade, em parceria com a Direcção da Identificação da Huíla.

O XIX encontro provincial das comunidades, promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), antena Huíla e Cunene, recomendou a continuidade, em mais municípios, do processo de delimitação participativa de terras comunitárias, por parte das instituições do Estado. Os participantes recomendaram à ADRA para manter as sessões de capacitação sobre a metodologia de delimitação participativa de terras comunitárias, abrangendo a província do Cunene, bem como aulas de alfabetização nas comunidades.

7.4 Administrador desmente expropriação de terras agrícolas na Quibala

Jornal O PAÍS

12 De Setembro de 2018

Texto: Ireneu Mujoco

O advogado fez estas declarações a PAÍS, em Luanda, à margem de um encontro com um grupo de camponeses da comuna de Cariango, município da Quibala (Cuanza-Sul), que o constituíram causídico num diferendo que os opõe a um empresário identificado por Victor Manuel Ventura Nunes.

Victor Nunes, segundo a fonte, é apontado pelos camponeses como tendo expropriado vastas extensões de terras aráveis a famílias camponesas das

aldeias de Mbanza- Bamba, Lubambae Mutike, que distam a 45 quilómetros da sede municipal da Quibala.

Estas terras foram expropriadas à força e vendidas supostamente a um conhecido bancário angolano, que é também natural do Cuanza-Sul, onde detém vários negócios no ramo agro-pecuário e hoteleiro.

Vendas entre Janeiro de 2014 e Agosto de 2018, baseando-se nas declarações da fonte deste jornal, os camponeses lançaram um grito de socorro às autoridades locais para resolver o assunto, mas sem sucesso.

Com a alegada expropriação destas terras, segundo Zola Bambi, os seus antigos proprietários estão a passar por inúmeras dificuldades para cultivar, situação que está a provocar fome no seio das famílias.

O advogado, que é presidente do Observatório para a Coesão Social e Justiça(OCSJ), uma organização da sociedade civil que zela pela defesa dos direitos fundamentais e humanos, promete levar o caso à justiça.

Rios e lagoas "privatizados"

As declarações do advogado Zola Bambi cruzam com as do camponês Luís Kiteculo Cassoma, 51 anos, residente na aldeia de Mbanza-Bamba, que revelou que, para além das terras, foram também "privatizados" rios e quatro lagoas piscatórias.

Trata-se dos rios Dengueje, Canhoca, Catete e Muengaje que serviam também para acarretar água para consumo, lavar roupa, pescar e para outros fins.

Para o consumo do precioso líquido, segundo Luís Kiteculo, as populações recorrem aos riachos e às cacimbas cavadas atrás das residências, uma prática que considerou descomunal nas vidas destas comunidades.

"Desde o tempo colonial nunca vimos uma coisa igual. O colono escravizava, mas deixava as pessoas trabalhar à vontade para o seu auto-sustento", desabafou Kiteculo.

Revelou que já sofreu sevícias por denunciar publicamente a forma como as terras estavam a ser expropriadas aos seus legítimos proprietários, a favor dos novos donos.

Administrador desmente

Este jornal contactou o administrador municipal da Quibala, Isaiás Bumba Luciano, que explicou ter

conhecimento da presença do advogado ZolaBambi naquele município, mas desconhece se esteve lá para resolver um suposto conflito de terras entre camponeses e empresários.

"Depois que saiu da comuna do Cariango já não passou por nós, enquanto Administração local do Estado, e não nos apresentou nenhum relatório a este respeito, e só agora estou a tomar conhecimento deste assunto", disse o responsável. Informou ter conhecimento da transacção legal de terrenos entre o empresário Victor Nunes e o bancário em causa, comprados a camponeses dessas comunidades, mas desconhece a existência de conflitos de terras com estes camponeses.

"O que mais temos aqui no município da Quibala é terra para cultivar. Nenhum cidadão pode queixar-se da falta de terra para produzir", sublinhou Isaías Luciano. Desmentiu a "privatização" de rios e lagoas na circunscrição que dirige, e desafiou os denunciante a mostrarem provas, ao mesmo tempo que chama a atenção sobre denúncias sem fundamento.

7.5 Documentos do ano de 1800 deixam várias famílias ao relento

Jornal Liberdade

12 De Outubro de 2018

Texto: Pedro Lnega-Lenga

O grito de alerta foi lançado pelo mais velho Domingos Manuel Neto, porta-voz dos reclamantes, revelando que os supostos netos do antigo deputado do MPLA da primeira legislatura, Pascoal Pedro da Gama, «apareceram pela primeira vez em Julho na nossa aldeia do Tari, acompanhado pelo administrador do distrito urbano de Catete, Adão Azevedo Domingos, e nos disseram que estas terras são propriedade da família Gama, Apresentaram-nos um documento de 1800, dizendo que foram os nossos avós quem lhes vendeu naquela época, E isto tudo é uma autêntica mentira. Mas, desde Julho até este mês não temos tido sono, praticamente já estamos ao relento, porque só falta virem demolirem as nossas casas», lamenta.

O ancião referiu que, «um documento de dois séculos, nem os nossos pais estavam ainda nascidos, como é possível conservar em este papel? E está bem novo, isto cheira nos a burla, que é encabeçado pelo administrador Adão Domingos. E em função da exigência o administrador nos deu vinte e quatro horas para abandonarmos o bairro e caso não acontecer vai demolir. Mas nós estamos na zona e brevemente vamos apre" sentar uma queixa crime

contra o administrador e estes usurpadores e vamos falar com o David Mendes para nos acudir. O colono português não passava declaração de compra de terrenos, e as terras pertenciam a eles. O bairro do Tari já existe desde a era colonial, e nunca estes vieram reclamar, só agora, porquê», questionou-se. Domingos Neto, lembrou que «a família Gama é proveniente de Banza Bomba, que hoje é a nova vila de Kaxicane, e se instalaram no Tari para viverem devido aos problemas de litígios familiares, e aqui foram bem acolhidos. Antes de cá virem foram parar na aldeia de Domingos João e lhes cederam a zona da linha férrea. Permaneceram pouco tempo, devido a seca e pediram aos nossos avós que lhes cedessem um espaço para construírem as suas casas e um local para cultivarem e foram encaminhados para a parte sul do Tari», elucidou.

Madalena Avelino, outra moradora, que desde que surgiu o problema não apanha sono, na era colonial, refere que os seus avós contaram que não se vendia terreno apenas davam. «A família Gama só se lembrou agora que compraram esta zona, há muitos anos andavam aonde? Agora surgem com documentos de compra e venda que é urna autentica falsidade. Os terrenos da parte norte se encontram vendidos e estão nas mãos dos governantes oportunistas que não conseguem nos tirar da pobreza e da seca. Somos um povo que pratica actividade agrícola e já não temos espaços para cultivarmos. Esta família sustenta que compraram o terreno nas mãos dos nossos avós, isto não constitui verdade, e isto cheira a burla, é necessário que a Procuradoria-Geral da República investigue estes bandidos de terrenos que andam a solta em Catete e são protegidos pelos administradores», alerta. Avança dizendo que, «com a orientação do administrador Adão Azevedo Domingos, a família Gama, nos últimos tempos, tem surgido nas nossas casas a persuadir as pessoas que devem aceitar abandonar as casas para receberem um bom dinheiro já existe um empresário que quer comprar. Impedem que as pessoas efetuem qualquer cultivo, assim como têm destruído as hortas. Estamos determinados em não aceitar esta sujeira. E estas terras nunca pertenceram à família Gama», disse Madalena Avelino.

«Após o período da independência, a família Gama abandonou as suas residências e as suas lavras que lhes foram cedidas, não vendidas, e foram parar Luanda. Nós criamos uma comissão e fomos ter com o administrador municipal Noivito Agostinho Pedro que nos perguntou se já estivemos com o seu colega de Catete. E respondemos que sim. Mas o administrador nos disse que o pastor Gama estava no seu gabinete e lhe esclareceu que as terras do Tari lhe pertence», disse o porta-voz.

Por sua vez Pedro Vaz tem muitas dúvidas de que nesta acção tenha as mãos do pastor reformado Pascoal Pedro da Gama, «pela idade que tem não aceita que o seu bom nome caia na lama, por causa de terrenos que não lhe pertencem. Se fosse proprietário destas terras, quando foi deputado do MPLA nos anos noventa, deveria reclamar. Veio muitas vezes no Tari visitar um seu irmão, e nunca falaram nada disto. Agora, estes fedelhos, aparecem aproveitando-se do seu nome para fazerem negócio com a administração», disse.

Referiu que «nesta pouca vergonha, nunca apareceu nenhum dos filhos do pastar Gama que nós todos conhecemos. Mas apareceram dois supostos netos que nós não conhecemos.

Os seus nomes levam o apelido da família, mas como existe muitos Gama, tanto em Icolo e Bengo, Malange e até no Uíge. O Carlos Clemente da Gama, conhecido por Carlitos e o Adriano Manuel da Gama, que aqui apareceram a ameaçar-nos em companhia do administrador de Catete», acusa.

Domingos Manuel Neto diz que, o administrador municipal tem-lhes dito que existe um projecto do Estado na zona do Tari, mas não lhes explicou qual será o ramo da actividade, mas vai ocupar o espaço que «sai das vinte casas até no espaço do falecido médico Victor Nogueira», disse.

O Jornal Liberdade contactou, um dos familiares próximos do pastor reformado Pascoal Pedro da Gama, que respondeu que ele nunca teve interesse na zona do Tari. «Estão a usar o seu bom nome para fazerem sacanagem. Os ofendidos devem apresentar queixa aos órgãos de polícia de investigação criminal. Os seus filhos não estão metidos nestas práticas e, se são netos, estão a agir sem o conhecimento da família», disse a fonte que não aceitou ser identificada.

NOIVITO AGOSTINHO PEDRO DESTRATA JORNALISTA

A Lei de Imprensa obriga que os profissionais da comunicação social devem proceder ao contraditório. Contactamos por telefone no passado dia 24 de Setembro, por volta das 16 horas, o administrador municipal de Icolo e Bengo, Noivito Agostinho Pedro, que respondeu não ter «conhecimento deste assunto, e não posso falar de uma matéria que não tenho domínio», disse o administrador e desligou o telefone.

Passado alguns minutos, voltou a ligar dizendo que, já tinha domínio da matéria, e que estava na alçada do

administrador do distrito de Catete Adão Azevedo Domingos e que ainda não chegara no seu gabinete.

Pedimos ao administrador Noivito Pedro que nos facilitasse o contacto do seu subordinado e começou a despejar o seu ódio contra os jornalistas, dizendo que «não posso dar o número de telefone sem autorização do Adão de Azevedo Domingos», lhe explicamos, o nosso interesse em ouvir todas as partes envolvidas no desalojamento dos camponeses do Tari e respondeu: «eu não conheço o Senhor para lhe dar o contacto, telefone é pessoal, e por isso não posso dar. Pode ser que o Senhor esteja a pedir para lhe fazer chantagem, porque existe muita gente a ligarem para as pessoas a fazerem estas práticas», assegurou. Voltamos a esclarecer-lhe que o nosso objectivo é simplesmente para explicar aos nossos leitores quem é o detentor da verdade.

O administrador, com esta sua posição, nos mostrou ser um servidor pouco informado e os números' de pessoas que ocupam cargos públicos podem ser partilhados, sobretudo quando se trata de indivíduos ligados a comunicação social e bem identificados.

O QUE É A LEI DE TERRAS?

Parece que os administradores de Icolo e Bengo, finge que desconhecem a lei, por causa disto aproveita-se das pessoas menos esclarecidas, para fazer em e desfazer. Ou seja recebem terrenos aos antigos proprietários com um documento que não sabem a origem.

O artigo 9º da Lei de Terra, refere, o Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. Os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade publica ser objecto de requisição, mediante justa indemnização. Em relação, a expropriação, como tem sido o trunfo dos administradores de Icolo e Bengo, dizendo que, no Tari o Estado vai construir alguns empreendimentos sociais. Mas a lei diz que, ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito de propriedade ou do seu direito fundiário limitado, senão nos casos fixados na lei. A expropriação extingue os direitos fundiários constituídos sobre os terrenos e determina a sua transferência definitiva para o património do Estado ou das autarquias locais, cabendo a estes últimos pagar ao titular dos direitos extintos uma justa indemnização.

Ainda a lei, os terrenos rurais comunitários são ocupados por famílias das comunidades rurais locais para sua habitação, exercício da sua actividade ou

para outros fins reconhecidos pelo costume ou pela presente lei e respectivos regulamentos.

O artigo 35º, revela, o Estado não pode transmitir as pessoas singulares ou colectivas, de direito privado, o direito de propriedade sobre terrenos rurais integrados, quer no seu domínio público ou privado.

Por sua vez o artigo 37º, reforça o anterior, dizendo que, são reconhecidos às famílias que integram as comunidades rurais, a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por das ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva a segundo o costume

7.6 Secretário-geral do MPLA acusado de esbulhar terreno

Jornal A República

12 De Outubro de 2018

Texto: Isidro Kangandjo

O Comandante provincial da polícia nacional no Huambo, Eduardo Cerqueira, ordenou, na passada sexta-feira, 5 de Outubro, a detenção do suposto proprietário de terra, na cidade alta, pela ordem do secretário-geral do MPLA, Álvaro de Boavida Neto. Em causa está uma parcela de terra a ser cobiçada pelo antigo governador do Bié.

O advogado de defesa disse: "houve uma tentativa de esbulho de terras ao meu constituinte, senhor José Victor Cossengue que também é funcionário do SIC. O caricato é que este processo evoca o nome do antigo governador do Bié, ora secretário-geral do MPLA, mas nunca apareceu publicamente a reclamar a posse da mesma. Ele está a usar as instituições. Utilizou o antigo vice-governador para infra-estrutura, senhor Francisco Zangi Kalunga, na altura, fazia parte a actual Ministra do Ordenamento do Território, Arquitecta Chante de Carvalho, e o chefe do departamento, João Francisco. O meu constituinte é legítimo possuidor daquela parceira de terra, tem toda a documentação, cumpriu com todas as obrigações fiscais e essa documentação original foi recebida coercivamente pelos elementos acima citados, que, não havendo outra alternativa, levamos ao tribunal, é lá onde citaram o nome de Álvaro de Boavida Neto'.

De acordo com o advogado de defesa, o acto ocorreu quando eram sensivelmente 19 horas do dia OS, foram surpreendidos pelo chefe dos serviços de investigação criminal do município sede, depois seguiram-se os agentes da polícia com sete patrulhas, todos armados, alegando que o terreno estava em litígio e que estavam aí a mando de ordem superior

que, segundo o advogado, tratava-se do comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Eduardo Cerqueira. O cidadão foi detido sem mandado de captura, encontrado em flagrante delito.

O conflito por terras existe há muitos anos, a primeira acção cautelar foi feita em 2015. Eduardo Cerqueira é acusado de estar a defender o seu antigo superior, o mesmo já exerceu cargo de comandante nacional do SIC, comandante provincial da Polícia Nacional no Bié, cargo que ora exerce no planalto central.

Segundo as informações recolhidas, o envolvido no esbulho de terra, Álvaro de Boavida Neto, é amigo pessoal do comandante provincial e tudo indica que a detenção do agente do SIC, José Victor, presumível dono do espaço, serviu para defender os interesses do amigo.

José Victor Cossengue já está em liberdade, mas o advogado apresentou a participação criminal contra o comandante e os seus súbditos, junto da procuradoria da região militar centro.

O comandante Eduardo Cerqueira disse ao Jornal A República, na passada terça-feira, 9, que o cidadão José Victor Cossengue foi detido em flagrante delito pela Polícia Nacional, no momento em que invadia e descarregava materiais de construção, num espaço cedido ao cidadão Álvaro de Boavida Neto.

"O mesmo foi presente ao Procurador da República, junto do SIC Huambo, e foi posto em liberdade, sob o termo de identidade e residência, como medida provisória. Paralelamente, foi -lhe instaurado um processo disciplinar, em função da acção presumivelmente praticada, pois na qualidade de agente de autoridade sabe que deve recorrer aos órgãos competentes': disse o comandante.

Cerqueira disse que José Victor não tem documentos do tribunal nem da administração que confirmam esta propriedade. Ele teve documentos, mas foram anulados pelo governo da província' uma vez que já havia uma titularidade anterior. Quanto à intimidade que existe entre o secretário-geral e alta patente da Polícia Nacional do planalto central, disse que a relação amigável não deve ser confundida com o cumprimento da lei,

"Uma coisa é certa, se ele estivesse a infringir eu agiria da mesma forma, pode ter a certeza absoluta, sempre foi assim que eu agi durante a minha carreira '.

De informar que o espaço em litígio está localizado na rua de São Domingas, bairro de Fátima, cidade alta,

um local habitado maioritariamente por pessoas da elite, a nível da província.

7.7 Casal que recebeu duas casas vai perder uma

Novo Jornal

19 De Outubro de 2018

Municípios que receberam casas no Projecto Kangamba, em Viana, e tencionam fazer o trespassse (oferecer, arrendar ou vender) serão responsabilizados civil e criminalmente. O aviso é do administrador adjunto de Viana para Área Técnica e Infra-Estruturas, Fernando Binge, que anuncia o início de um processo de fiscalização para receber casas a casais (marido e mulher) que foram contemplados com duas moradias, ao contrário de uma a que tinha direito.

Fernando Binge, que reagia esta semana ao Novo Jornal, às reclamações de 40 famílias que se queixaram de ter sido excluído do processo de realojamento - conforme noticiou este semanário na edição 554 de 5 de Outubro - garantiu que nenhum munícipe cadastrado no processo da Ilha Seca ficou sem tecto.

O governante, que reafirmou a conclusão do processo, assegurou que, no total, foram reassentadas 85 famílias, que, desde 2012, habitavam em casas de chapas, "em más condições" erguidas no eixo da via, "correndo diariamente o risco de serem atropeladas".

O administrador adjunto apela aos contemplados no sentido de não fazer o trespassse das moradias ofertadas a outrem. "Eles não devem vender, nem arrendar. Este apelo também serve para os demais cidadãos que não devem comprar nem arrendar casas a ex-moradores da Ilha Seca vão perder o seu dinheiro. Não é permissível o trespassse", avisou Fernando Binge para quem o assunto de entrega de casas "já está encerrado".

"Não há mais reclamação. O que estamos a fazer agora é receber casa àquelas pessoas, marido e mulher que receberam duas casas, o casal deve apenas ter uma casa", avisou.

O administrador para Área Técnica classificou o processo da Ilha Seca como um caso de aproveitamento por parte dos cidadãos que, no seu entender, nunca deveriam ter sido contemplados com as referidas moradias.

"O processo da Ilha Seca começou em 2012, com o desalojamento das pessoas que se encontravam junto do cemitério de Viana. Todos eles foram realojados

no Zango. Na altura, o governador Bento Bento orientou para que todos fossem atendidos e assim aconteceu. Só que, no dia seguinte, surgiram mais cinco famílias a reivindicar, mas os seus nomes não constavam na lista. Estes últimos seguiram os outros até a zona de reassentamento na conhecida Ilha Seca e instalaram-se, construindo casebres em faixas rodoviárias. Com o passar do tempo, este número cresceu incontroladamente", disse.

Fernando Binge explicou que, na vigência do actual administrador, conseguiram-se moradias por via de patrocínio que permitiu abrigar os moradores no Projecto Kangamba.

"No dia de retirar as pessoas, cadastrámos 126 moradias, porém durante o processo, descobrimos que apenas 85 famílias residiam no local. Entregámos as casas às 85 famílias presentes. Mais tarde apareceram mais pessoas a reivindicar. Elas tinham nome na lista, mas não moravam lá. Por isso, apenas realojámos os cidadãos que lá habitavam no local e confirmámos isso com os bens que tinham, como a cama, colchões, fogões e todos os meios que nos habilitaram confirmar quem lá habitava", aclarou, insistindo:

"Mesmo nestes 85 realojados, recebemos denúncias de que há pessoas que tinham o nome do marido e da mulher na lista, e cada um deles receber uma casa".

7.8 O negócio da china de João Lourenço

Jornal A República

19 De Outubro de 2018

Texto: Paulo Zua

No início de Setembro deste ano, João Lourenço viajou até à China para participar na cimeira do FOCAC - Forum on China - African Cooperation (Fórum para a Cooperação entre a China e África) e obter um empréstimo de 11 mil milhões de dólares. O FOCAC é uma espécie de organização criada pela China para sistematizar a sua influência em África.

O empréstimo que foi diminuindo

Na altura desta viagem, a imprensa estatal deu como certo que Lourenço obteria um empréstimo chinês na ordem dos 11 mil milhões de dólares. Imagina-se que muitos já estavam a sonhar com uma chuva de dinheiro chinês.

Contudo, discretamente, durante a viagem de Lourenço foi anunciado que a assinatura dos contratos havia sido adiada por razões técnicas.

Aparentemente, a razão para tal dilação era que as autoridades chinesas exigiam a prestação de informações mais rigorosas da contraparte angolana relativamente aos projectos em que seriam investidos os 11 mil milhões de dólares.

Em Outubro de 2018, João Lourenço voa novamente para a China. Alegadamente, o motivo seria a concretização da assinatura do empréstimo dos 11 mil milhões, uma vez que estavam resolvidas as questões técnicas. Voltou-se a sonhar com o dinheiro chinês...

Eis que, a 11 de Outubro, é publicado que João Lourenço assinou um acordo que concedia um empréstimo de 2 mil milhões de dólares! Dos 11 mil milhões, restaram tão somente 2 mil milhões.

De repente, esfumaram-se 9 mil milhões de dólares... Para juntar à perplexidade, o ministro das Finanças de Angola, Archer Mangureira, vem de imediato a terreiro afirmar que parte deste empréstimo servirá para pagar dívidas à China.

Vamos recapitular. João Lourenço obteve 2 mil milhões de dólares da China, e não 11 mil milhões, como se anunciava e esperava. E desses 2 mil milhões uma assinalável percentagem servirá para pagar dívida à China. A China empresta menos do se pensava, e empresta para se pagar a ela própria.

Temos aqui o que no linguajar corrente se chama um fiasco. A China, dantes considerada um "porto seguro" para os financiamentos angolanos, deixou de o ser.

Várias razões podem ser apontadas para este fiasco.

A primeira razão é meramente técnica: Angola está exageradamente endividada face à China e com dificuldade em pagar os seus compromissos, e a própria China já não tem a liquidez do passado. Portanto, estamos numa fase de contenção financeira entre a China e Angola.

A segunda razão é de cariz mais político. Uma boa parte do anterior dinheiro chinês foi usada em variados mecanismos corruptos, nos quais se destacaram Sam Pa, Manuel Vicente e muitos outros altos dirigentes angolanos (ver aqui e aqui). O momento actual é de combate à corrupção, quer na China, quer em Angola. Assim, não faz sentido realizar avultados empréstimos enquanto não estiverem bem definidos os sistemas de investimentos sem interferências corruptoras e intermediários espúrios.

Os fluxos financeiros entre a China e Angola são colocados numa espécie de momento de prova.

Angola tem de provar que é capaz de receber dinheiro e investir na sua economia, sem desviar largas maquias para as contas privadas dos seus dirigentes.

Qualquer que seja a razão, a verdade é que João Lourenço andou em viagens até à China para regressar com um pequeno empréstimo (face às expectativas) que servirá para pagar dívidas... à China. Isto é, o valor acrescentado trazido para Angola é residual.

Mudança do modelo chinês e FMI

Este facto poderá representar uma mudança do modelo que tem estado subjacente às relações entre a China e Angola desde 2002.

É conhecido que nessa data, com o fim da Guerra Civil em Angola, José Eduardo dos Santos (JES) esteve em conversações com as instituições financeiras mundiais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI) para que ajudassem na reconstrução angolana. Dessas conversações não saíram resultados palpáveis, ou porque foram colocadas exigências políticas e económicas que JES não quis aceitar, ou porque as próprias instituições não se quiseram envolver demasiado.

Optou-se, então, pelo modelo chinês. Esse modelo implicava que a China emprestasse dinheiro a Angola, que esta implementasse vários projectos, sobretudo na área da construção, em que usaria empresas e trabalhadores chineses, e que pagasse à China em mercadorias, como o petróleo, por exemplo.

A China empresta, mas, além de receber o pagamento em matérias-primas, vê as suas empresas e os seus trabalhadores e contratos a beneficiarem de toda a situação. Angola, por sua vez, contenta-se com a centralidade do Kilamba e com infra-estruturas de qualidade duvidosa construídas pelos chineses.

Durante anos e anos, o modelo angolano funcionou e foi estendido para outras partes de África. Em Angola, concretamente, permitiu acima de tudo o enriquecimento de vários dirigentes e a criação de redes mundiais de corrupção, como se viu acima.

Esta contracção actual da atitude chinesa pode representar uma mudança de paradigma, e indicar que Angola já não tem uma porta aberta naquele país.

Talvez seja essa a razão que justifique a negociação de um empréstimo de 4,5 mil milhões de dólares com o FMI. A organização internacional de que JES desconfiava e que o levou para os braços da China está de volta e parece ser a salvação das finanças públicas angolanas.

Conclusão O problema é que, se o modelo chinês deu margem de manobra exagerada para a corrupção e as negociatas, e parte do dinheiro se evaporou sem explicação, por seu lado o FMI impõe regras que muitas vezes estão completamente distantes das realidades nacionais, e em vez de salvarem as economias, ainda as afundam mais.

Com a bonança que a alta do preço do petróleo gera, os dirigentes deviam aproveitar para abrir a sua economia doméstica e gerar endogenamente o crescimento económico de que tanto precisam, em vez de procurar empréstimos cuja necessidade nem sequer está explicada à sociedade civil.

7.9 Acusado de usar património do Estado a seu favor

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2018

Texto: Loide Costa

Segundo os queixosos, em causa estão duas residências do projecto Onjo Yeto, bairro da Sapu, que teriam sido construídas para acolher sinistrados ao nível do distrito, mas este colocou a residirem nelas seus familiares.

Afirmam ainda que o referido administrador tem, frequentemente, estado envolvido em esquemas de vendas de terrenos em nome da administração que dirige.

Acresce-se que Antunes Huambo tem orientado o pagamento de alguns emolumentos no seu gabinete, quando, por imperativo legal, devem ser pagos aos bancos com destino aos cofres do Estado.

"Os emolumentos em causa envolvem as multas resultantes de apreensões de viaturas que vão parar ao parque de estacionamento da administração distrital", acrescentam.

Os interlocutores relatam ainda o conflito existente entre Huambo e o general Pedro Neto, por causa de um espaço deste último, que estará a ser invadido pela população, tendo o administrador se aproveitado da situação para obter dividendos das partes envolvidas.

"Se, por um lado, o general deu já AKZ 800.000,00 (oito centos mil kwanzas) ao administrador para demolir as residências em construção no local em questão, por outro, recebe dividendos dos invasores que comercializam por parcelas o espaço de cerca de 8 hectares, junto ao estádio 11 de Novembro", revelam.

Na sequência, alegam que o general Pedro Neto já apresentou queixa-crime contra o administrador ao Serviço de Investigação Criminal, pressupondo-se que corre os trâmites legais.

Um funcionário, que negou revelar a sua identidade, contou que foi exonerado pelo referido administrador do cargo de chefe de Repartição Distrital para Fiscalização, sem a anuência do director municipal da Fiscalização, a quem compete a responsabilidade de propor, e da administradora municipal de Talatona, que tem a competência de nomear.

O mesmo diz estar a ser vítima de Antunes Huambo, que nega assinar a guia de transferência para que possa exercer as novas funções a que está a ser proposto pela Direcção Municipal de Fiscalização.

"Tudo não passa de injúrias e calúnias"

Em resposta às acusações, Antunes Huambo desmente-as, argumentando não passar de injúrias e calúnias na sua maioria.

Relativamente às casas ocupadas por seus familiares, Huambo confirma ser verdade e que está a usá-las como casa protocolar, para encontros políticos ligados ao seu partido MPLA.

"Coloquei os meus parentes a residir na referida residência para que possam cuidá-la", defende-se.

Já sobre o litígio com o general Pedro Neto, esclarece que não passou de mal-entendido por parte do general, uma vez que os valores dados por este foram usados como comparticipação para reforçar a equipa encarregue de demolir as obras.

Antunes Huambo garante que as obras só não foram demolidas porque não compete à Administração Distrital resolver este tipo de conflito e que o caso está a ser tratado pela Administração Municipal de Talatona.

Desmente a informação sobre a cobrança e pagamentos de emolumentos no seu gabinete, alegando ser impossível, uma vez que existem números de contas bancárias afixadas nas portas de todas as repartições distritais.

Quanto ao afastamento do chefe de repartição sem obedecer à hierarquia administrativa, Huambo argumenta apenas que a administração precisava de imprimir nova dinâmica e que, para tal, era imperioso mudanças.

"Se não o deixo sair para exercer outras funções noutra local, como alega, é porque a administração distrital regista um défice considerável de funcionários em todas as áreas e não podemos nos dar ao luxo de dispensar os poucos que temos", acrescentou.

Em gesto de conclusão, Antunes Huambo apela ao Executivo à implementação da descentralização, com vista a conceder poder às administrações distritais e comunais, uma vez que neste formato não passam de meros espectadores de conflitos e de problemas que as populações enfrentam.

7.10 Envolvido em escândalo de terreno

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2018

Texto: Loide Da Costa

A acusação é do advogado de defesa da vítima, Pedro Kasongue, que realça o envolvimento do Comandante provincial da Polícia Nacional no Huambo, Eduardo Cerqueira, na detenção do proprietário do espaço, José Victor, a mando de Boavida Neto, sem obedecer qualquer requisito legal.

O advogado relata a tentativa de expropriação do espaço de seu cliente, que, por sinal, é funcionário dos Serviços de Investigação Criminal, por parte de Boavida Neto, que usa as instituições do Estado para o intimidar e apoderar-se do mesmo.

Para a consolidação da intenção, diz, Boavida Neto usou o antigo vice-governador do Huambo para Infra-estruturas, Francisco Zangi Kalunga, a Ministra do Ordenamento do Território e o chefe do departamento do governo provincial do Huambo, João Francisco.

"O meu constituinte é legítimo possuidor daquela parcela de terra, tem toda a documentação, e cumpriu com todas as obrigações fiscais, mas essa documentação original lhe foi recebida coercivamente pelos elementos acima citados, pelo que, apresentamos, então, uma queixa-crime contra os envolvidos, e no tribunal ficámos a saber que Boavida Neto é o cabecilha deste esquema".

De acordo com o mesmo, a detenção de seu cliente ocorreu às 19 horas do dia 05 do corrente mês, em sua casa, a mando do comandante provincial da PN, alegadamente pelo facto de estar envolvido no litígio do terreno, sem nenhum mandado de captura ou detenção. Eduardo Cerqueira é acusado de estar a defender o seu antigo superior, uma vez que já

exerceu o cargo de comandante provincial da Polícia Nacional no Bié, no reinado de Boavida Neto.

Realçar que o proprietário do espaço, José Victor, já se encontra em liberdade e o advogado de defesa apresentou uma participação criminal contra o comandante e os seus súbditos, junto da Procuradoria da Região Militar Centro.

Por seu turno, o comandante provincial da PN no Huambo, Eduardo Cerqueira, afirmou que o cidadão José Victor foi detido em flagrante delito no momento em que invadia e descarregava materiais de construção num espaço supostamente cedido ao cidadão Álvaro de Boavida Neto,

O mesmo foi apresentado ao Procurador da República junto do SIC-Huambo, e foi posto em liberdade, sob termo de identidade e residência, como medida provisória, e instaurado um processo disciplinar em função da acção praticada, pois, na qualidade de agente do SIC, sabe que deve recorrer aos órgãos competentes neste tipo de situação, disse.

O comandante garante que José Victor não possui documentos do tribunal, tão menos da administração municipal, que o confirmam como proprietário do espaço, uma vez que os documentos que possuía foram anulados pelo Governo da província pelo facto de o terreno em questão já possuir outro proprietário.

De realçar que o espaço em litígio está localizado na rua de São Domingas, bairro de Fátima, cidade alta, um local onde habita maioritariamente pessoas de elites, ao nível provincial.

7.11 Funcionários da administração vendem terrenos de forma ilegal

Jornal O Crime

20 De Outubro de 2018

Texto: Silveira da Piedade

André Soma diz que tais redes de mafiosos "são constituídas por responsáveis das comissões e moradores, dos distritos urbanos, por fiscais e até por autoridades tradicionais".

"Há esquemas e estratégias refinadas, utilizadas para ludibriar e enganar, por via da falsificação e da prepotência, os cidadãos. Eles esbulham os espaços considerados reservas fundiárias", concretiza, acrescentando que, de facto, se trata de crime organizado.

O procurador-geral da República junto da esquadra do Zango 0, Afonso Comidando, sem indicar números, contou que tem recebido diversas

denúncias de conflito de terrenos, dos quais os presumíveis proprietários apresentam documentos passados por entidades das comissões de moradores e de alguns funcionários das administrações.

"A terra é propriedade originária do Estado. Segundo a lei, o Estado, através dos deputados, exige que a terra seja gerida em proveito da colectividade, para que a Administração Pública conceda terra aos interessados e o reconhecimento dos terrenos ocupados pelos sobas", esclareceu.

O responsável salientou que o direito do Estado ser proprietário da terra "está a perder interesse, à medida que o tempo passa, por causa do desconhecimento da lei, da fraca resposta do Estado para reconhecer os documentos dos interessados e da corrupção dos agentes da fiscalização".

De acordo com Afonso Comidando, as comissões de moradores não têm competência para legalizar nem ceder terrenos, servindo tão-só de colaboradores das autoridades locais, na resolução dos problemas dos moradores e nos casos de conciliação de pequenos conflitos relacionados com a gestão da circunscrição.

Por sua vez, o assessor do Tribunal Constitucional, Artur Torres, garante que quem cede terrenos ilegais são os funcionários da Administração, mas também reconhece a existência de "gente de fora" que "ocupa e vende" terrenos por iniciativa própria, mas que, mais tarde, consegue documentos, legalizando os espaços junto da Administração.

O soba dos Quilómetros 9, 12 e 14 reconhece que, na sua circunscrição, a problemática da venda de terrenos é mais visível no bairro Vila Estoril, negando, por outro lado, qualquer envolvimento dos sobas nos casos.

"Não há sobas a venderem terrenos ilegais, quem promove isso são os funcionários da Administração, que dão documentos falsos".

Porém, justifica que, quanto à venda promovida pelos sobas, tem sido por pura necessidade. "Nós retalhamos os nossos terrenos por necessidades financeiras, mas são nossos e não do Estado".

A Lei de Terras, aprovada em 2004, define os direitos fundiários como a forma de concessão, constituição, exercício e extinção do direito à terra. Desde a sua aprovação, o direito à terra tem registado diferentes conflitos, entre autoridades e populações, havendo mesmo o registo de diversas mortes, sendo o 'caso Rufino', em Viana, um dos mais sonantes.

7.12 PGR investiga venda dos terrenos dos CFL

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O procurador-geral da República, Hélder Pitta Grós, confirmou ontem que a PGR está a investigar a venda de um terreno do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) que envolve o ex-ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

"Isto é um assunto público, já chegou a toda gente e a Procuradoria-Geral da República (PGR) está a fazer aquilo que é a sua missão como faz em todos os casos quando toma conhecimento de factos como estes", respondeu o magistrado quando interrogado pelos jornalistas sobre o assunto.

Segundo documentos que circulam nas redes sociais, Augusto da Silva Tomás, nas vestes de ministro dos Transportes, delegou poderes ao presidente do Conselho de Administração da Empresa do Caminho-de-ferro de Luanda - EP, Osvaldo Lobo do Nascimento, para fazer a assinatura da Escritura que transfere os direitos de posse de um terreno pertencente à essa entidade estatal para a GBE-Empreendimentos e Participações Lda. Esta empresa, por sua vez, vende o espaço à Embaixada da República Popular da China, para a construção de novas instalações daquela missão diplomática, no valor de mais de 78 milhões de dólares.

Augusto da Silva Tomás, que está em prisão preventiva há quase um mês, já responde por outro processo relacionado com acusações de desvio de fundos do Conselho Nacional de Carregadores.

Quanto à exposição de casos a tramitar na Justiça e divulgados pela comunicação social, Hélder Pitta Grós referiu que a media e a PGR devem ser mais comedidos tanto na forma como na maneira como falam e tratam os assuntos. "Todos nós temos que fazer um exercício conjunto e a imprensa tem que ajudar neste sentido", sugeriu o PGR.

Questionado se a PGR solicitou ao Parlamento a suspensão e retirada de imunidades de alguns deputados a propósito de informações que dão conta da investigação de vários parlamentares, alegadamente envolvidos em actos de corrupção, o Procurador-Geral da República limitou-se a dizer que a Assembleia Nacional já respondeu sobre o assunto.

Recentemente o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, Reis Júnior, disse à imprensa que o

Parlamento não recebeu nenhum pedido da Justiça para a suspensão e retirada de imunidades a deputados Reis Júnior garantiu que caso os tribunais solicitem, a Assembleia Nacional vai agir de acordo com a lei.

Sindicato dos Magistrados

Ao discursar na cerimónia de empossamento da nova direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Hélder Pitta Grós reconheceu que o país está a viver um "momento de transcendental importância para a Justiça", com a materialização da sua reforma. Segundo o Procurador-Geral da República, esse deve ser objectivo a atingir, para que cidadão possa ter o acesso à justiça facilitado. "Esse objectivo deve ser comum a todos que tenham intervenção na administração da Justiça", salientou.

Hélder Pitta Grós entende que a reforma não se deve reduzir apenas na criação de tribunais, uma vez que os mesmos só se consideram constituídos quando têm a presença do juiz, do procurador, do advogado e dos técnicos de Justiça.

No seu entender, deve-se prestar especial atenção à organização e funcionamento das conservatórias e dos registos civis, da Polícia Nacional, do Serviço de Investigação Criminal e do Serviço Penitenciário, a Ordem dos Advogados, a PGR e os juízes.

A esse propósito, Hélder Pitta Grós diz ser necessário que haja respeito pela actividade de cada um, sem sentimentos de supremacia.

Quanto à posição e actuação do Ministério Público, o Procurador-Geral da República garantiu que vai ser apresentada e defendida com firmeza, de forma coerente "não aceitando as tentativas, quer por acções quer por pronunciamentos, que pretendem denegrir ou procurar reduzir a sua actividade, contrariando as leis em vigor".

Para que estas e outras acções sejam concretizadas, o procurador-geral da República espera contar com o apoio da nova direcção do Sindicato dos Magistrados.

7.13 Cidadãos deploram atraso na cedência de terrenos pagos há três anos

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Os cidadãos responsabilizam a anterior Administração Municipal de Benguela e não

descartam a possibilidade de acionarem os tribunais, caso aquele órgão da Administração Pública não satisfaça os seus interesses, visando a salvaguarda de um direito que consideram violado, lembrando, contudo, que a lei obriga que a Administração se reja pelos princípios da celeridade processual.

Os vários cidadãos contactados por este jornal garantem ter depositado 27 mil kwanzas numa conta do Governo Provincial de Benguela.

Na altura, acossado pelo Governo Central por ter criado a conta, uma vez que as normas estabelecem que as receitas arrecadadas pelo Estado se destinam à Conta Única do Tesouro, Dos Anjos justificara que as receitas visavam atender, de forma pontual, preocupações sociais dos cidadãos, evitando dependência das estruturas centrais do Estado até para questões que era expectável que o Executivo local desse resposta.

"Ela (a conta) é pública e tem duas assinaturas. O que está estabelecido é que todas as receitas se destinam a Conta Única do Tesouro. O que nós temos com a venda de terrenos na conta Embelezamento de Cidades são terrenos de projectos com alvarás emitidos", disse em entrevista à imprensa.

Os cidadãos, que não se quiseram identificar por temerem represálias, lamentam o facto de, até à presente data, não se ter dado continuidade ao processo, com a exoneração de Isaac dos Anjos do cargo. "A Administração Municipal não nos diz nada", lamenta um cidadão, que diz ter procedido ao pagamento dos Kz 27 mil na conta governamental.

"Esperamos que resolvam já nosso problema. Sou funcionário público e não tenho casa", reclama outro cidadão, agastado com o cenário.

À data dos factos, Leopoldo Muhongo, hoje vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, dirigia administrativamente o município Benguela. Sob fiscalização do Governo provincial, os processos de requisição eram tramitados pela instituição que estava sob sua jurisdição.

Contactado a propósito, Leopoldo Muhongo aconselhou os cidadãos a contactarem a área de Ordenamento do Território da Administração Municipal e, deste modo, fazer prova documental das suas alegações. Sem aceitar gravar entrevista, o governante salienta que, no âmbito da prossecução do interesse o público, os actuais responsáveis da Administração dispõem de uma base de dados de todos os cidadãos nesta situação para continuar com o projecto.

Administração promete resolver o caso

Do gabinete de Leopoldo Muhongo, a nossa reportagem rumou para a área de Ordenamento do Território da Administração e coube ao responsável, obviamente, prestar as informações que se impunham inerentes a reclamação dos requerentes. De acordo com o seu responsável, José de Sousa, as pessoas que dispõem dos títulos de concessão e os "borderous" do banco devem solicitar à sua repartição para localização do espaço na reserva fundiária. "Eles não perderam o dinheiro, está salvaguardada a questão, os espaços existem", disse,

Existem mais de 5 mil hectares disponíveis para cedência e, neste momento, 8 mil cidadãos já se beneficiaram de espaços e a repartição da Administração Municipal tranquiliza os cidadãos, revelando que o número de hectares satisfaz à demanda de processos de cedência.

"Para mitigar essa necessidade, o Governo provincial orientou à Administração que elaborasse planificações novas, no sentido de darmos soluções a todos os casos de cedência aos cidadãos que foram beneficiados no projecto", disse, revelando que Benguela dispõe, actualmente, de 6 reservas fundiárias.

7.14 Venda ilegal de terrenos

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2018

A venda ilegal de terrenos por parte de cidadãos comuns e autoridades tradicionais, em Mbanza Kongo, provinda do Zaire, figura, nos dias que correm, entre os crimes mais julgados no tribunal local.

O juiz - presidente do Tribunal Provincial em exercício, Arão Dias, disse à Angop, que este fenómeno tem como base disputas de terrenos entre membros da mesma família.

O meritíssimo frisou que se regista neste acto criminoso a conivência de algumas autoridades tradicionais, que se dedicam à distribuição ilegal de lotes de terrenos, sem a devida autorização das Administrações municipais.

Um dos casos badalados, segundo o juiz, envolveu membros da mesma família, que terão vendido um lote de terreno a três clientes diferentes, em 2016, resultando em desavenças entre os compradores. Os autores foram julgados e condenados.

O magistrado judicial explicou que, em muitos casos, os envolvidos alegam serem herdeiros das terras que

comercializam, mas não exibem documentos que provam a sua titularidade.

O juiz Arão Dias fez saber que na semana passada, um soba resolveu registar um terreno em nome de um estrangeiro ilegal, em detrimento de uma cidadã nacional.

O Tribunal Provincial do Zaire funciona com oito juizes, cinco dos quais estão em Mbanza Kongo e três no município do Soyo.

7.15 Dificuldades no acesso à terra domina encontro das comunidades

Jornal O PAÍS
31 De Novembro de 2018

O Secretário de Estado da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Lúcio do Amaral, defendeu, no encontro, que o acesso à terra e aos factores de produção, bem como o alargamento do apoio à agricultura devem ser cada vez mais facilitados, tendo em vista a sustentabilidade das comunidades em especial as rurais, dando particular tenção à mulher no meio rural.

O governante, ao intervir no evento promovido pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), afirmou que um dos principais objectivos da instituição que representa é atender a várias situações dos diversos segmentos da sociedade que clamam por apoio e implementação de curto e médio prazos, que vai pelo empoderamento das famílias em particular e as comunidades em geral que se encontram em situação de pobreza e de vulnerabilidade. Segundo o responsável, o desenvolvimento sustentável das comunidades continua a merecer uma atenção especial por parte do Executivo, numa perspectiva cada vez mais participativa, onde os seus membros são chamados a serem actores activos do seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação social, noticiou a Angop.

O director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, disse Terça-feira, em Luanda, que o encontro das comunidades gerou ganhos significativos com o fortalecimento do poder local, bem como do reforço da cidadania expressa nos municípios e províncias.

O líder associativo esclareceu que o evento visa analisar os programas públicos de apoio à agricultura familiar e a sua relação com o processo autárquico.

Segundo o director, é fundamental fortalecer as associações, cooperativas e união de associações existentes nos municípios.

Para si, de acordo com a Constituição da República de Angola, o poder local estrutura-se pelas autarquias locais, autoridades tradicionais e as modalidades específicas de participação dos cidadãos.

Belarmino Jelembi informou que para a realização do evento, estiveram envolvidos, em Agosto do corrente ano, em reuniões municipais e provinciais, 2 mil representantes de comunidades locais, 300 organizações de 2S municípios com a participação de administrações municipais, governos provinciais, departamentos ministeriais e parceiros sociais.

7.16 Ministra é pela classificação dos solos

Jornal de Angola

31 De Novembro de 2018

Texto: João Dias

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, defendeu uma contínua classificação dos solos para que o país tenha um território ordenado e seja possível efectivar uma promoção do crescimento económico contínuo inclusivo e com protecção ambiental.

A ministra, que falava na abertura do Fórum Nacional Urbano, com o lema "Nova agenda urbana e reforma do Estado", disse ser necessário classificar os solos para que se saiba os fins para os quais estão destinados, o que serve fundamentalmente para se saber se estão destinados para fins agrícolas, habitacionais, industriais e de uso misto. Para tal, disse, é preciso consultar os instrumentos de ordenamento do território por governos provinciais e administrações locais.

Ana Paula de Carvalho felicitou o Governo Provincial de Benguela por ter entregado dez planos directores municipais já aprovados a nível local, destacando-se como a primeira entre as 18 províncias. "É preciso reflectir que tipo de cidades o país pretende criar, tendo como linhas orientadoras os objectivos de desenvolvimento sustentável da Nova Agenda Urbana, a nível internacional e interno, a política nacional do Ordenamento do Território, as principais opções do Ordenamento do Território, a

política nacional da Habitação e o PDN 2018- 2022", defendeu.

A ministra defendeu ainda a melhoria contínua das cidades num mundo cada vez mais urbano, de acordo com UN-Habitat, numa altura em que metade da população mundial vive nas cidades e as tendências mostram que este número aumentará para dois terços nas próximas gerações.

Ana Paula de Carvalho reconheceu que o crescimento demográfico nas cidades, em particular das capitais, influenciado por factores de atracção, êxodo rural e pelo longo período de guerra, colocou e coloca problemas graves e específicos à gestão do espaço urbano, com realce para questões que apelam para soluções de forma integrada.

A ministra Ana Paula de Carvalho disse ser necessário classificar os solos para que se saiba os fins para os quais estão destinados, se para fins agrícolas ou habitacionais

Para a ministra, estes factores criam pressão à questão habitacional relativamente a estas regiões, o que tem levado a um crescimento desordenado de bairros, comunas e municípios. "O crescimento deve ser feito de forma ordenada e implica planificação por via da criação de instrumentos de ordenamento de território", disse Ana Paula de Carvalho, para quem a reforma que o Estado pretende para os próximos tempos e que vai dar lugar à desconcentração e descentralização consolida o reforço dos poderes locais do Estado.

A ministra mencionou os objectivos da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos seus desafios com os quais se pretende uma promoção sólida da inclusão social, crescimento económico contínuo, inclusivo, sustentável e protecção ambiental.

Ana Paula de Carvalho disse esperar que o Fórum Urbano Nacional, que termina amanhã, sirva para que se possa escolher os melhores caminhos e a estratégia mais adequada para proporcionar o acesso à urbanização inclusiva e sustentável, reduzir de forma significativa a qualidade e sustentabilidade ambiental, bem como proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros e inclusivos; salvaguardando o património cultural.

Reconhecimento da ONU

O coordenador residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, Paolo Balladelli, reconheceu os resultados realizados pelo Ministério da Habitação na realização do sonho da casa própria de milhares de angolanos.

Balladelli explicou que a organização do V Fórum Urbano Nacional, com a presença das Nações Unidas e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), é uma promessa de consolidar a parceria do Estado angolano com a ONU numa matéria que precisa de criar e manter uma rede com outras experiências de nível internacional.

Paolo Balladelli disse que a grande mobilidade que existe no continente e no país, como a grande proporção de angolanos que vivem em áreas urbanas - 62 por cento, segundo o último censo - , os novos modelos de desenvolvimento permitem identificar importantes desafios que, apesar das complexidades, podem ser resolvidos pouco a pouco, se houver vontade e perícia nesses temas.

Relativamente à reforma do Estado, disse ser preciso dar-se passos certos para se construir mecanismos de gestão e aumentar capacidades a nível provincial e municipal.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Angola presente na convenção internacional sobre saneamento

Jornal O País

01 De Outubro de 2018

A cerimónia de abertura deste evento, que decorre até 02 de Outubro, foi presidida pelo presidente da Índia, Ram Nath Kovind, e prestigiada com a participação do Secretário Geral da ONU, António Guterres e outras individualidades do sistema das Nações Unidas e Agências financeiras mundiais.

Neste encontro, de acordo com uma nota de imprensa do Ministério angolano do Ambiente a que a Angop teve ontem (Domingo) acesso, estão a ser abordados temas ligados à liderança Política do Saneamento, a Implementação da Mudança de Comportamento a uma Escala Global, a Urbanização Sanitária e a Gestão de Dejectos.

A inclusão do género no saneamento, a sustentabilidade do Estado livre de defecação ao ar livre saneamento, como negócio de todas as tecnologias e inovação, são, entre outros, temas deste encontro internacional.

O programa do evento reserva ainda visitas de campo em locais históricos que marcaram a vida e trabalho de Mahatma Gandhi.

O secretário de Estado do Ambiente de Angola vai ainda participar em outros encontros paralelos ao evento relacionado com o saneamento e água para todos, onde, dentre vários aspectos, deve abordar variantes de interacção entre os Estados e mecanismos de financiamento dos respectivos programas.

O Executivo angolano pretende chegar à meta de 425 aldeias declaradas Sem Defecação ao Ar Livre (SDAL) até 2022, depois dos recuos dos últimos anos neste programa, devido à falta de financiamento.

Os objectivos, no âmbito do programa de Saneamento Básico, constam do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, aprovado pelo Executivo e recentemente publicado, contendo a estratégia governamental para o desenvolvimento nacional na actual legislatura.

Neste plano, a construção de latrinas nas aldeias e zonas rurais o lançamento da obra do Sistema de Recolha e Tratamento de águas residuais em quatro das capitais de províncias e a conclusão do sistema de

Recolha e Tratamento de Águas Residuais nas sedes provinciais e municipais, são objectivos delineados até 2022.

8.2 As chuvas e as valas

Jornal O PAÍS

2 De Outubro de 2018

Texto: Herculano Canjongo

Caro director

Eu estou preocupado por causa das chuvas que aí vêm, embora Luanda ainda esteja a ser poupada. Mas estou preocupado porque acho que a cidade não está a ser bem preparada e já sabemos o que costuma a acontecer quando chove muito.

Por exemplo, no Nova Vida, os buracos estão lá. Acho que algumas ruas vão ter de ser fechadas se chover muito, porque também não vejo ninguém a limpar as sarjetas e esgotos.

Mas me preocupa mais o rio Cambamba e as valas do Nova Vida, porque não vi o Governo a limpar e também os cidadãos não têm bom comportamento. Tudo deitam na vala. Aliás, é assim em todas as valas de Luanda, a da Samba é mesmo a tal pouca vergonha.

Nestas valas e rios as pessoas põem até carcaças de carros, pneus, todo o tipo de lixo. Como também não se limpa as margens, cresce muita vegetação. Portanto, dá para criar mosquitos, ratos, cobras, tudo mesmo. Um dia ouvi um médico que disse que estas valas são baterias de doenças que nunca perdem a carga.

A não ser que este seja um ano de seca, vai chover, tem de chover, portanto, se vierem desgraças, a culpa é mesmo das pessoas.

Os cidadãos também não devem esperar só pelo Governo, têm de fazer um pouco melhor. Têm de proteger as suas próprias vidas. Não é só dizer que são pobres e analfabetos, porque os pobres e os analfabetos também gostam de viver.

8.3 Paga só e não te queixes

Jornal O PAÍS

4 De Outubro de 2018

Texto: Jorge de Andrade

Caros senhores do jornal OPAÍS, lendo o que se publica no espaço Carta do Leitor, percebi melhor o que se chama de serviço público de um jornal.

Porque OPAÍS não se limita a informar-nos, dá-nos também espaço para apresentarmos, como leitores, as nossas inquietações e para fazermos um pouco de jornalistas também, apresentando ao povo o que se passa à nossa volta e apresentando aos dirigentes os aspectos que vão mal nas áreas que eles governam e que poderiam estar em melhor estado.

Vivo na Maianga, em Luanda, e estou um pouco triste com o Governo Provincial de Luanda, ou melhor, com lixo, que ele tanto atacou e prometeu acabar imediatamente e continua, até hoje, porém a ser um problema. Nós pagamos a taxa do lixo antecipadamente porque pagamos com a conta da electricidade pré-paga, depois não se pode reclamar. O Estado não pode nos obrigar a pagar um serviço para nos prestar esse mesmo serviço mal feito. Como disse, estou desiludido. Passamos a ter de pagar a taxa do lixo se quisermos ter electricidade, mas ingénuos que fomos, agora temos dois serviços pré-pagos na mesma factura mas que são mal prestados. Pagamos a luz que nunca sabemos se vem ou se falha, e pagamos pelo lixo que nunca sabemos se vai ser recolhido.

Esta é a nossa má sorte de luandanses e de angolanos: Só nos resta pagar.

8.4 Novos sistemas de água encerrados para testes

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2018

Texto Manuel de Sousa

O mistro de energia e aguas, João Baptista Borge, orientou no município de Camacuio, que seja vedado o sistema de captação e distribuição de agua a população, para que a qualidade da mesma seja testado em laboratório

João Baptista Borge que trabalhou dois dias na província do Namibe, constatou que a água consumida pelos habitantes daquele município é considerada de má qualidade para o consumo humano. O administrador Municipal do Camacuio Caíta Cavaco, confirmou que a água proveniente da captação não é conveniente para o consumo, confecção de alimentos e higiene pessoal.

“Vamos cumprir com as orientações deixados pelo Ministro que passam por vedar a captação, avaliar o teor de sanidade e aguardar pelos resultados das amostras laboratoriais disse”. Neste momentos, os habitantes consome água dos antigos furos .

O município José Manuel garantiu que a água proveniente da captação não é boa nem para a higiene pessoal.

“ Depois de banhar com a água ficamos embranquiçados e precisamos de usar creme da pele” referiu.~

No município de Camacuio o ministro visitou as obras do sistema de abastecimento de água, a cargo da empresa SNEC, com prazo de execução de 36 meses avaliados em USB 9.747.556,42.

O sistema tem como principais componentes furos de 100 metros cúbicos, adução de agua bruta, conduta de agua tratada, reservatotes apoiados, rede de retribuição com 12, 9 quilometro de extensão 271 ligações domiciliars, 281 por torneira no quintal, 7 chafarizes uma lavandarias, captação de agua casa de maquinas e oito furos de agua

No município da Bibala, 1700 ligações domiciliars foram feitas com sucesso que com chafarizes erguidos vão permitir que mais de 14 mil pessoas beneficia brevemente de água de qualidade e barata, sem necessidade de bombeamento e de consumo de energia elétrica.

De acordo com o ministro João Baptista Borge é o maior projecto de abastecimento de água na localidade que se vai estender a periferia. “ Para além do que está feito, há um trabalho de reforço das cobranças, já com suporte da empresa de água do Namibe para que haja bons resultados na actividade comercial”, disse.

8.5 Administração Distrital incapaz de resolver o fraco saneamento

Jornal: O Crime

6 De Outubro de 2018

Texto: Silveira da Piedade

Esta situação é mais grave na rua D, junto à Avenida Deolinda Rodrigues, embora os alagamentos sejam transversais, como a nossa equipa de reportagem verificou numa ronda feita pelo bairro. "Não entendemos como é que já estão a surgir estes problemas no sistema de abastecimento de água, porque, no mês de Agosto, o administrador, junto de uma equipa de inquérito, estava aqui para levantar esses problemas ", lamentam alguns moradores contactados no local.

Na rua G, diz Eugénio Miguel, morador na zona do Palanca há mais de 28 anos, existe uma ruptura por reparar há quase um ano, afirmando ainda que a situação não é só nas ruas principais, mas também nas travessas da rua D. Os moradores garantem que já recorreram, várias vezes, à Administração distrital para resolver o problema, mas os esforços efectuados não têm surtido efeito. "Acreditamos que a Administração do Palanca não está interessada em melhorar a situação do bairro", denunciam os moradores, que não conseguem circular pelas ruas D e Zero por causa das águas com cheiros nauseabundos. Vala 'assassina' os moradores garantiram ao nosso jornal que a vala adjacente à rua D já vitimou muitos cidadãos, principalmente jovens lavadores de carros que insistem em utilizá-la como ganha-pão. Noé Duarte, morador do Palanca há mais de 5 anos, diz que a situação se tornou complicada após a ausência da empresa de construção civil que efectuava trabalhos na vala.

"Ninguém esclarece nada sobre esta vala a céu aberto. Já encontramos lá vários corpos. A empresa que efectuava trabalhos aqui desapareceu há bastante tempo. Essa situação está a constituir um enorme perigo para os nossos filhos que brincam ali à procura de peixinhos", acrescentou. Noé Duarte sublinhou ainda que as principais vítimas são os lavadores de carro. "Não faço ideia de quantos vala, o Governo tem que ver esta situação, caso contrário, vamos continuar a assistir a vários episódios mortais". Outra moradora, Marisa Domingos, lamentou que na semana passada um jovem foi assaltado por delinquentes e jogado na vala que, por sorte, sobreviveu. Segundo os moradores da zona, na última vez, em Agosto, o Administrador esteve lá com a sua equipa e retiraram terra dentro da vala, criando um abrigo para os marginas.

A falta de manilha na vala de drenagem é outro problema que inquieta a população, porque as chuvas estão a chegar. "Existem localidades onde as manilhas estão entupidas com lixo, porque não há rede que separa a água do lixo causado pelos moradores e, anteriormente, aqui havia um amontoado de lixo que eu tive que queimar e enterrar", conta o dono de identificar-se. Os moradores, por iniciativa própria, tiveram de construir uma ponte de ferro, para facilitar a travessia de um lado para outro. "Quem tinha um ferro ou uma tábua entregou e construímos essa passagem, por causa das crianças que vão à escola. Por outro lado, facilita no posicionamento dos centros das gang's ", disse Adérito Simão. Há, na área, uma vala de drenagem rodeada de lixo onde os populares acarretam água para o consumo doméstico, deixando em aberto a possibilidade de apanharem diversas doenças.

O jovem Manuel Nzinga confirma que "os tubos que jorram água potável ali, pertenciam às casas demolidas há quatro anos". Segundo ele, para a construção desta vala, foi necessário demolir-se mais de 300 casas e as famílias "Nem faço ideia da razão da paralisação da obra na vala, embora sabe-se que deverá ser executada no nosso distrito, mas o administrador alega que o responsável é o Governo central", concluiu o jovem Manuel Nzinga. Ruas do IMEKK em péssimas condições

O Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi (IMEKK), no bairro Popular, está cercado de lixo - despejado no local pelos moradores da zona. O cheiro não deixa em paz os alunos, os trabalhadores da escola e os próprios moradores, causadores da situação. Para além do lixo, o instituto vive no meio de buracos e águas paradas, resultado de valas em mau estado de conservação e dos trabalhos agravada pela existência de sistemas de canalização antigos sem manutenção. "Não conseguimos entrar no recinto escolar pela porta principal, porque colocaram aí o contentor. A população deita o lixo aqui, porque é onde foi colocado o contentor e porque não aceitam ir mais longe", referiu o morador Evaristo Gunza.

Para Deolinda, estudante, "esta situação é mesmo lamentável, porque quando começar a chover, essa via vai ser intransitável". Já para os automobilistas é vantajoso, pois em época chuvosa, o preço do táxi sobe. Eduardo Bernardo, comerciante, diz que "quando chove, essa rua torna-se intransitável. Eu sou comerciante e vivo na rua Neves Bendinha. Há pessoas que já ficam aqui para levar pessoas nas costas, em troco de 100 kwanzas. Os mais afectados são os estudantes e os professores.

8.6 Mais de três mil angolanos morreram devido à malária

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2018

Angola registou este ano quase 2,5 milhões de casos de malária, que vitimaram 3.364 pessoas, continuando a doença a constituir a primeira causa de morte no país, indica um relatório do Ministério da Saúde. No documento divulgado pela Comissão Interministerial de Combate à Malária e à Cólera do Ministério da Saúde, a que a agência Lusa teve acesso, as autoridades sanitárias registaram, entre 1 de Janeiro e 28 de Setembro, 2.472.033 casos.

Só nas últimas 24 horas, a província de Luanda, segundo o relatório, é a que maior número de casos registou, com 1.582 do total de 5.041 notificações de todas as 18 regiões, seguida de Benguela (573 casos).

Entretanto, o Boletim Epidemiológico de 2017 dá conta que a malária provocou no ano passado 13.979 óbitos, de um total de 4.515.531 casos. Tendo os dados em conta, os números de 2017 registaram uma diminuição em mortes entre os 5 e 14 anos, com comparativamente a 2016, 4.045 óbitos em 1.386.987 ano em que foram registadas casos, enquanto nos maiores 18.082 mortes, de um total de 14 anos houve 1.528.718 de 4.438.837 casos e 3.085 mortes.

De acordo com os dados, "Verifica-se que o risco de os menores de 5 anos foram adoecer e morrer diminui os mais afectados, com 1.599.826 casos, que resultaram em 6.849 mortes, de cinco anos e as taxas de seguindo-se as crianças mortalidade em crianças dos cinco aos 14 anos e em maiores de 14 anos acabaram por aumentar com relação ao ano 2016", sublinha o documento. A província de Luanda liderou a lista de casos, com 1.036.013, e de óbitos, com 2.334, seguindo-se Benguela (375.825 casos e 1.413 mortes). As províncias da Huíla, Namibe e Zaire foram as que não registaram durante o ano surtos da doença, segundo indica o relatório. Numa análise à sazonalidade dos casos de malária em 2017, verifica-se a existência do surto epidémico durante quase todo o ano, à excepção dos meses de Março e Agosto. "O aumento dos casos de síndromes febris suspeitos de malária registados nos meses de Abril, Maio e Junho, típico do padrão sazonal, foi atribuído pelas cargas pluviais que favorecem a proliferação do vector neste período, juntamente com outras determinantes", salienta o documento.

8.7 Cidadãos obrigados a viver com aterro sanitário "improvisado" em Benguela

Jornal O PAÍS

8 De Outubro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

A zona transformou-se num centro de depósito de lixo para o qual convergem carrinhas e camiões transportando resíduos sólidos, produzidos pelos moradores de bairros circunvizinhos, como Kalohombo, Kasseke, Dokota, entre outros.

Diariamente, além desses transportes, motorizadas de três rodas, vulgarmente conhecidas como Kaleluya, fazem -se à zona, carregadas igualmente de lixo, depois de recolha à porta de casa na cidade. Os moradores mostram-se agastados com a situação, uma vez que são obrigados, com todos os riscos, a conviver com vermes, moscas, ratos, baratas, que têm o lixo como seu habitat preferencial.

No período da tarde, para os moradores, torna-se quase impossível manter-se no interior de casa, por serem constantemente invadidos pelas moscas que se assumem já como vizinhas por direito. Na hora da refeição, para não serem incomodados pelos "vizinhos", vêm-se obrigados a cobrir-se com mosquiteiro, para não correr o risco de engolir moscas, em vez de comida. No quarto, na sala, na cozinha, não importa o lugar, os insectos fazem das suas e ocupam todos os compartimentos da casa e alojam-se nos móveis. O cenário é desolador.

Não bastassem os insectos e ratos a circundarem-nos, os moradores queixam igualmente da escassez de água, pelo que são obrigados a percorrer longas distâncias à procura do precioso líquido.

Aparentemente abatida face ao cenário de carência vigente, Catarina Tembo, há seis meses a residir no bairro, pede que as autoridades administrativas de Benguela resolvam o problema, por estar em jogo a sua saúde, com destaque para a das crianças, a franja mais vulnerável. "Pedimos ao Governo para nos tirar esse lixo daqui", disse à reportagem do jornal OPAÍS. "A gente vai buscar água, quando põe lá dentro fica já cheia de moscas e é beber mesmo com as moscas. Estamos a passar mal. Não temos água, pagamos por cada bidão (20 litros) 30 kwanzas", lamenta a senhora Julieta Chilombo.

Domingos Gelemba, outro morador, desabafa que "o lixo está demais. O povo está a ficar doente. Queremos que o Governo faça qualquer coisa para a gente ficar melhor. Não temos água e sabão, os nossos filhos estão sujos".

Sem precisar há quanto tempo se deposita lixo à frente da sua residência, o morador disse apenas que o lixo é proveniente do casco urbano e da Vila das Acácias.

"É muita mosca. Aqui as crianças queixam-se de diarreia e vômito", frisou.

Os esforços do jornal OPAÍS para obter uma versão institucional redundaram em fracasso. Este jornal não obteve êxitos nas duas ligações telefónicas efectuadas para o contacto com o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços comunitários, Elmano Inácio.

Entretanto, uma fonte do Governo Provincial confidenciou a este jornal que o governador em exercício, Leopoldo Muhongo, deslocou-se Quinta-feira ao local e orientou que se remova imediatamente o lixo de perto das residências. Na manhã de Sábado, Leopoldo voltou ao local, a fim de

constatar se as orientações baixadas estavam a ser observadas.

Refira-se que o quadro de recolha de resíduos deteriorou-se quando o Governo de Benguela rompeu, unilateralmente, o contrato que vinha mantendo com as empresas de recolha de lixo por alegada incapacidade financeira. A recolha porta-a-porta foi o modelo encontrado pelas autoridades para mitigar o problema.

De acordo com dados oficiais, a dívida do Executivo para com as operadoras, até aqui contabilizada, rondam os 16 mil milhões de kwanzas.

8.8 11,7% dos habitantes tem acesso à electricidade

Jornal Economia & Finanças

12 De Outubro de 2018

Texto: Adérito Veloso

A Província do Cunene conta com mais de um milhão de habitantes, sendo que deste número apenas 11,7 por cento beneficiam do fornecimento de electricidade da rede pública.

Segundo um documento do Gabinete provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos a que o JE teve acesso, a estratégia do governo do Cunene é expandir a distribuição de energia eléctrica em toda a província.

A fonte sustenta que os serviços disponibilizados pela Empresa Pública de Produção de Electricidade (PRODEL), Rede Nacional de Transporte (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) estão a quem da satisfação das necessidades da província, já que dos seis municípios; apenas operam em quatro sedes municipais, nomeadamente Cuanhama, Namacunde, Ombadja e Curoca.

"Com os projectos em curso em termos de infra-estruturas nos vários domínios, torna-se imperioso que os investimentos no ramo da energia sigam o ritmo de crescimento das cidades e vilas", sublinha a fonte.

Actuação

Dos seis municípios que a província possui, no subsector eléctrico a Prodel controla uma única central térmica na cidade de Ondjiva, com uma capacidade instalada de 10,2 Megawatt (MW), sendo que actualmente dispõe de um grupo gerador com 3,4 MW operacional, e dois grupos inoperantes.

Já a Rnt controla uma linha de transporte de energia de 132 Kilovolts (KV), desde a República da Namíbia, a subestação do Efundja, num percurso de 60 quilómetros até a subestação de Ondjiva, recebendo oito MW.

A Ende controla os centros de distribuição de Ondjiva, Namacunde e Xangongo, gerindo a potência disponibilizada pela Prodel de 10,2 MW, da Rnt (8 MW da Namíbia) e 4.8 MW da central de Xangongo, perfazendo ~3 MW no total de potência disponível.

"Está em curso a montagem de uma central híbrida (solar + térmica) de 5 MW no Xangongo, que aumentará a potência para 28 MW.

Projectos

O sector perspectiva aumentar a potência na central térmica de Ondjiva, com a instalação e montagem de uma turbina de 25 MW, a instalação e montagem de uma central híbrida de cinco MW na sede municipal do Cuvelai bem como a montagem de uma central híbrida de ~, 5 MW na sede municipal do Curoca.

Está igualmente programada a instalação e montagem de uma central híbrida de 5 MW na sede municipal da Cahama, uma outra de 35 MW na sede municipal de Cuanhama, como alternativa em caso de indisponibilidade no sistema.

Prevê-se também a construção de pequenas redes em média e baixa tensão, para aquelas sedes municipais em que não existam, além de ampliar aquelas onde existam, tendo em conta a disponibilidade de potência instalada e disponível.

Está também em forja a ampliação das redes de média e baixa tensão, dos bairros a serem requalificados na cidade de Ondjiva e a aquisição de duas "gruas" com cestos para manutenção da iluminação pública.

A falta de recursos humanos e financeiros para a concretização dos projectos planificados para o subsector consta entre os principais constrangimentos do subsector, associada "à falta de meios técnicos e materiais para a execução de obras aos vários níveis".

8.9 Abastecimento de água potável pode aumentar

Jornal Economia & Finanças
12 De Outubro de 2018

A Empresa Pública de Águas e Saneamento do Namibe (EPASN) prevê para a cidade de Moçâmedes um projecto que visa a construção e expansão da rede de distribuição que poderá beneficiar mais de 100 mil habitantes, 12 mil para o município da Sibala e 3.000 para o Camucuío.

Para garantir o funcionamento da Epasn, além das medidas de optimização do sistema, principalmente a diminuição das perdas de água durante o tratamento e solução das rupturas nas redes de distribuição, a empresa pública conta com a entrada da Assistência Técnica II (AT II), num período de três anos.

A receita operacional bruta no exercício económico do ano 2017 em relação ao ano 2016, registou um crescimento na arrecadação de receitas devido a aplicação do reajuste tarifário.

Segundo a fonte, durante o ano de 2018, em curso, nos dois últimos meses, já com a aplicação do novo modelo tarifário, registamos uma subida na arrecadação. de receitas.

"Contudo, são realizados trabalhos de sensibilização dos deveres do consumidor para com a empresa".

Actualmente a empresa está presente nos municípios do Moçâmedes, Bibala e Camucuío, sendo a perspectiva atender o Tômbwa e Virei.

Desde 2014, o Ministério da Energia e Águas, através da Direcção Nacional das Águas permitiu o início da I fase de reabilitação e reforço dos sistemas de abastecimento de água e saneamento da cidade do Namibe em busca do objectivo principal de melhorar estes serviços.

A Empresa Pública de Águas e Saneamento tem estado a desenvolver projectos com vista a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento socioeconómico da província do Namibe. AV

8.10 Município da Cahama aumenta níveis de abastecimento de água

Jornal Economia & Finanças
12 De Outubro de 2018

O Gabinete provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos do Cunene indica que este ano foi

concluído o projecto de abastecimento de água no município da Cahama, com 250 ligações e contadores.

A fonte indica que foi ainda concluída a barragem hídrica do Calueque, bem como reabilitados cinco pontos de água com o apoio da DW, a reabilitação de 20 captações de água subterrânea com ajuda do Unicef.

Dos 742 pontos de água na província, apenas 422 estão operacionais e 320 inoperantes, e dos cerca de 19 pequenos sistemas de abastecimento de água, quatro estão fora de serviço. O Cunene tem 112 fontenários ou chafarizes existentes.

A nível de acesso de água nas sedes comunais destaca-se a do Xangongo que conta com um sistema com 1.300 ligações e 39 chafarizes e Humbe tem 72 ligações e dois chafarizes.

O modelo de gestão comunitária na província do Cunene está a ser implementado em algumas localidades tais como nas sedes dos municípios da Cahama, Cuanhama, Cuvelai, Namacunde, Ombadja e Curoca.

A base de dados da qualidade de água encontra-se paralisada por falta de recursos financeiros para aquisição de reagentes laboratoriais e deslocações dos técnicos.

Perspectivas

Ainda para este ano prevê-se a abertura de 60 furos na província, 45 chimpacas, a reabilitação de 30 furos assim como a construção da II fase da rede de distribuição de água no bairro Caxila III.

Está também prevista a construção da II fase da rede de distribuição de água no bairro Nahumba I.

A falta de recursos para enquadramento de técnicos para a fiscalização a nível da província constitui um dos principais problemas a nível do Cunene, bem como recursos financeiros para trabalhos de mobilização social e a falta de recursos para acompanhar a execução dos trabalhos a nível de toda a província. AV.

8.11 PRODEL com dívida de mais KZ 70 triliões

Jornal: O País

18 De Outubro de 2018

Texto: Maria Teixeira

Dívida foi revelada ontem, em Luanda, pelo director da direcção de Finanças e Contabilidade da PRODEL, Benício Machado, no Primeiro Encontro Nacional de Quadros da empresa, ao proceder à apresentação da sua situação económica e financeira. Segundo o responsável, o endividamento resulta da não disponibilização dos subsídios a preço, não pagamento da facturação na totalidade, modelo de comprador único que não oferece alternativa, crise económica e financeira, crise cambial, associada à inflação.

Como consequência do endividamento, a empresa está a sofrer uma forte pressão dos fornecedores e o incumprimento está a provocar o endividamento contínuo para suportar as operações entes. Alguns dos prestadores e serviço optaram por mover processos jurídicos internos e externos e as dívidas têm sido actualizadas das em função do comportamento do mercado cambial, multas fiscais e juros de mora.

Benício Machado explicou que o Decreto Presidencial 305/14, de 20 Novembro, no seu Artigo 5º, estabelece um capital estatutário de triliões, 783 milhões, 387 mil, kwanzas e 82 cêntimos. Porém deste capital disponibilizou apenas 40trilhões, 917 milhões, mil, 845 Kwanzas e 41 cêntimos havendo uma insuficiência de triliões, 865 milhões, 662 232 Kwanzas e 4lcêntimos.

Por esta razão, a operacionalidade normal da empresa ficou condicionada, pois na segregação contabilística das empresas, a PRODEL assumiu maior parte do passivo Ex-Empresa Nacional de Electricidade (ENE), ligados ao segmento de produção, bem como do Gamek.

“Entre as causas que podem ter provocado a não capitalização da empresa, evidenciamos a económica e financeira mundial e a crise cambial que assola o, afirmou. A não capitalização da empresa como efeitos a incapacidade honrar com os compromissos podemos aferir, através do indicador PMR (Prazo Médio, que a empresa regista um tempo médio na arrecadação pela factura do mês de 177 dias, ou seja, a factura de um mês, só é liquidada pelo nosso cliente, após seis meses”, explicou.

Contou ainda que até Dezembro de 2017, a empresa apresentava uma liquidez corrente de 0,32, o que a

torna incapaz de honrar os seus compromissos de curto prazo 14 Milhões de pessoas serão beneficiadas com energia até 2022. O ministro da Energia e Água, João Baptista Borges, revelou ontem, que o sector eléctrico tem um plano de acção que se enquadra no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) , que visa permitir que 14 milhões de pessoas tenham acesso à energia eléctrica até 2022, a partir da rede pública.

Para o transporte desta energia, estão a ser desenvolvidos projectos que vão interliga na região norte (Malanje com o Cuanza-Sul, Huambo e Bié), o que deverá acontecer até ao final do ano. Além da interligação do Cuanzas Norte com Benguela que deverá ser concretizada até Junho do próximo ano.

Com a interligação dos sistemas e consequente transporte de energia' os consumidores das cidades do Huambo, Waco Cungo, Lubango, Cuíto, Benguela, Lobito e arredores vão beneficiar de energia a crise económica e financeira mundial e a crise cambial que assola o país", afirmou. A não capitalização da empresa teve como efeitos a incapacidade de honrar com os compromissos assumidos, tanto os gerados pela empresa, como os provenientes da extinta ENE, E.P e do Gamek, incapacidade de manutenção da dívida e desequilíbrio financeiro. Salientou ainda que a facturação global de Março 2015 á Agosto 2018, totaliza em mais de 32 triliões de Quilowatt-hora, correspondente a uma facturação de 137 trilhas, 836 milhões, 208 mil, 063 Kwanzas e59 cêntimos. O recebimento em relação ao período homólogo cifrou-se em mais de 43 triliões de Kwanzas, havendo uma dívida de 94 triliões de Kwanzas, ou seja, apenas 32% da facturação foi cobrada.

Benício Machado fez saber que as causas que podem estar associadas aos incumprimentos registados se resumem na conjuntura económica e o modelo do cliente único. A empresa tem insuficiência de tesouraria para fazer face as necessidades operacionais. Como consequência, tornasse incapaz de melhorar as condições de trabalho e sociais dos trabalhadores e enfrenta dificuldade em honrar os compromissos com os prestadores de serviço.

"Tendo em conta o deficit de tesouraria e a incapacidade financeira afirmada anteriormente, Com interligação dos sistemas e consequente transporte de energia, os consumidores das cidades do Huambo, Waco Cungo, Lubango, Cuíto, Benguela, Lobito e arredores vão beneficiar de energia a preços mais baixos. "Com este transporte de energia vamos poder também ligar a rede eléctrica a milhares de consumidores. Estimamos que um número de

ligações em média de 200 mil por anos seja feita nos próximos quatro anos", disse.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração, José António Neto, disse que a iniciativa do encontro resulta da necessidade de levar a cabo várias abordagens sobre assuntos que têm a ver com a gestão e administração da sua empresa no contexto actual, bem como a necessidade de nivelarem as informações e buscar alinhamento entre os gestores. "Temos vindo a trabalhar em situações que consideramos extremamente difíceis no plano económico e financeiro, situação essas que têm" de certo modo influenciado a nossa capacidade de gestão e também o cumprimento das obrigações;', declarou. Garantiu ter agora uma capacidade instalada de 4 mil e 300 mega watts que prevê aumentar depois da conclusão do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca e da Central do Ciclo combinado do Soyo bem como com a finalização do projecto Caculo Cabaça.

8.12 Dívida mantém casas de banho públicas fora de uso

Novo Jornal

19 De Outubro de 2018

Texto: Dulcinea Lufua

O Governo da província de Luanda deve mais de quatro milhões de dólares a empresa Gente Gente, que tratava da montagem e manutenção de urinóis públicos em Luanda. Do contrato, orçado em sete milhões de dólares para a montagem de 100 unidades, segundo uma fonte, a empresa Gente Gente apenas recebeu 2,5 milhões de dólares que permitiu, em 2014, a montagem de 34 casas de banho, actualmente degradadas e inoperantes por falta de pagamento.

As retretes, montadas no tempo de José Tavares, na época presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), funcionaram apenas um ano e meio, isto é, de Abril de 2014 a Novembro de 2015. Actualmente, as mesmas encontram-se degradadas, mal cheirosas, algumas sem portas e votadas ao abandonado, constatou a reportagem do Novo Jornal nalguns pontos da cidade.

Uma fonte da empresa Gente Gente, falando sob anonimato, afirmou que chegaram a receber apenas 2,5 milhões de dólares que permitiu a instalação de 34 WCs públicos, espalhados em diferentes artérias da cidade e efectuar a manutenção dos mesmos, bem como pagar aos 68 trabalhadores.

A fonte acrescentou ainda que a empresa abandonou o projecto após vários meses sem receber verbas por

parte da CACL, afecta ao Governo da Província de Luanda. «A CACL já não tinha condições para continuar a financiar o projecto, dada a situação económica que o país atravessava e esta situação comprometeu a continuidade do programa", revelou a fonte sem entrar em pormenores.

Observando com tristeza a falência do projecto, a fonte diz estar "irritada" pelo facto de as autoridades, até ao momento, não se pronunciaram sobre o assunto. "Não há nada mais frustrante do que ver um projecto idealizado para servir o povo a degradar-se, aos olhos dos governantes. Isso dói bastante", lamentou, acrescentando que o projecto foi criado para ajudar a população nas suas necessidades biológicas, mas com seu encerramento "cidadãos voltaram a urinar em locais impróprios".

Contactada por este semanário, uma fonte da CACL confirmou a inoperância dos WCs públicos por conta de dívidas e de conflitos contratuais. Contudo, assegurou que estão já a ser criados mecanismos para a revitalização do projecto.

Recorde-se que as casas de banho públicas foram postas na rua Rainha Ginga, Mutamba, Alameda Manuel Van-Dúnem, Rua Marien Ngouabi, Maianga, Combatentes, entre outras.

Populares lamentam o estado de abandono

Populares ouvidos pelo Novo Jornal mostraram-se aborrecidos com a inoperância dos urinóis. "Instalar urinóis e casas de banho públicas em algumas ruas da cidade de Luanda foi um projecto bom, mas durou pouco tempo, o que demonstrou ser um investimento fracassado", reclamaram cidadãos.

A cidadina Andreia Sampaio reclama a falta que os urinóis estão a causar em momentos de aflição. "Esses urinóis davam muito jeito na hora das necessidades maiores ou menores, com 20 kwanzas você fazia as necessidades à vontade. Agora, Sem eles temos de nos desenrascar", disse a cidadina, confidenciando que, com a ausência das casas de banho públicas, se vê obrigada a recorrer a viaturas estacionadas:

"Isso é claro, um atentado à saúde pública".

8.13 Engenheiros debatem problemática do saneamento básico

Jornal O PAÍS
25 De Outubro de 2018

Nos últimos dias, é cada vez notório o número considerável de pessoas que vivem nos musseques da cidade capital e não usufruem de saneamento básico, luz, vias de acessos em condições, o que coloca em risco a vida de muitos cidadãos.

Em declaração ao OPAÍS, na segunda conferência bienal, o engenheiro Luís Pires disse que, para além da divulgação dos trabalhos científicos e pesquisas na área da Engenharia e Arquitectura, a conferência, que vai até ao dia 26, servirá para promover debates e incentivar os estudantes na resolução de problemas que assolam as famílias angolanas, desde a urbanização, requalificação das vias terciárias, saneamento básico e outras áreas sociais.

Problemas de trânsito condicionam a vida de muitos cidadãos e actualmente a cidade tem apresentado problemas graves em diversas áreas, como a habitação, requalificação das vias terciárias e saneamento básico nos diversos sectores.

Os engenheiros e arquitectos estão preocupados com as construções que põem em risco a vida dos moradores e têm sido um atentado para saúde de muitos. A problemática de habitação está intrinsecamente ligada ao emprego e industrialização no país, segundo os especialistas. A II Conferência, que decorre até Sexta-feira, sob o lema: "A Engenharia e Arquitectura na Solução dos Problemas da Sociedade", pretende tornar público todos os resultados da produção científica desenvolvida pelos docentes e estudantes dos cursos da Faculdade de Engenharia da UAN.

O evento visa contribuir para a solução dos problemas da sociedade, incentivar a cultura da investigação científica e do conhecimento, proporcionar um espaço para que docentes, investigadores e técnicos de outras instituições do país possam apresentar trabalhos técnicos e científicos que desenvolvam nessas instituições.

Em nove painéis serão abordadas questões sobre Arquitectura, Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Informática, Engenharia Mecânica, Engenharia de Minas e Engenharia Química.

8.14 Dez milhões de dólares jogados no lixo

Jornal 24 Horas
26 De Outubro de 2018
Texto: Japer Kanambwa

Depois de tanto que se falou e escreveu sobre o assunto, estando hoje o resto que sobrou dos ditos balneários jogados no lixo ali pelas bandas da Chicala, pela sua pouca dura e praticamente nenhuma serventia, assim como pelos novos ventos que sopram em Angola, com a cruzada contra a corrupção, o roubo da coisa pública, a má gestão, o nepotismo, entre outros, a abrir processos e a fazer prisões por todo o país, também interessa lembrar às autoridades para que investiguem este caso, cuja culpa não pode morrer solteira.

Em diversas províncias, como em Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e outras, inúmeros dirigentes e funcionários estão a prestar contas à justiça, incluindo pessoas que já estão aposentadas, mas que terão prevaricado quando estavam no activo.

Ora, um problema ainda bastante recente como este dos balneários, de les-Pátria, que chocou os cidadãos, tem que ser investigado e, os seus mentores, levados a tribunal. Os 34 balneários públicos que foram instalados, de cem previstos, nos seis distrito urbanos que fazem parte do município de Luanda, sobretudo em zonas de maior concentração populacional, destacando-se o centro da cidade, estavam dotados de água potável e energia eléctrica, como garantiu na altura, José Tavares Ferreira. O acesso do público aos sanitários custaria o valor módico de dez Kwanzas para a sua manutenção.

Para inibir e identificar, sempre que necessário, casos de vandalismo, bem como de possíveis actos delituosos nos arredores e para ajudara Polícia Nacional a esclarecer os delitos, os balneários tinham câmaras de vídeo vigilância instaladas num determinado ângulo de captação de imagens, na entrada dos balneários e na parte exterior para detectar os vândalos.

Os sanitários foram inaugurados com pompa e circunstância por José Tavares e o então governador provincial de Luanda, Bento Bento, a sociedade luandense aplaudiu a iniciativa, considerando que, para além de Luanda ser uma cidade com graves casos no que toca à recolha de lixo e de saneamento, em todas as ruas, becos e qualquer canto da cidade, incluindo entradas de edificios particulares ou

públicos e nas escadas ou por baixo delas, são usadas pelos cidadãos para aliviarem-se de necessidades fisiológicas menores ou maiores, deixando esses locais bastante malcheirosos.

A imagem fala por si: a estrutura metalizada, agora completamente «canibalizada», serviu até muito recentemente de balneário público, local aonde as pessoas com necessidades fisiológicas acorriam para satisfazê-las, mediante pagamento de uma módica quantia para a sua manutenção.

Em poucos dias, devido a sérios problemas de negligência e falta de cumprimento do que fora publicamente prometido, os mesmos foram completamente abandonados, fétidos e deixou de cumprir com o objectivo que motivou a sua instalação.

Como foi dito na altura e continua a dizer-se, ninguém sabe na realidade como foi que unidades recentemente instaladas, em 2014, acabaram em desuso em tão pouco tempo, para além do curtíssimo tempo de vida, apenas três meses.

Em contrapartida, o que mais espantou foi o astronómico valor que envolveu toda operação.

O projecto previa a instalação de cem unidades de fabrico esloveno, com cada uma a custar 70 mil dólares norte-americanos, com ligações à rede pública de água, luz, esgotos e ainda câmaras de filtrar no exterior, como forma de inibir actos de vandalismo. Tudo ficou orçado em sete milhões de dólares e mais outras despesas de apetrechamento, ligações às redes públicas de esgotos, totalizavam cerca de dez milhões de dólares que hoje estão jogados no lixo ali pela Chicala, num espectáculo deprimente. Considerando que tal montante serviria para a instalação dos referidos cem balneários e apenas foram montados menos do que a metade, apenas 34, houve uma diferença de mais de cinco milhões de dólares. O que se questionou e continua-se a questionar é: para onde foi tanto dinheiro? Que explicação se pode dar ao facto de se instalar infra-estruturas que serviriam o público, mas que não cumpriram com o seu objectivo e, num ápice, sumiram do mapa. De certeza que esses dinheiros foram parar no bolso de alguém.

Hoje, Luanda, a capital da República de Angola, não oferece possibilidades de qualquer pessoa, cidadão nacional ou estrangeiro, residente ou turista, poder satisfazer-se em hora de aperto fisiológico, o que se toma um complicado problema.

Por esta e por outras, em meio a tantos luxos e ostentação dos governantes, deputados, etc, a imagem do país segue manchada e Luanda continua a

ser considerada uma das cidades mais atrasadas e sujas do mundo.

Alguém tem de prestar contas, excelentíssimas autoridades judiciais!

8.15 Luanda produz quantidade de lixo capaz de gerar energia

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

A segunda Conferência de Engenharia e Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (UAN) concluiu que a quantidade de resíduos sólidos, produzidos em Luanda, permite a produção de energia alternativa, a partir do aproveitamento de biogás gerado no aterro sanitário.

Sob o lema "A engenharia e a arquitectura na solução dos problemas da sociedade", a conferência apontou que o material reciclável em Luanda tem potencialidade para alimentar uma indústria de reciclagem.

O comunicado final acentuou que as cidades devem ser encaradas de forma inclusiva e sustentável, incentivando o uso de materiais de construção não-convencionais.

Os investigadores propõem que as intervenções dos patrimónios devem ter em conta o seu estado de degradação. Indicaram ainda a possibilidade de utilização do declive para abastecimento de água no Kilamba, Viana e Cazenga, sem recurso a bombas elevatórias. Ao admitirem a ausência de certificação para a escolha selectiva do aço, os engenheiros concluíram que o aproveitamento hidrográfico do Gove é o mais importante na bacia do rio Cunene, devido ao efeito regularizador do seu caudal, capaz de garantir melhor distribuição de água para a população.

A conferência, realizada de 24 a 26 deste mês, teve como objectivo dar a conhecer os trabalhos científicos desenvolvidos pelos departamentos de Arquitectura e de Engenharia Civil, Electrotécnica, Informática, Mecânica, Minas e Química, bem como os trabalhos realizados nos cursos de mestrado de Engenharia do Ambiente.

A decana da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, Alice Ceita e Almeida, disse que os debates contaram com a presença de representantes dos ministérios e empresas com vista a uma melhor utilização da produção científica da

academia e permitir o enquadramento dos finalistas dos cursos de engenharias e de arquitectura no mercado de trabalho.

"Um dos objectivos da faculdade é tornar públicos os resultados da produção científica para partilhar e incentivar a cultura da investigação científica", disse, para acrescentar que, na conferência, foram partilhadas experiências e técnicas nas áreas de arquitectura e das engenharias.

Alice Ceita e Almeida afirmou que a qualidade dos debates revelaram o potencial da faculdade de engenharia na solução dos problemas da sociedade.

A Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto pretende realizar, em breve, um encontro para apresentar as recomendações da conferência às entidades afins para a sua implementação.

As empresas Carmon e Catoca expuseram, durante os três dias da conferência, os seus serviços no átrio do Pavilhão de Arquitectura da Faculdade de Engenharia.

8.16 Removidas mais de 160 toneladas de lixo em Caxito e Panguila

Jornal O PAÍS
29 De Outubro de 2018

Mais de 160 toneladas de resíduos sólidos foram retiradas, neste Sábado, de diversas zonas do Panguila e Caxito, província do Bengo, durante a segunda campanha de limpeza denominada "Sábado Vermelho".

A informação foi avançada, à imprensa, pelo administrador municipal-adjunto do Dande, José de Andrade, tendo referido que a iniciativa visa resguardar a população de certas doenças, como o paludismo e a cólera, muito frequentes na época chuvosa.

Apelou aos municípios mais colaboração nas campanhas de limpeza, que têm ainda o objectivo de tornar a cidade de Caxito e a vila do Panguila mais asseadas e bonitas.

Fez saber que a campanha "Sábados Vermelhos" vai abranger todos os bairros do município do Dande.

Na campanha foram utilizados camiões basculantes, tractores, pás-carregadoras e foram envolvidos na actividade funcionários públicos,

membros da sociedade civil, grupos afectos a igrejas e associações juvenis, entre outros populares.

8.17 Falta de Saneamento básico: Águas cheirosas preocupam municípios de Cacuo

Jornal A República
5 De Outubro de 2018
Texto: Isidro Kangandjo

A falta de saneamento básico é um problema que preocupa os municípios de Cacuo, sobretudo os que residem na Vila Sede. Águas paradas, valas sujas e cheirosas são realidades que se registam no município mais a norte de Luanda.

Numa ronda que o semanário A República efectuou no município de Cacuo, nos distritos do Kicolo e Vila Sede, nesta quarta-feira, 03, constatou que a acumulação de água é visível e, hoje, tornou-se o centro de reprodução de mosquitos que transportam doenças diversas e que podem contaminar os moradores da zona. A moradora da Boa Esperança, centro de nome Catarina Ngueve, tem a residência bem perto da lagoa da zona do tubo, que existe há muito, mas a administração municipal nunca pensou em intervir, mesmo sabendo do risco.

"O que temos registado são visitas que a equipa do antigo administrador efectuava, mas nunca fizeram nenhuma intervenção para tirar a água. Atendendo o tempo que essa água está parada, hoje se tornou uma zona verde e local de reprodução de mosquitos. Por isso vemos muitas doenças, inclusive mortes, porque o saneamento básico não se faz sentir no bairro", disse.

O outro arcano encontra-se no centro de Cacuo, a vala denominada Rio seco é totalmente suja e cheirosa, uma situação que deixa agastados os moradores de Forno do Cal. "Cacuo cheira mal, já reclamamos, pedimos intervenções da administração, até agora não fomos atendidos. Não conseguimos comer em condições por causa do cheiro, por outro lado, não podemos sair daqui porque não temos outro local para viver," disse o senhor Paulo.

As zonas críticas são a Boa Esperança, entrada da Cerâmica, vala do Rio Seco. O Director Municipal do Ambiente e Serviços Comunitários, Bento Rafael, disse à imprensa, no dia 11 de Abril de 2018, que existe uma estratégia a nível da administração municipal de Cacuo, no sentido de se evitar desastres.

Faremos um tratamento especial nas valas e ravinas que existem no nosso território e nas outras áreas, o trabalho já começou. Constitui uma grande preocupação, sobretudo no Bairro dos Pescadores, Cerâmica, assim como no interior dos bairros onde há maior acumulação de água. Infelizmente, o programa traçado até à data presente não têm pernas para andar, mesmo tendo equipamentos para o efeito.

8.18 Mais de três mil angolanos morreram devido à malária

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2018

Angola registou este ano quase 2,5 milhões de casos de malária, que vitimaram 3.364 pessoas, continuando a doença a constituir a primeira causa de morte no país, indica um relatório do Ministério da Saúde. No documento divulgado pela Comissão Interministerial de Combate à Malária e à Cólera do Ministério da Saúde, a que a agência Lusa teve acesso, as autoridades sanitárias registaram, entre 1 de Janeiro e 28 de Setembro, 2.472.033 casos.

Só nas últimas 24 horas, a província de Luanda, segundo o relatório, é a que maior número de casos registou, com 1.582 do total de 5.041 notificações de todas as 18 regiões, seguida de Benguela (573 casos). Entretanto, o Boletim Epidemiológico de 2017 dá conta que a malária provocou no ano passado 13.979 óbitos, de um total de 4.515.531 casos. Tendo os dados em conta, os números de 2017 registaram uma diminuição em mortes entre os 5 e 14 anos, com comparativamente a 2016, 4.045 óbitos em 1.386.987 ano em que foram registadas casos, enquanto nos maiores 18.082 mortes, de um total de 14 anos houve 1.528.718 de 4.438.837 casos e 3.085 mortes.

De acordo com os dados, "Verifica-se que o risco de os menores de 5 anos foram adoecer e morrer diminui os mais afectados, com 1.599.826 casos, que resultaram em 6.849 mortes, de cinco anos e as taxas de seguindo-se as crianças mortalidade em crianças dos cinco aos 14 anos e em maiores de 14 anos acabaram por aumentar com relação ao ano 2016", sublinha o documento. A província de Luanda liderou a lista de casos, com 1.036.013, e de óbitos, com 2.334, seguindo-se Benguela (375.825 casos e 1.413 mortes). As províncias da Huíla, Namibe e Zaire foram as que não registaram durante o ano surtos da doença, segundo indica o relatório. Numa análise à sazonalidade dos casos de malária em 2017, verifica-se a existência do surto epidémico durante quase todo o ano, à excepção dos meses de Março e

Agosto. "O aumento dos casos de síndromes febris suspeitos de malária registados nos meses de Abril, Maio e Junho, típico do padrão sazonal, foi atribuído pelas cargas pluviais que favorecem a proliferação do vector neste período, juntamente com outras determinantes", salienta o documento.

8.19 Conduta de água potável vandalizada no Cunene

Jornal de Angola
8 De Outubro de 2018
Texto: Elautério Siliupuleni

Os constantes actos de vandalismo na condução de água que liga as cidades de Xangongo e Ondjiva, provocam cortes das derivações e da fibra óptica, com maior incidência nas localidades de Oshakati, Okafano e Bulunganga, e têm causado enormes prejuízos à Empresa de Águas e Saneamento do Cunene (EASC), que tem de gastar avultadas somas para a reposição dos materiais, informou ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração da Instituição.

Segundo Fernando Cunha, a empresa teve prejuízos, nos últimos três anos, de um milhão de metros cúbicos de água, facto que atrapalha sobremaneira o abastecimento de águas às populações. O responsável da EASC disse que além do vandalismo, há também registos de casos de cidadãos que acarretam água a partir das caixas de regulação de pressão da condução, provocando enormes perdas do líquido ao longo do percurso.

De acordo com Fernando Cunha, "devido à selvajaria" na condução, a distribuição de água à cidade de Ondjiva e outras zonas está a ser feita com restrições. "Está em curso um trabalho conjunto com a Polícia nacional, autoridades locais e a população para responsabilizar os autores criminalmente", referiu.

"O combate a este mal", prosseguiu, "não depende apenas da Empresa de Águas, é uma tarefa de toda a sociedade. Temos de garantir a segurança das infra-estruturas de forma a reduzir os enormes gastos que a empresa vem tendo", acrescentou. A Empresa de Águas e Saneamento da província do Cunene controla 5.781 clientes na cidade de Ondjiva e nos municípios de Ombadja e Namacunde.

8.20 Meios comprados para fazer furos de água devolvidos 4 anos depois

Jornal de Angola

10 De Outubro de 2018

Texto: César Esteves

O Estado angolano conseguiu recuperar, recentemente, na província de Benguela, alguns equipamentos técnicos, adquiridos quatro anos antes, no âmbito do programa "Água para Todos", para a descoberta de pontos de água nalgumas regiões daquela circunscrição do país, onde se regista a escassez do líquido.

Os equipamentos em causa, que tinham recebido destino diferente, são um camião de marca Mercedes, outro de marca Volvo FH12 e um trailer porta-máquina. Os referidos equipamentos, que não são os únicos, estavam em posse da empresa de engenharia e construções "Winga", com sede em Benguela. Os responsáveis da referida empresa afirmam, num termo de devolução dos equipamentos à Empresa de Águas e Saneamento de Benguela, datado de 27 de Setembro do corrente ano, que receberam os meios do então vice-governador da província de Benguela para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita.

De acordo ainda com os responsáveis de empresa "Winga", os meios foram-lhes entregues para realizarem trabalhos de descoberta de furos de água em zonas da província de Benguela, onde se registava a escassez do líquido, para beneficiar a população local. Além dos meios apresentados, a empresa "Winga" informa, através do termo de devolução, que ainda tem por devolver mais três equipamentos, nomeadamente um camião de marca Mercedes, outro de marca Volkswagen (cisterna de 20 mil litros) e uma máquina pequena de micro furos, que não os entregou ainda por estarem com algumas avarias técnicas. Os responsáveis da "Winga" prometem fazer a devolução dos meios à Empresa de Águas e Saneamento de Benguela tão logo as avarias técnicas estejam reparadas.

Esta situação, que comprometeu, naquela província, a implementação do projecto "Água para Todas", começou quando o Estado decidiu adquirir alguns meios técnicos para descoberta de furos de água na província, para beneficiar a população local. Após a compra, os equipamentos não foram usados para o propósito que motivou a aquisição.

De acordo com os responsáveis de empresa "Winga", os meios foram-lhes entregues para realizarem

trabalhos de descoberta de furos em zonas da província de Benguela, onde se registava a escassez de água.

O Governo da Província de Benguela, através de um documento datado de 20 de Agosto de 2018 e sob o número de referência "00034971-GGPB/2018", dá conhecer o seguinte: "no dia quatro de Junho de 2018, tomou conhecimento que, em Março de 2014, o Ministério da Energia e Águas procedeu, sem o seu conhecimento, à entrega de três equipamentos para a execução de furos na província de Benguela".

O Governo Provincial de Benguela esclarece ainda, através desse documento, que, em causa, não estão só esses meios. Diz haver também um camião cisterna de marca Volkswagen,; um camião porta-máquinas, demarca Volvo,; um compressor, um perfurador e uma caixa com várias ferramentas.

Os meios, segundo o Governo da Província de Benguela, tinham sido desviados, depois de adquiridos no âmbito do programa "Água para todos", lançado pelo Estado angolano, para levar água as populações.

O Jornal de Angola sabe que durante estes anos, o equipamento ora entregue foi utilizado em outras actividades, de carácter privado, nomeadamente na prospecção de diamantes na região das Lundas. De acordo com fonte conhecedora do negócio, cada furo feito por estas máquinas custa em média cem mil dólares norte-americanos, o que levanta a questão de se saber para onde foi parar o rendimento gerado ao longo destes quatro anos em que o equipamento esteve, indevidamente, entregue à uma entidade privada, não tendo servido o propósito para que foi entregue às autoridades de Benguela, que era procurar água em regiões onde esse bem escassa.

8.21 Falta água potável em Ngana Muango

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2018

Texto: Venâncio Victor

Habitantes da localidade de Ngana Muango, no município do Quela, província de Malanje estão a consumir água retirada directamente de rios, lagoas, cacimbas e de buracos feitos para a extracção de diamantes, por falta de um sistema de captação, distribuição e tratamento de água na região. O vice-governador provincial para o sector Político, Económico e Sodal, Domingos Eduardo, tomou conhecimento deste facto, ontem, durante uma visita

à localidade, no âmbito do lançamento do projecto de Agentes de Desenvolvimento Comunitário.

Maria Tomás, habitante da comuna, disse ao Jornal de Angola que a água consumida na região "é de cor castanha e salgada", retirada directamente de um buraco feito para a extracção de diamantes, próximo do rio Lui." Estamos a passar por momentos críticos devido à falta de água potável", disse. O sobalocal, ganaMuango, disse que na comuna "falta quase tudo", inclusive escolas e unidades sanitárias.

"Além da falta de água e escolas, as populações são obrigadas a percorrer 14 quilómetros em busca de assistência médica na sede da comuna de Xandel", deplorou.

Promessas

Com vista a resolver o problema da falta de água na localidade de Ngana Muango, com mais de 500 habitantes. O vice-governador Domingos Eduardo disse que técnicos do sector das águas vão realizar um estudo de viabilidade para a construção de um sistema de captação de água. "A situação não agrada a ninguém, pelo que vamos providenciar para que o mais rapidamente possível a população tenha acesso a água potável", garantiu.

8.22 Reunião no Palácio Presidencial da Cidade Alta analisou a situação económica do país e os desafios do Executivo

Jornal de Angola
19 De Outubro de 2018
Texto: João Dias

Os projectos em curso de ampliação do sistema de energia eléctrica e expansão de acesso à água potável nas zonas urbanas e rurais do país devem absorver, nos próximos quatro anos, nove mil milhões de dólares, anunciou ontem, em Luanda, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Ao falar aos jornalistas no termo da 10ª reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, o ministro disse que o investimento consta de um Plano de Acção que está sob alçada do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que estabelece prioridades e projectos a alcançar até 2022.

Para o ministro, o pacote de projectos em curso com o investimento de nove mil milhões de dólares constitui prioridade, havendo um outro pacote de

novos projectos que compreende um volume de investimento de seis mil milhões de dólares.

Ao todo, o Executivo deve investir 15 mil milhões de dólares.

O Plano de Acção do Sector de Energia e Águas para 2018-2022, com base no PDN, foi apreciado ontem pela Comissão Económica do Conselho de Ministros. O documento estabelece prioridades e projectos para o desenvolvimento do sector.

O foco do Plano de Acção gravita em vectores como o acesso à electricidade e à água o plano da energia eléctrica, o objectivo é que a ampliação garanta que 50 por cento da população, cerca de 14 milhões de pessoas, tenha acesso até 2022. O Executivo vai poder expandir os acessos à energia eléctrica e o abastecimento de água potável às zonas urbanas e rurais, o que vai resultar no aumento do número de municípios servidos pela Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) de 73, em 2018, para 116, em 2022.

o que respeita às águas, prevê-se que 85 por cento da população tenham acesso a este bem nas zonas urbanas e 80 nas áreas rurais.

Para o ministro João Baptista Borges, é fundamental que todos estes projectos sejam concretizados num alinhamento com três segmentos da cadeia de valor: produção, transporte e distribuição. O sector deve abranger projectos estruturantes hidroeléctricos e térmicos, bem como a extensão da rede de transporte e distribuição.

João Baptista Borges explicou que outro dos objectivos do sector é electrificar as capitais de províncias, com realce para Benguela, Huambo, Lubango e Luanda, onde, segundo o ministro, existem zonas e bairros inteiros sem electricidade.

Outra prioridade, disse, vai ser dada à distribuição e comercialização na vertente da melhoria da eficiência das empresas e redução das perdas comerciais e técnicas. Para o efeito, o ministro prometeu a instalação de contadores para cada consumidor para que a factura traduza o consumo real.

Privados na energia

O ministro indicou uma outra prioridade que tem a ver com a necessidade da participação do sector privado. O quadro dos investimentos a serem realizados, pretende-se, segundo o ministro, que cerca de dois mil milhões de dólares sejam garantidos, por via do investimento privado, na construção de centros de produção de energia hídrica, solar, biomassa e a do resíduos sólidos. "Em relação ao

sector eléctrico, pretende-se um programa de expansão, acesso e melhoria de eficiência e participação do sector priva -do", explicou.

Relativamente ao sector das Águas, o ministro anunciou a expansão do acesso da população à água, com a reabilitação e a construção dos sistemas. Para Luanda, explicou, a atenção é redobrada por continuar a ser o maior centro de consumo de água e ter um défice no fornecimento de 50 por cento.

Para contrapor o cenário, João Baptista Borges falou na necessidade de ampliar a capacidade de abastecimento do sistema de água em 750 mil metros cúbicos/dia. "Para o efeito, concorrem os projectos em curso. Só assim, vai ser possível reduzir o défice até 2022", assinalou.

Energia solar

O ministro indicou haver energia solar em todo o país, mas o que vai ser feito, nos próximos tempos, é dar prioridade às zonas em que existem sistemas isolados e onde estão instaladas as centrais térmicas para reduzir o consumo de diesel.

O ministro anunciou a instalação desses sistemas híbridos na Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Menongue e Ondjiva, por estarem mais afastadas da rede eléctrica e onde só existem fontes térmicas. Com o sistema, pretende reduzir-se o consumo de combustível e o custo da produção da energia, segundo o ministro.

Para mais tarde, anunciou, o sector vai desenvolver parques solares, principalmente destinados a compensar o efeito da irregularidade hidrológica.

Repatriamento de capitais A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento da Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros.

O projecto pretende estabelecer os termos e condições para aplicação dos recursos repatriados, voluntária e coercivamente e o regime jurídico da autorização para a emissão de títulos de dívida pública, em moeda estrangeira, nos termos da Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou a Proposta de Lei e o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2019, principal instrumento de gestão financeira do Estado. No decorrer deste período, o Executivo vai continuar a prosseguir o desígnio da implementação de uma política fiscal mais equilibrada, rigorosa e sustentável, mantendo a trajectória de diminuição gradual do défice fiscal. A

Comissão aprovou a Proposta de Plano de Acção do PD 2018-2022 para o IV trimestre deste ano, documento que contém as acções a desenvolver entre Outubro e Dezembro de 2018.

A Comissão aprovou o Projecto de Promoção e Captação de Investimento Privado (Procip).

8.23 Investimentos na água

Jornal O PAÍS

20 De Outubro de 2018

Texto: Lemos Ganga

Os meus melhores cumprimentos.

Êxitos a equipa deste matutino pelos esforços empreendidos no cumprimento do seu papel social de informar.

Nos últimos anos o país colocou muitos recursos financeiros para os investimentos no sector de energia e águas com particular ênfase para Luanda. O programa Água para Todos, iniciado em 2007, por sinal de, âmbito nacional, o das 700.000 ligações domiciliárias destinado a dar solução ao sistema de abastecimento de água na capital e outros. Porém, pensava-se que, pelo menos para Luanda, as 700.000 ligações pudessem, de certa forma, minimizar a cobertura da distribuição. Na verdade, ainda não chegou a esta meta, apesar de terem sido conectados a mesma rede que ainda fazia chegar o líquido às famílias através de fontenários comunitários, pelo que voltamos, em algumas situações, ao sistema novo, ou seja, o informal (cisternas vs tanques). Ouvi muito atentamente a notícia segundo a qual o Executivo vai disponibilizar uma vez mais 15 Mil Milhões de Dólares para este sector até 2022, supostamente para dar resposta às necessidades e para a implementação das actividades constante no PDN.

Será que desta vez a nossa esperança idosa vai ressuscitar?

8.24 Sumbe ganha estação de tratamento de águas

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2018

Empresas responsáveis pela execução do projecto de saneamento, construção de uma estação de tratamento de águas residuais (ITAR), bem como expansão do sistema de abastecimento de água potável à cidade do Sumbe, na província do Cuanza - Sul, estão a recolher contribuições, para a conclusão da obra, que teve início em 2014.

A representante da Direcção Nacional de Águas (DNA), Odeth Grilo, considerou o encontro de oportuno, porque vai permitir enriquecer o projecto, através das contribuições dos munícipes, uma das exigências do financiador, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A representante da Direcção Nacional de Águas fez saber que o projecto tem impacto nacional, visto que vai ser implementado em sete províncias do país, sob responsabilidade do Ministério da Energia e Águas, e co-financiado pelo BAD.

Esclareceu que na primeira fase o projecto procurou identificar os problemas que afectavam o sector e em seguida passou a intervir na melhoria da captação, com expansão da estação de tratamento de água, bem como na revisão e ampliação das condutas, o que, em médio prazo, permitiu aumentar a capacidade dos reservatórios e estender a rede em zonas que no passado não beneficiavam de água.

A responsável avançou que para a segunda fase, além de encontros de consulta pública com os munícipes, está também prevista a construção de uma ETAR e a expansão do sistema ou rede de distribuição e abastecimento de água existente na cidade do Sumbe.

Acrescentou que o mesmo projecto prevê ainda contemplar a implementação de um laboratório regional de análises e controlo da qualidade de água, um trabalho que vai acontecer em áreas consideradas prioritárias e mais carenciadas, como as zonas 1, 2, 5 e 6.

Odeth Grilo disse que o projecto vai reforçar a estação de água tratada do reservatório do bairro do Chingo, com uma extensão proposta de cerca de 64 quilómetros, para permitir elevar o nível de abastecimento para 53.200 pessoas, até aos próximos 20 anos, bem como instalar 3.330 ramais domiciliários.,

O projecto, que contempla a construção do sistema de drenagem de águas residuais, decorre sem sobressaltos e vai cumprir com todas as suas etapas, com o envolvimento da população.

8.25 Melhoria na distribuição de água

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2018

Texto: Kayila Silvina

As obras de reabilitação e ampliação do novo sistema de abastecimento de água à cidade de Mbanza Kongo, província do Zaire, que iniciaram em Setembro do ano passado, serão concluídas em Abril

de 2019, assegurou, ontem, o director provincial da Empresa de Água e Saneamento, António Mossito.

A empreitada consiste na construção de uma nova estação de tratamento de água e na ampliação dos antigos tanques de armazenamento. Pretendemos com estas obras proporcionar maior capacidade de distribuição de água aos habitantes da sede municipal e arredores de Mbanza Kongo", disse António Kongo.

Neste momento estão em curso a construção de um reservatório de três mil metros cúbicos que bombeará água a partir do rio Lueji e vai distribuir aos ramais domiciliários o actual tem apenas 60 metros cúbicos.

O projecto contempla ainda um semi-reservatório de apoio com capacidade de 300 metros cúbicos, para o aumento da capacidade de armazenamento de água.

António Mossito informou que, no âmbito da ampliação da rede de distribuição de água em Mbanza Kongo, foram efectuadas recentemente 2.300 ligações domiciliárias em Mbanza Kongo, cuja meta é atingir à cifra de 4.000 até final do ano." Nos últimos tempos construímos 129 chafarizes em toda a extensão da cidade. Isso quer dizer que em todo casco urbano e nas áreas periféricas há água.

8.26 Água no Bengo tem nova tarifa

Jornal Economia e Finanças

26 De Outubro de 2018

A Empresa Pública de Água e Saneamento (EPAS) do Bengo anunciou que, a partir de 1 de Novembro do ano corrente, vai proceder cobranças de água com base na leitura dos contadores instalados nas residências, de acordo com a nova estrutura tarifária.

Para o efeito, a EPAS procede à instalação de contadores, inicialmente no "Condomínio Habitacional das Mabubas", situação que já provoca restrições no fornecimento de água entre as 09 e 13 horas.

Em declarações à imprensa, a directora do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da EPAS no Bengo, Vanusa Octávio, explicou que o projecto de instalação de contadores será efectuado de forma faseada, abrangendo todos os clientes.

Com a instalação de contadores ao domicílio, a empresa passará a cobrar a água com base na leitura dos contadores e não por estimativa, como ainda é feito actualmente.

De um universo de cerca de 100 mil habitantes de Caxito, a EPAS do Bengo controla apenas 3-500 clientes, um número bastante reduzido, que neste momento recebe o "precioso líquido" ao domicílio com torneira no quintal, incluindo também as ligações de fontenários.

Uma nova tabela de tarifas de água potável, aprovada em Junho deste ano pelos Ministérios das Finanças e da Energia e Águas, permite, entre outros, o princípio do pagamento pelo consumo real do cliente, com definição de regras e critérios, ao contrário do anterior, cujo procedimento baseia-se em estimativas aleatórias.

A categoria "Doméstico Social" para habitações com famílias de baixa renda, cujo consumo diário não ultrapasse os 166 litros/dia, passa a cobrar uma tarifa de kz 117,00 por consumo variável de zero a 5 metros cúbicos de água potável/dia, enquanto os cidadãos inseridos na categoria "Chafariz Todo Consumo" (com tarifa que abrange clientes sem vínculo contratual com a fornecedora e uma das mais baixas) podem pagar kz 105,00 por todo o consumo diário.

8.27 Habitantes do Bentiaba com mais água potável

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2018
Texto: João Upale

A população dos bairros Cristo Rei e do Aviário, na comuna de Bentiaba, 150 quilómetros do município de Moçâmedes, província do Namibe, conta com mais água potável. Em cada bairro foi instalado um novo sistema de captação e abastecimento, com dois chafarizes, uma lavandaria, um reservatório elevado com capacidade para armazenar 28 metros cúbicos, suportados por painéis solares.

As obras estiveram a cargo da empresa Transportes A&B e duraram 24 dias. A director técnico da empreiteira, Ângelo Miguel, disse ao Jornal de Angola que os novos sistemas de captação e abastecimento de água vão servir também para a rega de vários campos agrícolas.

"Estamos regozijados com os novos equipamentos, pelo que vamos apelar à população para preservar os bens públicos", disse o soba Fernando Macuva.

O representante da comunidade, Vasco da Costa, lembrou que a água deixou de jorrar nas torneiras da região, desde 1983.

Luzia Maria, residente no bairro Aviário, desde 2002, disse sentir-se aliviada, pois deixa de percorrer grandes distâncias em busca de água. "Vamos controlar as nossas crianças, para não brincarem nas lavandarias, nem tão pouco nos chafarizes".

A munícipe, que falava em nome das mulheres da localidade pede a abertura de postos médicos, escolas e uma fonte alternativa (grupo gerador) para o fornecimento de energia eléctrica.

O governador Carlos da Rocha Cruz defendeu, em jeito de resposta às inquietações levantadas pela população, a necessidade da construção de mais três escolas, para inserir as crianças que se encontram fora do sistema de ensino, bem como outras estruturas básicas, que visam melhorar a qualidade de vida da população.

Carlos da Rocha Cruz pediu à população mais organização, disciplina e vigilância para evitar as acções dos que tentam destruir o património público.

Produção agrícola

O governador Carlos da Rocha Cruz que realizou um périplo às comunas da Lucira e do Bentiaba, no quadro do cumprimento do seu programa de governação, que visa aproximar cada vez mais a população às acções levadas a cabo pelo Executivo, inteirou-se da produção de hortofrutícolas no pólo agrícola de Maungo, (circunscrito do Bentiaba), tendo constatado altos níveis de produção.

O referido pólo congrega 121 famílias. No presente ano agrícola, mais de seis hectares foram cultivados e perspectiva-se uma colheita superior a dez mil toneladas, principalmente de tomate e cebola, segundo o presidente do pólo de Maungo, Jorge Kapapela.

O pólo agrícola depara-se com algumas dificuldades. A única carrinha de marca Canter e um tractor entregues pelo governo, para o escoamento dos produtos e desbravamento dos solos, encontram-se avariados. Apesar da abertura de dois pontos de água, para a irrigação de forma artesanal, os camponeses pedem às autoridades governamentais mais apoios, no que tange à implementação do sistema solar, para diminuir os custos de produção.

Os camponeses solicitam de igual modo mais pontos de água, bem como o melhoramento das vias de acesso, para facilitar o escoamento de produtos para os principais centros de consumo, designadamente Cunene, Benguela, Luanda, Lubango e Moçâmedes.

Solicitam igualmente uma manga de vacinação do gado e o desassoreamento da barragem, bem como

bacias de retenção, para a acumulação de água para os animais.

O governador Carlos da Rocha Cruz prometeu apoios necessários para a abertura de novos furos de água, com equipamentos modernos, com vista a alargar as áreas de produção.

Carlos da Rocha Cruz, que disse ter saído do Maungo bastante satisfeito, em função do que viu, mostrou-se preocupado com a onda de pragas que têm vindo a prejudicar as culturas, tendo orientado o devido combate.

O pólo agrícola de Maungo consta do leque de outros 14 criados pelo Governo da Província, em 2014, no âmbito do Programa de Apoio às famílias Camponesas, visando o combate à fome e à pobreza.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Jovens mortos por cidadãos estranhos

Novo Jornal

5 De Setembro de 2018

Texto: Isabel João

Novembro de 2007, António Jaime Campos, um jovem empresário, foi atingido mortalmente no interior da sua viatura por disparos de arma de fogo efectuados por um elemento não identificado, que se fazia transportar a bordo de uma motorizada, de acordo com testemunhas. Passados 12 anos do assassinato daquele, que, em vida, foi sobrinho do jornalista Graça Campos, os autores do crime continuam impunes.

Na altura, o então porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, intendente Divaldo Júlio Martins, afirmava que a Direcção Provincial de Investigação Criminal em Luanda havia interrogado três elementos, supostamente envolvidos no crime.

Divaldo Júlio Martins explicou que um dos interrogados disse ter testemunhado o assassinato do jovem empresário, enquanto outros disseram ter testemunhado horas antes uma discussão entre a vítima e elementos não identificados numa discoteca na baixa de Luanda.

António Jaime Campos foi assassinado com três disparos de arma de fogo na cabeça e no tórax, nos arredores do Centro Recreativo Kilamba, no Rangel.

Outro crime que também mexeu com Luanda, foi o assassinato a tiro de quatro jovens, de entre eles Kleber Genivaldo Teodoro, identificado como administrador de empresas.

O crime ocorreu em Maio de 2010 no bairro do Benfica. Kleber Genivaldo Teodoro e mais dois amigos e um vizinho foram encontrados mortos. Os familiares, naquela altura, acusaram agentes da investigação criminal de terem cometido o crime.

9.2 Crimes que chocaram Luanda, e os atores continuam impunes

Novo Jornal

5 De Outubro de 2018

Texto: Isabel João

O nosso Jornal faz uma repescagem de vários crimes cometidos nos últimos anos, que, até hoje, o Serviço de Investigação Criminal de Luanda (SIC) ainda não esclareceu. Alguns casos continuam em aberto, outros correm mesmo o risco de ficar no "esquecimento".

Umhas mortes são recentes, outras não, mas todas elas tiveram repercussão nos órgãos de comunicação social. A verdade é que até hoje o Serviço de Investigação Criminal de Luanda desconhece os autores de crimes bárbaros que chocaram Luanda, e os criminosos seguem em liberdade. "Justiça" é o que pedem familiares de vítimas e sociedade em geral.

A morte de Mfulumpinga Landu Victor; antigo deputado e presidente do PDP- ANA, continua a ser um dos crimes por esclarecer.

Assassinado em 2004, os Serviços de Investigação Criminal até ao momento desconhecem os autores do hediondo homicídio.

Na época com 54 anos, o presidente do PDP-ANA, Mfulumpinga Landu Victor, foi mortalmente atingido por disparos de um fuzil do tipo AK-47 (Kalashnikov), efectuados por desconhecidos.

O crime ocorreu na noite do dia 2 de Julho de 2004, horas depois de ter participado de uma reunião do Conselho da República, órgão que integrava.

O ex-presidente do PDP-ANA era conhecido como uma das vozes mais críticas da oposição angolana, que foi "calada" mesmo à porta da sede do seu partido, num crime até agora por esclarecer.

O ex-deputado à Assembleia Nacional foi interpelado por três indivíduos, um dos quais armado, quando se dirigia para a sua viatura à saída da sede do seu partido, no bairro do Cassenda, no distrito urbano da Maianga. O político ainda foi socorrido numas das clínicas de Luanda, onde acabou por falecer.

Na altura, o Comando provincial de Luanda da Polícia Nacional justificou o móbil do crime como sendo o roubo do seu "todo-a-terreno", vulgo Jipe.

As autoridades policiais prometeram trazer a público os assassinos de Mfulupinga Landu Victor, mas 15 anos são passados e até hoje não há pistas dos autores do crime.

Um outro político morto em circunstâncias "estranhas" foi o deputado Manolo Simeão, do extinto Partido Liberal Democrático (PLD).

O político foi morto na sua própria residência há mais de uma década, sem, no entanto, se conhecer, os autores da sua morte.

Quatro anos depois, isto é, em 2008, um outro deputado é assassinado. João Ngolongombe, na altura membro da facção Unita Renovada, foi morto a tiro. As circunstâncias do crime até hoje não foram esclarecidas pelo agora denominado SIC, ex-DNIC.

Em 2013 três agentes da Polícia Nacional são assassinados dentro de uma esquadra móvel em pleno dia de serviço.

Um dia depois da morte dos três agentes da Polícia, dois membros da UNITA foram igualmente assassinados em suas residências. António Kamuku, secretário comunal da Unita no Kikolo, e Filipe Chakussanga, inspector municipal daquele partido em Cacuo, foram mortos em suas residências por desconhecidos. Até hoje, porém, as autoridades policiais não se pronunciaram sobre o assunto, e autores dos dois assassinatos continuam desaparecidos.

Os crimes, de acordo com relatos da época, ocorreram de madrugada. Elementos não identificados bateram à porta das vítimas, apresentando-se como agentes do SIC. Tão logo António Zola Kamuku abriu a porta, foi baleado mortalmente em frente dos familiares.

Já Filipe Chakussanga, foi levado e morto a escassos metros de sua residência. Na altura, fontes deste jornal revelaram que tinha sido o ex-inspector municipal da UNITA a informar a Polícia sobre a morte dos três agentes da PN, ocorrido no dia anterior.

9.3 Assassinos misteriosos também atingiram polícias

Novo Jornal

5De Outubro de 2018

O role de crimes de assassinatos também atravessou à corporação. Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Dário dos Santos Faria, três agentes da Polícia Nacional, foram barbaramente assassinados dentro de uma esquadra móvel onde trabalhavam no município de Cacuo, bairro Paraíso.

Até hoje a Polícia não apresentou aos órgãos da comunicação social os autores do crime. A morte dos agentes chocou a sociedade luandense, em particular os moradores do bairro do Paraíso. O mistério paira no ar, "Foi um crime bárbaro e muita gente que esteve no local não quis acreditar na forma fria e cruel como os três polícias foram mortos", lembraram moradores da zona, que, por isso, pedem justiça. À data dos factos, alguns moradores acusaram responsáveis da Polícia de serem os culpados da morte dos agentes devido às condições precárias a que os polícias eram sujeitos, "ficavam mais de seis dias sem água e nem alimentação.

O bairro não tinha energia eléctrica e a esquadra móvel onde se encontravam não tinha gerador", explicaram. Saliente-se que, dois meses depois das mortes, a comandante provincial de Luanda da Polícia Nacional, comissária chefe Elisabeth Ranque Franque, foi exonerada do cargo.

Em Junho de 2017, cinco jovens, com idades compreendidas entre os 15 e aos 27 anos, foram brutalmente assassinados a sangue frio, por volta das 4h00 da manhã, no município de Cacuo. Os autores do crime, até ao momento, também estão desconhecidos. Familiares acusaram igualmente elementos da investigação criminal dessas mortes. Foram vítimas do assassinato os jovens Marcos Cândido Francisco, de 20 anos, Lopes Delegado, 21 anos, Dilson Joaquim Pereira, de 15 anos, Sebastião Ernesto, de 27 anos e Alfredo Gabriel Armando, de 22 anos.

As vítimas foram todas mortas com dois tiros na cabeça, e, segundo os familiares, o modus operandi leva a crer que se trata "de agentes do SIC e não marginais", como a Polícia levou ao conhecimento público.

9.4 Sequele está às escuras devido à acção de vândalos

12 De Outubro de 2018

Jornal de Angola

Texto: Carla Bumba

Mais de duas mil famílias da central idade do Sequele e do bairro "Maíé-Maíé", município de Cacucaco, em Luanda, estão privadas, desde a madrugada de ontem, do fornecimento de energia eléctrica, devido à vandalização, por indivíduos ainda não identificados, de uma torre de alta tensão que alimenta a subestação que leva energia às duas áreas residenciais.

O porta-voz da Polícia nacional na província de Luanda, Lázaro da Conceição, garantiu, ontem, que já está a ser feito um trabalho de investigação para localizar e responsabilizar criminalmente os seus autores. A torre vandalizada está nas imediações das instalações do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) em Cacucaco. Quando lhe foi perguntado se o patrulhamento da via expresso é eficiente, Lázaro da Conceição garantiu que, no local onde foi vandalizada a torre de alta tensão, existe patrulhamento, razão pela qual justificou que "não podemos dizer que há insuficiência no patrulhamento".

O porta-voz da Polícia na província de Luanda realçou que já está a ser feito um trabalho de investigação e recusou - se a dar mais informações para não perturbar o andamento do trabalho do Serviço de Investigação Criminal (SIC). Admitindo a possibilidade de o material de energia eléctrica roubado da rede pública em Luanda aparecer no mercado paralelo, Lázaro da Conceição pediu à população para deixar de recorrer aos mercados paralelos quando pretenderem construir uma moradia ou um outro tipo de infra-estrutura. "Dirijam-se às lojas autorizadas", acrescentou o porta-voz, sublinhando que, se as pessoas recorrerem ao mercado oficial, "vamos acabar com a vandalização do património público".

Sobre o estado de implementação do projecto de "camarização" da província de Luanda, com o objectivo de inibir a criminalidade, o porta - voz disse terem sido já instalados na cidade de Luanda mais de 100 câmaras, mas há áreas ainda não cobertas de segurança electrónica por não terem "infra-estrutura de rede".

"Estamos a dar prioridade às zonas com fibra óptica, com infra-estrutura de rede", declarou Lázaro da Conceição, que disse estar o local onde se encontra a torre vandalizada distante da Avenida Fidel Castro, também conhecida como Via Expresso.

Os autores da vandalização tiraram as travessas que sustentam a torre de alta tensão, razão pela qual ficou sem sustentação, causando a destruição dos condutores de energia para a subestação que alimenta as duas áreas residenciais privadas de energia.

O porta - voz da Empresa nacional de Distribuição de Energia Eléctrica (E DE), Pedro Bila, admitiu que, pela dimensão dos estragos, a reposição do fornecimento pode vir ser feita apenas dentro de 48 horas.

Pedro Bila confirmou à Rádio Luanda que uma equipa de técnicos deslocou-se na manhã de ontem ao local para avaliar os danos e esboçar um plano de intervenção.

Visita do governador

O governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, esteve no local para constatar os danos causados pela vandalização da torre de alta tensão.

O governador pediu à população para participar activamente com denúncias no combate à vandalização do património público. "O que acontece em Luanda é extensivo a outras províncias", adiantou Adriano Mendes de Carvalho. Um morador do Sequele, identificado como Eduardo, disse à Rádio Luanda que a falta de luz já começou a causar "muitos transtornos" aos habitantes da nova urbanização da província de Luanda.

9.5 Cerca de 170 marginais atrás das grades

Jornal Visão

12 De Outubro de 2018

Texto: Agostinho Paulo

A operação Resgate, visou uma série de medidas com realce para a intensificação do patrulhamento, tendo em vista a redução dos crimes de roubo e furto de valores monetários a particulares, e de visibilidade nos locais de acumulação de pessoas, bem como nos arredores de bancos, locais de culto, zonas balneares, escolas e universidades, hospitais, centros comerciais de grande vulto, sobretudo, armazéns de cidadãos o oeste-africano, que, nos últimos tempos, têm sido vítimas dos 'amigos do alheio:

Números assustadores Tal como nas demais operações policiais, os números, embora muitas vezes tidos como animadores, ainda são preocupantes e assustadores para os cidadãos que clamam por um maior patrulhamento e acção enérgica da Polícia.

Só para se ter uma ideia, desta operação, foi possível detêm cerca de 170 indivíduos, suspeitos da prática de crimes diversos, sendo 76 no âmbito do patrulhamento ostensivo, 11 no âmbito do trânsito rodoviário, 30 por infracções migratórias, e 53 nas buscas de suspeitas de crimes, encontrados com 26 armas de fogos de diversas marcas e calibre.

Destaque também para o esclarecimento de mais de 15 crimes com realce para a detenção de um indivíduo suspeito de ter cometido nove homicídios no município de Luanda, e de uma cidadã a quem recai a suspeita de ter morto uma amiga por razões passionais.

Serial Killer? O indivíduo acusado de supostamente ter morto nove

Senhora na zona do Catinton, no município da Maianga, já se encontra detido e está a contas com os órgãos de investigação, conforme fez saber o porta-voz da Polícia em Luanda, Intendente Mateus Rodrigues

"Ele foi detido na sequência de uma denúncia, tudo porque após o cometimento dos crimes, os órgãos de investigação tinham alguns dados que os conduziu, agora, para a sua detenção! explicou, garantindo que, do trabalho policial efectuado, foi possível aferir que é uma pessoa muito fria. "Não demonstra algum peso de consciência nas suas acções, daí que achamos que haja necessidade de uma intervenção do fórum psicológico! notou.

Armas de fogo à borla As armas de fogo, como sempre, têm sido também, semana após semana, recuperados em grande escala. Mas ainda assim, volta e meia os marginais são detidos na posse de arsenais que deixam alguma pulga atrás da orelha, para quem acompanha essas apreensões. E a pergunta que não se cala é a seguinte: aonde os marginais encontram tantas armas? Essa é, sem sombras de dúvidas, uma questão que o Jornal Visão fará, em tempo oportuno a Polícia Nacional (PN), em Luanda.

Só para se ter uma ideia, o Intendente Mateus Rodrigues, disse na ocasião, que a Polícia, tal como qualquer órgão castrense, tem níveis de intervenção. "O nível de intervenção do Comando provincial da Polícia Nacional é simplesmente proceder à apreensão, retirar em circulação e, assim, reduzir os níveis de crimes cometidos com recurso á armas de fogo! aclarou, realçando mais adiante que, não compete a ele dizer as questões de políticas ligadas a importação de armas.

"As armas são, de facto, um perigo e nós nos limitamos apenas retirá-las das mãos dos marginais!

garantiu. Meios suficientes .Por fim, o porta-voz da Polícia em Luanda deixou claro que a corporação tem meios suficientes, como é o caso dos carros-patrolha, que há muito se fala da sua inexistência nas esquadras policiais quando os cidadãos recorrem em busca de auxílio. "Caso esta situação ocorra, devem registar a hora, a esquadra e o agente que o atendeu, denunciá-lo aos órgãos de inspecção para que possam ser responsabilizados" concluiu, apelando no final a população a ter coragem de denúncias. "Isso ajuda a Polícia a cortar o 'mal pela raiz:

9.6 Criminosos “instalam” medo no bairro Catinton

Jornal: OPAÍS

17 De Outubro de 2018

Texto: Maria Teixeira

As megas e micro operações que têm sido levada a cabo pela Polícia Nacional, de um tempo a esta parte, não têm sido suficientes para devolver o sentimento de segurança aos habitantes do Catinton os assaltos a residências são direccionados e os alvos previamente seleccionados.

Das 17 horas até às 22 horas, as pessoas já ficam com o "coração na mão". Ninguém quer andar sozinho, muitos se recolhem cedo. Se for menina corre o risco de ser violada e se for homem de ser esfaqueado. Até nos óbitos assaltam. João António, morador deste bairro, disse, a OPAÍS, que a criminalidade aumenta a cada dia que passa porque há pouco patrulhamento na zona durante a noite , e quando tal ocorre cinge-se apenas à entrada do mercado que dá nome ao bairro.

"A Polícia esquece-se de que os problemas estão no interior dos bairros. Aqui há assaltos todos os dias e a Polícia nunca aparece na hora certa. Muitas vezes fico sem saber qual é o trabalho que ela faz", desabafou, em tom de desespero.

No seu ponto de vista, o facto de alguns supostos marginais que se encontravam internados nas cadeias' a cumprirem penas de prisão efectiva, terem beneficiado da Lei de Amnistia de 2015, também contribuiu para o aumento da criminalidade nessa circunscricção.

As constantes falhas no fornecimento de energia eléctrica é, no entender dos munícipes, outro factor impulsor de tais acções, uma vez que sem iluminação pública os agentes da ordem enfrentam inúmeras dificuldades para se movimentarem pelo bairro no período da noite, sempre que os munícipes clamam por ajuda.

"Entendo que os agentes da Polícia são seres humanos e que enfrentam dificuldades para entrar em determinada zona sem transporte. Por outro lado, acho que o Governo deve melhorar as condições básicas dos munícipes deste bairro, porque estamos a sofrer", frisou. Entretanto, reconheceu que se dão contrário naqueles casos em que ocorrem situações pontuais de briga entre os membros de grupos rivais de supostos marginais.

Jovens vistos como o maior problema do bairro

Filomena Daniel, moradora do bairro há mais de 10 anos, presume que a maior parte dos jovens do bairro optou por práticas de acções ilícitas devido à falta de oportunidade de emprego. Com o agravante de os pais não contribuírem para eles corrigirem a sua trajectória.

"Os jovens aqui têm sido o nosso grande problema. Alguns preferem roubar por não desempenharem nenhuma actividade lícita. Muitos começam a beber e a fumar muito cedo. Fazem isso por falta de trabalho e estudos", esclarece.

A nossa interlocutora afirmou que não prevê um futuro promissor para os jovens, considerados como a força motriz da sociedade, uma vez que a sua parca ocupação' académica ou laboral, minimiza as possibilidade de contribuírem no desenvolvimento do país. "Não sei que futuro vai ter este país' se a nossa juventude continuar assim", declarou.

À semelhança do seu vizinho, Filomena Daniel sublinhou que a criminalidade está a aumentar e, caso não forem desenvolvidas acções para inverter o quadro, poderá atingir os níveis registados nos últimos três ou quatro anos, em que não dormiam em condições.

"Ainda na semana passada, por volta das 17h:00, um menino tirou a vida a outro numa brincadeira. Eles usam faca, garrafa, catanas. Algumas vezes não necessitam de arma de fogo para matarem, mesmo com arma branca eles matam", disse.

Já Adelino Muringa apontou apenas o aumento de residências como uma das poucas transformações que ocorreram no bairro nos últimos 18 anos em que aí reside, o resto mantém-se constante. "Com o passar do tempo, só registámos a substituição de administradores que pouco ou quase nada têm feito a favor dos munícipes. O actual, no meu ponto de vista, também não faz nada".

9.7 Armas em posse da população alimentam a criminalidade

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2018

Texto: Estácio Camassete

O comandante provincial da Polícia Nacional no Huambo, comissário Eduardo Cerqueira, disse que o "elevado número " de armas em posse da população na província está relacionado com a prática de muitos crimes na região.

"Existe um número elevado de armas em mãos impróprias, que têm rapidamente de ser recolhidas, pois muitas destas armas são utilizadas em delitos que temos registado nos últimos tempos em bairros, comunas e aldeias da província", disse.

Eduardo Cerqueira apelou às empresas de segurança para "cuidarem melhor" dos meios bélicos em sua posse. "Constatamos que muitos delinquentes conseguiram retirar armas a efectivos de empresas de segurança.

"Algumas vezes por descuido, outras por estar em o dormir em outras ocasiões por estarem embriagados, agentes da protecção física acabam por perder as armas para os marginais", sublinhou.

O número um da Polícia Nacional no Huambo apelou à população para denunciar aqueles que fazem do negócio de armas uma fonte de sustento. "A Polícia tem catalogado alguns elementos que comercializam armas. Entretanto, se a população souber de mais detalhes deve informar para que possamos acabar com este mal", disse.

9.8 Primeira-dama insta Executivo a investir no desenvolvimento da mulher rural

Jornal O PAÍS

19 De Outubro de 2018

A primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, defendeu que o executivo angolano preste mais apoio e investimento à mulher rural, como a principal força de funcionamento das economias agrárias familiares.

"Em geral, a posição e o papel da mulher em Angola são desvalorizados e subalternizados e no que toca ao segmento rural é muito mais", disse Ana Dias

Lourenço numa mensagem por ocasião do Fórum Nacional da Mulher Rural e das microfinanças, em que espelha as suas ideias de como enquadrar a abordagem da problemática deste segmento da sociedade no contexto do desenvolvimento económico e social integrado e sustentável. "São estas mulheres a principal força de funcionamento das economias agrárias familiares e às quais os apoios governamentais não têm sido suficientemente substantivos e sustentáveis. Assim, espero que deste Fórum saiam contribuições que passam ajudar a melhorar a eficácia das políticas públicas do Executivo", frisou.

Segundo Ana Dias Lourenço, a Organização das Nações Unidas dedicou o ano de 2018 à Mulher Rural, como reconhecimento do papel deste peculiar agente económico que nos países menos desenvolvidos tem sob os seus ombros tarefas importantes e diversas na sociedade, mas sobretudo na família.

Segundo ela, costuma ser, em muitos casos, a mulher rural, a principal fonte do rendimento familiar, por meio do trabalho nas lavras e nas pequenas unidades de produção agrícola.

Por sobrevivência ou conscientes do seu papel no tecido produtivo nacional, as mulheres rurais constituem-se em pequenas unidades de produção/comercialização, muitas vezes com uma organização precária, com uma relevância enorme no funcionamento da economia nacional, no processo de criação de valor e principalmente na salvaguarda da sobrevivência da família rural e dos valores tradicionais associados.

Na sua óptica, para regenerar o agro-pecuário e conferir capacidade para fixar as populações, desenvolver a agricultura familiar e reconhecer o tremendo papel da mulher rural, em todo o contexto de adversidades, por um lado, e de oportunidades e desafios, por outro, afigura-se primordial o investimento, as modalidades do seu funcionamento e a criação de infra-estruturas agrícolas.

"Outra palavra-mágica é a infra-estrutura agrícola. Sem investimento - que se coloca no princípio do processo de produção - e sem infra-estrutura (que confere rentabilidade ao investimento), as tendências de desequilíbrio demográfico e económico entre o interior e o litoral vão continuar a acentuar-se no futuro. E é aqui que se tem de colocar a questão das microfinanças, e do associativismo, como modalidades de apoio ao desenvolvimento da actividade produtiva das mulheres rurais", sublinhou.

Para si, a melhoria do bem-estar dos cidadãos e da qualidade de vida das famílias angolanas, a redução da pobreza e das desigualdades e a promoção do nível de desenvolvimento humano, são condições essenciais para o progresso económico e social do país. Este contexto, acrescentou o desenvolvimento local como forma de reduzir a pobreza no meio rural e o empoderamento da mulher, que devem ser vistos como as apostas do Governo para conferir e reconhecer às mulheres rurais o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

"Para estes desafios estarei sempre disponível, na convicção de que juntas poderemos alcançar os objectivos preconizados por todos nós para o bem estar e melhoria da qualidade devida das Famílias Angolanas", conclui.

Em 2014, a preocupação com papel da Mulher Rural levou a uma ampla consulta nacional, que resultou num conjunto de recomendações em matérias de políticas públicas diversas, nomeadamente o papel deste agente na agricultura familiar, necessidade de facilitar os meios de funcionamento - com produtividade - necessários ao aumento da produção, a formação, entre outros aspectos.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população em 2017 foi estimada em mais de 28 milhões de habitantes, dos quais 36,5%, foram considerados como vivendo no campo e do campo, sob a designação de população rural, que consiste em cerca de 10 milhões e 400 mil pessoas.

9.9 Polícia Nacional procura parceria com a imprensa 'no combate a criminalidade

Jornal Liberdade

21 De Setembro de 2018

O oficial comissário fez este pronunciamento quando intervinha na abertura do JI Curso de segurança pública e média para jornalistas, que decorre de 18 a 20 do corrente mês, sob o lema «um minuto para informar, sociedade segura». De acordo com Paulo de Almeida, quanto mais conhecimento possuírem os profissionais de comunicação social sobre questões inerentes a segurança pública, melhor será o ambiente de prevenção e combate ao crime, pois estarão mais habilitados para entenderem e desempenharem a missão de informar e esclarecer o cidadão.

O cenário realizado pelo gabinete de comunicação imprensa e institucional do Comando Geral da Polícia Nacional excluiu alguns órgãos de imprensa, como é o caso deste semanário, e não sabemos quais

foram os motivos de exclusão. Nesta acção de formação junta jornalistas de órgãos públicos e privados e agentes da Polícia Nacional ligado a comunicação institucional.

Voltando ao Paulo de Almeida, na sua óptica, um bom ambiente de segurança implica um maior sentimento de protecção, augurando que esta acção formativa possa constituir um passo decisivo no estabelecimento de um melhor relacionamento entre a polícia e a comunicação social, de forma a influenciar de maneira positiva o comportamento dos cidadãos.

O encontro visa estabelecer bases para a melhoria da comunicação pública, tendo como fundamento, o valor da segurança e o respeito pelo regular exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos. Desenvolver o conhecimento sobre questões de segurança pública e aprofundar a capacidade crítica neste domínio, enquanto para o desempenho das funções numa perspectiva da comunicação pública e avaliar os processos que interferem na formação da opinião e na decisão dos tribunais sobre casos mediáticos, são outros objectivos preconizados.

Por sua vez, o ministro da Comunicação Social, João Meio, enalteceu a iniciativa da Polícia Nacional, pela acção de formação para os «jornalistas». João Meio disse que, a formação é o requisito essencial para o sucesso em todas as áreas de actividade, visto que a nível da comunicação social há vários problemas neste «domínio».

O ministro realçou que, durante este primeiro ano do seu mandato, o Ministério da Comunicação Social tem dado grande importância à formação específica dos jornalistas, para o melhor conhecimento de práticas e regras.

A acção formativa aborda actuação dos «media» para a redução da insegurança pública, bem como o papel dos jornalistas em situações de insegurança pública e o combate à criminalidade.

10. AMBIENTE

10.1 Chuva causa destruição no Lubango

Jornal de Angola
1 De Outubro de 2018

Ruas intransponíveis, viaturas danificadas, árvores derrubadas, pontes destruídas e casas alagadas é o cenário da cidade do Lubango, Huíla, em consequência da forte chuva, acompanhada de ventos, que caiu no sábado.

É a segunda vez que, nesta época, que cai chuva sobre o Lubango e causa estragos a chuva de sábado, com prejuízos ainda incalculáveis, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros fez um balanço provisório, que inclui o registo de casas alagadas nos bairros Comercial, Agostinho Neto e Dack-Doy, queda de árvores e destruição de tectos de habitação. A residência protocolar do Governo da Província da Huíla não foi poupada devido à queda de uma árvore que a atingiu sobre a infra-estrutura. Os bombeiros e os serviços hospitalares não notificaram qualquer caso de morte devido à chuva.

O piquete do Hospital Central do Lubango recebeu até as primeiras horas de ontem 23 feridos, que na altura da chuva se encontravam na rua, mas ninguém corre risco de morte.

10.2 As chuvas e as valas

Jornal O PAÍS
2 De Outubro de 2018
Texto: Herculano Canjongo

Caro director

Eu estou preocupado por causa das chuvas que aí vêm, embora Luanda ainda esteja a ser poupada. Mas estou preocupado porque acho que a cidade não está a ser bem preparada e já sabemos o que costuma a acontecer quando chove muito.

Por exemplo, no Nova Vida, os buracos estão lá. Acho que algumas ruas vão ter de ser fechadas se chover muito, porque também não vejo ninguém a limpar as sarjetas e esgotos.

Mas me preocupa mais o rio Cambamba e as valas do Nova Vida, porque não vi o Governo a limpar e também os cidadãos não têm bom comportamento. Tudo deitam na vala. Aliás, é assim em todas as valas

de Luanda, a da Samba é mesmo a tal pouca vergonha.

Nestas valas e rios as pessoas põem até carcaças de carros, pneus, todo o tipo de lixo. Como também não se limpa as margens, cresce muita vegetação. Portanto, dá para criar mosquitos, ratos, cobras, tudo mesmo. Um dia ouvi um médico que disse que estas valas são baterias de doenças que nunca perdem a carga.

A não ser que este seja um ano de seca, vai chover, tem de chover, portanto, se vierem desgraças, a culpa é mesmo das pessoas.

Os cidadãos também não devem esperar só pelo Governo, têm de fazer um pouco melhor. Têm de proteger as suas próprias vidas. Não é só dizer que são pobres e analfabetos, porque os pobres e os analfabetos também gostam de viver.

10.3 Forte chuvas no Lubango causam inúmeros danos

Jornal OPAÍS
2 De Outubro de 2018
João Katumbela

Cinco minutos foi o tempo necessário para a destruição de árvores, coberturas de residência e ainda a inundação de habitações durante a chuva que se abateu Sábado de último sobre a cidade do Lubango.

De acordo com o porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, os estragos causados pela chuva de Sábado na capital huilana, criaram constrangimento na circulação rodoviária em algumas artérias da urbe.

O terceiro subchefe Inocêncio Hungulo disse que o Comando Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros destacou cerca de 50 efectivos.

"Neste período tivemos uma situação operativa não calma, fruto das chuvas que se abateram na cidade do Lubango e estas vieram acompanhadas de ventos fortes e granizo, o que provocou o alagamento de quatro residências, que da de árvores, bem como a destruição de tectos nos bairros Comercial Urbano e Suburbano, Dr. António Agostinho e no Bairro Dack Doy" disse. Inocêncio Hungulo fez saber igualmente que cinco viaturas de diversas marcas ficaram também destruídas em consequência das chuvas. Não foram registadas vítimas humanas.

Para se evitar danos semelhantes no futuro, o portavoz dos Bombeiros na Huíla apela aos automobilistas a se absterem de estacionar as suas viaturas junto de árvores quando estiver a chover.

Por seu turno, o chefe da Secção do Saneamento Básico, Espaços Verdes e Cemitérios, Fábio António, garantiu que o sector que dirige está empenhado na limpeza das ruas afectadas, de formas a melhorar a fluidez do trânsito.

Além dos danos materiais anunciados pelo Corpo de Bombeiros na Província da Huíla, as chuvas causaram ainda o transbordo do rio Caculuar, inundando algumas residências construídas próximo das suas margens.

10.4 Tany Narciso acusado de ter desviado 5 milhões de dólares “Queremos as nossas casas”

Jornal A República
5 De Outubro de 2018

Na passada segunda-feira, 25 de Setembro deste ano, o Jornal A REPÚBLICA deslocou-se ao bairro KalaWenda, município do Cazenga, para apurar o estado em que se encontra o referido bairro, tendo constatado que existem muitas casas abandonadas pela população que aí vive, alegando questões que têm a ver com as chuvas que, diversas vezes, inundam muitas residências.

Entretanto, a nossa equipa de reportagem entrevistou Paixão Manuel, secretário do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, para além de outras cidadãs que antepuseram falar no anonimato, porém as mesmas asseveraram ao Jornal A REPÚBLICA que têm passado por imensas dificuldades.

Jornal AR: O que se passa de concreto?

PM: O Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda é um Centro que foi construído.

Por outro lado, os últimos sinistrados saíram do exposto centro em 2013, antes da visita encabeçada pelo actual Presidente da República, João Lourenço, nas vestes de deputado da Bancada Parlamentar do MPLA, acompanhado pelo ex-administrador Fernando Galinha, orientaram as populações, por causa da enchente e da epidemia de cólera, a que quem tivesse possibilidade, arrendasse uma casa ou então, sair do centro e ficar em redor do mesmo, e, por outra, assim que o Estado tivesse possibilidade, iria ao encontro dessas pessoas, a fim de serem

alojadas em locais melhores, porque estamos em risco constante.

Conforme o senhor jornalista pode ver aqui, só no Buraco do Tio Mingo, já morreram 3 crianças. Então, fomos escrevendo a várias entidades do Estado, uma vez que os últimos sinistrados foram retirados daqui em 2010, e no Campo da Poeira foram retirados em 2012, na presença do ex-governador de Luanda, Bento Bento.

Em 2011, nós aqui na base começamos a escrever, pelos órgãos do Estado. Pois, a epidemia da cólera estava a assolar o referido centro, o espaço também era bastante restrito para alojar todas as famílias, então, nós ficamos aqui ao redor (...) e alguns voltaram para as próprias casas, quando as águas se secaram. Mas quando saiu esse veredicto sobre a transferência dos que estavam fora das tendas, o administrador cessante não fez isso! E, até hoje, as casas encontram-se em sua posse.

Temos o documento 070, nós recorremos ao Zango, a pensar que as casas ainda não tinham sido cedidas, não tinham sido construídas, em contrapartida, disseram-nos que as casas já haviam sido construídas, deram-nos uma cópia do documento que é este, o 3012, e tem o despacho que diz: «de família que deu entrada no Programa Provincial de Habitação Social do Zango são 569, no dia 26 de Agosto de 2013». Deram essa indicação, podemos dizer que não é apenas uma escrita.

O programa escreveu também para o administrador, isto é, o Programa Provincial de Habitação Social ao Exmo. Sedo no município do Cazenga, por casualidade do sinistro ocorrido na província de Luanda, a 22 de Janeiro de 2007, este centro albergava populações sinistradas de 3 áreas, nomeadamente, dos bairros Doutor António Agostinho Neto, vulgo «BCA», do KalaWenda constavam as do Buraco da Gamek e do Tio Mingo. Esse Centro havia acolhido 778 famílias, das quais 203 foram realojadas, tendo restado 565 famílias por realojar.

Temos a narrar ao senhor jornalista que ao longo desses anos, fomos fazendo de marche perante as entidades do Estado, para que pudéssemos ver a nossa situação resolvida, porque nós aqui sofremos muito, principalmente em épocas chuvosas, não conseguimos dormir, pois quando chove passamos as noites ao relento, para controlar as enchentes na jurisdição, em cada um desses buracos. Nesse sentido, temos recorrido às entidades do Estado para que nos ajudem a resolver a nossa situação, de modo a que possamos sair daqui, porque a partir da data em que ocorreu o sinistro, nos tinha sido prometido no

centro, pelos órgãos do Estado, que poderiam velar pela situação, começando pela administração municipal do Cazenga, o governo provincial e outras entidades do Estado, já apareceram aqui no nosso centro várias entidades, inclusive pessoas ligadas ao MINARS e nos prestavam assistência ajuda aos órgãos do Estado, escrevemos ao governo provincial, ao Comité Provincial do partido (MPLA), ao MINARS, à OMA, ao Ministério do Território, ao Ministério da Construção, a vários órgãos do Estado.

Fomos ouvidos pelo Comité Provincial do partido, que havia mandado uma nota, 368, ao governo provincial de Luanda, na altura, estava a interinar o ex-governador Graciano Domingos que assinou um documento encaminhado ao Programa Provincial da Habitação Social, no Zango, para que fosse observada e resolvida a situação das 565 famílias. Podemos aqui mostrar ao senhor jornalista, este documento foi aceite, tendo sido construídas casas que estiveram a cargo do Programa Provincial de Habitação Social no Zango. No dia 26 de Agosto de 2013, o Zango encaminha o ofício a administração municipal do Cazenga, no sentido de que fossem retirados os sinistrados do KalaWenda Infelizmente, por má-fé e desejo de um usurpador, isso não aconteceu!

O administrador Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso ficou com as 565 casas, mas reza o documento que ele havia recebido 569 casas, mais quatro, não sei para quem seriam essas quatro?! Mas o que reza para os sinistrados são 565 famílias sobradas das 778 famílias que não foram alojadas, segundo a orientação deixada.

Habitação Social ao Exmo. Senhor administrador do município do Cazenga, Doutor Tany Narciso, com o conhecimento do Centro de Acolhimento de Sinistrados do KalaWenda, que somos nós aqui, do qual sou o secretário, reza reclamações dos sinistrados: «acusamos a recepção do ofício número 3102, o anterior do gabinete do governador/2011 datado de 6 de Novembro de 2011, conforme o senhor jornalista pode observar este documento aqui». Diz o seguinte: «para o pronunciamento quanto ao tratamento até agora dado a essas famílias!» Se o programa não tivesse dado casa ao ex-administrador Tany Narciso, não lhe teria pedido contas! Como é que tratou essa família?

Como é que resolveu? Talvez o senhor jornalista esteja a duvidar de mim, temos um outro ofício em que o administrador Tany Narciso aproveita-se da inocência da entidade que lhe remete o documento. Ele sempre tentou mostrar-se que era mais inteligente do que outros dirigentes, ele ludibriava muitos dirigentes, enquanto exercia a função de

administrador. Temos tantos documentos aqui que atestam o que eu estou a falar, ele usou muitas mentiras que os documentos contradizem, porém o caso já havia sido endereçado ao gabinete jurídico do governo provincial, mas tendo em conta o sistema, pois anteriormente ninguém podia acusar alguém que estivesse em exercício de função, então, até hoje, fomos andando lentamente. Recorremos com o nosso documento ao gabinete jurídico, escreveram para o Programa Provincial da Habitação Social, mas o mesmo programa deu a seguinte resposta: diz aqui «visto que não era do nosso domínio, solicitamos o parecer da administração municipal do Cazenga, órgão que tratou desses sinistrados para melhor esclarecimento», em resposta, a mesma mostrou ter pleno domínio do caso e qualquer dúvida relacionada ao assunto daria mais informações ...

Então, se o Programa Provincial da Habitação Social é que se responsabiliza pela construção de casas... deve esclarecer à administração, porque ele deu casas à administração e esta é que deve dizer a quem deu as casas, a ministrados, vou ler o conteúdo, ele, aproveitando-se de alguns governadores, por exemplo, no programa, numa das ocasiões, quando foi solicitado para dar algum esclarecimento, dizia: «acusamos a recepção do ofício 3102 do gabinete do governador/ 2011 datado de 6 de Novembro de 2011, remetemos à instituição que muito dignamente dirige, para o pronunciamento, quanto ao tratamento até agora dado a essas famílias». Aqui é o fecho do documento.

Contudo, ele aqui responde: «ao governo provincial de Luanda, o Programa Provincial da Habitação Social, vimos pelo presente acusar a recepção do ofício número 072». Uma ludibriação de mestre, já que o ofício aqui é 070, pois não é esse documento, já contradiz, mas indo em frente diz «atinentes à reclamação dos sinistrados datado de 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não está caucionada pela administração municipal do Cazenga, e tendo a mesma dado já o devido tratamento a esse e outros casos ligados aos sinistrados das chuvas de 2007». Mentira! Por que é que eu digo que é mentira, tenho o documento aqui da secretária dele, da administração municipal do Cazenga, a Sua Excelência senhor administrador do Cazenga na dizer quem deu as casas, a nós sinistrados do KalaWenda não! O administrador não deu casas! O administrador deu à família dele, isso sim, eu estou a falar na qualidade de secretário, não fomos notificados no sentido de termos o conhecimento que as casas já tinham sido construídas e que poderiam retirar algumas pessoas. A partir de 2010, que foram retiradas as últimas pessoas daqui, de 2013 em diante, ninguém mais foi retirado daqui e não

pode alegar que tirou. Desta fonte, as casas até hoje encontram-se em posse do administrador. Vários órgãos, como o gabinete jurídico, os governadores que dirigiram a província de Luanda, nomeadamente, o senhor Graciano, foram escrevendo para ele, assim como outros governadores, mas não dava a resposta, negligenciava a postura de muitos governadores. Tendo ludibriado, posso assim dizer, o ex-governador Higino Carneiro, com uma informação que contradiz toda a realidade, porque ele diz aqui, que não nos reconhecia como situação do administrador do Cazenga, na altura, a data aqui reza 20 de Novembro de 2014, quem é? É o Tany Narciso, munícipes em áreas de risco, Excelência, a administração municipal do Cazenga acusa a recepção da carta subscrita pela administração comunal do Tala-Hady, relacionada ao levantamento dos munícipes que vivem em áreas de risco no KalaWenda.

O senhor jornalista vê a mentira que o senhor Tany Narciso usou, uma vez que aqui data de 18 de Junho de 2014, ele ainda estava em exercício e o administrador comunal do Tala-Hady, onde nós pertencíamos, isto é, o KalaWenda, antes da divisão de distrito, já tinha esse nosso levantamento e se nós divisarmos, o levantamento tinha sido actualizado em 2011 e 2013, como é que ele dizia que não reconhecia esses sinistrados e as casas já se encontravam em sua posse.

Voltando à resposta em que ele ludibriou, passo o termo, mas é a realidade que ele fez com o ex-governador Higino Carneiro, diz aqui: «quando no ponto 10, quando houver casas ou terrenos disponíveis, sou de opinião que sejam alojadas também as pessoas que constam do dossiê». Com as seguintes prioridades: «alojar as pessoas que viviam em tendas, mas por algum motivo se ausentaram na altura em que se procedeu o realojamento.

2- Realojar as pessoas que arrendaram casas ou foram para as casas de parentes; 3-realocar pessoas que viviam em áreas de risco. Então, se você não reconhece, como é que lhes vai realojar posteriormente?! Mas ele aproveitou mentir ao ex-governador de Luanda, Higino Carneiro, e ele aceitou essa mentira, não sei porquê? Não teve mais um espírito crítico, porque o governador em citação tinha toda a cópia do documento para poder contradizer tudo isso. Se formos ler todo esse conteúdo, mesmo o documento do próprio administrador contradiz-se, na realidade, nós já não estamos no centro nem nas tendas, mas estamos em casas arrendadas, alguns em casas de familiares e outros procuram paradeiros, nós temos tido uma reunião em cada mês, mas, às vezes, tem sido difícil localizar algumas pessoas, algumas vêm, outras não (...) o administrador Tany

Narciso ficou com essas casas e nunca pensou nessas pessoas, mas já pensou até em usar ameaças.

Jornal AR: O que ele dizia?

PM: Ele prometia prender o senhor Paixão, numa das reuniões que ocorreu no dia 27 de Novembro de 2014, esteve lá o administrador comunal, o senhor Simão Ferreira Neto "Simone": o presidente do bairro e as famílias dos sinistrados, eu dizia que os documentos não estavam de acordo com o que ele estava aí a dizer, ele usava questões para quando houvesse casas, mas as casas já se encontram em sua posse, uma vez.

Esperamos que os órgãos do Estado trabalhem com as provas documentais que estão aqui e encontrem solução, a fim de que nos sejam cedidas as casas, nós só queremos as casas, que a justiça seja feita pelos órgãos do Estado, mas que o administrador nos dê as nossas casas, o administrador Tany Narciso não pode ficar com as 565 casas.

Jornal AR: Qual tem sido o posicionamento do senhor Tany Narciso, depois da exoneração do cargo de administrador do Cazenga. PM: Actualmente, já não procuramos o senhor Tany Narciso, porque das vezes que mantivemos contacto com ele, sempre nos ameaçava.

Jornal AR: Refere-se a que ameaça?

PM: Certamente, de prisão. Jornal AR: Alguma vez proferiu ameaça de morte? PM: Não, de morte não se falava, mas de prisão prometia sempre, porque ele até tem um ofício, ao invés de pedir para manter o contacto com a população aqui, informar os factos, ele pede que cada munícipe é que deve procurar as instituições do Estado individualmente, para poder dar o esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias.

Jornal AR: O senhor defende que a justiça seja feita?

PM: Sim, defendo que a justiça seja feita, mas o primado da justiça é a restituição das casas a quem é de direito, que seja resolvida essa situação, ainda que seja feita de uma outra forma, mas não dando casas e ele beneficiar-se delas, não é justiça para nós, porque a realidade é albergar as nossas famílias' estamos a viver muito mal e somos angolanos, temos os nossos direitos, que o Estado nos ajude neste sentido. Os netos estudam normalmente, mas na época das chuvas, são levados pelas costas, quando chove, no mesmo dia não conseguem sair, não vão à escola, águas, transportadas pela corrente.

Jornal AR: O que terá levado senhor Tany Narciso a agir desse modo?

PM: Não sabemos os motivos. Jornal AR: Já alguma vez prometeu resolver a situação? PM: Já, mas nunca resolve, nunca vimos nada, nós esperamos que essa situação seja resolvida, porque estamos cansados dessa vida. Nós queremos mesmo as nossas casas, no que estamos a viver mal.

Gostaria de acrescentar, em 2007, no controlo do pessoal dos sinistrados' a administração deu cartões aos sinistrados, mas em 2012, solicitou no Campo da Poeira que todos procedessem a entrega dos cartões dos sinistrados e a maior parte cedeu-os aos seus funcionários (administração), entregamos, pensando que era para a prioridade das casas. Afinal, era uma forma de prende-los para não terem provas de que eram sinistrados. Também temos um extracto do Jornal de Angola de 19 de Março de 2009, onde a administração do Cazenga passa a informação de que estava a construir casas para os sinistrados das chuvas nas comunas do Cazenga, do Hoji-Ya-Henda e Tala-Hady e que eram construídas com o fundo e gestão do município, estimado em 5 milhões de dólares, mas na realidade este dinheiro não foi investido nesta construção, porque aqui no KalaWenda, segundo o que conta aqui o Jornal de Angola, começa aqui atrás do ASA BRANCA até à Casa de Chapa, não há nenhuma área onde a administração, de 2009 até à presente data, tenha construído casas para os sinistrados das chuvas, que custariam esses valores de 5 milhões de dólares, porque não construiu nada.

Com certeza, não estamos a acusar, os documentos atestam isso, por isso é que negamos acusação, mas atestamos por via do documento na tentativa de ouvirmos a individualidade aludida. Quanto à versão dos acontecimentos, o Jornal A REPÚBLICA contactou na tarde de segunda-feira, 1 deste mês, o senhor Tany Narciso, pelo contacto telefónico: 925 06 70 90, porém, este, por sua vez, não atendia às chamadas.

Neste âmbito, optamos por enviar uma mensagem, via telemóvel, questionando-o sobre as acusações que lhe são feitas pelos sinistrados do KalaWenda, município do Cazenga, de ter desviado os cinco milhões de dólares que eram destinados à construção de casas no referido município, em 2009, e de se ter apropriado de mais de 500 casas. Sobre as acusações que pesam sobre si, Tany Narciso respondeu: quem acusa que as mesmas já tinham sido entregues no dia 26 de Agosto de 2013, e aquilo foi em 2014. Mesmo no Zango, os funcionários que trabalham na instituição, orientavam-nos a que fôssemos à administração, porque as casas já estavam em posse da mesma! E, de facto, os documentos certificam que as casas estão com ele, e o caso foi endereçado ao gabinete jurídico que pediu o pronunciamento de

Tany Narciso que não conseguiu dar resposta em relação ao caso.

Jornal AR: O que querem que seja feito?

PM: Nós desejamos que os órgãos de justiça trabalhem, que sejam entregues as casas às pessoas de direito, que são os sinistrados, porque estamos a viver mal, em tempos chuvosos é uma calamidade aqui, as pessoas sofrem, não dormem em casa, basta ver o charco aqui ao redor, em todas as áreas em que passamos vê-se que a água atinge mais que 1 metro. Aqui não é um sítio próprio para as pessoas habitarem, pedimos aos órgãos do Estado, que nos ajudem nesse sentido, para resolver a nossa situação, já recorremos algumas entidades do Estado, escrevemos um ofício do qual ainda não obtivemos uma resposta, especificadamente, à Procuradoria-Geral da República, à Provedoria de Justiça e ao Departamento de Acção Penal da Procuradoria-Geral da República.

O esclarecimento a cada um, somos 565 famílias! Esclarecer a essas famílias, cada uma, não sei como é que isso funciona, seria melhor unir todos eles e esclarecer de uma só vez, em conjunto. Olha, o ofício reza assim, é o anterior que diz aqui: «vimos pelo presente acusar o ofício número 072, da direcção do programa Provincial da Habitação Social GPL 2014, atinente à reclamação dos sinistrados, datados aos 19 de Junho de 2014, sobre o assunto informamos que esta lista não caucionada pela administração municipal do Cazenga, e tendo a mesma já dado o devido tratamento a esse e outros assuntos, casos ligados aos sinistrados da chuva de 2007, aconselhamos que o munícipe se dirija à respectiva administração comunal para ser melhor informado». O munícipe é singular, individualmente vai um a um, para poder ludibriá-lo, normalmente, quando se fosse assim, havia ameaças, por exemplo, há pessoas que estiveram comigo, quando ele proferiu essas ameaças.

Jornal AR: Quando é que isso aconteceu

PM: Isso foi a 27 de Novembro de 2014, numa das reuniões em que esteve presente o administrador já antes mencionado, o senhor «Simone», Simão Ferreira Neto, e o Irlandês Pereira de Jesus (...) que é o presidente do bairro, também havia lá funcionários da administração e 13 sinistrados do nosso lado, um deles eu, na condição de secretário.

As vezes, as pessoas acordam, vamos à praça, os miúdos ficam casa e lá na praça, de repente, começa a chover, o coração fica todo preocupado, com medo de que a parede caia e não vá encontrá-las, vivemos com suspeitas, queremos as casas, porque onde nós estamos, não estamos bem. Por exemplo, no tempo

de cacimbo, estamos ainda normais, mas quando chega o tempo das chuvas, pronto! O coração fica intranquilo, a pessoa não consegue procurar o pão de cada dia para alimentar os filhos, uma vez que pensa muito, tudo em função da chuva. Aquela lagoa fica completamente cheia de água, nós é que vimos como é que as crianças morreram!

Os miúdos que vinham passar férias em casa do tio, infelizmente, acabaram por morrer, foram escavados com enxada, toda casa caiu sobre eles, mas mesmo tendo conhecimento disso, o senhor Tany Narciso não se dignou a resolver o nosso problema. Como é que nós vamos ficar? Estamos a viver mal, queremos as casas. Os outros foram e estão a dizer que já nos deram casas, se já nos deram casas vamos ficar em perigo! Não pode! Nós só queremos as casas, é só isso.

10.5 Cidadãos obrigados a viver com aterro sanitário “improvisado” em Benguela

Jornal O PAÍS

8 De Outubro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

A zona transformou-se num centro de depósito de lixo para o qual convergem carrinhas e camiões transportando resíduos sólidos, produzidos pelos moradores de bairros circunvizinhos, como Kalohombo, Kasseke, Dokota, entre outros.

Diariamente, além desses transportes, motorizadas de três rodas, vulgarmente conhecidas como Kaleluya, fazem -se à zona, carregadas igualmente de lixo, depois de recolha à porta de casa na cidade. Os moradores mostram-se agastados com a situação, uma vez que são obrigados, com todos os riscos, a conviver com vermes, moscas, ratos, baratas, que têm o lixo como seu habitat preferencial.

No período da tarde, para os moradores, torna-se quase impossível manter-se no interior de casa, por serem constantemente invadidos pelas moscas que se assumem já como vizinhas por direito. Na hora da refeição, para não serem incomodados pelos "vizinhos", vêm-se obrigados a cobrir-se com mosquiteiro, para não correr o risco de engolir moscas, em vez de comida. No quarto, na sala, na cozinha, não importa o lugar, os insectos fazem das suas e ocupam todos os compartimentos da casa e alojam-se nos móveis. O cenário é desolador.

Não bastassem os insectos e ratos a circundarem-nos, os moradores queixam igualmente da escassez de

água, pelo que são obrigados a percorrer longas distâncias à procura do precioso líquido.

Aparentemente abatida face ao cenário de carência vigente, Catarina Tembo, há seis meses a residir no bairro, pede que as autoridades administrativas de Benguela resolvam o problema, por estar em jogo a sua saúde, com destaque para a das crianças, a franja mais vulnerável. "Pedimos ao Governo para nos tirar esse lixo daqui", disse à reportagem do jornal OPAÍS. "A gente vai buscar água, quando põe lá dentro fica já cheia de moscas e é beber mesmo com as moscas. Estamos a passar mal. Não temos água, pagamos por cada bidão (20 litros) 30 kwanzas", lamenta a senhora Julieta Chilombo.

Domingos Gelemba, outro morador, desabafa que "o lixo está demais. O povo está a ficar doente. Queremos que o Governo faça qualquer coisa para a gente ficar melhor. Não temos água e sabão, os nossos filhos estão sujos".

Sem precisar há quanto tempo se deposita lixo à frente da sua residência, o morador disse apenas que o lixo é proveniente do casco urbano e da Vila das Acácias.

"É muita mosca. Aqui as crianças queixam-se de diarreia e vômito", frisou.

Os esforços do jornal OPAÍS para obter uma versão institucional redundaram em fracasso. Este jornal não obteve êxitos nas duas ligações telefónicas efectuadas para o contacto com o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços comunitários, Elmano Inácio.

Entretanto, uma fonte do Governo Provincial confidenciou a este jornal que o governador em exercício, Leopoldo Muhongo, deslocou-se Quinta-feira ao local e orientou que se remova imediatamente o lixo de perto das residências. Na manhã de Sábado, Leopoldo voltou ao local, a fim de constatar se as orientações baixadas estavam a ser observadas.

Refira-se que o quadro de recolha de resíduos deteriorou-se quando o Governo de Benguela rompeu, unilateralmente, o contrato que vinha mantendo com as empresas de recolha de lixo por alegada incapacidade financeira. A recolha porta-a-porta foi o modelo encontrado pelas autoridades para mitigar o problema.

De acordo com dados oficiais, a dívida do Executivo para com as operadoras, até aqui contabilizada, rondam os 16 mil milhões de kwanzas.

10.6 Chuva mata criança e desaloja famílias

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2018
Luísa Victoriano

Uma criança morreu e 738 famílias dos municípios de Malanje, Kunda-dia-Base, Cahombo e Quela estão desabrigadas, na sequência de fortes chuvas que se abatem desde o passado dia 1 sobre a região, afirmou ontem a porta-voz do Comando Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros Júlia da Conceição explicou que as chuvas, acompanhadas de fortes ventos, causaram vários danos nos bairros Combatente, Major Canhangulo, gola Kiluange, Vila - Matilde, Catepa, Carianga, Cula - Muxito e Quissol, onde foram destruídas muitas residências.

Segundo a porta-voz do Comando Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, a instituição não dispõe de meios para minimizar as dificuldades dos municípios, que se encontram sem abrigo. Apelou às instituições públicas, privadas e pessoas singulares no sentido de se solidarizarem com os sinistrados, apoiando com chapas de zinco, comida, roupa, material didáctico, entre outros meios.

O Comando Provincial de Malanje dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, acrescentou, salvou nos últimos dias um recém-nascido do sexo masculino, que se encontrava no interior de urna fossa, no bairro da Canâmbua. De acordo com a porta-voz, o Comando Provincial de Malanje dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros efectuou, também, seis extinções de incêndios de pequenas proporções, causados por curto-circuito, fuga de gás e aquecimento. Júlia da Conceição apelou às famílias da região no sentido de não edificarem residências em sítios de passagem de água, nem em valas de drenagem.

10.7 Entrepasto de madeira criou 800 empregos

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2018

O entreposto de Fiscalização e Comercialização de Madeira em Cassoneca, município de Icolo e Bengo, tem disponíveis cerca de 800 vagas para postos de trabalho directos, anunciou ontem o director adjunto para a área técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). Mateus Simão André fez o anúncio depois da confirmação pelo secretário de Estado da Agricultura para as Florestas, André Moda, da conclusão das obras.

Disse que há garantia de postos de trabalho, com a junção de vários sectores que intervêm na tramitação do processo de exportação de madeira e acrescentou que, para a inauguração do entreposto, falta apenas a vedação do espaço com muro de betão, definição das áreas de competências dos diferentes ministérios que vão funcionar no local, as instalações para a Polícia Fiscal e Bombeiros e outras estruturas.

O responsável do IDF adiantou que, com o funcionamento de Entrepasto de Fiscalização e Comercialização de Madeira, os exportadores terão "o trabalho facilitado pois, ao contrário do passado, doravante, toda a tramitação documental será no mesmo local."

Uma opinião corroborada pela administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Conceição Matos, para quem a nova infra-estrutura se resume no fim da execução de operações de forma dispersa pelo país. Considerou "preponderante", antes da abertura do entreposto, a instalação do sistema de comunicação e internet e uma área de esterilização para a separação da mercadoria por exportar e da que estiver já credenciada.

10.8 Regiões afectadas pela seca recebem 65 milhões de euros

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2018
Texto: Domingos Macuta

A União Europeia disponibilizou 65 milhões de euros para a implementação do programa de Fortalecimento de Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe, com vista à mitigação dos efeitos da seca, combate à fome e à pobreza, o programa, que conta com as parcerias da Cooperação Portuguesa e do.

Executivo Angolano, foi lançado ontem na cidade da Huíla pelo embaixador da União Europeia em Angola (UE), Tomas Ulincy, na presença de várias entidades do governo local e da Cooperação Portuguesa, Tomas Ulincy explicou que uma das finalidades do programa é relançar a produção agrícola em zonas afectadas pela seca, de forma que as famílias camponesas voltem a produzir quer para o seu consumo quer para a comercialização.

O responsável da UE disse que o programa oferece também oportunidade para a formação dos colaboradores, técnicos de instituições públicas e outras entidades envolvidas no processo, bem como académicos e estudantes universitários e

investigadores das áreas de agricultura, segurança alimentar e nutricional e alterações climáticas.

Tornas Ulincy disse que a União Europeia coopera com Angola para promover o avanço da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional assim como para atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas até 2030, concretamente no que toca à erradicação da pobreza e da fome, "Desejamos o sucesso deste programa para que as famílias camponesas afectadas pela seca voltem a atingir bons níveis de produção de modo a se tornarem intervenientes activos na economia angolana", sublinhou.

O responsável europeu, considera que a parceria entre a União Europeia, Cooperação Portuguesa e Executivo angolano vai ajudar a melhorar a capacidade técnica das pessoas envolvidas neste projecto. "O lançamento deste programa marca o início de uma caminhada que nos vai levar a um futuro próspero nas comunidades rurais afectadas pela seca. Acreditamos que este programa vai ser um exemplo de sucesso das actividades de cooperação entre a União Europeia e Angola", vaticinou, por seu lado, o embaixador de Portugal em Angola, João da Silva, disse que o montante disponibilizado pela União Europeia também vai servir para apoiar projectos de organizações da sociedade civil nas áreas de agricultura familiar, redução de perdas pós-colheitas, armazenamento e reservas de alimentos e para sistemas de captação conservação de água.

"O programa de Fortalecimento de Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional garante múltiplas oportunidades, quer de forma directa, através da geração de rendimento e emprego, quer indirectamente fortalecendo as economias regionais o ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, afirmou, na ocasião do lançamento que o Programa de Fortalecimento de Resiliência, Segurança Alimentar e Nutricional está alinhado com a política do Executivo angolano de constituir e implementar a reserva estratégica alimentar.

Pedro Luís da Fonseca disse que a reserva estratégica alimentar visa proporcionar, dentro de parâmetros pré-estabelecidos, o acesso da população a uma certa quantidade de produtos alimentares básicos em condições de estabilidade da oferta e intervir de forma pontual na estabilidade de preços. O ministro disse ainda que a segurança alimentar e nutricional, sobretudo no interior do país, "é um dos pontos importantes do Plano de Desenvolvimento Nacional que reconhece a gravidade da ocorrência das alterações climáticas em Angola.

Por outro lado, valoriza a agricultura familiar e permite que as entidades envolvidas tenham capacidade para contratar empresas e mão-de-obra local, pois garante financiamentos e assistência técnica", disse o diplomata português. Alinhamento de políticas Por seu turno, a vice-governadora da Huíla para o sector Político, Social e Económico, Maria Chipala vela, disse que o programa ajuda a implementação das estratégias do Executivo para o combate à fome e à pobreza.

10.9 Entrepasto de Caxito já está em operações

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

O Bengo conta, desde quarta-feira, com o Entrepasto de Madeira de Caxito, um posto intermédio nas operações de corte, transformação e exportação que vai envolver todos os exploradores florestais da província e das províncias do Urge e Zaire.

O entreposto, na quarta-feira visitado pelo secretário de Estado para a área florestal, André Moda, tem capacidade para receber dez mil contentores e está enquadrado nas medidas do Executivo para melhorar a gestão dos recursos florestais a nível do país:

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Simão Zau, disse que o Entrepasto de Caxito também vai poder atender as operações provenientes do leste e Sul do país e permite exercer uma fiscalização mais efectiva dos produtos destinados à exportação. "Só com estas medidas se vai evitar a exploração e exportação ilegal de madeira que nos últimos anos se tem registado em várias partes do país."

A intenção do Governo é controlar a actividade em todo o território nacional, razão pela qual está prevista a construção de seis entrepostos, além de Caxito, em Icolo e Bengo, Cabinda, Moxico, Lobito e Menongue.

Depois dos seis entrepostos estarem a funcionar, o Governo vai implementar outras medidas em algumas fronteiras, nas quais ocorrem saídas de madeira.

10.10 Ravinas na cidade do Dundo estão com os dias contados

12 De Outubro de 2018

Jornal de Angola

Texto: Manuel Fontoura

Os trabalhos de estancamento das quatro principais ravinas da cidade do Dundo, uma das quais ameaçava a destruição de prédios da zona 4 da centralidade do Mussungue, decorrem a um ritmo acelerado e podem ser concluídos no próximo mês de Dezembro.

A constatação é do vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, arquitecto Lino dos Santos, que foi ver o andamento das diferentes obras públicas em curso, com previsão de serem concluídas ainda este ano, com incidência para os 26 quilómetros da estrada nacional 225 e respectivas pontes.

Em relação às ravinas, o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas defendeu a construção de valas de drenagem de céu aberto, em detrimento de tubos de um metro e meio de diâmetro, que a empreiteira pretende colocar, alegando as especificidades da região, onde as chuvas se registam de forma intensa durante praticamente nove meses.

O arquitecto justificou que a utilização das valas de drenagem de céu aberto facilita a sua manutenção e permite também que os resíduos sólidos, que muitas vezes são transportados pelas enormes correntes das águas pluviais, possam facilmente ser encaminhados para as zonas mais baixas.

"A drenagem das águas das chuvas, através dos tubos, não é um processo consistente, porque pode funcionar correctamente numa primeira fase, mas com o tempo e o acúmulo de lixo poderá apresentar problemas, porque os tubos estão dimensionados apenas para um determinado caudal", salientou. Para contornar este pressuposto técnico, Lino dos Santos prometeu conversar com os responsáveis da empresa GRINER, a quem o Governo adjudicou as obras de estancamento das quatro principais ravinas na cidade do Dundo.

"Temos de alterar o sistema de drenagem das ravinas, enquanto ainda é cedo", disse, reiterando a tomada de decisões técnicas que garantam maior consistência no combate às ravinas e evitar descarrilamentos, principalmente devido aos problemas de escoamento das águas pluviais, através dos tubos que estão a ser previstos nesta empreitada. "Nesta região, as chuvas são fortes e a dado momento os tubos não irão suportar o caudal das águas que muitas vezes atingem

níveis elevados, podendo danificar, com o tempo, os tubos e voltarmos a ter no futuro os mesmos problemas", ressaltou. Lino dos Santos sublinhou a necessidade de encontrar -se consenso entre as autoridades locais, beneficiárias da obra, e a empresa construtora, para que as obras públicas sejam mais duradouras e sirvam os interesses do Estado e da população por mais tempo. O vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas mostrou-se satisfeito com o ritmo dos trabalhos e pelo facto de estar a ser mantido o traçado dos anteriores troços, com duas faixas de rodagem, uma plataforma de nove metros e um metro e meio de berma de cada lado, o que, segundo Lino dos Santos, se enquadra nos padrões do projecto.

O director das obras de estancamento das ravinas da empresa GRINER, João Rodrigues, informou que vão ser feitos aterros nas cabeceiras das ravinas, um trabalho que deve começar nos próximos dias. Foi desmatada uma área de 15.000 metros quadrados e criado um sistema de protecção provisório, com sacos de areia, para desviar as águas da chuva para fora da área de serviço, declarou o responsável das obras da empresa GRINER.

Obras na Estrada 225

Depois de constatar o desenvolvimento das obras de estancamento das ravinas, o vice-governador da Lunda-Norte para o sector Técnico e Infra-estruturas foi ver a reabilitação dos 26 quilómetros da Estrada Nacional 225 e a construção da ponte sobre o rio Luxico, também sob responsabilidade da construtora GRINER.

O director da obra, Mário Mendonça, destacou a celeridade dos trabalhos, apesar de reconhecer que a chuva que cai intensamente na região continua a ser um obstáculo a vencer. "Em função dos constrangimentos das chuvas, reforçamos as equipas de trabalho para aproveitar os períodos de melhor tempo e evitar atrasos na execução física da obra, que já conta com um ligeiro atraso, tendo em conta a planificação inicial", explicou Mário Mendonça.

Nesse troço rodoviário, de 26 quilómetros da Estrada Nacional 225, está contemplada a construção da ponte sobre o rio Luxico, cujas obras decorrem a bom ritmo. Segundo Mário Mendonça, a ponte será de estrutura mista, com os encontros em betão, um vão de 30 metros e um tabuleiro em estrutura metálica, com três vigas mestre de um metro e meio de altura. A ponte sobre o rio Luxico deve estar concluída em Dezembro deste ano, de acordo com a previsão dos técnicos da empresa GRINER.

A Estrada Nacional 225 tem um percurso de 504 quilómetros e interliga a cidade do Dundo, capital da província da Lunda - Norte, e seis municípios do sudeste da província (Lovua, Cuilo, Lubalo, Caungula, Cuango e Xá - Muteba). A sua construção começou em 2013, mas, devido à crise, 4,6 quilómetros e uma ponte estão por concluir.

10.11 Marés altas afligem Protecção Civil e Bombeiros

Jornal O PAÍS

13 De Outubro de 2018

A ocorrência de marés altas e bravas em toda costa angolana, principalmente a partir das 14 horas, constitui uma grande preocupação para o Comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), revelou ontem, em Luanda, o comissário principal Bêncão Cavila Abílio.

Cavila apela às pessoas que 'frequentam diariamente estes locais, principalmente nas praias de Cabinda até as do Namibe, a redobrem os cuidados, por estar previsto que tais alterações ocorreram durante todo o mês de Outubro.

O mais alto responsável do SPCB prestou essa informação à imprensa durante um evento por ocasião do Dia Internacional para a Redução de Desastres, que hoje se assinala.

A actividade, que decorre na Mediateca de Luanda sob o lema "O aumento das perdas económicas causadas por mudanças climáticas", é uma iniciativa da Comissão de Protecção Civil, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

O comandante afirma que neste momento algumas praias estão calmas, mas a tendência é subirem cada vez mais, principalmente a partir da hora acima referida.

Apela ainda aos responsáveis da corporação a ministrarem palestras de sensibilização aos usuários das praias, entre os quais as pessoas que fazem as festas na praia e os pescadores.

A cada ano, os desastres têm aumentado. Segundo pesquisas, mais de 90% de catástrofes mundiais estão relacionadas com a água. Em Angola, enxurradas e inundações têm sido os exemplos catastróficos que mais mortes provocam.

Na plateia estiveram presentes estudantes, que foram os convidados de "honra". "É importante que a partir

das escolas primárias, os estudantes vão tomando conhecimento disso".

Ao logo das últimas décadas tem aumentado as catástrofes. Segundo o secretário do Estado do Interior, Hermenegildo José Félix, o país já registou perdas humanas e danos materiais consideráveis, que têm vindo a aumentar a cada ano.

"O país regista com maior frequência inundações, incêndios, caemas, descargas atmosféricas, derrame de petróleo, ravinhas e seca, provocando doenças como a Malária, Cólera, a Raiva", detalhou.

De acordo com o governante, o Estado está a implementar políticas e mecanismos institucionais de redução de catástrofes com diferentes níveis de realização, como são os casos dos projectos de prevenção de desastres nas escolas e comunidades e da sinistralidade rodoviária, alguns dos quais voltados inteiramente para as crianças.

10.12 Chuva acima do normal em oito províncias

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2018

Texto: César Esteves

As províncias do Bié, Huambo, Moxico, Lundas Norte e Sul, Zaire, Uíge e Malanje podem receber chuva acima do normal durante os meses de Novembro e Dezembro deste ano e até Janeiro de 2019, informou sexta-feira, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet).

Domingos José do Nascimento, que falava numa conferência de imprensa sobre a previsão da época chuvosa, para o período de Outubro de 2018 a Janeiro de 2019, em todo o território nacional, disse que para as províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Cabinda, Cuanzanas Sul e Norte, Huíla e Cuando Cubango, o Inamet prevê chuva normal, com tendência para se elevar a um nível acima do normal.

Para as províncias do Cunene, Namibe e faixa sul da Huíla, prosseguiu, prevê-se igualmente chuvas normais que podem estar abaixo do normal, neste mesmo período.

Domingos do Nascimento acrescentou que, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro deste ano, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê alguma humidade para grande parte do território nacional.

O responsável alertou que no Cunene, Namibe e faixa sul da Huíla, haverá períodos menos húmidos. "Para os meses de Novembro, Dezembro deste ano e Janeiro de 2019, o Inamet visualiza ocorrências de chuvas acompanhadas de trovoadas em algumas partes do país", alertou.

Para o Planalto Central, nomeadamente nas províncias do Huambo, Bié e em algumas localidades do Moxico e Lunda-Sul, prevê-se chuvas normais com tendência a subir para acima do normal.

Nas províncias do Uíge, Malanje, faixa oeste da Lunda-Norte, faixa oeste do Cuanza-Sul e faixa sul do Namibe, o Inamet prevê chuva normal com tendência para abaixo do normal.

Já para Luanda, Bengo, Benguela, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanzas Sul e Norte, Huíla, Lundas Norte e Sul e Zaire, o Instituto Nacional de Meteorologia visualiza, para este período, chuvas próximo do normal.

10.13 Destruídas mais de 21 mil residências por fenómenos naturais

Jornal O PAÍS

14 De Outubro de 2018

Vinte e uma mil e 466 residências foram destruídas em consequência das inundações e outros fenómenos naturais no país, entre 2014 a 2018 afirmou ontem, Sábado o secretário de Estado do Interior para o Asseguramento Técnico, Hermenegildo Félix. A informação foi avançada durante a sessão de encerramento da feira sobre "Redução de Risco e Desastres" (RRD) sob o lema "O Aumento das Perdas Económicas Causadas Por Mudanças Climáticas", em alusão ao Dia Internacional para a Redução de Desastres comemorado anualmente a 13 de Outubro.

O secretário de Estado certificou que em Angola, as enxurradas e as inundações têm sido os fenómenos naturais que mais mortes e danos materiais provocam, deixando igualmente críticas as infra-estruturas da Saúde e da Educação.

Segundo dados do Escritório Internacional das Nações Unidas Para a Estratégia de Redução do Risco de Desastres (Unisdr), mais de 90 por cento das catástrofes mundiais estão relacionadas com a água, pelo seu excesso, ou pela sua falta.

Para si, esse cenário compromete todo o processo de desenvolvimento que tem sido levado a cabo pelo

Executivo angolano, com o aumento dos custos financeiros em desastres.

Hermenegildo Félix disse que todos os anos as calamidades causam um prejuízo global de cerca de 520 bilhões de dólares americanos.

"Em Angola, em cada 100 mil pessoas, pelo menos 860 dessas são afectadas e uma morrem em consequência das inundações", acrescentou.

Segundo a representante do Fundo das Nações Unidas Para a População (FNUAP), Florbela Fernandes, as alterações climáticas extremas levam cerca de 26 milhões de pessoas a enfrentar a pobreza e 18 milhões de pessoas foram forçadas a viverem como deslocadas.

Para a responsável, as mulheres são geralmente as que mais sofrem perdas económicas a seguir a uma tempestade, inundações ou período de estiagem e por esse motivo são importantes para construção da resiliência. Organizada pela Comissão Nacional de Protecção Civil, em parceria com o Fundo das Nações Unidas Para a População (FNUAP), a feira decorreu nos dias 12 e 13 do corrente mês.

Participaram no evento, os secretários de Estado da Saúde, José Cunha, da Comunicação Social, Celso Malavoloneke, bem como representantes dos sectores da Educação, Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SP-CB), Direcção Nacional de Viação e Trânsito, entre outros.

10.14 Mais de vinte mil casas destruídas pelas chuvas

Jornal De Angola

14 De Outubro de 2018

Texto: César Esteves

Em Angola 860 em cada 100 mil pessoas são afectadas directamente pelas inundações provocadas pelas fortes chuvas, informou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Interior para o Asseguramento Técnico, Hermenegildo José Félix.

O governante, que falava por ocasião do Dia Internacional para a Redução de Risco de Desastre, ontem assinalado, deu a conhecer que, de 2014 a 2018, 21.466 residências foram destruídas, em consequência das chuvas que caíram no país e provocado danos incalculáveis.

Hermenegildo Félix disse que este cenário compromete o processo de desenvolvimento levado a cabo pelo Executivo.

Socorrendo-se do excerto de um discurso da representante especial do secretariado das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, Mami Mizutori, o secretário de Estado do Interior referiu que o aumento dos custos financeiros com desastres atrasa o desenvolvimento dos países afectados por este fenómeno natural.

O governante acrescentou que as perdas económicas em países de baixo e médio rendimento comprometem os esforços para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que estes custos privam os governos de fundos que podiam ser usados na Saúde, Educação, protecção social e outras áreas importantes.

"Temos que começara pensar em acções de longo prazo, já que muitas das acções de curto prazo visam simplesmente a mitigação", frisou.

Hermenegildo Félix disse ser fundamental que se preste atenção especial às vulnerabilidades subjacentes aos riscos, de modo a "aprofundar-se a resiliência numa perspectiva de integração da redução do risco de desastres nos planos de desenvolvimento e estratégias de intervenção", bem como uma maior atenção à educação e à formação das pessoas sobre como salvar e prolongar as vidas durante e depois das emergências.

O secretário de Estado do Interior defendeu igualmente a necessidade de se prestar atenção especial às questões relacionadas com o ordenamento do território, concretamente na construção de novos assentamentos para as famílias que vivem em zonas de risco, no melhoramento e extensão das redes de drenagem pluviais e residuais.

Hermenegildo Félix entende que o processo de redução de risco de desastres deve ser inclusivo, chamando a si uma gama ampla de parceiros' a fim de se construir um ponto de partida para um vasto processo de capacitação de técnicos das regiões do país que vão fazer parte do compromisso de continuar a realizar acções conjuntas nas áreas que se pretendem sustentáveis.

Informou que a Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) e os seus parceiros estão a trabalhar na elaboração de um quadro de recuperação em relação à seca que assola o sul do país, que já se encontra na fase final.

Com vista a desenvolver-se uma maior participação e envolvimento da sociedade, continuou, a CNPC está a trabalhar num projecto que vai dar lugar à criação de comités de prevenção e participação do cidadão, que vão permitir aos mesmos conhecerem e

compreenderem as ameaças, vulnerabilidade e o grau de exposição a que podem estar sujeitos.

"A ideia é trabalhar com os mesmos na identificação de soluções mais eficazes, no sentido de reduzir o risco e criar condições de resposta local", concluiu.

Florbela Fernandes, representante do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) em Angola, disse que todos os anos as alterações climáticas extremas levam cerca de 26 milhões de pessoas a enfrentarem a pobreza. "O ano passado, por exemplo, cerca de 18 milhões de pessoas foram forçadas a viverem como deslocadas", recordou.

10.15 Vala "mortífera" tira sossego aos moradores

Jornal Visão

19 De Outubro de 2018

Texto: João Salvador

De acordo com Gaspar Marcos, de 45 anos, morador da zona há mais de 14 anos, o problema desta vala é preocupante e desastroso, porque quando a mesma inunda a zona fica intransitável.

"Este fenómeno acontece principalmente em época chuvosa, e é neste período onde muitas mortes acontecem, sendo as crianças as principais vítimas": começou por explicar, garantindo que jovens e até adultos não são poupados na tentativa de se protegerem das inundações.

Segundo fez saber, para verem o problema resolvido, várias cartas foram endereçadas pelos moradores à administração municipal da Maianga e ao Governo Provincial de Luanda.

"Uma vez destas o administrador da Maianga, acompanhado de algumas máquinas de fumigação compareceu no local apenas para combater os mosquitos e outros insectos produzidos pela vala, tendo na ocasião entregue o material a comissão de moradores do bairro": sublinhou, para depois dizer que desde aquela altura nunca se viu mais nada.

As mortes

Das mortes, segundo moradores no mês de Abril do ano em curso, duas pessoas faleceram, sendo um morador da zona e o seu filho, quando faziam a travessia na ponte improvisada feita por um outro morador.

"Por volta da 18 hora, para o azar dos dois, escorregaram da ponte e acabaram por perder a vida"

garantiram, acrescentando que era numa altura que a zona estava inundada.

No mês a seguir, contaram, uma senhora que se fazia acompanhar da filha às costas, foram arrastadas pela forte correnteza, tendo acabado por perder a vida.

De acordo com Gaspar Marcos, desde que foi viver no Catinton já registou mais de 12 mortes provocadas pela inundação daquela vala.

Os moradores afirmam ainda que a ponte que se encontra no local foi uma iniciativa própria para facilitar a travessia de um lado para o outro, mas, que nos últimos tempos, pela sua degradação, virou um perigo. Ainda assim, para a sua manutenção, cada cidadão que pretende fazer uso da mesma lhe é cobrado um valor simbólico de 10kz.

Carência no bairro

Além desta situação, os moradores do Catinton, disseram ao Jornal Visão que falta de quase tudo no bairro, desde a insuficiência de escolas públicas, hospitais, mais segurança para a população e uma ponte com melhor para a travessia da população dos dois municípios, nomeadamente, Maianga e Kilamba Kiaxi.

'Além disso, temos também a questão do saneamento básico na zona, visto que o lixo vem a partir do bairro Popular, onde a vala é proveniente e onde as obras nunca mas mais arrancaram desde a sua paralisação.

10.16 Chuvas ameaçam desalojar famílias

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2018
Texto: João Salvo

Cerca de 100 pessoas que vivem nos bairros Verde, Txizainga I e II, na periferia da cidade de Saurimo, na Lunda-Sul, correm o risco de perder as suas casas, devido às inundações provocadas pelas chuvas.

Ana Joaquina, uma das vítimas da calamidade natural, disse que a construção anárquica de casas, sobre a linha de passagem habitual da água, está na base das inundações que se registam na região.

O estado de alerta, movido pelo sentimento de insegurança, domina entre os moradores das referidas zonas, onde o lixo arrastado justifica o surgimento de mosquitos e outros transtornos. As inundações em algumas ruas inviabilizaram o trânsito nos bairros

Sambukila, Agostinho Neto e 11 de Novembro, devido à deformação das passagens hidráulicas,

O governador Daniel Neto visitou as zonas afectadas, para atem o grau de destruição e traçar estratégias para apoiar a população.

A presença do governador serviu também para reforçar o apelo contra a edificação de casas sobre passagens de água e em locais ameaçados por ravinas.

Num esforço de devolver segurança às comunidades, a Administração Municipal de Saurimo última os preparativos de lotes, para distribuir às famílias que vivem em zonas de risco.

10.17 Chuva causa desabamento do tecto da Administração

Jornal de Angola
23 De Outubro

A chuva que caiu em Luanda, na noite de domingo, causou inundação nalgumas ruas e o desabamento parcial do tecto da varanda da Administração Comunal da Funda, no município de Cacucaco.

Para constatar outros possíveis estragos, o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, realizou na manhã de ontem uma visita de constatação a algumas zonas afectadas pela chuva.

Adriano Mendes de Carvalho comprometeu-se a enviar à comuna da Funda enviar uma equipa técnica para avaliar os custos de reparação da parte do tecto da Administração comunal destruída chuva.

O governador de Luanda passou também pelo centro materno-infantil da Funda que apresenta um avançado estado de degradação e orientou os técnicos para que façam uma avaliação sobre os custos da reabilitação da instituição.

Mesmo sem o registo de casos, as comissões municipais de protecção civil e bombeiros começaram a fazer o levantamento dos danos causados pela chuva, deixando recomendações aos pais e encarregados de educação para redobrar a atenção para com as crianças para evitarem as valas, charcos de águas paradas e lagoas.

10.18 Ravinas ameaçam "engolir" a sede do Cuito Cuanavale

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2018

Texto: Francisco Curibingana

A sede do município do Cuito Cuanavale, no Cuando Cubango, corre o risco de desaparecer, devido às ravinas que ameaçam destruir várias infra-estruturas, segundo as autoridades administrativas, que pedem a intervenção urgente do Executivo para se evitar o pior.

O administrador municipal-adjunto para a esfera Política, Económica e Social, Pinto Soares, em entrevista ontem à Rádio Nacional de Angola, acrescentou que nesse momento, devido as ravinas, perto de três mil Famílias correm o risco de perder as suas casas, caso venha a chover nos próximos dias.

Segundo o administrador municipal-adjunto, há muito tempo que a comissão de contenção e estabilização das ravinas deixou de visitar o Cuito Cuanavale, depois da intervenção efectuada na pista do aeroporto.

Pinto Soares disse que até agora não houve nenhuma intervenção a nível da sede do município, havendo muitos focos de ravinas, que ameaçam 2.706 famílias.

"Quando começar a chover podemos ter problemas de perda de vidas humanas e de infra-estruturas, bem como quedas de postos de alta tensão. O memorial também pode perder o seu encanto, porque as principais vias de acesso podem ficar intransitáveis. São investimentos que custaram muito dinheiro ao Estado e seria conveniente trabalharmos para a sua manutenção", sublinhou o administrador municipal-adjunto.

Massango com infra-estruturas em perigo

Várias infra-estruturas, como estabelecimentos de ensino e comerciais, na vila de Massango, 252 quilómetros a norte da sede da província de Malanje, podem ruir a qualquer momento, dada a intensidade das chuvas nesta época do ano, devido à progressão de uma ravina.

O regedor Kienda Ngola disse ontem ao Jornal de Angola que a situação é cada vez mais preocupante, numa altura em que muitas famílias correm o risco de perder as suas casas.

A autoridade tradicional pede a quem de direito para intervir o mais rápido possível, para estancar a situação que tira o sono aos munícipes. "Essa vila é

antiga, estamos a pedir ao governo no sentido de olhar para a situação, porque é muito preocupante. Com as chuvas, as coisas podem se complicar e o perigo é cada vez mais eminente, uma vez que a ravina está a se aproximar da escola e estabelecimentos comerciais, que a qualquer momento podem ser engolidos", disse o munícipe Adão Zua.

Acrescentou que muitas crianças usam algumas áreas da ravina como pontos de travessia, o que já causou fracturas de membros inferiores. Carlos Luquelo, outro munícipe, disse que na ravina estão a ser formadas várias divisões. "Por exemplo, na baixa, deve ter por aí mais de 200 metros de profundidade. A ravina está a progredir em direcção à vila e as casas estão ameaçadas", alertou.

Habitantes do sector de Kimbungo Thunda, 16 quilómetros da sede municipal de Massango, também estão preocupados com a ravina que está a progredir em direcção à estrada que liga a sede do município às comunas de Kihuhu e Kinguengue.

A ravina já atingiu a estrada antiga e vai em direcção à via alternativa.

10.19 Entidades de direito da província estão a criar as condições para o realojamento das centenas de populares deslocados

Jornal de Angola

25 De Outubro de 2018

Texto: Maximiano Filipe

Chuvas, acompanhadas de forte vento e trovoadas, destruíram, nos últimos três dias, 96 casas nos bairros periféricos da sede comunal do Catengue, a 25 quilómetros de Benguela, deixando mais de uma centena de famílias ao relento.

Em consequência da intensidade das chuvas e dos fortes ventos registados, enumeram-se também a destruição de uma catequese, uma e cola primária, a sim corno a parte lateral do edifício da administração comunal, além de culturas em vários campos, nomeadamente massambala, milho e hortícolas.

Uma equipa multi-sectorial, que integra os técnicos da Administração Municipal, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEMA), Reinserção Social, autoridades tradicionais, técnico do sector da Educação e da Saúde, assim como Serviços de Investigação Criminal está a fazer o levantamento dos danos causados pelas enxurradas na região.

As famílias sinistradas vão beneficiar de apoio alimentar e vestuário, numa acção a ser desenvolvida pela administração local, em coordenação com os serviços de Assistência e Reinserção Social, garantiu o administrador do Caimbambo, José Cambiete.

O município da Baía Farta, a 28 quilómetros de Benguela, as chuvas começaram as 22h00 de domingo e prolongaram-se até às 4h00 da madrugada de segunda-feira. Os camiões que transportam peixe e sal, provenientes da Baía Farta para outras localidades, estão a fazer urna movimentação bastante lenta. Em função da lentidão, estas viaturas de grande porte vão vertendo óleo de peixe, que foi deixando o pavimento escorregadio, principalmente na subida que dá acesso à localidade da Baía Azul.

A direcção do Gabinete Provincial da Saúde, encabeçada pelo seu titular, Manuel Cabinda, está a desenvolver um trabalho de ajuda e controlo em todos os município do interior da provinda de Benguela, no sentido de avaliar as condições médicas e medicamentosas das unidades sanitárias.

De acordo com o responsável' entre outras actividades em curso, constam também acções de sensibilização das comunidades sobre os cuidados primários de saúde, noções básicas sobre higiene domiciliar, tratamento de charcos e águas residuais, bem como métodos de tratamento do lixo e água para o consumo doméstico.

"Estamos também a distribuir mosquiteiros impregnados a mulheres grávidas e crianças menores de 15 anos, assim como orientar sobre as melhores formas de utilização, no âmbito do combate à malária", concluiu Manuel Cabinda.

Famílias reassentadas

O Governo Provincial de Benguela vai melhorar as condições sociais básicas para as populações que vivem no bairro dos Cabrais, na zona alta do município do Lobito, no âmbito do aumento da qualidade de vida das famílias.

De acordo como governador provincial de Benguela, Rui Falcão, "as condições vão sendo melhoradas de forma fase da", começando já com a água potável, visto que será instalado brevemente um ramal que vai abastecer a refinaria do Lobito e a população".

A localidade dos Cabrais possui um centro de acolhimento dos deslocados das chuvas de Março de 2015, onde estão aglomeradas mais de 600 famílias, que beneficiam de diversos apoios, desde alimentação, vestuário, material de construção e bens domésticos, no âmbito do programa de reassentamento das populações, desenvolvido pelo

Governo Provincial de Benguela e seus parceiros sociais.

No domínio da saúde preventiva e devido às chuvas que tem caído nos últimos dias na provinda de Benguela, foi instalado na localidade um posto médico, com técnicos especializados em enfermagem geral, que fazem atendimento regular dos pacientes ininterruptamente.

O director do Gabinete Provincial da Saúde, Manuel Cabinda, continua a fazer visitas de ajuda e controlo aos dez municípios da província de Benguela, para avaliar as condições dos hospitais e postos médicos, bem como reforçar as referidas unidades sanitárias com medicamentos, tendo em conta a época chuvosa.

O responsável disse que está a fazer a inventariação do sector na província para executar as tarefas de acordo com as prioridades.

10.20 Chuvas fazem estragos no Cazenga

Jornal A República

26 De Outubro de 2018

Texto: Mafuta Malanda

A Província de Luanda nunca está preparada para receber chuvas. Na noite de domingo passado e na tarde da terça-feira, os luandenses foram surpreendidos com chuvas que, embora não tenham sido de grande intensidade, causaram alguns estragos, particularmente no município do Cazenga. Algumas ruas ficaram intransitáveis por causa da quantidade das águas. Alunos do colégio Simão Nioka ficaram sem aulas, porque parte da escola ficou inundada. No bairro da SONEF, duas famílias encontram-se ao relento. Por causa da forte ventania que se deu antes da chuva desta terça-feira, uma árvore caiu sobre a casa do senhor Manuel Quimbamba, deixando-a parcialmente destruída. Situação semelhante aconteceu com a residência do senhor Afonso Simão que não resistiu à quantidade de água que provocou o desabamento da fossa e com ela uma das paredes da residência.

A ponte do Malueca, que liga o município do Cazenga ao de Cacuaco, que desabou durante as chuvas do princípio do ano corrente, tendo ficado apenas uma extremidade que possibilitava a circulação de pessoas e bens, ficou agora totalmente destruída, facto que irrita os moradores tanto do Cazenga bem como os do município de Cacuaco, que agora vão ter dificuldades na circulação, pelo que apelam as administrações dos dois municípios, bem

como ao Governo Provincial de Luanda, para uma rápida intervenção e recuperação da ponte.

Já no Poupa lá, a situação é igualmente complexa, formou-se aí um charco que interditou a rua, criando dificuldades aos funcionários da ENDE, aos funcionários e pacientes do Centro Médico Progresso, bem como aos funcionários e estudantes do Instituto Superior Politécnico do Cazenga, ISPOCA.

No mercado dos Combustíveis, os feirantes e vendedores vêem-se obrigados a permanecer em casa por causa do estado em que se encontra o mercado. Algumas bancadas ficaram destruídas e o mercado totalmente inundado.

10.21 Fortes chuvas causam estragos em Benguela

Jornal 24 Horas

26 De Outubro de 2018

Texto: Márcia Elizabeth

Uma equipa multi-sectorial, que integra os técnicos da Administração Municipal, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEMA), Reinserção Social, autoridades tradicionais, técnicos do sector da Educação e da Saúde, assim como Serviços de Investigação Criminal está a fazer o levantamento dos danos causados pelas enxurradas na região.

As famílias sinistradas vão beneficiar de apoio alimentar e vestuário, numa acção a ser desenvolvida pela administração local, em coordenação com os serviços de Assistência e Reinserção Social, garantiu o administrador do Caimbambo, José Cambiete.

Em consequência da intensidade das chuvas e dos fortes ventos registados, regista-se também a destruição de uma catequese, uma escola primária, assim como a parte lateral do edifício da administração comunal, além de culturas em vários campos, nomeadamente massambala, milho e hortícolas.

No município da Baía Farta, a 28 quilómetros de Benguela, as chuvas começaram por volta das 22h00 de domingo e prolongaram-se até às 4h00 da madrugada de segunda-feira. Os camiões que transportam peixe e sal, que partem da Baía Farta para outras localidades, estão a fazer uma movimentação bastante lenta. Em função da lentidão, estas viaturas de grande porte vão vertendo óleo de peixe, que foi deixando o pavimento escorregadio,

principalmente na subida que dá acesso à localidade da Baía Azul.

Manuel Cabinda, titular da direcção do Gabinete Provincial da Saúde, está a desenvolver um trabalho de ajuda e controlo em todos os municípios do interior da província de Benguela, no sentido de avaliar as condições médicas e medicamentosas das unidades sanitárias. De acordo com o responsável, entre outras actividades em curso, constam também acções de sensibilização das comunidades sobre os cuidados primários de saúde, noções básicas sobre higiene domiciliar, tratamento de charcos e águas residuais, bem como métodos de tratamento do lixo e água para o consumo doméstico. "Estamos também a distribuir mosquiteiros impregnados a mulheres grávidas e crianças menores de 15 anos, assim como orientar sobre as melhores formas de utilização, no âmbito do combate à malária", concluiu Manuel Cabinda.

O Governo Provincial de Benguela vai melhorar as condições sociais básicas para as populações que vivem no bairro dos Cabrais, na zona alta do município do Lobito, no âmbito do aumento da qualidade de vida das famílias. Como referiu o governador provincial de Benguela, Rui Falcão, "as condições vão sendo melhoradas de forma faseada", começando já com a água potável, visto que será instalado brevemente um ramal que vai abastecer a refinaria do Lobito e a população". A localidade dos Cabrais possui um centro de acolhimento dos deslocados das chuvas de Março de 2015, onde estão aglomeradas mais de 600 famílias, que beneficiam de diversos apoios, desde alimentação, vestuário, material de construção e bens domésticos, no âmbito do programa de reassentamento das populações, desenvolvido pelo Governo Provincial de Benguela e seus parceiros sociais.

No domínio da saúde preventiva e devido às chuvas que tem caído nos últimos dias na província de Benguela, foi instalado na localidade um posto médico, com técnicos especializados em enfermagem geral, que fazem atendimento regular dos pacientes ininterruptamente.

O director do Gabinete Provincial da Saúde, Manuel Cabinda, continua a fazer visitas de ajuda e controlo aos dez municípios da província de Benguela, para avaliar as condições dos hospitais e postos médicos, bem como reforçar as referidas unidades sanitárias com medicamentos, tendo em conta a época chuvosa.

10.22 IDF apreende 200 toneladas de carvão vegetal

Jornal O PAÍS

28 De Outubro de 2018

O produto destinava-se à venda no mercado informal e foi apreendido no âmbito das acções de fiscalização realizadas pelo IDF.

De acordo com o responsável, de Janeiro a Outubro deste ano, arrecadou-se, com as infracções, 13 milhões de kwanzas, contra nove milhões de 2017, período em que foram apreendidos 57 toneladas de carvão vegetal.

Para apreensão deste produto e detenção dos infractores, o IDF tem contado com o apoio de outros organismos intervenientes no processo de fiscalização, como a Polícia Fiscal, Administração Geral Tributária (IDF), Comércio Externo e Serviços de Investigação Criminal (SIC).

" Na nossa província ninguém está autorizado a fazer a exploração de carvão e quando o fizer é sancionado criminalmente de acordo com a lei ambiental e obrigado a pagar uma indemnização pelo facto de destruir o ecossistema", referiu o responsável.

Garantiu que a exploração de carvão é feita apenas nas províncias onde existe a exploração de madeira e, na medida que se vai explorando esta última, os resíduos de abate da árvore é que devem ser transformados em carvão. "Não é por via do abate de árvores frescas e em desenvolvimento, como se verifica na nossa província, concretamente, no município da Bibala, comuna do Munhino"

Salientou ainda que ao carvão, depois de apreendido, é vendido em leilão e o valor arrecadado vai para a Conta do Estado.

Como medida preventiva para este fenómeno, o responsável apontou a criação de políticas de combate à fome e à pobreza. Sendo uma delas, a aquisição de inputs agrícolas para as populações autóctones e construção de sistemas de água para irrigação dos campos, afunde que estes possam, de forma segura, ter uma fonte de sobrevivência e auto-sustentar-se.

Aponta também como soluções, "o aproveitamento das águas fluviais, criando albufeiras, pois biliões de metros cúbicos de água na época chuvosa, vindos das províncias da Huíla e Cunene, vão para o Oceano Atlântico. Políticas de criação de vendas de botijas de gás a preço razoável, pois notamos que 40 por cento

da população urbana tem como fonte alternativa de calor o carvão vegetal", finalizou.

10.23 Florestas do país correm o risco de serem consumidas pelo fogo

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2018

Texto: Osvaldo Gonçalves

A recente apreensão pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) de 200 toneladas de carvão vegetal, na província do Namibe, é uma informação deveras preocupante, tendo em conta as condições climáticas da região e o avanço imparável do deserto.

O relato foi feito pelo chefe de Departamento da instituição, Pedro Chivela Joaquim. Mas, ao lermos a notícia, temos a impressão de que se estão a pôr à frente os valores arrecadados pelo IDF, fruto das suas acções de fiscalização do que os danos causados ao ambiente. Para quem leva mais a sério as questões financeiras, deve dizer-se que o IDF no Namibe arrecadou de Janeiro a Outubro deste ano, 13 milhões de kwanzas, soma acima dos nove milhões de 2017, período em que foram apreendidas 57 toneladas de carvão vegetal.

Pode dizer-se que o IDF, que conta com o apoio de outros organismos intervenientes no processo de fiscalização, como a Polícia Fiscal, Administração Geral Tributária, Comércio Externo e Serviços de Investigação Criminal, tem aumentado a sua acção na província.

Porém, em situações como esta, o aumento nas receitas está longe de significar avanços no tocante à protecção do ambiente e em melhoria nas condições de vida das populações.

Na matéria divulgada pela Angop, Pedro Chivela é categórico quando afirma: "Na nossa província, ninguém está autorizado a fazer a exploração de carvão e quando o fizer é sancionado criminalmente, de acordo com a Lei Ambiental, e obrigado a pagar uma indemnização pelo facto de destruir o ecossistema."

Em Angola, a exploração de carvão vegetal só é feita nas províncias onde existe a exploração madeireira. À medida que esta prossegue, os resíduos das árvores abatidas são transformados. O abate de árvores frescas e em desenvolvimento, como o responsável afirma que se verifica na província do Namibe, em concreto, no município da Bibala, comuna do Munhino, não é permitido. O carvão apreendido é

levado a leilão e o dinheiro arrecadado vai para a conta do Estado.

O chefe de departamento do IDF no Namibe não deixa, entretanto, de alertar: a venda ilegal de carvão só pode ser prevenida com políticas de combate à fome e à pobreza, como a aquisição de inputs agrícolas para as populações autóctones e a construção de sistemas de água para irrigação dos campos.

Informação importante é que 40 por cento da população urbana no Namibe tem no carvão vegetal a única fonte de calor, pelo que a venda de botijas de gás butano a preço razoável é outra das medidas a ter em conta, assim como o aproveitamento das águas fluviais, criando albufeiras, já que biliões de metros cúbicos de água na época chuvosa vindos das províncias da Huíla e Cunene vão para o Oceano Atlântico.

Angola, que possui mais de 69 mil hectares de florestas (56.60 por cento da sua superfície), licenciou para o presente ano a exploração de 41.750 toneladas de carvão vegetal.

O Decreto Executivo nº 277 /18, do Ministério da Agricultura e Florestas, autoriza como quantidade máxima de carvão vegetal na Campanha Florestal 2018 34.250 toneladas na floresta natural e 7.500 toneladas na floresta plantada.

A exploração de carvão vegetal acontece, sobretudo, na província do Huambo, com uma quota e 11 mil toneladas (5.000 toneladas de origem natural e 6.000 toneladas de origem plantada), seguindo-se o Cuanza-Sul, com 6.100 toneladas, e o Bengo, com 5.000 toneladas. A produção excessiva de carvão vegetal no país leva ao abate indiscriminado de árvores.

10.24 Protecção do ambiente recebeu ajuda financeira do Fundo Global

Jornal De Angola

30 De Outubro de 2018

Texto: Mazarino da Cunha

Angola recebeu do Fundo Global do Ambiente dez milhões de dólares para serem utilizados em projectos nas áreas da biodiversidade e na luta contra a degradação dos solos, desertificação e alterações climáticas.

O anúncio foi feito ontem, em Luanda, pelo coordenador regional do Fundo Global do Ambiente nos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, Júlio Ferreira, quando falava à

comunicação social à margem do primeiro diálogo nacional sobre o fundo em Angola.

Júlio Ferreira disse à imprensa que, de quatro em quatro anos, o Fundo Global do Ambiente atribui valores a países menos avançados económica e tecnologicamente, para serem implementados projectos prioritários nas áreas ambientais e ligados a cidades sustentáveis.

No encontro participam vários departamentos ministeriais e parceiros internacionais para identificarem e analisarem as áreas prioritárias onde é aplicado o montante atribuído de quatro em quatro anos. Júlio Ferreira, que assumiu, em Junho, a presidência rotativa do Fundo Global do Ambiente nos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), informou que um grupo técnico interministerial foi criado para avaliar e monitorizar os projectos a serem implementados em Angola e nos restantes países da SADC.

O grupo técnico é integrado pelos ministérios do Ambiente, Turismo e Hotelaria, Economia, Finanças, Relações Exteriores, Indústria, Agricultura e Florestas, Pesca e Mar, Administração do Território e da Reforma do Estado, Interior, Defesa e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Acordo de facilitação de vistos entre Angola e China entra em vigor

Jornal O PAÍS

2 De Outubro de 2018

O acordo de cooperação entre o Governo da República de Angola e o da República Popular da China sobre facilitação de vistos em passaportes ordinários, assinado em Luanda a 14 de Janeiro deste ano, já se encontra em vigor, conforme ilustra o Decreto Presidencial nº 222/18, de 26 de Setembro, a que OPAÍS teve acesso.

O convénio, aprovado pelo Presidente da República, João Lourenço, após apreciação na última sessão do Conselho de Ministros a 28 de Agosto, justifica-se pela necessidade de se consolidar, cada vez mais, as relações de amizade e de cooperação com o Governo da República Popular da China.

Angola atribui capital importância aos tratados internacionais e considera o acordo sobre facilitação de vistos em passaportes ordinários um instrumento de grande valia para facilitar a entrada e permanência nos territórios dos dois países de empresários, investidores, agentes financeiros, especialistas e técnicos de empresas, académicos, desportistas, entidades religiosas e culturais, bem como cidadãos nacionais com vista ao aprofundamento das relações bilaterais.

Neste contexto, os dois países reconhecem a necessidade de se promover e facilitar a circulação dos respectivos cidadãos nacionais nos territórios de ambos os Estados.

Âmbito da aplicação

No âmbito do acordo, os dois países comprometem-se a facilitar a atribuição de vistos de curta duração e de longa duração, sendo os de curta duração válidos para entradas múltiplas, num período de 36 meses, permitindo ao seu titular uma permanência por um período máximo de 90 dias por semestre.

Os vistos para fins académicos, científicos e tecnológicos, bem como para tratamento médico são válidos para um período de 36 meses, para múltiplas entradas, prorrogáveis para a finalidade que determinou a sua concessão.

Os vistos de trabalho são emitidos pelas partes conforme a legislação aplicável nos respectivos Estados.

O acordo é válido por um período de cinco anos automaticamente renováveis por iguais e sucessivos períodos salvo se uma das partes manifestar a vontade de o denunciar, devendo fazê-lo por escrito, com 90 dias de antecedência da data de expiração pelos canais diplomáticos.

13.2 Comércio com a China atinge 15,82 mil milhões

Jornal De Angola

2 De Outubro de 2018

Angola foi o segundo país de língua portuguesa que mais comprou e vendeu à China, com trocas comerciais bilaterais a totalizar, nos primeiros sete meses do ano 15,82 mil milhões, uma alta anual de 18,28 por cento. Só em Julho, o comércio bilateral atingiu 2,32 mil milhões, um crescimento de 22,05 por cento em relação a Junho.

Dados divulgados pelo secretariado permanente do Fórum para a Cooperação económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa indicam que Angola foi apenas superada pelo Brasil, mas ficou à frente de Portugal. O comércio entre, a China e os países de língua portuguesa atingiu 82,15 mil milhões de Janeiro a Julho, um aumento de 21,5 por cento.

A China importou 57,53 mil milhões e exportou 24,62 mil milhões em produtos para o mundo lusófono no período, uma alta anual de 20,38 por cento e 24,19 por cento. Em Julho, a China importou 8,83 mil milhões, um aumento mensal de 1,98 por cento.

Já as exportações chinesas foram de 3,62 mil milhões, um declínio mensal de 9,53 por cento. O comércio bilateral somou 12,45 mil milhões, em Julho, uma queda de 1,66 por cento em relação a Junho.

O Brasil continuou a ser o principal parceiro comercial lusófono da China, registando trocas comerciais totais no valor de 9,27 mil milhões em Julho, uma queda mensal de 7,28 por cento. Nos primeiros sete meses do ano, os dois, países acumularam um comércio total de 61,31 mil milhões, uma alta anual de 22,86 por cento.

Na terceira posição ficou Portugal, com o valor das trocas comerciais mensais a subir 17,78 por cento, em Julho, para 562,94 milhões. No período de Janeiro a Julho, o comércio sino-português somou 3,39 mil

milhões, 6,81 por cento a mais que no mesmo período do ano passado.

13.3 Empresa de pontes comprada por consórcio sino-angolano

Jornal de Angola

5 De Setembro de 2018

A Empresa Nacional de Pontes (ENP) passa hoje do Estado para as mãos de um consórcio privado formado pelas empresas angolanas Adisandra e Feront e a chinesa CRBG, concluindo um processo de privatização que decorria desde Fevereiro.

O Ministério da Construção e Obras Públicas, que detinha até hoje a tutela da ENP, anunciou ontem, em nota enviada ao Jornal de Angola, o encaixe de dois milhões de dólares com a alienação do capital da empresa e que o processo envolve o pagamento dos trabalhadores, com três anos de salários em atraso.

Os termos da alienação são subscritos pelo ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, num acto que conta a participação do embaixador da China, Cui Aimin, além de membros do Governo Provincial de Luanda, de acordo com a nota.

O documento confirma que a ENP faz parte das 74 empresas públicas que o Governo prevê privatizar a médio prazo, um assunto que apesar de admitido em várias ocasiões por representantes oficiais, não tem sido desvendado em detalhe, como a composição da lista.

O primeiro anúncio da privatização da companhia foi feito pelo ministro da Construção e Obras Públicas no começo de Agosto, duas semanas antes de uma marcha programada pelos trabalhadores da companhia autorizada pelo Governo Provincial de Luanda.

Antes, em Maio, o director-geral da empresa, José Henriques, confirmou a suspensão de 82 trabalhadores, justificando a decisão com a necessidade de rentabilizar a empresa na parceria com o consórcio formado pelas três empresas de Angola e da China.

A opção do Governo pela privatização como mecanismo de resolução da crise da ENP pode afigurar-se como modelo para um processo mais amplo, mas apenas parcialmente, porquanto a decisão do Governo é a de conduzir um processo de privatizações na Bolsa da Dívida e Valores de Angola, onde se obtém a vantagem de alienar activos com

uma ampla dispersão do capital pelo acesso a um número mais elevado de investidores.

O padrão das empresas a privatizar corresponde, ao da ENP, uma vez que a decisão é a de passar para o capital privado empresas públicas que não sejam lucrativas e representem um "peso morto" para o Estado.

Na quarta-feira, a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves, anunciou a iminência do envio da proposta de uma Lei das Privatizações à Assembleia Nacional, no fim de discussões estabelecidas pelo Governo (ler mais na página 11).

13.4 João Lourenço regressa este mês à China para visita oficial de dois dias

Jornal A República

5 De Outubro de 2018

O Presidente angolano, João Lourenço, vai visitar oficialmente a China a 09 e 10 deste mês, quase 40 dias depois de ter participado, em Pequim, na terceira cimeira do Fórum de Cooperação China-África, disse hoje à Lusa fonte oficial. Fonte da Casa Civil do Presidente da República angolano adiantou que João Lourenço será acompanhado pelo menos pelo ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e pelo Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, indicando que só na terça-feira ficarão definidos os restantes pormenores.

Em Pequim, acrescentou a fonte, o Presidente angolano será recebido pelo homólogo chinês, X Jinping, com quem já esteve reunido a 04 de Setembro passado, à margem daquela cimeira. No encontro de então, João Lourenço manifestou a Xi Jinping o desejo de ver aumentado o investimento directo de empresas chinesas na pro-de cooperação financeira bilateral, que ficaram então adiadas para fins de Setembro e, agora, para a visita do Presidente angolano. "É possível que este acordo (sobre a definição do quadro geral de cooperação financeira) seja assinado na China ainda este ano", disse então o ministro das Relações Exteriores angolano, Manuel Augusto, salientando que Pequim está disposta a financiar projectos em África, mas uma das contrapartidas, tal como definiu Xi Jinping, é a transparência nos países que queiram construção e fornecimento equipamentos do N(Aeroporto Internacional de Luanda, em construção por empresas chinesas nos arredores da capital.

Este empréstimo s por um período de anos e inclui um pelo do inicial de carência 18 meses, durante o que Angola não é obrigada reembolsar o monta principal do empréstimo

Através do banco estatal chinês que apoia importações e expulsões do país (CHEX Bank), Angola está negociar um financiamento para a construi também que o investimento pode ser o através do estabelecimento de parcerias mutuamente vantajosas" nos empresários angolanos, na partilha de tecnologia e de conhecimento científico e na formação quadros angolanos. 'ara assegurar o êxito 5 programas bilaterais cooperação, o chefe Estado angolano deu o estabelecimento "mecanismos práticos e possibilitem o acesso; recursos financeiros necessários para o sucessos das medidas de políticas estabelecidas pelas acções africanas':

João Lourenço considerou também "necessário" que as instituições bancárias africanas e da China desempenhem um real importante, "com objectivo de tornarem 1 a vontade política ambos os lados" em proporcionar os recursos desenvolver projectos e garantam um desenvolvimento que se revele mutuamente vantajoso' durante a visita de João Lourenço, porém, não foi possível concluírem-se as negociações para a definição de um quadro geral maior último que o Governo angolano está a negociar mais de 16.500 milhões de euros em linhas de financiamento internacionais para projectos no país, a maior parte junto de instituições da China. De acordo com informação do Governo angolano enviada na altura a investidores internacionais, Angola está actualmente a negociar "várias novas facilidades de crédito": algumas das quais em fase avançada de negociação.

É o caso de uma linha de financiamento em negociação com os chineses do ICBC (Banco Industrial e Comercial da China), para projectos de infra-estrutura em Angola, avaliados em 11.700 milhões de dólares (9.830 milhões de euros). Tendo ainda o ICBC como angariador, agente e credor original, o Governo angolano, lê-se no documento, está "em vias de celebrar um contrato de empréstimo" de 1.281,9 milhões de dólares (1.076 milhões de euros), para financiar até 85% do preço do contrato para a concepção de milhões de euros), para o sistema de transporte de electricidade da barragem de Lauchimo, por 760,4 milhões de dólares (638 milhões de euros), e para a construção da base da Academia Naval, em Kalunga, Porto Amboim, no valor de 1.100 milhões de dólares (923 milhões de euros).

Só entre 2013 e final de 2017, dados do Governo angolano indicam que a dívida total de Angola à

China - bilateral e aos bancos comerciais chineses - passou de 4.700 milhões de dólares (3.940 milhões de euros) para 21.500 milhões de dólares (18.000 milhões de euros), equivalente a mais de 60% de toda a dívida contraída externamente pelo país. Ainda sem estes acordos de financiamento fechados, o Governo angolano estima fechar 2018 com um endividamento público de 77.300 milhões de dólares (65.100 milhões de euros), equivalente a 70,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para este ano, excluindo a dívida da petrolífera estatal Sonangol.

13.5 As relações sino-angolanas e a República

Novo Jornal

5 De Outubro de 2018

Texto: Nok Nogueira

O Presidente João Lourenço regressa agora em Outubro à China em visita oficial, um mês depois de ter estado em Pequim para o terceiro Fórum de Cooperação China-África, que decorreu em Setembro deste ano. As questões que levantamos são: o ir à China reforçará a visão reformista que prometeu levar a cabo quando se alinhou a Deng Xiaoping, no sentido da "refundação" do Estado angolano do ponto de vista da materialização das políticas económicas e sociais no país?

Pelo menos, até agora, os caminhos desbravados pelo executivo de João Lourenço, na busca incessante por financiamento a partir do investimento privado estrangeiro, parecem contrariar a velha ordem das crónicas suspeições que tinham no Ocidente o grande bode expiatório; que só o era, na verdade, quando se tratassem de questões estruturantes ligadas às relações entre Estados, porque, para as aplicações feitas a título individual (sobretudo envolvendo dirigentes políticos) na banca ou em paraísos fiscais situados no Ocidente, este já servia.

Entre a ideia de reforma a que se propôs João Lourenço e o da refundação de que se faz necessário em Angola, e que defendemos, ficamos com a sensação de estarmos diante de caminhos não necessariamente opostos, mas paralelos, cujas delimitações estão muito bem identificadas; pelo que antevemos velocidades distintas e resultados que podem, nem sempre, alcançar objectivos que se venham a reflectir naquilo que de facto possa ser entendido como uma reforma enquanto tal, se o que estiver em causa for a necessidade de refundação do Estado e não simplesmente o de reformular.

Foi também com o dinheiro da China que se cometeram os maiores dislates governativos. Foi o

dinheiro chinês que ajudou o Executivo a ensaiar e a encenar o deslumbramento irreflectido da megalomania angolana, de tal sorte que até diziam que éramos especiais por termos construído quatro estádios de raiz pagos a peso de ouro, infra-estruturas essas que, em outras paragens, custariam muito menos.

Boa parte das estradas feitas no âmbito dessa parceria com a China sumiu da vista de todos, mas ninguém deu explicações ao país sobre a garantia das mesmas. Calou-se tudo! Há ainda uma polémica à volta de extensas terras que, à boca pequena, se foi dizendo que a Angola "doou à China para pagar a dívida". Sobre isso, nem um soneto se fez rimar. Limitamo-nos a ouvir a voz populi, como se de um entertainer moments se tratasse.

No Leste de Angola vinham - e ainda vêm - sinais de uma alegada invasão silenciosa chinesa, que explora a madeira desrespeitando as normas vigentes no país. Ninguém explica em que parte da parceria estratégica se enquadra a exploração de madeira.

Ouvem-se relatos vários de que no interior do país há menores a trabalhar em empresas chinesas, com trabalho quase escravo e salários de miséria, mas a parceria com a China é estratégica, é intocável! Eis o mais grave de todos os alertas: em 2016, a China tornou-se no maior investidor estrangeiro em Angola, liderando exportações e importações, com 200 mil trabalhadores e largas dezenas de empresas instaladas em todo o país.

13.6 Chefe de Estado volta à China por dois dias

Jornal de Angola

5 De Outubro, 2018

O Presidente da República, João Lourenço, efectua na segunda e terça-feira próximas uma visita de Estado à República Popular da China, indica uma nota do Ministério angolano das Relações Exteriores.

Trata-se da segunda visita do Chefe de Estado à China em pouco mais de um mês. João Lourenço esteve em Pequim no princípio do mês passado, onde participou no 3º Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

À margem do FOCAC, o Presidente João Lourenço foi recebido pelo homólogo chinês, Xi Jinping, a quem agradeceu a ajuda ao processo de reconstrução nacional em Angola, país que foi devastado por uma guerra civil.

Segundo o estadista, Angola encontrou na China um parceiro que está a ajudar a construir o país e que foi o país asiático “quem estendeu a mão na fase de reconstrução nacional”.

“Estamos a reconstruir o nosso país com o financiamento chinês também”, afirmou, numa intervenção breve na sala de audiências do Grande Palácio do Povo, após ter sido recebido pelo homólogo chinês, em que foi analisada a cooperação bilateral.

Em relação ao continente em geral, João Lourenço reconheceu que a China tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento de África, processo que “requer uma certa atenção”. “As nossas parcerias no passado não deram certo e, em poucas décadas, a China estendeu-nos a mão e os resultados são visíveis em praticamente todo o continente”, reconheceu.

13.7 João Lourenço visita China a partir do dia 9 de Outubro

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2018

Texto: Daniel Miguel

Durante a visita, o Chefe de Estado angolano cumprirá um programa oficial que inclui encontros com dirigentes chineses ao mais alto nível, nomeadamente com o primeiro-ministro Li Zhanshu, na Terça-feira, e com o Presidente Xi Jinping, no mesmo dia. As conversações com as autoridades chinesas deverão conduzir à assinatura de um conjunto de acordos, sendo um deles o instrumento que evita a dupla tributação nas transacções comerciais.

O Presidente da República, que deixa hoje de manhã Luanda, far-se-á acompanhar na visita à China por uma delegação de alto nível, que inclui dois ministros de Estado, designadamente Manuel Nunes Júnior, do Desenvolvimento Económico e Social; e Frederico dos Santos Cardoso, Chefe da Casa Civil do Presidente da República, ministros de vários pelouros como Relações Exteriores, Finanças, Construção e Obras Públicas, Transportes e Energia e Águas.

Integram igualmente a delegação governamental que se desloca à República Popular da China funcionários do Gabinete do Presidente da República. O Presidente da República esteve no mês passado na China, onde participou no Fórum China-África. Durante a recepção oficial que lhe foi oferecida por Xi, João Lourenço afirmou que Angola encontrou na China um parceiro que está a ajudar a construir o país

e que foi o país asiático "quem estendeu a mão na fase de reconstrução nacional".

"Estamos a reconstruir o nosso país com o financiamento chinês também", afirmou, numa intervenção breve na sala de audiências do Grande Palácio do Povo, após ter sido recebido pelo homólogo chinês, em que foi analisada a cooperação bilateral.

Em relação ao continente em geral, João Lourenço reconheceu que a China tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento de África, processo que "requer uma certa atenção". "As nossas parcerias no passado não deram certo e, em poucas décadas, a China estendeu-nos a mão e os resultados são visíveis em praticamente todo o continente", reconheceu.

13.8 Angola e China definem hoje um novo quadro económico

9 De Outubro de 2018

Jornal de Angola

Texto: Cândido Bessa

Autoridades angolanas e da República Popular da China assinam hoje, em Pequim, três acordos, entre os quais um para evitar a dupla tributação e outro sobre cooperação económica e técnica, além de um memorando de entendimento sobre recursos humanos, em cerimónia a ser testemunhada pelos Presidentes dos dois países, João Lourenço e Xi Jinping.

Desde ontem em Pequim, para a sua primeira visita de Estado à China, o Presidente João Lourenço testemunha igualmente, com o seu homólogo Xi Jinping, a assinatura do acordo sobre uma linha de crédito entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças de Angola. A visita de João Lourenço à China e os acordos a serem assinados hoje são vistos como "prova da urgência e importância" que o Presidente angolano deposita nas questões de investimento para colocar a economia angolana a crescer, a criar postos de trabalho e produzir bens para satisfazer as necessidades internas e, depois, para exportar.

A visão é reforçada com o facto de João Lourenço ser o primeiro Chefe de Estado africano a regressar a Pequim um mês depois do Fórum de Cooperação China - África (Focac), que juntou o Presidente Xi Jinping, os líderes africanos e o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, para avaliar novos rumos para a cooperação e desenvolvimento do continente e do gigante asiático.

Ao lançara de Meira do Focac, a China anunciou um pacote de 100 mil milhões de dólares para cooperar com África. Sem perder tempo, na altura, o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, revelou negociações entre as autoridades angolanas e chinesas para definir um novo quadro geral de cooperação financeira. O argumento era reforçado com a presença, pela segunda vez, num espaço de um mês, do ministro das Finanças, Archer Mangureira. Algumas fontes chegaram a dar como certas negociações para um empréstimo de 11 mil milhões de dólares, para financiar vários projectos, principalmente de estradas e energia.

O valor real negociado deve ser revelado hoje, quando for assinado o acordo sobre a linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China. o trabalho de melhoria do ambiente de negócios em Angola, iniciado há um ano pelo Presidente da República, João Lourenço, parece começar a dar resultados. O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, fala em "várias solicitações recebidas" desde que, há um mês, durante o Fórum de Cooperação China-África, o Presidente João Lourenço apresentou o novo

Esta nova faculdade e financiamento surge numa altura em que o acumulado da dívida (stock) com a China está calculado em cerca de 23 mil milhões de dólares. Histórico da cooperação Com relações desde 1983, os dois países são incentivados pelo nível alcançado no comércio bilateral. Mais de 250 mil chineses trabalham em Angola, principalmente na construção e reparação de infra-estruturas, como caminhos-de-ferro, estradas e habitações.

Para Angola, a China é o maior parceiro comercial, quadro de investimento e apelou aos empresários para apostarem em Angola. João dos Santos Neto afirmou que os empresários estão animados pela nova Lei do Investimento Privado, Lei da Concorrência, facilitação de vistos e o reforço do poder judicial em Angola, para o combate aos crimes económicos e à corrupção.

"Na Embaixada, sentimos esta manifestação de interesse da parte de muitos empresários enquanto, para os chineses, Angola é o segundo em África, apenas atrás da África do Sul o ano passado, os chineses compraram de Angola mercadorias (principalmente petróleo) no valor de 22,34mil milhões de dólares e venderam aos angolanos o equivalente a 2,2 mil milhões de dólares.

Entre os países de língua portuguesa, Angola foi o segundo que mais comprou e vendeu à China, com trocas comerciais bilaterais a totalizar, nos primeiros sete meses deste ano, 15,82 mil milhões, uma alta

anual de 18,28 por cento. Só em Julho, o comércio bilateral atingiu 2,32 mil milhões, chineses para investir em Angola", disse o diplomata angolano, sublinhando a importância dos novos acordos, como o acordo para evitar a dupla tributação, no aumento dos negócios entre os dois países.

Angola tem mostrado abertura em áreas como a Agricultura e Pecuária, Pescas, Hotelaria e Turismo, Indústria transformadora e materiais de construção, refinação e distribuição de derivados de petróleo um crescimento de 22,05 por cento em relação a Junho. Angola foi apenas superada pelo Brasil, mas ficou à frente de Portugal. O comércio entre a China e os países de língua portuguesa atingiu 82,15 mil milhões de Janeiro a Julho, um aumento de 21,5 por cento a vertente empresarial, empresários angolanos, chineses e de outros países africanos analisaram, em Pequim, à margem da cimeira do Focac, formas de ultrapassar as dificuldades que, há dois anos, quando foram criadas as câmaras bilaterais de comércio, impedem o investimento comum. Empresários Angola e o gás natural, construção e operacionalização de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, além da produção, distribuição e gestão de energia eléctrica e águas.

O embaixador João Salvador Neto revelou no mês passado, em Pequim, que, num espaço de cinco meses, a representação diplomática chegou a receber mais de duas dezenas de empresários chineses que pretendem investir em Angolanos, líderes dos sectores bancário, de energia, consultoria empresarial e financeira, bem como diplomatas, analisaram formas para eliminar barreiras, investir no crescimento do continente africano e atrair também empresários africanos ao mercado chinês.

Amanhã, no segundo dia da visita, o Presidente João Lourenço vai ao Centro Tecnológico da Huawei Technologies, uma multinacional de equipamentos para redes e telecomunicações, com mais de uma centena de filiais em todo o Mundo. No mês passado, o vice-presidente da companhia foi recebido, em Luanda, pelo Presidente João Lourenço, a quem manifestou o interesse em reforçar o investimento em Angola, no domínio das tecnologias de informação e no fornecimento de soluções tecnológicas nas áreas económica e social do país. Na altura, chegou-se mesmo a aventar a hipótese de a multinacional criar, em Angola, um centro tecnológico de referência para a montagem de smartphones (telefones inteligentes), computadores e equipamentos.

13.9 Fim da dupla tributação com a China vai aumentar exportações

Jornal: O País

9 De Outubro de 2018

Texto: Patrícia de Oliveira

Vários acordos serão assinados entre a China e Angola, o que permitirá o aumento das trocas comerciais e mais investimentos de empresas chinesas no país, de modo a alavancar a economia nacional. Segundo o presidente da Câmara de Comércio Angola/China (CAC), Manuel Arnaldo de Sousa Calado, a visita do Presidente de Angola à China é indispensável, numa altura em que esse país pode ser considerado a "janela aberta" para apoiar muitos países, principalmente os africanos.

"É oportuna a visita do Presidente da República à China, depois do fórum China/África aonde foram assinados alguns acordos, e outros serão concretizados para apoiar as necessidades do país no quadro da política chinesa", referiu.

Questionado sobre os sectores que merecem a intervenção dos empresários chineses, Arnaldo Calado referiu que o essencial seria que houvesse dois caminhos, o institucional, que é a ligação entre os dois Governos, e o privado, ou seja, investir em projectos privados.

Segundo Arnaldo Calado, no que toca à parte privada seriam feitos os acordos directos entre as empresas, de modo a fazer funcionar a economia privada e empresas estatais. "Precisamos que os empresários chineses venham a Angola e cubram as nossas necessidades actuais, sobretudo com uma visão estratégica para o futuro", defende. Em relação ao acordo do fim da dupla tributação, Amado Calado referiu que o mesmo vai facilitar aos empresários, entre os dois países, e aumentar o volume de produtos exportados e vice-versa.

"Há muitos produtos nacionais que são exportados para China, tal como, madeira, diamantes, panos africanos e outros, e estão a ser bem aceites", explica. Produtos exportados O gigante asiático tem em Angola, entre os países de expressão portuguesa em África, um dos seus principais parceiros. Os chineses exportam para Angola material de construção, máquinas, e até já possuem uma linha de montagem de viaturas. De forma geral, os chineses estão em todas as áreas, mas o foco está na construção civil.

A cooperação económica com a China data de 1983. De lá para cá, foram movimentados milhares de dólares, sobretudo daquele país da Ásia para Angola. Neste sentido, importa lembrar que a China impulsionou o processo de Reconstrução Nacional em Angola, iniciado logo depois do fim do conflito armado, em 2002.

13.10 João Lourenço inicia hoje visita à China

Jornal: O PAÍS

9 De Outubro de 2018

O chefe de Estado angolano chegou ontem à idade de Beijing, para uma visita de Estado de dois dias (09 e 10 de Outubro) ao país que de tem a segunda maior economia do mundo (depois dos EUA), com o qual Angola prevê rubricar quatro novos instrumentos de cooperação.

A agência indica que João Lourenço, o primeiro líder africano a vir à China depois da realização da III Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, encabeça uma comitiva governamental que vai negociar com as autoridades chinesas a assinatura de três Acordos de Cooperação e de um Memorando de Entendimento dos para Evitar a Dupla Tributação, de Cooperação Económica e Técnica entre os dois países, sobre a Linha de Crédito entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças, bem como um Memorando de Entendimento sobre os Recursos Humanos.

No entender do embaixador de Angola na China, que falava à imprensa a propósito dos prováveis ganhos da primeira visita de Estado de João Lourenço à China, esses instrumentos vão ajudar a reforçar a cooperação bilateral entre os dois países, que mantêm relações diplomáticas desde 1983.

Nos últimos 16 anos, a China tornou-se o principal financiador estrangeiro de infra-estruturas em Angola, que já passou a ser o seu terceiro maior parceiro comercial em África. O país mais populoso do mundo (com mais de 1,38bilhõesde habitantes), maior exportador e o terceiro importador de mercadorias do planeta já abriu para Angola, desde 2002, linhas de crédito no valor de 23 mil milhões de dólares, para apoiar projectos de infra-estruturas, segundo as autoridades angolanas.

De acordo com o embaixador de Angola, há hoje no país um quadro político e legislativo favorável para os investidores estrangeiros, em particular os chineses, daí ver com "bons olhos" a possibilidade de novos parceiros se instalarem em solo angolano.

O diplomata disse haver várias solicitações de investimento chinês em Angola, resultado do trabalho deixado pela delegação angolana que participou, em Setembro, no Fórum de Cooperação China-África. "Nós temos sentido, mesmo ao nível da embaixada, a manifestação do interesse de muitos empresários chineses para investirem em Angola. É este um dos objectivos do Presidente da República", declarou.

Outro ponto que considerou importante nessa visita de Estado de João Lourenço é a possibilidade de Angola poder conhecer e tirar vantagens do potencial tecnológico da China, sobretudo da capacidade técnica da "gigante" do mundo das telecomunicações Huawei.

De igual modo, o embaixador acredita que a visita de João Lourenço à cidade de Tianjin venha servir para Angola tirar boas ilações de como pode modernizar o país. "Acho que é uma boa experiência que nós vamos viver", concluiu. Para essa missão de Estado, o Presidente da República de Angola faz-se acompanhar de titulares de vários departamentos ministeriais estratégicos.

A sua deslocação à China ocorre numa altura em que o país procura recuperar de uma forte crise económica, derivada da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que fez diminuir as receitas, desde finais de 2014, e elevar o custo de vida da população. Dados do Instituto Nacional de Estatística, divulgados pelo Jornal Expansão, apontam que, no primeiro trimestre de 2018, "a riqueza gerada em Angola recuou 2,2 por cento, face ao mesmo período de2017".

13.11 Angola / China: Nova abordagem na relação precisa-se

Jornal O PAÍS

10 De Outubro de 2018

Texto: Olívio Nkikulumbu

Segundo pesquisadores mundiais, entre o ano de 1 e o ano de 820, as duas maiores economias tinham sido sempre a China e a Índia. Só a partir de então é que a Europa começou a tomar dianteira, seguida pelos Estados Unidos da América. Os mesmos pesquisadores acrescentam que o ano de 2020 marcará, portanto, o fim da hegemonia ocidental na medida em que, 220 anos depois, a China e a Índia voltarão a ser as duas maiores economias mundiais. É a tal queda do Ocidente descrita nos livros de Dambisa Moyo e Kishore Mahbubani.

Angola vive um bom momento nos últimos 12 meses, diferente e de esperança, onde o novo executivo, liderado por João Lourenço, está empenhado em fazer diferente. Mais do que fazer diferente, é preciso fazer história. De viagem à China e com uma agenda recheada de assuntos importantes, tais como o de mais uma ajuda financeira e primeiro ponto alto da visita, o renegociar da já existente dívida é em meu entender o segundo ponto alto de discussão com os chineses.

Após a desastrosa gestão do "Conhecido negócio da China", visível na forma em como foi operacionalizada as linhas de financiamento do Exim Bane da China, ficou de facto provado que Angola foi um mau exemplo da gestão dos dinheiros chineses, uma vez que, volvidos 14 anos, grande parte das obras, senão mesmo todas feitas pelos chineses, estão em avançado estado de degradação, por causa da falta de transparência em que se nego cearam os projectos.

Envolvidos em negociatas de corrupção, máfia, sobre facturação entre outros males, fizeram dessa relação traiçoeira e desagradável entre as supostas elites com falsos representantes, entre os quais o conhecido bilionário Sam Pá (dizem já estar a contas com a justiça lá nos calabouços de Pequim) e nomes de empresários, políticos e oficiais gerais angolanos (ainda em liberdade), uma situação que envergonha os dois Estados. Falando em corrupção, os dois países vivem uma luta acérrima contra este mal. A China, as coisas são mais duras por causa da pena de morte onde até membros do Partido Comunista Chinês PCC foram executados e outros se encontram no corredor da morte por corrupção. Existem na China 150 crimes passíveis à pena de morte, um dos quais é a própria.

Em Angola está igualmente em curso uma cruzada contra a corrupção, pelo que arrisco em dizer que 99,9% da elite ligada à classe detentora do Poder Executivo no País possa estar mancomunada e envolvida, naquilo que foi um dos ingredientes de governação na antiga administração. Neste ponto do combate à corrupção, João Lourenço e Xi Jinping estão alinhados, embora Xi com um mandato vitalício tornou-se no novo Imperador Chinês: coisa de Estados não democráticos .

Lucy Corkin, na sua obra "A Iniciativa Africana. A gestão angolana das linhas de créditos chinesa", refere que a soberania atribuída aos estados confere às elites políticas o direito de representarem os respectivos povos e de funcionarem como intermediários entre eles e a comunidade internacional, independentemente de o governo em questão ser, ou não, de facto, representativo do povo.

Esta narrativa apresentada pela investigadora leva-nos a reflectir que governos eleitos são os responsáveis pelas decisões a tomar, e que rumo darão aos Estados. Mas é preciso ter em linha de conta que as falhas devem ser assumidas e, no nosso caso de Angola, as futuras gerações quererão saber como os angolanos do MPLA foram capazes de contrair dívidas tão grande no passado e os frutos destas não estão sendo observados pelas gerações do futuro?

As elites africanas e, em particular a nossa, na perspectiva da Iniciativa Africana, manipularam o mundo exterior com o monopólio do acesso às influências e ao capital estrangeiro usaram como meio de manutenção do poder interno. Assim, estas elites africanas exploram sua fraqueza no sistema internacional para reforçar a sua posição; e isto é, tanto no sentido legal, por via de uma soberania com origem no exterior, quanto no sentido comercial, por via da aquisição de rendas económicas com origem internacional e nesse particular da China.

As relações externas têm sido, em particular para a elite do MPLA, a fonte do poder desde que este proclamou a independência. Em 2014, Angola atraiu rivais que na mesma semana escalaram Luanda. As duas segundas figuras mais importantes na gestão das duas maiores potências mundiais: (Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang). Por um lado, está a importância de Angola para estes Estados, e por outro como os Estados Africanos e Angola em particular, usando desta influência chinesa, atraiu para cá outras potências que vão perdendo espaço em África. Fica a pergunta: quais os ganhos substâncias deste facto?

Dos 60 biliões USD prometidos na cimeira China África em Pequim, 10 ficarão com Angola. Seremos parte da Nova Rota da Seda (um projecto que por estrada vai ligar a China e muitos Estados africanos). Vinte e quatro biliões de USD é o montante da dívida que temos com a China e nos torna o maior devedor deste país em África. Portanto, aconselhamos que diante dos novos tempos se exija novas abordagens na relação com a China, diversificação do investimento (Banca, Agricultura' Mineração, Seguros, Tecnologia, Transporte, Ensino, Saúde) e de relação.

Se pretendemos ser potência, devemos conhecer melhor os nossos parceiros. É preciso estudar mais a China e os chineses, um povo com uma Cultura Milenar, que não se altera nem se deixa influenciar. Pelo contrário, é um factor de influência. 34 biliões de USD é o "dote deste alembamento" que pode não ser sinal de uma relação duradoura pelo que, por meio de uma política de Estado, devemos nos próximos 10 anos ter no mínimo 1 milhão de

angolanos a falar e a escrever fluentemente o mandarim ... Julgo que só assim teremos ganhos na relação com aquela que, em 2020, será a maior potência mundial.

13.12 China disponibiliza mais USD 2 mil milhões de financiamento a Angola

Jornal: O PAÍS

10 De Outubro de 2018

Governo angolano formalizou na Terça-feira, em Beijing, um novo pedido de financiamento às autoridades da China, que já se predispuseram a disponibilizar um montante de USD 2 mil milhões para serem investidos em projectos estruturantes segundo noticiou ontem a Angop, a solicitação foi feita pelo Presidente da República, João Lourenço' no acto de abertura das conversações oficiais entre as delegações governamentais dos dois países, durante o qual pediu um voto de confiança às autoridades da segunda maior potência económica do mundo.

"Peço que nos concedam essa oportunidade, para melhor servir os projectos de Angola", expressou o Chefe de Estado, que considerou essencial o apoio financeiro da China para o crescimento do país e prometeu usar bem os novos recursos a serem disponibilizados. A China, considerada o maior financiador estrangeiro de infra-estruturas angolanas, disponibilizou a sua primeira linha de crédito a Angola em 2002.

Estima-se que a dívida acumulada de Angola para com aquele país tenha atingido, até ao ano de 2018, 23 mil milhões de dólares, segundo as autoridades angolanas. As novas conversações, lideradas pelo Presidente angolano e pelo seu homólogo Xi Jinping, resultaram na assinatura de um Acordo de Facilitação de USD 2 mil milhões, assinado entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças de Angola. O Presidente angolano disse entender que, para o país ser bem sucedido, precisa de financiamentos.

"Para sermos bem-sucedidos, precisamos dos recursos financeiros, que prometemos usar bem, exclusivamente no interesse público, no interesse da economia e do desenvolvimento sócio-económica do país", declarou João Lourenço. No seu discurso, que antecedeu a assinatura do acordo, o Chefe de Estado disse que o Executivo tem procurado apresentar projectos que possam contribuir para o crescimento

económico do país e melhorar a sua capacidade de reembolsar os créditos que recebe.

Lembrou que discutiu essa matéria com o primeiro-ministro da China, Li Keqiang, a quem transmitiu a importância que Angola atribui ao investimento privado chinês. Disse considerar que este será um importante factor dinamizador da economia e do desenvolvimento do país, por via da geração de recursos, aumentando a produção interna de bens para a capacidade interna de geração de divisas.

"Tive a oportunidade de fazer exaustiva referência aos projectos que se enquadram no âmbito das nossas principais prioridades, e obtive do primeiro-ministro uma reacção encorajadora no que diz respeito à vossa disponibilidade para os financiar", referiu. Noutro domínio, informou ao seu homólogo Xi Jinping, antes das negociações, que Angola vive uma nova era de maior abertura ao Mundo, de maiores direitos e liberdades para os seus cidadãos, maior transparência e concorrência nos negócios, menos burocracia e mais combate à corrupção.

Fez saber que o Executivo que lidera tem apenas um ano de mandato e um programa ambicioso de reformas e construção de infra-estruturas com investimento público, no caso das estradas, barragens, barragens hidroeléctricas, dos caminhos-de-ferro, portos e dos aeroportos. Referiu-se também às eleições autárquicas e, por isso, disse precisar de investimentos em obras sociais, como o aumento da oferta de água potável, energia eléctrica' estabelecimentos hospitalares e de ensino de diferentes níveis e categorias.

Por sua vez, o Presidente da China saudou os esforços do Chefe de Estado angolano tendentes a combater a corrupção e disse acreditar que o país possa ter êxitos nessa sua nova etapa. João Lourenço está em Beijing desde Segunda-feira última, no cumprimento de uma visita de Estado de dois dias, que termina hoje. No quadro da visita, manteve encontros com o Primeiro-ministro da China, Li Keqiang, e com o presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República da China, Li Zhanshu.

Ainda ontem, Terça-feira, o Chefe de Estado depositou uma coroa de flores na Praça Celestial (Tianjin), e recebeu entidades empresariais chinesas. Angola e a China estabelecem relações diplomáticas desde 1983. Os dois Estados têm mantido uma intensa cooperação bilateral nas duas últimas décadas. Desenvolvimento do continente No entender de João Lourenço, esses resultados produzem ganhos tangíveis e efeitos directos na

melhoria das condições de vida das populações africanas.

13.13 As relações Angola-China

11 De Outubro de 2018

Jornal de Angola

As relações entre Angola e a China conhecem, hoje, níveis de aprofundamento que interessam aos dois Governos, agradam aos potenciais parceiros, nos dois lados, e espera-se que contribuam para a satisfação das populações. A China tem sido um parceiro importante desde o fim da guerra civil, quando Angola se viu confrontada com problemas de toda a espécie, inclusive da falta de parceiros disponíveis para o processo de reconstrução. Felizmente, as autoridades angolanas encontraram na contraparte chinesa o interlocutor válido, fundamentalmente para os desafios económicos e financeiros, na altura.

Passados alguns anos desde a efectivação desses laços, que se pretendem cada vez mais reforçados, as autoridades angolanas continuam a encarar a China como um parceiro estratégico para a materialização dos principais objectivos do Estado. Não há dúvidas de que, internamente, os desafios multiplicam-se relativamente aos anseios, meios e metas que pretendemos com as parcerias que buscamos. E nestas sobressaem as linhas de crédito que Angola vai buscar ou que são disponibilizadas para o processo de reconstrução e de modernização do país.

Como parte interessada e destinatária dos recursos financeiros disponibilizados pelos parceiros, os angolanos deverão ser os primeiros a certificarem-se de que os recursos dirigidos para as infra-estruturas, por sua vez, estejam a gerar crescimento económico. E como grande parte desses recursos disponibilizados pelos parceiros de Angola, neste caso a China, acabam tendo como contrapartida uma espécie de "corrida aos recursos naturais", urge reformular, negociar bem e evitar que as vantagens dessa cooperação sejam desequilibradamente vantajosas.

Nos últimos anos, tem sido recorrente o surgimento de informação, alguma sem consistência, é verdade, sobre a alegada presença de navios de pesca de arrasto de origem chinesa nas águas marítimas angolanas, até muito recentemente a suposta exploração desenfreada de madeira e o emprego em condições discutíveis de mão-de-obra angolana, apenas para citar estes factores. Nós não precisamos de taxas elevadas de crescimento económico e desenvolvimento que, por um lado, proporcionem bem-estar para as famílias, mas que tenham como

contrapartida a depauperação dos recursos naturais e o endividamento das gerações futuras, por outro lado. Independentemente dos laços entre Angola e China, que todos pretendemos ver reforçados, desejamos que tenham impacto na vida das populações e ajudem a modernizar o nosso país, é expectável que esses laços sirvam também para preservar o meio, para o uso sustentável dos recursos naturais e o respeito pelas gerações vindouras.

Seguramente, não estaremos a exagerar se esperarmos que alguns procedimentos sejam acautelados, nomeadamente a actuação mutuamente vantajosa das empresas chinesas no mercado angolano, o uso digno de mão-de-obra angolana, a observância das leis, dos valores e das tradições angolanas.

13.14 China condiciona, empréstimos a Angola

Novo Jornal

12 De Outubro

Texto: Faustino Diogo

O valor de 2 mil milhões de dólares do novo empréstimo que a China vai dar ao país é a confirmação da alteração da política de financiamento do país asiático para com Angola.

Segundo uma fonte deste semanário, o Governo chinês quer que o dinheiro a dispensar passe de facto a transformar-se em desenvolvimento para o país, sendo para isso necessário acompanhar a sua aplicação. "Até então, a China emprestava o dinheiro, e o país gastava da forma que bem entendesse. Agora não, a aplicação do dinheiro deve ser bem justificada e necessária, baseando-se nas prioridades", disse.

Esta terá sido uma das razões principais para que João Lourenço voltasse da China apenas com dois mil milhões de dólares «na algibeira», apesar de Angola pretender mais. "Só foi disponibilizado este valor porque a China assim entendeu. Apesar de as pretensões angolanas estarem acima do recebido, o Governo chinês considerou que as necessidades apresentadas, numa primeira fase, podem ser resolvidas com os 2 mil milhões de dólares", avançou a fonte.

Para suportar a sua posição, a fonte avançou que, nos últimos tempos, a China já tem intervencionado na aplicação dos dinheiros vindos do seu país. "Já tivemos chumbados alguns projectos que deveriam ser desenvolvidos com o dinheiro das linhas de crédito da China porque se entendeu que não eram prioritários e foram travados", adiantou.

No entanto, a China vai continuar a não intrometer-se na vida política do país, mas pretende mudar a imagem negativa que vai tendo aqui e não só, devido à qualidade dos projectos por si financiados e desenvolvidos."A China vai continuar a não interferir na vida política de Angola. Mas nas questões de financiamento, as coisas mudaram. Só haverá dinheiro para o que se justificar. Pretende-se alterar a ideia de má qualidade que se vai associando aos chineses", concluiu fonte. Contrariamente ao veiculado nos últimos meses por diversas instituições internacionais, o novo financiamento da China ficou abaixo dos 10 mil milhões de dólares dados como quase certos. O Banco de Desenvolvimento do principal credor da dívida externa angolana vai apenas disponibilizar 2 mil milhões de dólares.

E embora se desconhecamos termos do acordo para o referido financiamento, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, explicou que o dinheiro vai ser aplicado de forma a gerar outros rendimentos que possam pagar o próprio empréstimo,

"Este financiamento será destinado a projectos que possam gerar cash», criar rendimentos, de forma a contribuir para a sustentabilidade desta própria dívida, Ou seja, para amortização da dívida a médio e longo prazo", garantiu o ministro.

O «inquilino» da antiga fazenda garantiu que os dois mil milhões de dólares vão "financiar projectos para alavancar o sector produtivo de tal maneira que possam aumentar o volume de receita, principalmente receitas voltada à exportação, para reduzir a pressão sobre a balança de pagamento, reduzir o stock da dívida e criar novas áreas de dinamização da nossa economia".

Com este acordo de financiamento, a dívida angolana para com a China ultrapassa a barreira dos 25 mil milhões de dólares, já que, até ao mês passado, Angola devia mais de 23 mil milhões de dólares, fazendo fé no pronunciamento do ministro das Finanças, Archer Mangureira, à margem da cimeira China - África, decorrido em Pequim.

Entretanto, o economista Precioso Domingos entende que é altura do país ir acabando com as linhas de crédito Estado a Estado por serem, na maioria das vezes, prejudiciais para o país. "Indo ao mercado financeiro internacional, evitaríamos as linhas de crédito Estado a Estado, como as que temos com a China, porque estas linhas são o pior modelo de financiamento que o Governo angolano pode ter. Penso que o Presidente João Lourenço deveria imediatamente acabar com essas linhas de crédito", disse.

Para o também docente universitário, Angola deveria ir buscar financiamento em instituições internacionais porque oferecem melhores condições. "A única linha de crédito que consinto é de organizações multilaterais como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial e até mesmo o Banco Africano de Desenvolvimento, por não terem políticas totalmente prejudiciais para nós", considerou o docente.

Precioso Domingos manifestou também preocupação pela forma como estes acordos de financiamentos estão a ser estabelecidos. "A necessidade de obtenção destes financiamentos deveria passar pela aprovação da Assembleia Nacional para maior fiscalização e eficácia dos mesmos", concluiu o economista.

13.15 China “dá” 2 mil milhões e Angola reduz dívida

Jornal Economia & Finanças
12 De Outubro de 2018

O Governo de Angola já identificou vários projectos que beneficiarão da linha de crédito de 2 mil milhões de dólares acordados, esta semana, com a China.

São os domínios da construção, energia e águas e indústria, capazes de alavancar o sector produtivo, diversificar a economia e alterar a actual trajetória do endividamento público do país os eleição nessa fase.

Segundo fez saber o ministro das Finanças, Archer Mangureira, o crédito será atribuído no quadro das facilidades acordadas e negociadas entre as autoridades angolanas e do Banco de Desenvolvimento da China.

Como qualquer outro empréstimo essa nova linha de crédito terá impacto' directo sobre a economia e, de alguma forma, aumentará o stock da dívida.

Estima-se que Angola tenha até antes do presente acordo uma dívida acumulada para com a China fixada nos 23 mil milhões de dólares. As relações económicas e de maior valia-económica entre os Estados iniciaram-se em 2002 com a abertura da linha de crédito para o país em 2002.

A linha de crédito é parte de um acordo assinado entre o Ministério das Finanças de Angola e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), no quadro da visita de Estado do Presidente da República, João Lourenço, desta semana, à capital da chinesa.

Sem especificar a taxa de juros a aplicar no âmbito dessa nova linha de crédito e os termos do reembolso, Archer Mangureira fez saber que esse

novo financiamento da China se destina à execução de projectos capazes de criar rendimentos para o país.

"Será destinado para financiar projectos que possam alavancar o sector produtivo, de tal maneira que possam, a médio e longo prazo, aumentar o volume de receitas, principalmente aquelas voltadas para a exportação", referiu o ministro.

É propósito das autoridades angolanas, com esse financiamento, "reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e o stock da dívida, além de criar novas áreas de dinamização da economia e novos espaços para o desenvolvimento socioeconómico

13.16 China mais cautelosa nos financiamentos só cede um quinto do valor pretendido

Jornal Expansão

12 De Outubro de 2018

Texto: Nelson Francisco Sul

A linha de crédito de 2 mil milhões USD obtida pela equipa de João Lourenço na visita à China ficou aquém das expectativas do Governo, que há cerca de um mês estava a negociar uma linha de crédito de 11,7 mil milhões USD, negociações entretanto suspensas porque a China pretendia mais informações sobre os projectos a financiar.

Segundo fontes diplomáticas ouvidas pelo Expansão, este desfecho era já previsível, uma vez que o gigante asiático já tinha avisado sobre a sua postura mais rigorosa na abordagem aos projectos a financiar em Angola. Até porque, foi reconhecido por ambas as partes, que, no passado, os fundos postos à disposição da cooperação bilateral poderiam ter sido melhor utilizados. "A relação do volume de fundos postos à nossa disposição, traduzidos hoje na dívida que temos para com a China, implicaria, em situação normal, resultados mais visíveis", disse o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, citado pelo Jornal de Angola.

No acto de abertura das conversações oficiais, João Lourenço ainda tentou persuadir o seu Homólogo Xi Jinping, pedindo-lhe "um voto de confiança", mas o Governo chinês não foi além dos 2 mil milhões USD, cerca de 17% do valor pretendido por Angola. A título de exemplo estes 2 mil milhões foi quanto custou o projecto de modernização do Caminho-de-Ferro de Benguela, implantado quando o gigante asiático abria os cordões à bolsa de forma mais expressiva.

"A China quer que os projectos sejam mais detalhados e que ajudem a melhorar o ambiente de negócios, fomentando a iniciativa do próprio sector privado", disse uma destas fontes. "Os financiamentos da China têm em conta, hoje em dia, a sustentabilidade e viabilidade económica dos projectos", admitiu uma fonte do Ministério das Finanças ao Expansão.

Além da linha de crédito formalizada entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças, os dois países assinaram 138 contratos e três importantes acordos: um para evitar a Dupla Tributação, outro de Cooperação Económica e Técnica, e, por último, um Memorando de Entendimento sobre os Recursos Humanos.

Acordos que devem aprofundar a parceria estratégica entre os dois países, que teve início pouco depois do fim do conflito armado, em 2002, e que resultou já na abertura de linhas de crédito num valor estimado de 23 mil milhões USD.

Verbas para pagar dívidas Sem anunciar valores, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, admitiu que parte dos 2.000 milhões USD "servirá para regularizar" a dívida com credores chineses, enquanto o restante vai ser destinado a projectos de sectores como a Construção, Energia e Indústria, capazes de alavancar o sector produtivo, diversificar a economia

Desde que a China começou a financiar Angola, questões como as taxas de juro nunca foram divulgadas publicamente. Para o consultor Cláudio Cabige, é necessário que o "o Executivo" comunique "com maior transparência".

No encontro com Xi Jinping, JLo sugeriu a reactivação da Comissão Orientadora para a Cooperação Económica e Comercial, para acompanhar de forma efectiva todos os aspectos relacionados com a cooperação bilateral, devendo a primeira reunião ocorrer no primeiro trimestre de 2019. Lourenço aproveitou para convidar empresários e investidores chineses a investir em numerosos sectores produtivos do país, entre eles o dos diamantes e das energias renováveis, fotovoltaica, eólica e térmica. a partir de recursos sólidos.

13.17 "Mão-amiga" chinesa também cria empregos

Jornal Economia e Finanças

12 De Outubro de 2018

Construíram a Central idade do Kilamba, em Luanda, e várias outras pelo país; reabilitaram os caminhos-

de-ferro, portos e aeroportos; estradas; redes de água e de electricidade e desde cedo iniciaram um processo de criação de emprego em massa para os nacionais.

A estratégia da presença chinesa em Angola previu o surgimento de cerca de 500 mil empregos, maximizando, por essa via, a presença de 300 mil concidadãos chineses em território nacional.

A Linha de Crédito da China (LCC) a Angola admitiu financiar 155 projectos com 5,2 mil milhões de dólares. Nesse programa previu-se criar 365 mil empregos director.

a sector da energia e águas liderou, em termos dos montantes a investir, entre nove sectores com cerca de três mil milhões de dólares alocados para 34 projectos. Neste, só o projecto para reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de água à província de Cabinda aplicaram-se em 18 meses 209 milhões de dólares, com a geração de 42.421 empregos.

Já o sector da construção contou, isto entre 2015 e 2017, com 33 projectos e mobilizou 1,6 mil milhões de dólares. Na educação concentrou-se o maior número de projectos, num total de 55, sobretudo com a construção de escolas. a investimento global foi de 373 milhões de dólares.

Por províncias, Luanda foi quem mais investimento mobilizou, com cerca de um quinto do total do investimento, isto é 1.026 milhões de dólares. Em seguida surgiu o Huambo, com 776 milhões de dólares.

Na capital angolana é visível a presença dos investimentos chineses em vários domínios, com realce também para o comércio automóvel, que permitiu a instalação da montadora Zenza.

13.18 Pedidos ao PR sobre a cooperação com a China

Jornal Expansão

12 De Outubro de 2018

"Os dois estadistas registaram, com satisfação, que, desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, a cooperação bilateral tem registado uma evolução positiva, como se pode constatar pela sua substancial contribuição para o

sucesso do Programa de Reconstrução Nacional da República de Angola:"

O parágrafo anterior é o ponto 6 do comunicado final da visita que o ex- Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos efectuou à China, de 8 a 13 de Junho de 2015, a convite do se chinês Xi Jinping,

"A relação do volume de fundos postos à nossa disposição traduzidos hoje na dívida que temos para com a China, implicaria, em situação normal, resultados mais visíveis", reconheceu o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, cita do pelo Jornal de Angola desta quinta- feira, 11 de Outubro de 2018, num artigo sobre a visita que o Presidente de Angola João Lourenço, efectuou à China esta semana a convite do seu homólogo chinês Xi Jinping,

Em pouco mais de três anos, a avaliação das relações entre a Angola e a China passou de 80 para 8.

Costuma dizer-se que reconhecer um problema é o primeiro passo para o resolver. Faltam muitos mais. Aponto dois que podem ajudar.

Para corrigir o que está mal, é necessário perceber o que correu mal. Por isso, senhor Presidente, contrate universidades angolanas e dê-lhes via verde para entrarem nos Ministérios, a começar pelas Finanças, para fazerem o balanço da cooperação Angola-China até ao momento: Quanto dinheiro entrou, onde foi aplicado, quanto pagámos, quanto devemos e o que ganhámos.

Futuramente, divulgue cada kz que entrar em Angola proveniente da China e qual o seu custo, em termos de taxa de juro e de outras condições contratuais, incluindo as garantias.

Em cada obra chinesa, e não só, mande colocar um cartaz a dizer o que é, quanto custa, qual o prazo de construção e a identificar o ministro responsável, o projectista, o construtor e o fiscal.

Vai ver que as coisas vão melhorar. Não que tenha ilusões sobre as linhas de crédito. Não tenho. Da China ou de outros países. Actualmente, a maior parte do financiamento de Angola vem de linhas de crédito e os mercados desempenham um papel residual, quando deveria ser o contrário.

13.19 PR JLô arranca mais um "kilapi" de 2 mil milhões de usd aos herdeiros de Mao

Jornal Manchete

12 De Outubro de 2018

Texto: Nganga Fula

De empréstimos atrás de empréstimos cresce exponencialmente a já pesada dívida externa angolana, a que se vão juntar mais 4 mil milhões de dólares do FMI em três tranches, que começa a ser desembolsada brevemente. Optimista bastante, o líder chinês XiJíping, disse acreditar que 'Angola terá um futuro melhor':

A ver vamos: dos meandros dos termos de pagamento não se fala. Os juros continuam nos segredos dos deuses. Não se sabe se este novo "kilapi" será pago com carregamentos petrolíferos de Angola para China, como no passado; ou será ressarcido através da concessão de terras aráveis em três províncias do país, como já se admitiu quando estalou a crise dos petróleos, dólares, em finais de 2014.

Com o barril do crude na casa dos 80 dólares, talvez se cumpra o primeiro dos cenários: a permuta com o cobiçado "ouro negro" angolano. Numa altura em que se prevê que o preço do barril venha a despenhar para 50 dólares a partir do próximo ano, aí a porca torce o rabo, com a crise do Irão ao pé e no topo da agenda do mercado mundial dos petróleos.

À hora do fecho desta edição o presidente João Lourenço, estava terminar esta quarta-feira a sua visita oficial à China, levando de regresso a casa mais 2 mil milhões de dólares na "bagagem": com dívida para com o "Império do mal" a aumentar em mais de 10%, sendo até aqui cotada em 23 milhões de dólares, segundo disponíveis os dados oficiais. Um país que não atende a boa governação nem o respeito pelos direitos humanos na hora de ceder créditos, tanto mais fuzila os seus corruptos com um tiro na nuca.

Depois de conversações frutuozas com o presidente chinês, XiJíping e sua equipa governativa, o Presidente da República, João Lourenço, manteve igualmente encontro com os empresários chineses. Esta visita, a segunda um mês depois de ter estado na China, em Setembro último, onde participou no Fórum de Cooperação China -África (FOCAC), resultou na assinatura de vários acordos de cooperação bilateral.

No primeiro dia da sua visita, João Lourenço foi recebido pelo primeiro-ministro, Li Keqiang, pelo

presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República da China, Li Zhanshu, tendo participado de negociações oficiais, juntamente com o seu homólogo, Xi Jinping.

Na ocasião João Lourenço recordou que 'Angola vive uma nova era de maior abertura ao mundo, de maiores direitos e liberdades dos seus cidadãos, maior transparência e concorrência nos negócios, menos burocracia e mais combate à corrupção': enfatizando que "Precisamos de recursos financeiros, que prometemos usar bem, no interesse público, no interesse económico da economia e do desenvolvimento sócio-económica do país: João Lourenço fez notar que o seu programa ambicioso de reformas e de construção de infra-estruturas, como estradas, caminhos-de-ferro, barragens, empreendimentos hidroeléctricos, portos e aeroportos, bem como "o aumento (do consumo) da água potável, energia eléctrica, hospitais e escolas, instando o presidente chinês, XiJíping a usar da sua influência para mobilizar e sensibilizar os investidores privados chineses a apostarem no mercado angolano, por si considerado com capacidades extraordinárias para investimento das empresas do "dragão asiático":

Em resposta, o seu homólogo chinês elogiou o seu desempenho neste primeiro ano à testa da Presidência de Angola, destacando o combate cerrado à corrupção, que é igualmente a sua bandeira, manifestando confiança de que "Angola vai ser um país melhor":

O anfitrião encorajou o PR JLô, a prosseguir com o seu trabalho. "Angola é um país importante para a China e podem contar com o nosso apeio" - rematou o estadista chinês, esperançoso e optimista na parceria estratégica com Angola.

O que foi dito por JLo já foi dito pelo seu antecessor há alguns anos atrás na China, acrescido do facto de muitas destas infra-estruturas já estarem em desuso, como a maior parte das estradas rebentadas e esburacadas, pelo que urge serem recuperadas e mesmo habitações, com fissuras e infiltrações de água, comprometendo o factor qualidade, o que é extensivo a algumas escolas e hospitais, como ocorreu com o Hospital Geral de Luanda, que ficou muitos anos paralisado após o termo da sua construção, por causa destas imperdoáveis mazelas.

Portanto, o Executivo de Irão Lourenço tem que apostar mais na fiscalização das obras, um autêntico desafio doravante, para que os dinheiros que deverão ser pagos a prazo e com devidos carregamentos de petróleo eventual exploração de terras aráveis, em pelo menos um terço do território nacional (províncias de KK, Kwanza Sul e Malange, colonatos

que deverão estar voltados para a agricultura, pecuária e agro-indústria, mais a mais contando com o investimento privado chinês, enquanto um dos motores da economia mundial), com roubo e tráfico ilícito de madeira à mistura, que levou ao cancelamento da sua produção de Janeiro a Agosto deste ano pelo Ministério da Agricultura e florestas, bem como os agravados juro sonantes ou em espécie, não caíam em saco roto.

Outro tanto haverá a dizer, pois há que garantir emprego para os angolanos, sendo que a mão-de-obra deverá ficar entre os "olhos rasgados" estritamente necessários, não mandando para aqui os seus deserdados: prisioneiros, vagabundos e marginais altamente perigosos, à moda colonial portuguesa, cujo mau exemplo já foi visto por aqui com alguns amargos de boca e ajustes de conta à mistura, sendo que alguns chineses foram forçados à voltarem à procedência, devido ao crescendo de criminalidade, não escondendo uma malévola selectividade, tanto no passado com os cooperantes estrangeiros, como mais recentemente com os chineses, - um facto a merecer medidas eficientes e efectivas por parte de quem garante a segurança pública, nomeadamente a tranquilidade e a ordem interna.

No último dia da sua visita, o PR deslocou-se ao centro de pesquisas da Huawei, para inteirar-se do funcionamento daquele "gigantesco mercado de telecomunicações, sendo, pura e simplesmente, o terceiro maior fabricante mundial de smartphones, depois da Samsung Electrónicas e da Apple Inc. A referida empresa chinesa viu aumentar em 28% o seu lucro, em 2017, correspondendo a 47.5 biliões de yuans no ano transacto, com um rendimento calculado em 0,4%, comparativamente ao ano de 2016.

13.20 Tribunal condena empresa chinesa

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2018

Texto: Lourenço Bule Menongue

A empresa chinesa de construção civil, China Building Technic Angola Company Limitada (CBIGC), foi condenada pelo Tribunal Provincial do Cuando Cubango a pagar uma multa no valor de dois milhões e 406 mil kwanzas, ao Estado angolano, por empregar quatro compatriotas.

De acordo com a sentença arbitrada na segunda - feira, a empresa chinesa violou a lei sobre o regime jurídico de estrangeiros no país e deve pagar ainda

150 mil kwanzas por cada trabalhador ilegal, uma multa de três salários mínimos da função pública por dia, durante 10 dias e 10 mil kwanzas de emolumentos ao defensor officioso.

No decurso do primeiro semestre do ano em curso e em duas ocasiões distintas, a CBIGC já tinha sido multada pelas mesmas causas, tendo recusado obedecer a uma ordem do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), razão pela qual o caso foi transferido para a jurisdição do Tribunal Provincial do Cuando Cubango.

De acordo com o juiz Dias Matussanda, a empresa China Building Technic Angola Company Limitada tem 90 dias para regularizar a situação laboral e contratual dos seus trabalhadores chineses junto do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

De Janeiro a Agosto do corrente ano foram encaminhados para o Tribunal Provincial do Cuando Cubango 38 processos relacionados com transgressões migratórias, envolvendo cinco empresas chinesas. O chefe do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Serviço de Migração e Estrangeiros no Cuando Cubango, Camilo Teodoro, disse que entre as transgressões migratórias destacam-se a estadia ilegal no país falta de visto de trabalho e aviso de alojamento.

13.21 Cerca de USD 100 mil milhões em obras públicas em 15 anos

Jornal OPAÍS

19 De Outubro de 2018

O Governo angolano investiu entre 2002 e 2015 cerca de 99,5 mil milhões de dólares norte-americanos na construção e reconstrução de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, aeroportos, portos, barragens, redes de distribuição de energia eléctrica e água, hospitais, escolas, habitação, edifícios públicos, entre outras infra-estruturas económicas e sociais.

Todavia, a avaliação da qualidade destas infra-estruturas feitas no período de Reconstrução Nacional não é das melhores. O ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, que se baseou nos dados do Relatório do Fórum Económico Internacional 2014/2015, referiu que Angola está na posição 141º lugar no quadro do índice de competitividade internacional.

"Esta situação remete o país para um nível de competitividade pouco consentâneo com o objectivo

perseguido de diversificação das exportações e substituição das importações", sublinhou.

Prosseguiu dizendo que, tendo em conta o contexto macroeconómico, impõe-se a necessidade de o Governo trabalhar na busca de ideias inovadoras capazes de assegurar as fontes de financiamento adequado, para alavancar a disponibilização das infra-estruturas de suporte ao crescimento e desenvolvimento sócio-económica.

Lembrou que o Governo está a trabalhar na implementação do processo das parcerias público-privadas (PPP), que visa servir de fonte de financiamento das infra-estruturas e melhorar a prestação e a eficiência dos serviços, bem como a qualidade dos bens públicos. Enumerou que a implementação das PPP assenta em quatro objectivos fundamentais, nomeadamente optimização e aceleração da execução ou operacionalização de investimento público; captação de capacidades e conhecimentos que escasseiam no sector público; manutenção de um rigoroso controlo financeiro e promoção do desenvolvimento do sector privado da economia.

"O alcance destes objectivos passa pela adopção de seis eixos estratégicos, tais como definir e prosseguir uma estratégia cautelosa de lançamento de parcerias público-privadas, atrair os parceiros privados adequados, assegurar a capacitação técnica do sector público; definir e implementar uma regulamentação e processos de suporte robustos; definir o Manual de Procedimento Geral das PPP, bem como beneficiar dos instrumentos das organizações multilaterais" fez saber.

Avançou que a implementação deste processo já começou com a realização de seminários de capacitação dirigidos aos responsáveis do sector público e privado, com vista a garantir a formação e preparação técnica adequada dos seus integrantes e sectores visados.

13.22 Negociações com empresa chinesa terminam sem acordo de parceria

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2018

Texto: Armando Estrela

A empresa angolana Kimpuanza Recursos Minerais (KRM) e a congénere chinesa Granapedra Lda (GP) abandonaram a 18 de Outubro as negociações para um contrato de exploração e venda de blocos de

granito cinza na região da Quibala, província do Cuanza Sul.

As empresas tentaram chegar a acordo para explorar e vender, no mercado interno e externo, blocos de granito cinza extraídos da Montanha Liambula, ficando a parte chinesa responsável pela extracção e comercialização, pagando à KRM um dólar norte-americano por cada metro cúbico.

A gestão da mina e as relações institucionais e obrigações fiscais seriam da responsabilidade da KRM, detentora dos direitos mineiros. Por sua vez, a Granapedra entende que devia ficar com a totalidade dos desperdícios, que a KRM recusa.

O Director-geral da KRM, Félix Matias Neto, disse ao Jornal de Angola que a instituição que representa não aceita essa condição, mas num gesto de boa vontade propôs a repartição das contrapartidas pela metade, podendo uma das partes vender à outra os seus excedentes "Porém, o representante chinês contrapôs, dizendo que queria a totalidade dos rejeitados (desperdícios) para fazer inertes, como brita e cubos", revelou.

No impasse das negociações, a parte angolana avançou com a proposta de inclusão do aproveitamento dos rejeitados no Contrato de Exploração e Venda, já que a KRM tem uma unidade de calceteiros e pretende produzir e vender cubos e inertes. Mas a parte chinesa retorquiu que a Granapedra pretendia ficar com a totalidade dos rejeitados, podendo vender à KRM o metro cúbico por 23 dólares.

Depois desta contra - proposta, o representante da KRM deu por encerrada a reunião, lembrando ao investidor chinês que os recursos minerais pertencem aos angolanos.

Há dias, a empresa chinesa apresentou à KRM uma proposta técnica e financeira para a exploração mineira e venda de blocos de granito cinza da concessão Montanha Liambula, detida pela HRM.

Na generalidade, a proposta indicava que a Granapedra seria responsável pela extracção e venda de blocos no mercado interno e externo, com recursos próprios (máquinas, equipamentos, veículos, consumíveis e mão-de-obra), e pagaria à KRM um dólar por cada metro cúbico, ou o equivalente em kwanzas, à taxa de câmbio comercial.

A Kimpuanza Recursos Minerais seria responsável pela gestão financeira, fiscal, ambiental e das relações institucionais, bem como pela inclusão de trabalhadores angolanos na operação mineira, além da segurança das instalações e do pessoal.

À KRM estaria reservado o controlo e fiscalização da produção, da entrada e saída de camiões, de bens, mercadorias e pessoas, o aproveitamento dos desperdícios da extracção de blocos, as acções sociais de apoio à comunidade circundante e a protecção social e ambiental.

13.23 Luanda e Pequim reforçam cooperação

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2018

Os governos angolano e chinês pretendem reforçar a cooperação no domínio judicial, com realce para a formação de quadros e intercâmbio no plano legislativo.

Delegações dos dois países, chefiadas pelo ministro angolano da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e o vice-ministro da Justiça chinês, Yuan Shuhang, estiveram reunidas quinta-feira em Luanda. Entre outros assuntos, abordaram o quadro de cooperação institucional, em especial a legislação sobre o investimento estrangeiro.

De igual modo, esteve em análise a legislação de investimento privado, bem como o acesso ao sistema jurídico para promover e proteger o investimento estrangeiro.

À saída do encontro, o vice-ministro chinês disse à imprensa que o seu país pretende obter conhecimentos sobre o sistema jurídico angolano, mormente a legislação que regula o investimento privado.

O ministro angolano da Justiça e dos Direitos Humanos lembrou que o país pretende aproveitar os conhecimentos e experiência da China na área tecnológica, concretamente na emissão do Bilhete de Identidade' registo de propriedade, de nascimento e de óbito.

Francisco Queiroz admitiu a possibilidade de contar com a experiência chinesa no combate à corrupção e à impunidade, já que o "gigante asiático" tem experiência neste domínio.

A delegação chinesa tem previsto um encontro com o ministro do Planeamento e visitam um centro de emissão do Bilhete de Identidade, o Centro de Resolução de Litígios e a Agência de Apoio ao Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX).

13.24 Empresas Nacionais participam na feira Internacional de importação da China

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2018

José Alentejo, director de apoio ao sector privado da CCIA, disse ainda que além de pelo menos 36 empresas públicas e privadas, irão participar no certame representações dos Ministérios do Comércio, da Economia e Planeamento, das Pescas e do Mar, da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) e do Instituto de Fomento Turístico de Angola (INFOTUR).

O responsável disse que a representação angolana "vai mostrar as novas potencialidades do país, para que sejam enquadradas no grupo de exportação num curto espaço de tempo, com a evolução do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) e, com isso, alcançar novas parcerias", frisou. O comércio entre Angola e a China atingiu 15,82 mil milhões de dólares no período de Janeiro a Julho, um aumento homólogo de 18,28%, segundo dados oficiais chineses divulgados pelo Fórum de Macau.

A Feira Internacional de Importação da China, a primeira alguma vez realizada no país dedicada em exclusivo à importação, decorre de 5 a 10 de Novembro próximo na cidade de Xangai.

